

geo
graphia

39

EDITORIAL

A Revista Geographia, do Programa de Pós-Graduação em Geografia, publica nesta ocasião seu primeiro número do ano 2017. Nesta edição, Nº. 39, foi inaugurado um novo projeto gráfico para a publicação. Os textos exibirão uma diagramação mais moderna, que fará uso cores e outros marcadores visuais para tornar a experiência mais agradável ao leitor. Apresentamos, neste número, um conjunto de **Artigos** que perpassam diversas correntes epistemológicas do pensamento geográfico, fiéis aos anseios da revista de apresentar sempre a diversidade conceitual e metodológica que caracteriza a produção científica nacional e internacional na Geografia. Neste sentido, o número reúne trabalhos que trazem discussões sobre a repercussão local de políticas de inserção na economia global, sobre o sistema de coleta e disseminação de estatísticas espaciais, discussões teóricas sobre territorialidades e Geografia Cultural, movimentos sociais e, finalmente, caracterização de ambientes físicos.

O primeiro artigo, *Usos del territorio, acumulación por desposesión y derecho a la salud en la Argentina contemporánea: el caso de la soja transgénica*, de autoria de Sebastián Gómez Lende (Universidad Nacional del Centro de la Provincia de Buenos Aires), junta-se a uma discussão já consagrada: os impactos das mudanças globais e da acumulação espacial do uso da terra. O autor foca sua análise na relação entre a produção em grande escala para inserção na economia globalizada – usando o exemplo da produção de soja na Argentina - e os direitos básicos das comunidades locais.

Em *A geografia do Censo no Brasil: potencialidades e limitações na execução de análises espaciais*, Maria do Carmo Dias Bueno (IBGE) e Álvaro de Oliveira D'Antona (UNICAMP) fazem uma análise crítica das unidades de coleta e disseminação das informações advindas dos censos estatísticos. Na evolução temporal do Censo, os autores destacam a incorporação das geotecnologias e das técnicas de análise espacial e seu significado na qualidade dos resultados obtidos a partir dos dados estatísticos.

Seguem, em sequência, dois trabalhos de cunho teórico. Em *Vínculos territoriais – discussão teórico-metodológica para o estudo das territorialidades locais*, Álvaro Heidrich (UFRGS) reflete sobre os conceitos de espaço e apropriação do espaço e suas implicações nos vínculos territoriais, em particular as tensões e conflitos sociais. Por sua vez, Benhur Pinós da Costa (UFSM), num artigo de Geografia Humanista intitulado *Interculturalidade e Geografía: um debate espacial das relações culturais*, discute, através da fenomenologia, do existencialismo e de conceitos de Geografia de Gênero, as relações que se estabelecem nos espaços onde converge ou se produz a diversidade cultural da sociedade.

Dois artigos sobre movimentos sociais são apresentados em seguida. Em *Os movimentos camponeses e a soberania alimentar nacional*, João E. Fabrini (Unioeste) destaca a importância de vincular a suficiência na produção de alimentos à solução dos conflitos no espaço agrário brasileiro, em particular

aqueles que envolvem os movimentos sociais do campo. Já Alberto Gutiérrez Arguedas (Universidade de Costa Rica), em seu trabalho *Identidade étnica, movimento social e lutas pelo território em comunidades quilombolas: o caso de Acauã (RN)*, apresenta o caráter territorial das lutas das comunidades quilombolas no Brasil, destacando sua identidade étnica e territorial, assim como sua reafirmação como movimento social. O autor nos apresenta a vivência dos últimos quinze anos da comunidade quilombola de Acauã, no Rio Grande do Norte (RN).

Encerrando a seção de Artigos, um trabalho de cunho físico-geográfico intitulado *Caracterização das planícies de marés do litoral centro-sul de Sergipe a partir das séries ambientais geomorfológicas*, de Geisedrielly Castro dos Santos e Rosemeri Melo e Souza (UFSE) faz uma caracterização morfodinâmica das planícies de marés nas desembocaduras dos rios Sergipe, Piauí/Real e Vaza Barris, no litoral sergipano. Os autores ainda associam aos ambientes caracterizados segundo os tensores abióticos – em particular a exposição ao sistema de ondas- a resiliência dos manguezais que se desenvolvem nessas unidades.

A seção **Nossos Clássicos** brinda alguns comentários sobre a vida e obra de Camille Vallaux (1870-1945), seguida de uma resenha publicada por Vallaux na revista *Mercure de France* (nº589, 34º ano, vol. LXI, 1 de janeiro de 1923), com tradução e apresentação de Willian Antunes (Doutorando em Geografia na École des Hautes Études en Sciences Sociales). Na resenha traduzida, Vallaux apresenta os livros *Princípios de Geografia humana* de Paul Vidal de la Blache, organizado pelo genro deste Emmanuel de Martonne, *A Terra e a evolução humana*, de Lucien Febvre e *A vida pastoral nos Alpes franceses* de Philippe Arbos.

Na seção **Livros & Autores**, os professores José Mateo Rodriguez (Universidad de La Habana) e Raúl Sánchez Vicens (UFF) indicam quatro obras de destaque - brasileiras e estrangeiras - todas referentes à história do pensamento geográfico. Encerrando a edição temos a **Resenha** do livro *Novas Geopolíticas*, de autoria de Gabriel Saldanha Lula de Medeiros.

Uma ótima leitura a todos!

Os editores.

USOS DEL TERRITORIO, ACUMULACIÓN POR DESPOSESIÓN Y DERECHO A LA SALUD EN LA ARGENTINA CONTEMPORÁNEA: EL CASO DE LA SOJA TRANSGÉNICA

Sebastián Gómez Lende*

Universidad Nacional del Centro de la Provincia de Buenos Aires**

Resumo: Emergente na aurora do sistema capitalista, a acumulação por espoliação é uma parte fundamental da ordem global. Como resultado, os usos modernos do território tornaram-se irracionais para grande parte da sociedade, exceto para os agentes hegemônicos. Esta irracionalidade é mais aguda e óbvia quando o avanço da fronteira de acumulação capitalista priva as pessoas do direito à saúde, ameaçando a reprodução da vida humana. Neste artigo, argumenta-se que a Argentina é atualmente o cenário de um conflito insolúvel e cada vez mais frequente entre o primado de determinado uso globalizado do território e a reprodução do direito à saúde das comunidades locais envolvidas. À luz desta premissa, o trabalho analisa o *boom* da soja transgênica e as suas graves implicações para a saúde pública. Conclui-se que o modelo sojeiro opera como uma forma de acumulação por espoliação em múltiplas dimensões da vida social, incluindo a esfera da saúde.

Palavras-chave: usos do território; acumulação por espoliação; saúde pública; soja GM; Argentina.

USES OF TERRITORY, ACCUMULATION BY DISPOSSESSION AND RIGHT TO HEALTH IN CONTEMPORARY ARGENTINA: THE CASE OF TRANSGENIC SOYBEAN

Abstract: Originating at the dawn of the capitalism, accumulation by dispossession is a key part of the global order. As a result, modern uses of territory have become irrational for most of society but the hegemonic agents. This irrationality becomes more acute and obvious when the advancing frontier of capitalist accumulation deprives people of the right to health and threatens the reproduction of human life. In this paper, it is argued that Argentina is currently the scene of an insoluble and increasingly frequent conflict between the primacy of certain globalized uses of territory and the right to health of the local communities involved. In light of this hypothesis, the article analyses the boom of transgenic soybean and its serious implications for public health. It is concluded that this model operates as a form of accumulation by dispossession in multiple dimensions of social life, including health sphere.

Keywords: uses of territory; accumulation by dispossession; public health; transgenic soybean; Argentina.

* Doctor en Geografía. Investigador Adjunto del Consejo Nacional de Investigaciones Científicas y Técnicas (CONICET). Centro de Investigaciones Geográficas (CIG), Instituto de Geografía, Historia y Ciencias Sociales (IGEHCSS), CONICET/UNPCBA. E-mail: gomezlen@fch.unicen.edu.ar

** Endereço: Gral. Pinto 399, Tandil, Buenos Aires, Argentina. Tel: +54 249 442-2000.

Introducción

Originada en los albores del sistema capitalista, la acumulación por desposesión constituye una pieza clave del orden global. Como resultado, los usos modernos del territorio se han tornado irracionales para gran parte de la sociedad, a excepción de los agentes hegemónicos. Esta irracionalidad se vuelve más aguda y evidente cuando el avance de la frontera de la acumulación capitalista despoja a la población del derecho a la salud y atenta contra la reproducción de la vida humana. En este trabajo, se sostiene que la Argentina es, en la actualidad, escenario de una insoluble y cada vez más asidua contradicción entre la primacía de ciertos usos globalizados del territorio y la reproducción del derecho a la salud de las comunidades locales implicadas. A la luz de esa premisa, se efectúa un pormenorizado análisis del boom de la soja transgénica como estudio de caso, atendiendo a las graves implicancias socio-sanitarias de dicho modelo.

En primer término, se desarrolla una breve discusión teórica sobre los conceptos de espacio geográfico, usos del territorio y acumulación por desposesión, y sus vínculos respecto de la vulneración del derecho a la salud. A continuación, se presenta una escueta caracterización del estudio de caso elegido, esto es, el auge de la soja transgénica en la Argentina, y la función que, en términos generales, esta actividad desempeña en la acumulación por desposesión. El siguiente apartado analiza las consecuencias sanitarias del modelo sojero, efectuando especial énfasis en el impacto de las fumigaciones con agro-tóxicos sobre la salud de la población de distintas localidades de la pampa húmeda y el norte del país; dicho análisis se fundamenta en los hallazgos y correlaciones obtenidas por distintos relevamientos y estudios epidemiológicos. Finalmente, se presentarán las conclusiones a las que este trabajo ha arribado.

Espacio geográfico, usos del territorio, acumulación por desposesión y derecho a la salud

Santos (1996a, p.39) define al espacio geográfico como un conjunto solidario, indisociable y contradictorio de sistemas de objetos y sistemas de acciones mediados por normas. En ese sistema de ideas, el territorio es conceptualizado como el espacio explicado a partir de sus usos (Santos y Silveira, 2001, p. 20). Los usos del territorio desarrollados en países y lugares constituyen expresiones de la división internacional del trabajo, funcionalizaciones del orden global que, en el período actual, exhiben ciertos rasgos y atributos comunes - mundialización del capital, producción globalizada, actividades modernas, normas internacionales, etc -. Como resultado, surge el territorio

de las verticalidades, reino de fuerzas organizacionales y externas que, al imponer cambios que satisfacen la lógica del mercado y los agentes dominantes, crean desorden en el ámbito local y hacen tabla rasa de la historia pretérita y sus herencias espaciales (Santos, 1996a p.109; 1996b, p.137; Silveira, 1999, p.401).

En la actualidad, buena parte de los usos modernos del territorio encarnan a formas o modalidades de lo que Harvey (2004, p.116) denomina 'acumulación por desposesión'. Este concepto remite a su vez al de 'acumulación primitiva' u 'originaria', es decir, al acto histórico de despojo violento que instauró las relaciones sociales capitalistas a escala mundial que fue crucial para la formación del stock de capital necesario para la Revolución Industrial europea. No obstante, la acumulación basada en la depredación, el fraude y la violencia no es un fenómeno propio de una etapa histórica ya superada; por el contrario, constituye un aspecto esencial del capitalismo presente en todas las épocas y países (Composto, 2012, p. 235). No obstante, este fenómeno se expresa con mayor crudeza en la periferia del sistema, donde el avance del despojo garantiza la reproducción ampliada del capital en el centro (Amin, 1975, p. 15).

Es imperativo, pues, estudiar las prácticas depredadoras del capitalismo, es decir, analizar los distintos mecanismos que jalan hacia la órbita del capital recursos y población hasta entonces ajenos a la lógica del sistema (Tetreault, 2013, p. 193). Esta invasión legal y factual de los 'patrimonios de uso común' y otros 'campos fronterizos a la matiz capitalista' (Garibay Orozco, 2010, p. 136-137 y 167) opera despojando a territorios y grupos sociales de sus bienes comunes y derechos históricamente adquiridos (Bellisario, 2003, p.55), prácticas que son respaldadas y promovidas -aún en contra de la voluntad popular- por el propio Estado (Harvey, 2004, p.116 y 118).

La oleada contemporánea de acumulación por desposesión contempla antiguas y nuevas modalidades de despojo. Se observa el recrudescimiento, por un lado, de la mercantilización y privatización de la tierra, el desplazamiento de granjas familiares y la expulsión forzosa de comunidades campesinas y aborígenes, la conversión de la propiedad comunal o colectiva en propiedad privada, la apropiación colonial, neocolonial e imperial de recursos, la eliminación de formas de producción y consumo alternativas (indígenas y campesinas), la monetarización del intercambio, la expoliación financiera -vía crédito, usura y deuda nacional - y ciertas formas de esclavitud. Otros rasgos más actuales, desarrollados a partir de finales de la década de 1980, atañen a la privatización de empresas y servicios públicos, el desmantelamiento de los sistemas de regulación y protección laboral y ambiental, la privatización y sobreexplotación de

recursos naturales -a través del retorno al extractivismo-, y la mercantilización y degradación del hábitat - tierra, agua, aire, etc (Harvey, 2004, p.116 - 118, 121 y 122 - 124; Composto, 2012, p. 331; Sacher, 2015, p. 105).

Otras formas de cercamiento, más novedosas y sofisticadas, conciernen a los derechos de propiedad intelectual. Las patentes y licencias de material genético y plasma de semillas, por ejemplo, han conducido a la legalización/legitimación de los mecanismos de apropiación privada de la naturaleza, en un intento por mercantilizar y subsumir todos los aspectos esenciales de la vida humana a los requerimientos de la acumulación capitalista (Perelmuter, 2011, p. 60-62). El resultado ha sido el crecimiento de la biopiratería y el pillaje de la reserva mundial de recursos genéticos en beneficio de las transnacionales biotecnológicas y farmacéuticas (Harvey, 2004, p. 118).

La acumulación por desposesión se desarrolla a partir de tres dinámicas expropiatorias: a) la expropiación geográfica, donde los espacios locales se convierten en enclaves exportadores subordinados a lógicas globales que desintegran su matriz productiva, eliminan su diversidad territorial y social, y destruyen su coherencia interna; b) la expropiación económica, basada en la transferencia de recursos financieros hacia los centros de poder mundial; y c) la expropiación ecológica, donde la división internacional del trabajo, el comercio exterior y la inversión extranjera directa operan combinadamente para generar la apropiación diferencial de bienes y servicios ambientales (Machado Araoz, 2010, p. 79-90). En todos los casos, el Estado legitima esos dispositivos so pretexto de modernidad, progreso e inserción en el mercado mundial. Surge así un patrón social, económico, político y territorial donde el orden de prioridades funcional a los actores hegemónicos convive (no exento de conflictos) junto al agravamiento de la problemática social y ambiental del resto de la población.

¿Existe alguna relación entre la acumulación por desposesión y los derechos humanos básicos como, por ejemplo, la salud pública? Harvey (2006, s/p) nos recuerda que, en última instancia, la acumulación por desposesión no es sino 'el saqueo y robo de los derechos de las personas'. La vulneración y el avasallamiento de los derechos humanos básicos parecen haberse erigido, de hecho, en la última frontera del capitalismo. En el caso de la salud pública, la relación con los mecanismos capitalistas de despojo suele ser pensada en términos de mercantilización y privatización de servicios y prestaciones sanitarias, y la consiguiente metamorfosis de ese bien común social en un objeto de lucro privado. A pesar de la evidente importancia de ese enfoque, los nexos entre acumulación por desposesión y salud no se agotan allí.

¿Qué ocurre, por ejemplo, cuando ciertas formas de acumulación capitalista suponen una amenaza directa

para la salud de la población y atentan incluso contra la reproducción de la vida humana? ¿Acaso no se vuelto cada vez más habitual que ciertos usos del territorio o determinados modelos de modernización despojen a comunidades enteras de su derecho connatural a la salud? Los usos modernos del territorio son a menudo irracionales para la mayor parte de la sociedad, excepto para los agentes hegemónicos beneficiados por ese modelo de organización espacial; el territorio se valoriza para el capital, pero paralelamente se torna menos valioso para los hombres; el orden funcional y egoísta creado por las empresas hegemónicas se traduce en desorden para el resto de la sociedad local (Santos y Silveira, 2001, p. 116, 130 y 258). Esto genera un insoluble y cada vez más asiduo conflicto entre la preeminencia de algunas formas globalizadas de acumulación capitalista y la reproducción del derecho a la salud -a la vida, a la existencia- intrínseco a la población local. En otro lugar, este fenómeno ha sido denominado 'desposesión del derecho a la salud' (Gómez Lende, 2015, p. 59).

Siguiendo a Beck (1998, p. 44-45), la destrucción de la naturaleza - degradación del suelo, pérdida de biodiversidad, contaminación del aire, el agua y el suelo, etc, el deterioro de los alimentos y los accidentes (químicos, tóxicos, nucleares) son formas de 'expropiación ecológica' que afectan no sólo a las formas biológicas que viven en esos elementos, sino también a todos los seres humanos que viven de ellos. Esto se ha vuelto cotidiano en el sistema capitalista actual, donde es cada vez más habitual que aquello que por un lado hace crecer la productividad, por el otro acabe provocando enfermedades (Beck, 1998, p. 68). Eso explica la estrategia de los países ricos industrializados, que externalizan los riesgos ecológicos y sanitarios de producir ciertos bienes a las naciones del Tercer Mundo, para luego importar esos mismos productos a buen precio (Beck, 1998, p. 29 y 50). En consecuencia, la desposesión del derecho a la salud mediada por la acumulación del capital y el intercambio desigual no es igualitaria: la primera ley ambiental es que 'la contaminación sigue al pobre' (Beck, 2001, p. 8).

En ese sentido, parte del respaldo de los Estados de los países periféricos a la acumulación por desposesión consiste en legitimar y naturalizar ciertos riesgos ecológico-sanitarios. Las empresas operan en la sombra sin responsabilidad alguna por las consecuencias de sus actos, en tanto la política 'depura' a éstas de sus 'daños colaterales', a la vez que neutraliza las denuncias y presiones que pudieran afectar a los intereses económicos en juego (Beck, 1998, p. 268). So pretexto de 'utópica', la obvia exigencia social de impedir el envenenamiento es así rechazada por el Estado, quien la suplanta por una medida permitida - un valor límite de tolerancia - o, lo que es igual, por una 'ración duradera de envenenamiento colectivo normalizado' (Beck, 1998, p. 73).

Bajo la égida del actual modelo de agricultura industrial (el llamado ‘agro-negocio’), el uso intensivo de plaguicidas constituye una pieza clave y significativa de ese ‘envenenamiento colectivo normalizado’. Según la Organización Mundial de la Salud (OMS), el número de envenenamientos con agro-tóxicos se situó, entre la década de 1980 y comienzos del Siglo XXI, en el orden de los 3 millones de casos anuales, con una mortalidad de 220.000 personas/año; en las naciones del sur, la tasa era 13 veces mayor a la de los países industrializados, con un altísimo nivel de sub-registro - en general, 25 millones de casos no declarados - (GRR, 2009, p. 208). Esto se torna evidente en la Argentina contemporánea, donde el modelo de organización espacial asociado al monocultivo de soja transgénica opera como una forma de acumulación por desposesión en diversas dimensiones de la vida social, incluida la esfera sanitaria.

Modelo sojero y acumulación por desposesión en la Argentina

Las reformas neoliberales implementadas en la Argentina durante la década de 1990 implicaron la apertura importadora, la liberalización financiera, los flujos masivos de Inversión Extranjera Directa (IED), la privatización de empresas públicas, la desregulación de mercados y la reprimarización del aparato productivo. En el campo y la agroindustria, esas políticas desmantelaron diversos mecanismos de control estatal - precios mínimos y máximos, cupos de siembra, cosecha y comercialización, entes reguladores (Junta Nacional de Granos, Corporación Nacional de Productores de Carnes, etc) -, a la vez que propiciaron el surgimiento de un nuevo modelo agroalimentario, basado en la profundización de la integración vertical de la producción, la mayor difusión de la agricultura bajo contrato, la concentración de la tierra y el capital, el auge de los Organismos Genéticamente Modificados (OGM’s) y la desaparición de las prácticas de rotación agropecuaria. El pilar y motor que subyace a esa reestructuración ha sido, indudablemente, el boom de la soja transgénica, concretamente la variedad RR - resistente al herbicida glifosato de amonio - .

La soja RR y el paquete tecnológico que la acompaña fueron introducidos al país por la empresa transnacional biotecnológica y agroquímica Monsanto y sus licenciatarias Asgrow y Nidera. La semilla se propagó ilegalmente - vía contrabando genético y plantaciones clandestinas - hasta que en 1996 el Estado nacional aprobó formalmente su siembra. Como resultado, la superficie implantada creció un 196,6% entre 1996/97 y 2013/14 - pasó de 6.669.572 a 19.781.812 has -; en idéntico lapso, la producción aumentó un 385,2% - de 11.004.890 a 53.397.710 tn - (Argentina, 2015a).

La fiebre sojera no se limitó a la ‘pampa húmeda’ -

provincia de Buenos Aires, sur de Santa Fe, Córdoba y Entre Ríos, y norte de La Pampa -, sino que también conquistó áreas agrícolamente marginales - norte santafesino, cordobés y entrerriano, este de San Luis, provincias de Corrientes, Misiones, Jujuy, Chaco, Santiago del Estero, Tucumán, Formosa y Salta (FIGURA 1) . Su rápida expansión obedeció a factores externos - crisis sanitaria mundial de la ganadería, aumento de la demanda de proteínas vegetales, escalada del precio internacional de oleaginosas- e internos - tecnificación y cientificación del trabajo agropecuario, difusión de la siembra directa, cambio del régimen de lluvias, crisis de producciones tradicionales (ganadería, caña de azúcar, algodón), posibilidad de transportar la producción por la Hidrovía Paraná-Paraguay - .

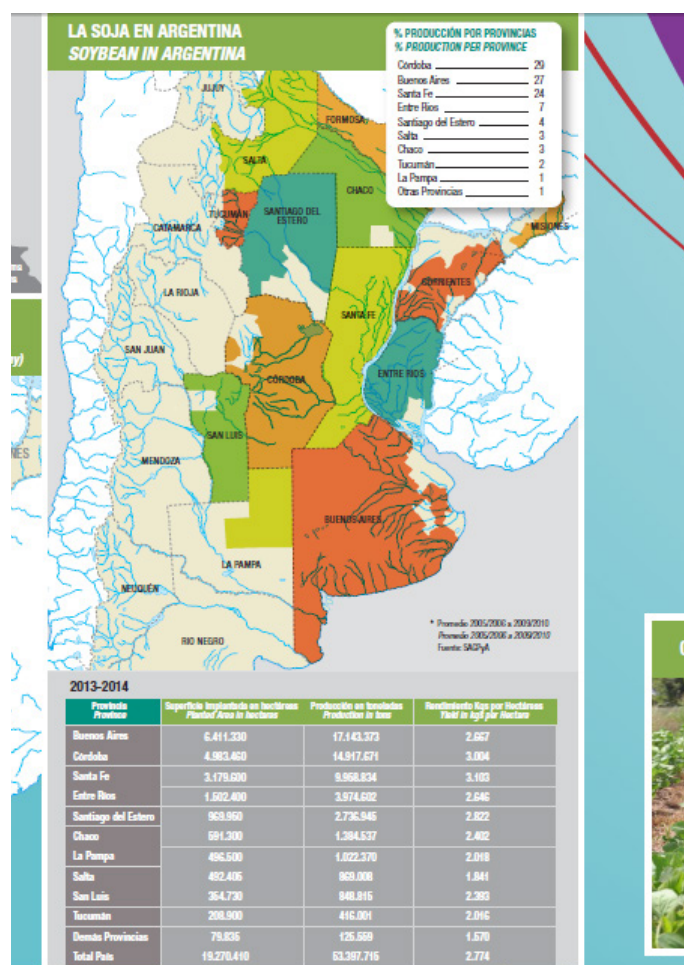


FIGURA 1 Cultivo de soja en la Argentina. Campaña agrícola 2013-2014. Fuente: Argentina (2015b).

Otrora poco más que una ‘rareza botánica’ (Pengue, 2005, p. 83), la soja representa actualmente casi el 60% del área implantada, más de la mitad de la producción de granos y el 27,7% de las exportaciones (Argentina, 2015a; 2015c). En consecuencia, el país se ha convertido en el tercer productor mundial de porotos de soja - después de los Estados Unidos y Brasil - y el principal comercializador de aceites y harinas (Pierri, 2006, p. 62). La soja es un cultivo esencialmente de exportación; el 95% de la producción doméstica se destina a mercados internacionales como China, India, Holanda, Irán, Pakistán, Bangladesh y Japón (Pierri, 2006, p.62; Teubal y Palmisano, 2013, p.51). Aunque

el negocio se concentra básicamente en firmas globales - Cargill, Bunge, Louis Dreyfus - y argentinas - Vicentín, Pérez Companc, Aceitera General Deheza-, el Estado nacional participa de esa renta agroindustrial a través de retenciones a las exportaciones -25% durante el período 2003-2008, 35% desde 2008 hasta la actualidad-; esto le permite resolver desequilibrios comerciales, sostener las cuentas fiscales para el pago de los intereses de la deuda externa e invertir en infraestructura.

El modelo sojero opera bajo múltiples modalidades como un mecanismo de acumulación por desposesión. Se encuentra ampliamente documentada, por ejemplo, la existencia de diversas formas de mercantilización y despojo de la tierra, desde la concentración de la propiedad agropecuaria vía remates bancarios y nuevas formas de arrendamiento -pools de siembra-, hasta la expulsión por la fuerza de campesinos y aborígenes mediante distintas prácticas coercitivas ejercidas por distintos segmentos del Estado -fuerzas públicas de seguridad, jueces- y grupos privados para-institucionales ('guardias blancas') (Argentina, 2013a, p. 13 y 16; REDAF, 2013, p. 35-44; Morina y Cacace, 2013, p. 315).

Otra forma de despojo está asociada al incremento exponencial de la degradación ambiental y la pérdida de biodiversidad. Orientada a liberar tierras fértiles para la expansión de la frontera agrícola, la tala indiscriminada arrasó con casi 5 millones de hectáreas de bosques nativos en apenas 16 años (1998-2014) (Argentina, 2007; 2014; 2015d). El 95,8% de la superficie deforestada correspondió a provincias que pertenecen a la zona núcleo sojera, o bien forman parte de las áreas marginales conquistadas por la expansión de dicho monocultivo. En ese mismo lapso, las tasas de desmonte en la Argentina fluctuaron entre el 0,49% y el 1,31% anual, esto es, entre 3,5 y 9,4 veces la media mundial (FAO, 2007, p. 37; 2012, p. 17; Argentina, 2007; 2014; 2015d).

Otro factor a considerar es la intensificación de la transferencia de capacidad de carga y servicios ecológicos al exterior, básicamente 'agua virtual y 'suelo virtual'. La comercialización de soja ha implicado, por ejemplo, la gratuita remesa al exterior de 42.500 millones de metros cúbicos de agua durante la campaña 2004/2005, y otros 55.000 millones de m³ en 2007/2008 (Pengue, 2006, p. 72; Merenson, 2011, p. 11). El monocultivo de soja también ha conducido al agotamiento de los suelos, drenando importantes cantidades de nutrientes -nitrógeno, fósforo, potasio, calcio, magnesio, azufre, hierro, manganeso, molibdeno, cobre, bromo, zinc y cloro- que deben ser restituidas mediante la importación de costosos fertilizantes (Pengue, 2006, p. 72).

Sobresalen, asimismo, mecanismos de despojo como los derechos de propiedad intelectual asociados a patentes biotecnológicas y licencias de material genético y plasma de semillas. Monsanto, por ejemplo, cobra desde 1999 'regalías extendidas' a los productores

sojeros; pese a la anuencia del Estado nacional, este régimen constituye una forma ilegal de acumulación por desposesión, toda vez que contraviene la ley argentina de semillas. Recientemente, esa empresa ha dispuesto que su nueva soja RR 2 Intacta Pro sólo sea adquirida por aquellos agricultores que previamente hayan firmado un contrato donde acepten expresamente pagar 'regalías extendidas' al momento de la compra; paralelamente, Monsanto apremia al Estado nacional a sancionar una ley que, además de convalidar lo anterior, derogue el uso gratuito de todas las semillas.

Soja transgénica y fumigaciones con agrotóxicos en la pampa húmeda y el norte argentino: la desposesión del derecho a la salud

En la Argentina, el modelo sojero opera además como un vector de desposesión del derecho a la salud de las comunidades locales. En el norte argentino, por ejemplo, el auge sojero y la tala forestal configuran nuevos cercamientos que han agudizado la migración masiva y compulsiva de campesinos y aborígenes hacia ciudades y pueblos próximos donde pasan a engrosar los abultados cinturones de pobreza y miseria. Obligados a morar en la periferia de algunas ciudades salteñas, chaqueñas, santafesinas y formoseñas, esos grupos sociales se alimentan en basurales y padecen hambre, sed, desnutrición, elevados niveles de mortalidad infantil y alta incidencia de enfermedades zoonóticas propias del ámbito selvático (hanta virus, dengue, leishmaniasis) que migraron a las urbes como consecuencia de la deforestación (Delgado, 2008, p. 148-152; Naharro y Álvarez, 2011, p. 23-28; Gómez Lende y Velázquez, 2013, p. 49-50).

No obstante, la problemática sanitaria más aguda ligada al modelo sojero se ha desarrollado en el marco de las fumigaciones con agro-tóxicos. Lo que Silveira (2003, p. 76) llama 'quimificación de la agricultura' ha recrudecido en la Argentina a partir del boom de la soja transgénica. El consumo de agro-tóxicos aumentó un 858% entre 1991 y 2012 -pasó de 39 millones a 335 millones de litros/año- (REDUAS, 2013, p. 1-2, en base a CASAFE). A diferencia de otros países, donde el límite establecido para el uso de agroquímicos es de 3 litros por hectárea, en la Argentina se aplican hasta 12 lts/ha, con casos extremos como los de las provincias de Santiago del Estero y Chaco -20 lts/ha⁻¹ (REDUAS, 2013, p. 1; Pérez, 2015). A nivel nacional, esto implicaría una dosis potencial de exposición a plaguicidas de 8 litros por habitante (REDUAS, 2013, p. 3). Como resultado, el mercado agroquímico argentino reporta a las empresas del sector

¹ Esto no habría sido posible sin la complicidad del Estado nacional, autorizó que el límite máximo tolerado de presencia de residuos de agroquímicos en cultivos y alimentos aumentara 100 veces -pasó de 0,2 partes por millón a 20 partes por millón-.

una facturación de 2.500 millones de dólares anuales (Eleisegui, 2015).

El paquete tecnológico de la soja gira en derredor del glifosato de amonio, un herbicida de acción global comercializado por empresas químico-biotecnológicas extranjeras como Monsanto, Syngenta, Basf, Bayer, Dupont, Dow Agrosiences, Nidera y Atanor. El uso de este producto creció vertiginosamente, representando en la actualidad el 64% de las ventas generales de agroquímicos (REDUAS, 2013, p.2, en base a CASAFE). En 2009, sus niveles de aplicación superaban los 5 lts/ha en buena parte del área sojera nacional (FIGURA 2). Este agrotóxico no se utiliza aisladamente, sino combinado con otros herbicidas, insecticidas, cura-semillas y funguicidas - 2,4-D, cipermetrina, endosulfán, clorpirifós, paraquat, hexaclorobenceno, malatión, heptacloro, glufosinato de amonio, bromoxynil, atrazina -. Es importante destacar que el uso de algunos de los agroquímicos mencionados se encuentra restringido en varios países², y que en 2009 la Comunidad Económica Europea prohibió -a pedido del Parlamento Europeo- la realización en su territorio de fumigaciones aéreas de cualquier índole.

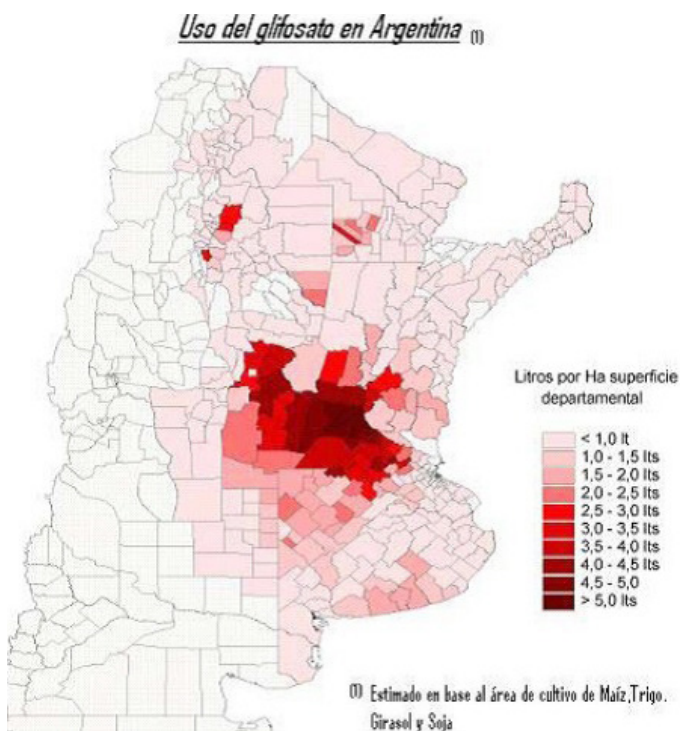


FIGURA 2: Uso del glifosato en la Argentina (en litros por hectárea)
Fuente: Argentina (2009).

Las fumigaciones aéreas y terrestres con estos agro-tóxicos han ocasionado graves perjuicios sociales,

² Tristemente célebre por ser el principio activo del 'agente naranja' utilizado por el ejército estadounidense en la guerra de Vietnam, el 2,4-D ha sido prohibido en Dinamarca, Suecia y Noruega. Insecticida extremadamente peligroso, el endosulfán ha sido prohibido en 60 países, entre los cuales sobresalen Dinamarca, Alemania, Holanda, Suecia, Belice, Singapur y el estado brasileño de Rondonia; el uso de este producto -que ha sido clasificado como 'restringido a severamente restringido' en Canadá, Finlandia, Gran Bretaña, Kuwait, las Filipinas, Rusia, Sri Lanka, Madagascar y Tailandia- fue prohibido en 2012 en la Argentina. Otro caso es el de la atrazina, prohibida en Europa a partir de 2004. Otros agro-tóxicos, como el heptacloro y el hexaclorobenceno, han sido prohibidos en buena parte del mundo -incluida la Argentina- (Gallo, 2010, p. 2-3; Montenegro, 2009; Eleisegui, 2015; Pérez, 2015). No obstante, todos estos productos continúan siendo de uso habitual en la agricultura argentina.

económicos, ambientales y sanitarios en las localidades rurales de diversas provincias argentinas. Se han reportado incontables casos de destrucción de cultivos hortícolas y colmenas, mortandad y/o enfermedad degenerativa de aves de corral y ganado, pérdida de biodiversidad -especialmente, fauna silvestre- y contaminación del aire, el suelo y las aguas superficiales y subterráneas. En 2013, un exhaustivo relevamiento informó la existencia de 258 conflictos ambientales en las provincias de Chaco, Santiago del Estero, La Rioja, Catamarca y Tucumán, el este de Salta, el norte de Santa Fe y San Luis, y el noroeste de Córdoba y Corrientes, esto es, el epicentro de la más reciente y agresiva expansión del monocultivo de soja transgénica; el 49% de los casos correspondía a la contaminación por uso de agrotóxicos, que afectaba a 461.828 personas en una superficie de 3.417.448 hectáreas (REDAF, 2013, p.63 - 69). Otras fuentes estiman que el número de afectados en todo el país ascendería a 12 millones de personas - el 30% de la población argentina- que, distribuidos entre las provincias de Buenos Aires, Santa Fe, Córdoba, Entre Ríos, Santiago del Estero, San Luis, Chaco, Salta, Jujuy, Tucumán, La Pampa y Corrientes, padecen las consecuencias de la realización de 50 fumigaciones/año - con una media de entre 30 y 60 litros de agrotóxicos por habitante - (REDUAS, 2010, p. 30; Pérez, 2015; Eleisegui, 2015).

Según Montenegro (2009), la Argentina sufre una epidemia silenciosa debido al uso regular e indiscriminado de plaguicidas. Se han documentado innumerables casos de patologías ocasionadas por la exposición a agro-tóxicos en provincias sojeras como Buenos Aires, Córdoba, Santa Fe, Entre Ríos, Chaco, Formosa y Salta. No obstante, la magnitud de esa problemática resulta difícil de evaluar, en virtud de la relativa escasez de relevamientos oficiales espacializados de morbi-mortalidad; durante mucho tiempo, la principal fuente de información se ha limitado a relevamientos y censos desarrollados por las propias comunidades locales, elaborados en base a formularios de epidemiología popular (Montenegro, 2009). Existen fuertes niveles de sub-registro, debido a la ausencia de datos epidemiológicos certeros y la escasez de estudios de población in situ.

Hasta el momento, el único informe oficial con el que se cuenta es un estudio multidisciplinario financiado por el Ministerio de Salud de la Nación y desarrollado a comienzos del Siglo XXI en una localidad del norte bonaerense y cinco pueblos del sur santafesino. Los investigadores hallaron vinculaciones directas entre la incidencia de cáncer y malformaciones infantiles, y la exposición a contaminantes ambientales. El estudio reportó que -amén de afecciones respiratorias, leucemia, interrupciones de embarazos y malformaciones urogenitales masculinas -, los casos de cáncer de

páncreas y pulmón duplicaban el promedio nacional, y las neoplasias malignas testiculares y gástricas lo triplicaban; asimismo, la incidencia del cáncer de hígado se hallaba diez veces por encima de la media nacional. En el 90% de los casos, las patologías detectadas estaban ligadas a fuentes fijas de contaminación o factores ambientales de riesgo, entre los cuales sobresalían las fumigaciones con agro-tóxicos, los depósitos de almacenamiento de plaguicidas y/o equipos de fumigación, y las plantas y silos de acopio de granos (Página 12, 2006; Joensen, 2008, p. 72; GRR, 2009, p. 55-56)³.

A nivel nacional, la gravedad de la situación y la desidia estatal dieron lugar a la creación en 2010 de la Red Universitaria de Ambiente y Salud/Médicos de Pueblos Fumigados (REDUAS), integrada por profesionales que atienden a las mismas poblaciones desde hace más de 25 años. Sus relevamientos han establecido fuertes correlaciones empíricas entre las fumigaciones con agro-tóxicos y el notable incremento de los casos registrados de afecciones otrora infrecuentes, como malformaciones congénitas, abortos espontáneos, eclampsias e hipertensión arterial durante el embarazo, leucemias, distintos tipos de cáncer en niños y adultos, afecciones respiratorias, reducción de la talla de crecimiento y del desarrollo en la infancia, disrupciones hormonales, mutagénesis, lupus, esterilidad masculina, anemia, daños en el sistema nervioso central, púrpuras, esclerosis múltiple, isquemia cerebral, hepatopatías tóxicas y trastornos neurológicos, entre otras (REDUAS, 2010, p. 3-4; Eleisegui, 2015).

Según estudios realizados en 25 localidades de menos de 15.000 habitantes de Santa Fe, Córdoba y Entre Ríos, el cáncer era responsable por una de cada tres muertes; esto muestra un significativo desfase respecto de los valores promedio a escala nacional, toda vez que en la Argentina la primera causa de mortalidad son las enfermedades cardiovasculares (26%), no las patologías oncológicas (20%). En las localidades relevadas, la incidencia del cáncer era tres veces mayor a la de las áreas urbanas, y la población afectada era mucho más joven de lo esperable. Los estudios constataron, además, que los problemas respiratorios y endocrinos duplicaban las cifras medias, la tasa de abortos espontáneos oscilaba entre el 10% y el 22% de las mujeres en edad reproductiva, y la incidencia de los nacimientos con malformaciones triplicaba las tasas registradas en otras áreas del país (Pérez, 2015)⁴. Se

reportaron, asimismo, índices de 12 malformaciones cada 250 nacimientos en localidades como Montecristo (Córdoba), San Cristóbal, Las Petacas y Malabrigo (Santa Fe) (Carrasco, 2011).

Otro caso relevante es el de la localidad entrerriana de San Salvador, antaño vinculada a la producción de arroz y actualmente conquistada por el monocultivo sojero. Equipos de investigación pertenecientes a las Universidades de La Plata y Rosario realizaron en 2014 un estudio epidemiológico-ambiental cuyas conclusiones sindicaron al cáncer como causa del 45% de los fallecimientos registrados entre 2010 y 2013 -más del doble que la media nacional- (Eleisegui, 2015). Anteriormente, 60.000 pobladores del centro provincial -en particular, de la localidad de Villaguay- responsabilizaban a las fumigaciones con endosulfán por trastornos como diarrea, mareos, cefaleas, náuseas, dificultades respiratorias, afecciones dermatológicas y aumento del número de casos de malformaciones congénitas en neonatos muy superior a los valores normales. Sólo entre 2000 y 2005, la incidencia de afecciones digestivas (diarrea) y respiratorias (neumonía, influenza) vinculadas con el uso intensivo de agro-tóxicos se duplicó entre los habitantes entrerrianos (Joensen, 2008, p. 168 - 169).

Nuevos estudios epidemiológicos, esta vez realizados en localidades sojeras del norte santafesino, comprobaron que las tasas de cáncer (de mama, próstata y pulmón) duplicaban y hasta cuadruplicaban el promedio nacional, registrando además de problemas respiratorios crónicos y elevados índices de trastornos en la glándula tiroides (Pérez, 2015). Otro caso paradigmático (y tristemente célebre) es el de la localidad de Las Petacas (Santa Fe), donde a la elevada incidencia de casos de cáncer se le añade la contaminación del agua potable con arsénico, nitratos, nitritos y productos fosforados provenientes de los agro-tóxicos (Joensen, 2008, p. 174). Lo anterior se ve agravado, además, por las prácticas de algunos productores sojeros, que utilizan a niños menores de 16 años como banderilleros para las fumigaciones de cultivos con glifosato, 2,4-D e insecticidas, pagándoles entre \$0,20 y \$0,50 por hectárea (GRR, 2009, p. 53-54).

Peralta et al (2011, p. 18 y 23), por su parte, hallaron una significativa correlación entre el modelo sojero y la incidencia de patologías graves en la localidad cordobesa de Marcos Juárez: en el 56,3% de los casos observaron afecciones respiratorias, dermatológicas, digestivas y neurológicas crónicas; el 40% de las mujeres encuestadas refirió trastornos reproductivos (básicamente, abortos espontáneos); y todas las personas analizadas habían sufrido daños genéticos debido a la exposición a plaguicidas.

No obstante, el caso más resonante ha sido, indudablemente, el del Barrio Ituzaingó Anexo de

³ Ese estudio fue realizado por el Centro de Investigaciones en Biodiversidad y Ambiente del Hospital Italiano Garibaldi de Rosario, la Universidad Nacional de Rosario, el Instituto Nacional de Tecnología Agropecuaria, el Colegio de Ingenieros Agrónomos y la Federación Agraria Argentina.

⁴ Existe una antigua explicación epidemiológica que atribuye la incidencia del cáncer en los pueblos del interior de la Argentina a determinados atributos socio-demográficos, como la edad y el envejecimiento poblacional o la situación de vida. Sin embargo, estudios más recientes demuestran que el patrón de riesgo de estas patologías -sobre todo, cáncer gástrico y de próstata- ha cambiado, comenzando a afectar con más fuerza a la población de mediana edad e, incluso, a la población joven (infantil y adolescente) (GRR, 2009, p. 22).

la ciudad de Córdoba. Literalmente rodeado por sembradíos de soja, este barrio periférico de la capital provincial fue declarado en emergencia sanitaria en 2002, luego de casi una década signada por el alarmante aumento de casos de cáncer y otras enfermedades graves entre sus 5.000 residentes⁵. Los propios pobladores efectuaron relevamientos sanitarios, que arrojaron como resultado guarismos muy significativos para un muy amplio espectro de patologías, como lupus, púrpura, anemia hemolítica, enfermedad de Hodgking, artritis reumatoide, alergias respiratorias y dérmicas, enfermedades neurológicas y endocrinas, diversas malformaciones -Síndrome de Fryn, espina bífida, anomalías renales, osteogénesis, nacimientos de niños sin maxilares, sin diafragma o con un número anormal de dedos- y distintos tipos de cáncer -leucemia, mamas, estómago, garganta- entre los adultos y, sobre todo, la población infantil y adolescente del asentamiento (Joensen, 2008, p. 184; GRR, 93, 96 y 99).

Si bien el Barrio Ituzaingó Anexo había sido edificado sobre terrenos previamente contaminados -un antiguo predio industrial abandonado-, pudo probarse empíricamente que la exposición a agro-tóxicos constituía el factor de riesgo más importante: por un lado, a menor distancia respecto de los sembradíos de soja, mayor incidencia de los casos de cáncer, leucemia y trastornos tiroideos; por otro lado, dos estudios realizados en 2006 y 2010, respectivamente, constataron que el 80% de la población infantil presentaba agroquímicos organoclorados en sangre. En consecuencia, la Justicia provincial primero, y la intendencia municipal después, prohibieron la aplicación de agro-tóxicos a menos de 2.500 metros de las viviendas (Joensen, 2008, p.181; GRR, 2009, p.91; REDUAS, 2010, p.3 y 31; Pérez, 2015).

Otros ejemplos dignos de consideración son la localidad bonaerense de Chacabuco y la ciudad santafesina de San Lorenzo. En el primer caso, se registró un alarmante aumento de los casos de cáncer, enfermedades respiratorias y neurológicas, diferentes tipos de alergias, patologías dermatológicas, malformaciones y abortos espontáneos. En el segundo, se observó un sustancial aumento del número de enfermedades oncológicas, dermatológicas y respiratorias, así como también una incidencia de los casos de leucemia que duplicaba la media mundial; estudios posteriores confirmaron la presencia de hexaclorobenceno, hexacloro, adrin y endosulfán en el suelo, el agua y la atmósfera - polvillo de granos - (GRR, 2009, p. 41, 44 y 50). En el sur santafesino, donde se emplaza el complejo sojero agroindustrial - portuario más grande del mundo, habitantes de poblados linderos a campos de soja han denunciado un notable incremento de los casos de enfermedades graves y nacimientos con

malformaciones; paralelamente, el Sindicato de Peones Rurales reportó un aumento de los casos de cáncer entre los trabajadores agrarios (Joensen, 2008, p. 178-179).

Situaciones similares han sido detectadas en localidades como San Nicolás (Buenos Aires) y San Jorge (Santa Fe) (REDUAS, 2010, p. 4). En pueblos rurales del también santafesino departamento de General López, la incidencia del cáncer es un 50% mayor al promedio nacional; allí, las aplicaciones de agro-tóxicos alcanzan una media anual de 31,5 litros per cápita. En la ciudad de Hernando (Córdoba), los resultados de un estudio de la Secretaria de Salud Municipal revelaron un aumento del 258% en los casos de enfermedades oncológicas en apenas una década (REDUAS, 2013, p. 4).

El relevamiento epidemiológico más reciente ha sido el efectuado por la Universidad de Córdoba en la localidad sojera Monte Maíz. Sobre un universo de casi 5.000 personas (el 62% de la población), dicho estudio reportó que la tasa bruta de incidencia de cáncer (707,64/100.000 habitantes) duplicaba el promedio provincial y triplicaba la media nacional (217/100.000 habitantes); de hecho, esta enfermedad constituía la primera causa de defunciones, con marcada participación de la población joven y una tasa de mortalidad que triplicaba el promedio general. Además, se constató fuerte incidencia de neumopatías, hipotiroidismo, malformaciones congénitas y abortos espontáneos; la presencia de casos de lupus, artritis reumatoide e hipotiroidismo duplicaba la frecuencia esperable, en tanto que las tasas de malformaciones congénitas (2,93%) y abortos espontáneos (9,98%) se hallaban un 72% y 332% por encima de las respectivas medias nacionales (1,7% y 3%). La relación con el modelo sojero es innegable: los niveles de contaminación con agroquímicos alcanzaban los 630.000-975.000 litros/año; la mayor incidencia de neumopatías correspondía a la población más cercana al área de acopio de granos; y se detectó la presencia de glifosato, cipermetrina, clorpirifós, 2,4-D y atrazina en las muestras de suelo y cascarillas de granos presentes en el aire (Ávila Vázquez et al, 2013, p.1 - 23; 2015; Eleisegui, 2015).

La realidad cotidiana de los denominados 'pueblos fumigados' de la pampa húmeda ilustra una miríada de contradicciones sociales. Como explica Joensen (2008, p. 177), la inmensa mayoría de los pueblos rurales de provincias como Buenos Aires, Córdoba y Santa Fe no cuenta con emprendimientos fabriles de peso; la única actividad económica rentable es la agricultura, estructurada básicamente en torno al monocultivo de soja, que a su vez ha arrasado literalmente con usos del territorio pretéritos -producciones agrícolas y pecuarias tradicionales-. La vida económica de esas localidades depende estrechamente del modelo sojero, cuyos ritmos y coyunturas marcan el pulso del comercio, la construcción de obras de infraestructura y la actividad

⁵ Sobre ese total, 200 habitantes del barrio padecían cáncer. Todas las familias residentes contaban con un integrante afectado por alguna patología grave o inusual (GRR, 2009, p. 91).

inmobiliaria. Esa paradoja expresaría, en términos de Beck (1993, p. 47-48 y 56), una suerte de contrapunto entre, por un lado, la fuerza adhesiva del miedo ante la amenaza invisible de la muerte por intoxicación -protagonizada en este caso por las fumigaciones con agro-tóxicos- y, por el otro, la dependencia respecto de un modelo productivo que, si fuera desarticulado, podría conducir a la visible amenaza de la miseria material.

Este escenario no se limita apenas a la pampa húmeda; casos similares han sido registrados en las provincias del norte argentino a raíz del agresivo e implacable avance de la frontera sojera. En la localidad de Loma Senés (Formosa), por ejemplo, los pobladores han denunciado episodios de mareos, náuseas, vómitos, diarreas, dolor estomacal, erupciones y sarpullidos, alergias, lesiones dérmicas, irritación de ojos y problemas de la visión, inmediatamente después de la fumigación de los campos de soja cercanos a sus viviendas (Joensen, 2008, p. 167). Delgado (2008, p. 149 - 150) informa que, de acuerdo a las estadísticas centralizadas del Hospital San Bernardo de Salta -el nosocomio más grande de dicha jurisdicción-, los casos de cáncer aumentaron un 300% en apenas diez años, en su mayoría provenientes de los principales departamentos sojeros de la provincia; se registró, además, una alarmante proporción de neonatos afectados por malformaciones congénitas, leucemia y otros tipos de cáncer, todas ellas patologías que años atrás eran prácticamente desconocidas en el medio rural salteño.

Otro caso es el de la provincia del Chaco, donde un estudio epidemiológico que relevó a 2.051 habitantes pertenecientes a seis poblados reportó una altísima proporción de malformaciones congénitas -deformaciones del cerebro, médulas espinales expuestas, ceguera, sordera, lesiones neurológicas-, infertilidad y problemas inusuales de piel. Esos resultados coincidían respecto de los registros hospitalarios provinciales, donde los certificados de nacimiento demostraban que, entre 1997 y 2008 -período de expansión de la siembra de soja y, en menor medida, algodón transgénico-, la incidencia de defectos congénitos en neonatos se había cuadruplicado -pasó de 19,1 a 85,3 casos cada 10.000 nacimientos-. La prevalencia del cáncer infantil casi se había duplicado, pasando de 8,03 afectados cada 100.000 nacimientos en 1991 a 15,07 enfermos cada 100.000 alumbramientos en 2007. La relación con el modelo sojero era evidente: la incidencia de todas las patologías citadas era mucho mayor en las localidades agrícolas que en los pueblos ganaderos; la mortalidad por malformaciones, anomalías cromosómicas y deformidades era más alta en las zonas sojeras; y la incidencia de cánceres infantiles era mucho más significativa en los pueblos más afectados por las fumigaciones con agro-tóxicos (REDUAS, 2010, p. 7-12; Pérez, 2015).

Tanto en la pampa húmeda como en el norte argentino, todos los estudios realizados coinciden en reconocer los mismos factores de riesgo: manejo desaprensivo de plaguicidas; elevados niveles de toxicidad de los agroquímicos utilizados; creciente volumen de las aplicaciones de agro-tóxicos; cambios en la composición química de los mismos, debido a la aparición de resistencia o tolerancia al producto en ciertas especies de malezas y/o plagas⁶; inclusión de sustancias aún más peligrosas, a menudo desconocidas⁷; fumigación aérea rutinaria a gran escala desde aviones y 'mosquitos'; las condiciones climáticas⁸, y cercanía de los sembradíos de soja a las áreas pobladas, pese a que algunas legislaciones provinciales que establecen claramente distancias mínimas a respetar en función de la toxicidad y modalidad de aplicación del producto⁹.

En la mayoría de las localidades santafesinas se cultiva soja no sólo en la banquina de las rutas, sino incluso en los límites y el interior del propio ejido; es habitual la circulación de aparatos fumigadores y la existencia de silos de acopio de granos y depósitos de agroquímicos dentro del perímetro urbano. Se han detectado incluso fumigaciones de sembradíos de soja a 300 metros de jardines de infantes, y silos situados a apenas 20 metros de la escuela del pueblo. Algunos poblados han sido literalmente cercados por los sembradíos emplazados a muy corta distancia de las viviendas (5 - 100 metros) (GRR, 2009, p. 39 y 173 - 174). Los individuos más afectados suelen ser los habitantes de los barrios periféricos, que inmediatamente después de las fumigaciones reportan enfermedades respiratorias y eczemas (Delgado, 2008, p.150; Joensen, 2008, p.167; GRR, 2009, p.22). Esto corrobora la tesis de Beck (2001, p. 8) de que las principales víctimas en el reparto de riesgos y contaminación son los pobres. Queda claro, pues, que el modelo sojero representa una grave amenaza para la salud pública, demostrando empíricamente cómo la agricultura ha mutado de 'estamento alimenticio' y fuente imprescindible de sustento a 'reino de los venenos' que atentan contra la vida de plantas, animales y seres humanos; las 'cadenas de efectos secundarios' analizadas

⁶ Véase el caso del glifosato de amonio. Obstando el crecimiento exponencial del volumen aplicado, su composición química se ha vuelto más agresiva: cuando recién se introdujo en el mercado, el principio activo de este agro-tóxico representaba el 41% del producto; actualmente, supera el 74% (GRR, 2009, p. 210).

⁷ Salvo contadas excepciones, la mayoría de los plaguicidas no son 'sustancia pura' ni 'principio activo puro', sino que más bien constituyen complejos de sustancias químicas (Montenegro, 2009). Ejemplo de ello son los llamados 'componentes inertes', generalmente surfactantes añadidos para incorporar lipo-solubilidad al producto y no explicitados en los marbetes de los envases debido a que las empresas fabricantes los consideran 'secreto comercial' (GRR, 2009, p. 2010). En el caso del glifosato, sobresalen los casos del surfactante POEA, más letal que el propio herbicida, y la isopropilamina, sustancia destructiva de la membrana mucosa y de las vías respiratorias superiores (Morina, 2010, p. 7-8).

⁸ Las condiciones climáticas reinantes en gran parte del área sojera argentina (elevada temperatura y humedad, viento) determinan que las fumigaciones no respeten las normas internacionales de la FAO.

⁹ Entre Ríos y Santa Fe establecen una distancia de 3.000 metros para fumigaciones. En el caso de Córdoba, la aplicación aérea de agro-tóxicos puede realizarse en un radio de 1.500 respecto del límite de los ejidos urbanos, en tanto que el límite para las fumigaciones terrestres es de 500 metros (Saulino, 2013, p. 258). Otras provincias han prohibido uso por completo el uso de 2,4-D (Tucumán), o bien han impedido su aplicación aérea (Chaco) (Gallo, 2006, p.-3).

por las ciencias técnicas se han convertido, al otro lado del muro, en voces y ojos, caras y lágrimas (Beck, 1998, p.61 - 62, 68, 72 y 88).

Existe abundante evidencia científica acumulada a nivel internacional respecto de la correlación entre las patologías mencionadas y las fumigaciones con agro-tóxicos¹⁰.

En 2009, el Laboratorio de Embriología Molecular de la Facultad de Medicina de la Universidad Nacional de Buenos Aires confirmó que el glifosato de amonio producía malformaciones (teratogénesis), hinchazón de pulmones, neumonía, irritación de ojos y piel, destrucción de glóbulos rojos, trastornos intestinales y cardíacos, malformaciones y alteraciones neuronales, y cáncer. Cediendo al lobby de Monsanto¹¹ y otras empresas del sector, el propio Poder Ejecutivo Nacional desacreditó dichos hallazgos (Morina, 2010, p. 7), aunque más tarde éstos fueron corroborados por otros investigadores argentinos y franceses¹² (Análisis Digital, 2015; Eleisegui, 2015). Recientemente, la Organización Mundial de la Salud (OMS) clasificó al glifosato como cancerígeno¹³. El típico y falseado enfoque donde la ciencia fija los riesgos y desacredita la percepción de la población (Beck, 1993, p. 36 y 64-65) comienza a ser paulatinamente desmontado.

Operando como un uso del territorio funcional al orden global y la división internacional del trabajo, el modelo sojero retroalimenta asimismo el intercambio desigual entre el Norte y el Sur, obligando a este último a asumir el papel de amortiguador sanitario de los excesos del sistema capitalista mundial. No obstante, algunos de los países centrales en principio beneficiados por ese patrón de acumulación también acaban siendo afectados por el despojo del derecho a la salud. Tal es el caso de China, principal importador de la soja argentina, donde esta

oleaginosa se ha convertido en un elemento básico de la dieta nacional¹⁴; recientemente, las autoridades de ese país convocaron a un foro mundial en Beijing para discutir el impacto de las semillas transgénicas y los agro-tóxicos y su relación con el deterioro de la salud de la población¹⁵. Es un claro ejemplo del 'efecto bumerang' señalado por Beck (1993, p. 48-50), donde países ricos inicialmente favorecidos por la externalización de riesgos y el abaratamiento de las importaciones son perjudicados por la llegada de los pesticidas incorporados a los alimentos.

Conclusiones

Operando como formas o modalidades de acumulación por desposesión, algunos usos modernos del territorio se vuelven irracionales para la mayor parte de la población. El boom de la soja transgénica constituye, en la Argentina, un claro ejemplo empírico de esa realidad: por un lado, el modelo sojero expresa el territorio de las verticalidades -mundialización del capital, producción globalizada, actividades modernas, normas internacionales, empresas extranjeras-; por otro lado, desarrolla múltiples mecanismos de acumulación por desposesión -mercantilización y despojo de la tierra, tala indiscriminada de bosques nativos, transferencia al exterior de capacidad de carga y servicios ecológicos ('agua' y 'suelo virtual'), derechos de propiedad intelectual (patentes, regalías extendidas)-. Se solapan así expropiaciones geográficas (desintegración de la matriz productiva y configuración de enclaves exportadores), económicas (transferencia de recursos financieros a los países centrales) y ecológicas (remesa de intangibles ambientales) que son respaldadas y promovidas desde el Estado.

El despojo capitalista asociado al boom sojero atenta además contra la reproducción de la propia vida humana. El objeto de esa desposesión no es la tierra, la biodiversidad, los recursos naturales o la riqueza genética; es la salud pública, entendida aquí no como un botín a conquistar o mercantilizar, sino más bien como una víctima de los 'daño colaterales' provocados por un lucrativo pero pernicioso uso del territorio. El monocultivo de soja transgénica y las fumigaciones a gran escala con agro-tóxicos constituyen una pieza fundamental del 'envenenamiento colectivo normalizado' padecido por

¹⁰ Sólo en el caso del glifosato, existen a nivel mundial alrededor de 400 citas de trabajos científicos sobre su toxicidad en distintos modelos animales (de laboratorio y vida silvestre) (Análisis Digital, 2015). Se ha documentado exhaustivamente que la exposición a glifosato de amonio, 2,4-D, clorpirifós, malathión, heptacloro y endosulfán puede acarrear los siguientes impactos sanitarios: disfunción de la división celular; nacimientos con malformaciones (teratogénesis); distintos tipos de cáncer, como Linfoma No Hodgkin y neoplasias malignas genitales, mamarías y de próstata; efectos neuro-tóxicos, inmuno-supresores, cito-tóxicos y hepato-tóxicos; disrupciones endocrinas, con supresión significativa de los niveles de hormona tiroidea y testosterona; daños en hígado, riñón, piel, ojos y médula espinal; disminución en la ganancia de peso del feto y menor circunferencia craneal al nacer; náuseas y vómitos; dolor de estómago; cefaleas; vértigo, convulsiones, alucinaciones, pérdida de memoria, audición, coordinación neuro-motora y conciencia; coma; infertilidad; muerte embrional y fetal; pubertad precoz; y problemas de aprendizaje y disminución del coeficiente intelectual (Montenegro, 2009).

¹¹ Con respecto al glifosato de amonio, Monsanto a menudo publicita el carácter 'biodegradable' y 'ambientalmente positivo' de este 'herbicida seguro' y de uso general en cualquier lugar, desde céspedes y huertos hasta grandes bosques de coníferas. La empresa norteamericana llegó incluso al extremo de afirmar que su producto era tan inocuo como 'agua con sal', frase textualmente reproducida en declaraciones radiales por el ministro argentino de la cartera de Ciencia y Tecnología al ser increpado con respecto a la crisis socio-sanitaria desatada por el modelo sojero (Argentina Indymedia, 2011).

¹² Según esos estudios, dosis fuertemente diluidas -entre 1.000 y 100.000 veces inferiores a las utilizadas en la agricultura- provocan la muerte celular en pocas horas, provocando abortos, malformaciones, trastornos reproductivos, disrupciones hormonales, cáncer y teratogénesis (Análisis Digital, 2015; Eleisegui, 2015).

¹³ En 2015 la OMS -a través de la Agencia Internacional para la Investigación sobre el Cáncer (IARC)- realizó el estudio "Evaluación de cinco insecticidas organofosforados y herbicidas", cuyas conclusiones señalaron que existen pruebas convincentes de que el glifosato puede causar cáncer y daños en ADN y cromosomas. Con la nueva evaluación, el glifosato fue incluido por la OMS en el Grupo 2A "Probablemente cancerígeno para los seres humanos", la segunda categoría más peligrosa de la nomenclatura del organismo. Esto significa que el glifosato de amonio es tan cancerígeno como el PCB y el formaldehído (Aranda, 2015).

¹⁴ El aceite de soja y el polvo de proteína de soja (un subproducto de ese mismo aceite) son incluidos en tres comidas diarias de la dieta china (REDUAS, 2014).

¹⁵ Un comité de estudios estratégicos y la Universidad de Yunnan reunió a 30 científicos e investigadores de todo el mundo en el Food Safety & Sustainable Agriculture Forum 2014, desarrollado en Beijing los días 25 y 26 de julio de ese año. Allí se discutió la relación que podrían guardar la soja y el glifosato con el deterioro de la salud de la población china: entre 1996 y 2010, la tasa de defectos en neonatos pasó del 0,87% al 1,53%; en una década, la incidencia de la diabetes y la tasa de pubertad precoz en niñas habían aumentado doce y diez veces, respectivamente; la tasa de infertilidad representaba en 2012 el 15,6% de la población en edad, frente al 8% registrado en 2002 y el 3% verificado en 1992; y la prevalencia del cáncer infantil se había incrementado sustancialmente, con un promedio de un paciente oncológico cada 10.000 niños. Cabe destacar que, sólo en 2013, las compras chinas de poroto de soja implicaban, en promedio, una carga de 1.000 miligramos de glifosato por habitante (REDUAS, 2014).

diversas provincias argentinas; las localidades afectadas por esa problemática se han convertido en 'zonas de sacrificio' donde el alarmante deterioro de la salud de la población se ha constituido en uno de los precios a pagar por la inserción del país en el mercado mundial: los casos de patologías graves asociadas al uso intensivo de agroquímicos han aumentado exponencialmente a partir de la expansión de dicho cultivo; y todos los estudios citados demuestran que la incidencia de esas enfermedades se sitúa muy por encima de la media nacional y de los guarismos de registrados en ciudades grandes e intermedias, donde las cifras deberían ser presumiblemente mayores debido a la concentración industrial y otros factores de riesgo ambiental.

En síntesis, los graves perjuicios socio-sanitarios ocasionados por el boom sojero demuestran que se trata de un modelo hegemónico diseñado o planeado para ser indiferente a su entorno donde el imperio de la razón global no se limita a hacer tabla rasa de la historia pretérita local, sino que llega al extremo de vulnerar los derechos humanos más esenciales. El resultado es un antagonismo cada vez más irreconciliable entre, por un lado, ciertas formas globalizadas de acumulación capitalista y, por el otro, la propia vida.

Referências

- AMIN, S. (1975) *La acumulación a escala mundial: crítica a la teoría del subdesarrollo*. Buenos Aires: Siglo XXI. 665 p.
- ANÁLISIS DIGITAL. (2015) Científicos del Litoral alertan por los daños. Investigadores corroboran en campo los estudios de Andrés Carrasco: malformaciones en embriones expuestos al glifosato. Disponible em: <http:// analisisdigital.com.ar/noticias.php?ed=1&di=0&no=223708>. Acceso em: 18 oct. 2015.
- ARANDA, D. (2015) Confirmado: la OMS ratificó que el glifosato de las fumigaciones puede provocar cáncer. Disponible en: <http://www.lavaca.org/notas/confirmado-la-oms-ratifico-que-el-glifosato-de-las-fumigaciones-puede-provocar-cancer/>. Acceso en: 16 jul. 2015.
- ARGENTINA. (2007) Informe sobre deforestación en Argentina. Buenos Aires: Secretaría de Ambiente y Desarrollo Sustentable de la Nación. 10 p.
- ARGENTINA. (2009) Informe-Evaluación de la información científica vinculada al glifosato en su incidencia sobre la salud humana y el ambiente. Buenos Aires: Consejo Científico Interdisciplinario-CONICET y Ministerio de Salud de la Nación. 135 p.
- ARGENTINA. (2013) Relevamiento y sistematización de problemas de tierra de los agricultores familiares en la Argentina. Buenos Aires: Ministerio de Agricultura, Ganadería, Pesca y Alimentación, 2013. 96 p.
- ARGENTINA. (2014) Monitoreo de la superficie de bosque nativo de la República Argentina. Período 2011-2013. *Regiones forestales Parque Chaqueño, Selva Tucumano Boliviana, Selva Misionera y Espinal*. Buenos Aires: Secretaría de Ambiente y Desarrollo Sustentable de la Nación. 67 p.
- ARGENTINA. (2015a) Estadísticas agrícolas, por cultivos, campañas, provincias y departamentos. Buenos Aires: Ministerio de Agricultura, Ganadería y Pesca, 2015a. Disponible en: <http://old.siaa.gov.ar/index.php/series-por-tema/agricultura>. Acceso en: 25 de marzo de 2015.
- ARGENTINA. (2015b) Área con producción de soja. Campaña 2011-2012. Buenos Aires: Ministerio de Agricultura de la Nación. Disponible en: http://www.minagri.gov.ar/site/areas/tierras/02_datos_geoedaficos/10_Uso%20del%20suelo/_archivos1/090000_Soja/090000_Soja.pdf?PHPSESSID=0f97506f00172fef5543365f68e289e9. Acceso en: 28 de octubre de 2015.

- ARGENTINA. (2015c) Exportaciones según complejos exportadores. Año 2014. Buenos Aires: Instituto Nacional de Estadística y Censos. Disponible en: http://www.indec.gov.ar/nivel4_default.asp?id_tema_1=3&id_tema_2=2&id_tema_3=39. Acceso en: 16 oct. 2015.
- ARGENTINA. (2015d) Monitoreo de la superficie de bosque nativo de la República Argentina. Período 2013-2014. *Regiones forestales Parque Chaqueño, Yungas Selva Paranense y Espinal*. Buenos Aires: Secretaría de Ambiente y Desarrollo Sustentable de la Nación. 85 p.
- ARGENTINA INDYMEDIA. (2011) Para el ministro, el glifosato es como 'agua con sal'. Disponible en: <http://argentina.indymedia.org/news/2011/08/791009.php>. Acceso en: 26 ag. 2015.
- ÁVILA VÁZQUEZ, M.; RUDERMAN, L.; MATURANO, E.; MACLEAN, B.; AICHINO, L.; MARINO, D.; ANDRINOLO, D.; ETCHEGOYEN, A. (2013) *Evaluación de la salud colectiva socio-ambiental de Monte Maíz*. Córdoba: Red Universitaria de Ambiente y Salud. 27 p.
- BECK, U. (1998) *La sociedad del riesgo. Hacia una nueva modernidad*. Barcelona: Paidós. 305 p.
- BECK, U. (2001) *La sociedad del riesgo global*. Madrid: Siglo XXI. 291 p. WD10J
- BELLISARIO, A. (2003) *El nuevo imperialismo americano*. Tiempo y Espacio, Chillán, a 3, n. 13, p. 53-59.
- CARRASCO, A. (2011) Efecto del glifosato en el desarrollo embrionario de *Xenopus laevis*. Teratogénesis y glifosato. Disponible en: <http://www.reduas.com.ar/glifosato-y-teratogenesis-malformaciones-congenitas-y-glifosato/>. Acceso en: 10 sep. 2015.
- COMPOSTO, C. (2012) *Acumulación por despojo y neoextractivismo en América Latina. Una reflexión crítica acerca del Estado y los movimientos socio-ambientales en el nuevo siglo*. Astrolabio, Buenos Aires, n. 8. p. 323-352.
- DELGADO, O. (2008) La ruta de la soja en el Noroeste Argentino. In: RULLI, J. (coord.). *Repúblicas unidas de la soja. Realidades sobre la producción de soja en América del Sur*. Buenos Aires: GRR, p. 132-158.
- ELEISEGUI, P. (2015) Argentina envenenada: proliferan el cáncer y las malformaciones por el uso de químicos para producir alimentos. Disponible en: <http://www.iprofesional.com/notas/212108-Argentina-envenenada-prolifera-el-cancer-y-las-malformaciones-por-el-uso-de-quimicos-para-producir-alimentos>. Acceso en: 11 oct. 2015.
- GALLO, G. (2010) *Agroquímicos prohibidos o restringidos*. Buenos Aires: Ministerio de Agricultura de la Nación. 17 p.
- GARIBAY OROZCO, C. (2010) Paisajes mineros de acumulación por desposesión campesina en el México actual. In: DELGADO RAMOS, G. (coord.). *Ecología política de la minería en América Latina. Aspectos socioeconómicos, legales y ambientales de la mega minería*. México: Universidad Autónoma Nacional de México, p. 133-182.
- GÓMEZ LENDE, S. (2015) *Acumulación por desposesión y conflictos espaciales: La minería metalífera en la Argentina contemporánea*. Saarbrücken: Editorial Académica Española. 117 p.
- GÓMEZ LENDE, S.; VELÁZQUEZ, G. Á. (2013) Orden global, reestructuración productiva y crisis ambiental: análisis de la relación entre deforestación, soja transgénica y silvicultura en la Argentina contemporánea. In: CACACE, G. P.; GÓMEZ, M. E.; MORINA, J. O.; SUEVO, M. E. (coord./comp.). *Geografías regionales y extractivismos en la Argentina de los Bicentenarios*. Luján: UNLu, p. 23-86.
- GRR. (2009) *Pueblos fumigados. Los efectos de los plaguicidas en las regiones sojeras*. Buenos Aires: Grupo de Reflexión Rural, Editorial del Nuevo Extremo. 254 p.
- HARVEY, D. (2004) *El nuevo imperialismo*. Madrid: Akal. 170 p.
- HARVEY, D. (2006) El nuevo imperialismo. Entrevista. Disponible en: <http://www.sinpermiso.info/textos/el-nuevo-imperialismo-entrevista>. Acceso en: 11 sept. 2015.
- JOENSEN, L. (2008) Pueblos fumigados en Argentina. In: RULLI, J. (coord.). *Repúblicas unidas de la soja. Realidades sobre la producción de soja en América del Sur*. Buenos Aires: GRR, p. 160-190.
- MACHADO ARAOZ, H. (2010) El agua vale más que el oro. Grito de resistencia decolonial contra los nuevos dispositivos expropiatorios. In: DELGADO RAMOS, G. (coord.). *Ecología política de la minería en América Latina. Aspectos socioeconómicos, legales y ambientales de la mega minería*. México: Universidad Autónoma Nacional de México, p. 59-96.
- MERENSON, C. (2011) *Estimación del pasivo ambiental del cultivo de soja en Argentina*. Buenos Aires: Centro de Estudios e Investigación Social Nelson Mandela. 13 p.
- MONTENEGRO, R. (2009) Informe sobre los efectos de los plaguicidas en la salud humana. Necesidad de prohibir el uso de plaguicidas agropecuarios en áreas urbanas y periurbanas. Disponible en: <https://observatoriodelglifosato.wordpress.com/2009/08/03/informe-sobre-los-efectos-de-los-plaguicidas-en-la-salud-humana-y-el-ambiente/>. Acceso en: 20 oct. 2015.
- MORINA, J. O. (2010) Palabras preliminares. In: MORINA, J. O. (ed., dir. y comp.). *Geografías de la agricultura industrial sojera en la Argentina. ¿Viaje de ida?* Luján: UNLu, p. 5-10.

MORINA, J. O.; CACACE, G. P. (2013) Capitalismo agrario y expansión sojera en la Argentina: ¿un extractivismo sin retorno? In: CACACE, G. P.; GÓMEZ, M. E.; MORINA, J. O.; SUEVO, M. E. (coord./comp.). *Geografías regionales y extractivismos en la Argentina de los Bicentenarios*. Luján: UNLu, p. 287-328.

PÁGINA 12. (2006) Malformaciones a todo campo". Diario Página 12. Disponible en: http://webs.chasque.net/~rapaluy1/agrotoxicos/Prensa/malformaciones_campo.html. Acceso en: 18 sept. 2015.

PENGUE, W. (2005) *Agricultura industrial y transnacionalización en América Latina. ¿La transgénesis de un continente?* Buenos Aires: PNUMA. 221 p.

PENGUE, W. (2006) Agua virtual, agronegocio sojero y cuestiones económico-ambientales futuras. *Realidad Económica*, Buenos Aires, n. 223, p. 58-77.

PERALTA, L.; MAÑAS, F., GENTILE, N.; BOSCH, B.; MÉNDEZ, Á.; AIASSA, D. (2011) Evaluación del daño genético en pobladores de Marcos Juárez expuestos a plaguicidas: estudio de un caso en Córdoba, Argentina. *Diálogos. Revista Científica de Psicología, Ciencias Sociales, Humanidades y Ciencias de la Salud*, San Luis v. 2, n. 1, pp. 7-26.

PERELMUTER, T. (2011) Bienes comunes vs. mercancías: las semillas en disputa. Un análisis del rol de la propiedad intelectual en los actuales procesos de cercamientos. *Sociedades rurales. Producción y medio ambiente*, México, a. 11, v. 11, n. 22, p. 53-86.

PÉREZ, G. (2015) Agrotóxicos. Cuando el campo envenena. Disponible en: <http://www.miradasal-sur.com.ar/2015/10/26/revista/agrotoxicos-cuando-el-campo-envenena/>. Acceso en: 6 nov. 2015.

PIERRI, J. (2006) El boom de la soja. Un retorno al pasado. *Realidad Económica*, Buenos Aires, n. 219, p. 53-65.

REDAF. (2013) *Conflictos sobre tenencia de tierra y ambientales en la región del Chaco argentino 3º informe. Reconquista*: Red Agroforestal Chaco Argentina, Observatorio de Recursos Naturales, Tierras y Medioambiente. 100 p.

REDUAS. (2010) *Informe 1º Encuentro Nacional de Médicos de Pueblos Fumigados*. Córdoba: Facultad de Ciencias Médicas, Universidad Nacional de Córdoba. 40 p.

REDUAS. (2013) El consumo de agrotóxicos em Argentina aumenta continuamente. Análisis de los datos del mercado de pesticidas en Argentina. Buenos Aires: Red Universitaria de Ambiente y Salud/Red de Médicos de Pueblos Fumigados. 6 p.

REDUAS. (2014) China comienza a cuestionar a transgénicos y glifosato. Buenos Aires: Red Universitaria de Ambiente y Salud/Red de Médicos de Pueblos Fumigados. Disponible en: <http://www.reduas.com.ar/china-comienza-a-cuestionar-a-transgenicos-y-glifosato/>. Acceso en: 20 oct. 2015.

SACHER, W. (2015) Megaminería y desposesión en el Sur: un análisis comparativo. *Íconos. Revista de Ciencias Sociales*, Quito, n. 51, p. 91-116.

SANTOS, M. (1996a) *A natureza do espaço. Técnica e tempo, razão e emoção*. São Paulo: Hucitec. 257 p.

SANTOS, M. (1996b) *De la totalidad al lugar*. Barcelona: Oikos-Tau. 124 p.

SANTOS, M.; SILVEIRA, M. L. (2001) *O Brasil. Território e sociedade no início do século XXI*. Rio de Janeiro-São Paulo: Record. 473 p.

SILVEIRA, M. L. (1999) *Um país, uma região. Fim de século e modernidades na Argentina*. São Paulo: LABOPLAN-USP. 488 p.

SILVEIRA, M. L. (2003) *Argentina: território e globalização*. São Paulo: Brasiliense. 100 p.

TETREULT, D. (2013) Los mecanismos del imperialismo canadiense en el sector minero de América Latina. *Estudios críticos del desarrollo*, Zacatecas, v. 3, n. 4, p. 191-215.

TEUBAL, M.; PALMISSANO, T. (2013) Crisis alimentaria y crisis global: la Argentina de 2001/2002 y después. *Realidad Económica*, Buenos Aires, n. 279, p. 47-74.

A GEOGRAFIA DO CENSO NO BRASIL: POTENCIALIDADES E LIMITAÇÕES NA EXECUÇÃO DE ANÁLISES ESPACIAIS

Maria do Carmo Dias Bueno*

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE)**

Álvaro de Oliveira D'Antona***

Faculdade de Ciências Aplicadas (UNICAMP)****

Resumo: Neste artigo são abordados os limites e potencialidades do censo demográfico brasileiro para utilização em análises espaciais a partir de considerações sobre a representação gráfica e a resolução espacial dos seus resultados. Para esta finalidade, são consideradas as unidades geográficas utilizadas para coletar e disseminar dados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, assim como a possibilidade de utilização de unidades mais desagregadas e com melhor resolução espacial. Apresenta-se uma visão geral dos censos demográficos e as limitações das unidades de disseminação, como as variações espacial e temporal e aquelas decorrentes de mudanças de suporte espacial. Destacam-se as características dos censos ao longo do tempo, indicando a incorporação das geotecnologias, as quais não apenas aumentam a qualidade dos resultados que são entregues à sociedade, como também viabilizam um novo paradigma para apresentação e análise de dados censitários: a grade estatística.

Palavras-chave: Censo. Disseminação de dados. Grade estatística. Análise espacial.

BRAZILIAN CENSUS GEOGRAPHY: POSSIBILITIES AND CONSTRAINTS FOR CONDUCTING A SPATIAL ANALYSIS

Abstract: The paper presents the constraints and possibilities of the Brazilian Population Census geography for conducting a spatial analysis considering their graphical representation as well as their spatial resolution. For this purpose, we considered the geographical units used to collect and disseminate data by the Brazilian Institute of Geography and Statistics – IBGE, and also the possibility of using units more disaggregate and with higher spatial resolution. An overview of the population censuses and the restrictions of the dissemination units are presented, such as spatial and temporal changes, and those problems arising from spatial support change. The main census features over time are highlighted, showing that the integration of geo-technologies into the census operation has increased the quality of the products delivered to society, and brought up a new paradigm for data presentation and analysis: the statistical grid.

Keywords: Census geography. Data dissemination. Population grid. Spatial analysis.

*Doutora em Demografia. Coordenadora de Projetos Especiais do Centro de Documentação e Disseminação de Informações do IBGE. Contato: maria.bueno@ibge.gov.br

**Endereço: R. Gal Canabarro, 706 - Maracanã, Rio de Janeiro - RJ, 20271-205, Brasil. Tel: (21) 2142-0123

***Doutor em Ciências Sociais. Professor da Faculdade de Ciências Aplicadas, do Programa de Pós-Graduação em Demografia e do Mestrado Interdisciplinar em Ciências Humanas e Sociais Aplicadas da Universidade Estadual de Campinas. Contato: alvaro.dantona@fca.unicamp.br

****Endereço: Rua Pedro Zaccaria, 1300 - Unicamp, Campus II - Caixa Postal 1068, Limeira - SP, 13484-350, Brasil. Tel: (19) 3701-6661

Introdução

O Censo de População e Habitação¹ pode ser definido como sendo o processo de coletar, compilar, avaliar, analisar e publicar os dados estatísticos, econômicos e sociais, relativos a todas as habitações e seus residentes, em um país ou região delimitada de um país (Nações Unidas, 2008).

Mesmo tendo características espaciais desde a sua origem, os dados dos censos são utilizados por diferentes áreas do conhecimento de distintas maneiras: ora como expressões do espaço, fazendo correspondência a uma determinada porção do território; ora sem considerar esta correspondência espacial, como nos casos das abordagens sociais sem significação espacial; ora como um índice semiótico, nos casos em que se utilizam as unidades político-administrativas (unidades de federação ou município) sem realmente pensá-las espacialmente.

Os avanços tecnológicos ocorridos nas duas últimas décadas levaram a um aumento da capacidade de processamento dos computadores, ao surgimento de novas tecnologias para armazenamento, à queda dos custos de hardwares e softwares e a um aumento significativo de dados espaciais, desde imagens de sensores remotos até dados de posicionamento coletados por uma grande diversidade de dispositivos portáteis. Todos esses fatores aumentaram o interesse pela análise espacial por profissionais de áreas que tradicionalmente não investiam nesta ferramenta, como, por exemplo, as Ciências Humanas e Sociais (Wachter, 2005). A análise espacial, tradicionalmente uma ferramenta utilizada principalmente por cartógrafos e geógrafos, atualmente está integrada a todas as áreas do conhecimento que utilizam a análise aplicada, a estatística e a modelagem para compreender os fenômenos e, então, propor atuações diretas sobre o espaço (Rosa, 2011).

Face ao exposto, este trabalho tem como objetivo apresentar uma breve discussão dos limites e potencialidades dos dados do censo demográfico brasileiro para análises demográficas geográficas e espaciais. A partir de uma visão geral dos censos e das suas unidades geográficas de coleta e de disseminação, são abordados dois aspectos distintos: um referente à representação e à resolução espacial dos dados demográficos e outro relativo às perspectivas para a utilização de dados mais desagregados espacialmente.

Com relação à representação e à resolução espacial, com base nas especificidades do censo brasileiro, são exploradas as limitações associadas à utilização das unidades de disseminação em análises espaciais demográficas, inclusive aquelas inerentes à própria

agregação de dados, que podem, inclusive, influenciar nos resultados obtidos.

Quanto às perspectivas futuras, graças ao uso crescente de geotecnologias por parte do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, mostra-se uma abordagem complementar que tem sido cada vez mais empregada pelos institutos de estatística de vários países, principalmente com o objetivo de integração entre geografia e estatística – a grade estatística.

Censos demográficos no Brasil

Uma visão geral dos censos

A partir da criação do IBGE em 1936, este passou a ser responsável pela realização dos censos demográficos no País (IBGE, 2010). O censo demográfico é uma operação estatística complexa, devido principalmente à sua abrangência, uma vez que investiga todos os domicílios do País. No Brasil, com uma área territorial de mais de 8,5 milhões de km², onde em 2010 se encontravam cerca de 60 milhões de domicílios, esta operação toma proporções gigantescas e complexas.

O questionário do censo procura refletir as preocupações e políticas correntes na época em que a pesquisa censitária é realizada, sempre buscando captar as mudanças que estão ocorrendo na sociedade. Os dois primeiros censos realizados no País, em 1872 e 1900, além de enumerarem a população se detinham em aspectos da divisão entre homens livres e escravos e na presença de estrangeiros no País; a partir do censo de 1920 foram incorporadas perguntas para possibilitar uma melhor caracterização da população, principalmente no que diz respeito à divisão social do trabalho; a partir do censo de 1940, então já sob a responsabilidade do IBGE, foram acrescentadas ao questionário questões referentes aos domicílios e relacionadas com o padrão habitacional (Oliveira, 2003).

As técnicas de investigação também são objeto de inovação, como no censo de 1960, momento em que a técnica de amostragem foi adotada pela primeira vez (Gonçalves, 1995). Com esta técnica, que permanece até hoje, são aplicados dois questionários: um curto, aplicado à totalidade de domicílios, e um longo, aplicado em uma amostra de domicílios, que permite investigar de forma mais detalhada algumas características da população. Uma das vantagens da amostragem é permitir um maior número de perguntas sem aumentar exageradamente o tempo de coleta e, conseqüentemente, o custo da operação.

Com relação ao mapeamento censitário, que pode ser definido como o conjunto de atividades necessárias

¹ A Organização das Nações Unidas denomina a operação sistemática de aquisição e disseminação de informações de pessoas e domicílios como Censo de População e Habitação (Nações Unidas, 2008). No Brasil esta operação é conhecida como Censo Demográfico (IBGE, 2010).

para realizar a divisão integral do País em unidades que permitam planejamento, coleta, tratamento e disseminação de informações estatísticas, também houve inovações. Inicialmente, os mapas utilizados nos recenseamentos não passavam de croquis desenhados à mão em papel. No censo de 1960, eram utilizados os Mapas Municipais oriundos da ampliação dos originais da Enciclopédia dos Municípios Brasileiros; no censo de 1970, pouca coisa mudou, havendo apenas uma atualização dos mapas utilizados no censo anterior; em 1980, passou-se a utilizar bases aerofotogramétricas reambuladas e desenhadas em papel vegetal (IBGE, 1981). Já no censo de 1991, o mapeamento censitário se apresentava mais estruturado, mas ainda em meio analógico; no censo de 2000, todo o mapeamento censitário foi digitalizado, mas encontrava-se dividido em vertente rural e vertente urbana, devido principalmente aos insumos utilizados para a sua elaboração (Barbuda, 2004); e no censo demográfico mais recente, em 2010, a base foi estruturada em uma arquitetura de banco de dados espacial, as duas vertentes foram integradas e foi feita a integração com o Cadastro de Endereços² (IBGE, 2013).

Na linha do tempo na Figura 1, podemos perceber como os censos brasileiros evoluíram ao longo do tempo, incorporando novas técnicas e tecnologias para melhorar a qualidade dos resultados disponibilizados. Da perspectiva dos usuários, entretanto, é necessário um conhecimento mais amplo das unidades geográficas que estão envolvidas na operação censitária para que se tenha consciência não apenas dos potenciais, mas também das limitações existentes.

Unidades geográficas de coleta

As unidades básicas de coleta dos censos demográficos são os indivíduos e os domicílios. A representação espacial dessas unidades é feita por objetos discretos vetoriais representados por pontos, através do uso de ferramentas de geoprocessamento. No caso dos domicílios, a representação é direta, com a utilização das coordenadas geográficas que melhor representam espacialmente o domicílio; no caso dos indivíduos, a representação é indireta, sendo utilizada a representação do domicílio como uma aproximação para representar as pessoas que residem no seu interior.

Para a realização dos censos faz-se necessária a delimitação de unidades geográficas para a coleta de dados, que são conhecidas como áreas de enumeração ou setores censitários. Essas áreas são atribuídas a um recenseador, que tem a tarefa de realizar a coleta

de dados em todas as edificações domiciliares ali incluídas, em um determinado período de tempo (IBGE, 2003). O critério utilizado para a delimitação dos setores censitários é a quantidade de domicílios existentes e que o recenseador é capaz de visitar no período de tempo destinado para a execução da coleta de dados, que é de aproximadamente um mês. Nas áreas urbanas, essa quantidade varia de 250 a 350 domicílios, enquanto nas áreas rurais esse valor é menor, variando entre 150 a 250 domicílios. Nas áreas rurais, além da quantidade de domicílios acrescenta-se o critério da extensão do setor censitário, sendo que um setor idealmente não deve ter mais do que 500 km² (IBGE, 2013).



Figura 1 – Linha do tempo do censo demográfico no Brasil.
Fonte: elaborado pelos autores.

No caso das áreas urbanas, no interior de cada uma dessas áreas de enumeração existe uma malha de logradouros cujos trechos – as faces – formam quadras ou quarteirões. Nesses trechos de logradouros se localizam as edificações, que são as representações físicas dos domicílios, e, então, se pode afirmar que um agrupamento linear sequencial de domicílios forma uma face e que um agrupamento de faces forma uma quadra³.

A agregação das quadras gera o primeiro nível de unidades geográficas da operação censitária, que nada mais é do que a unidade operacional de coleta, denominada setor censitário ou área de enumeração.

No caso das áreas rurais, no interior de cada área de enumeração há uma malha de vias interligando fazendas e núcleos populacionais, mas esta malha não forma um desenho que permita o seu particionamento em quadras e faces ou algo similar. Dessa maneira, não há nenhuma divisão das unidades operacionais de coleta, sendo os domicílios agregados diretamente nos setores censitários.

Os setores censitários são classificados quanto

² O Cadastro de Endereços é uma listagem de todos os endereços das unidades visitadas durante a operação censitária e, que com o tempo, evoluiu para um cadastro digital integrado com o mapeamento censitário. Ele é utilizado por todas as pesquisas domiciliares realizadas pelo IBGE e sua atualização é permanente (IBGE, 2010).

³ Esta descrição é válida apenas para setores urbanos formais, sendo que nos demais casos pode ou não haver logradouros e, conseqüentemente, pode ou não haver faces e quadras.

a sua situação territorial de acordo com a legislação municipal vigente, e nos casos em que não exista nenhuma lei, de acordo com a tipologia da ocupação humana observada naquele local (IBGE, 2003). Assim, em uma primeira divisão, os setores são classificados como sendo urbanos ou rurais. No entanto, a adoção de uma classificação mais detalhada se faz necessária para melhor representar as situações encontradas *in situ*.

A Tabela 1 mostra a classificação dos setores censitários utilizada no Brasil até o momento, com as suas respectivas quantidades de setores povoados em 2010⁴. A classificação em tipologias de rural e urbano mostrada na Tabela 1 é utilizada desde o censo de 1991 (IBGE, 2003). Até o censo de 1970 era utilizada apenas a divisão entre rural e urbano, sem detalhamentos, sendo que no censo de 1980 foi implantada a primeira tentativa de tornar esta classificação mais detalhada (IBGE, 1981). Essas classificações são revistas periodicamente para verificar se houve alguma alteração no local e, portanto, se a classe utilizada para descrever a ocupação do território deve ser mantida ou alterada.

Situação			Setor censitário (N)	
Urbana	Cidade ou vila	Área urbanizada	227.250	
		Área não urbanizada	6.191	
	Área urbana isolada	3.273		
Total urbano			236.714	
Rural	Aglomeramento rural	De extensão urbana	1.514	
		Isolado	Povoado 9.200 Núcleo 236 Outros 1.281	
	Zona rural		61.175	
	Total rural			73.406
	Total			310.120

Tabela 1 – Setores censitários povoados por situação, Brasil, 2010.
Fonte: IBGE, Censo Demográfico 2010.
Elaborado pelos autores.

Na situação urbana, consideram-se as áreas urbanizadas e não urbanizadas internas ao perímetro urbano de cidades ou vilas e as áreas urbanas isoladas; a situação rural abrange toda a área situada fora desses limites, incluindo as extensões das áreas urbanas e os aglomerados rurais isolados, como povoados, núcleos e outros similares (IBGE, 2008). Associada a essas classes de situação há ainda uma classificação segundo a tipologia das construções, em que são consideradas algumas características que tornam necessária a adoção

⁴Em 2010, o número total de setores censitários do País foi de 317.380, sendo que 7.260 correspondem a áreas não habitadas cuja delimitação foi realizada exclusivamente para atendimento a requisitos operacionais.

de um tratamento diferenciado na coleta. Dessa maneira, os setores que englobam aglomerados subnormais, quartéis, alojamentos, embarcações, aldeias indígenas, presídios, asilos, orfanatos e outros são classificados como setores especiais (IBGE, 2008).

Unidades geográficas de disseminação

As unidades de coleta são a origem de um sistema hierárquico de unidades que são utilizadas para divulgar os dados censitários. Realizando operações de agregação sequenciais, cada nível dará origem a um nível superior, gerando a estrutura hierárquica geográfica completa do censo. Na prática, os setores censitários são criados de maneira que um conjunto dessas unidades operacionais ocupe completamente a superfície do menor nível administrativo municipal, permitindo, assim, a criação de uma malha hierárquica aninhada. A Figura 2 ilustra a hierarquia utilizada no censo demográfico no Brasil em 2010.

O primeiro nível da hierarquia, considerando-se o censo de população, é formado pelas pessoas que, quando agregadas, formam o nível imediatamente superior, o nível dos domicílios. No caso do censo de habitação, o primeiro nível é o de domicílios. Esses dois níveis não são passíveis de divulgação de dados, uma vez que seus dados fornecem características individualizadas e sua disseminação é vedada por legislação (Bianchini, 2012).

O próximo nível é o das faces de quadra, que são os trechos de logradouros onde as edificações dos domicílios estão alojadas. A seguir, temos o nível dos quarteirões ou quadras, que é o agrupamento de geralmente quatro faces, mas que pode ser no mínimo três faces e, teoricamente, sem quantidade máxima. Esses dois níveis são passíveis de disseminação, pois os dados já se encontram agregados, mas, embora essa possibilidade tenha sido cogitada, nunca chegou a ser implementada.

O nível seguinte é o dos setores censitários, que é a unidade utilizada para planejar e controlar a operação de coleta de dados. No Brasil, o setor censitário é a menor unidade geográfica utilizada para disseminar os dados do censo. Nem todos os países disseminam seus dados em unidades equivalentes aos nossos setores censitários. Geralmente a disseminação é feita apenas em unidades político-administrativas, como em Moçambique (INE Moçambique, s./d.) e Cabo Verde (INE Cabo Verde, s./d.), por exemplo, ou em unidades estatísticas especificamente criadas para este fim, como no caso da Inglaterra e do País de Gales (ONS, 2012), ou em unidades derivadas das áreas de enumeração, mas de maior extensão, como é o caso dos Estados Unidos, do Canadá e da Austrália (Nações Unidas, 2007).

As áreas de ponderação são unidades estatísticas

compostas por agrupamentos de setores censitários e têm o objetivo de disseminar os dados da amostra do censo demográfico. Como uma parte dos questionários foi aplicada a uma amostra da população, é necessário que se tenha uma quantidade mínima de questionários respondidos dentro de uma determinada área para que os dados possam ser expandidos para a população total daquela área com a devida confiança. Devido a esta condição, o tamanho das áreas de ponderação pode variar, sendo que em alguns municípios é possível existirem várias unidades, enquanto em outros o próprio município é a área de ponderação.

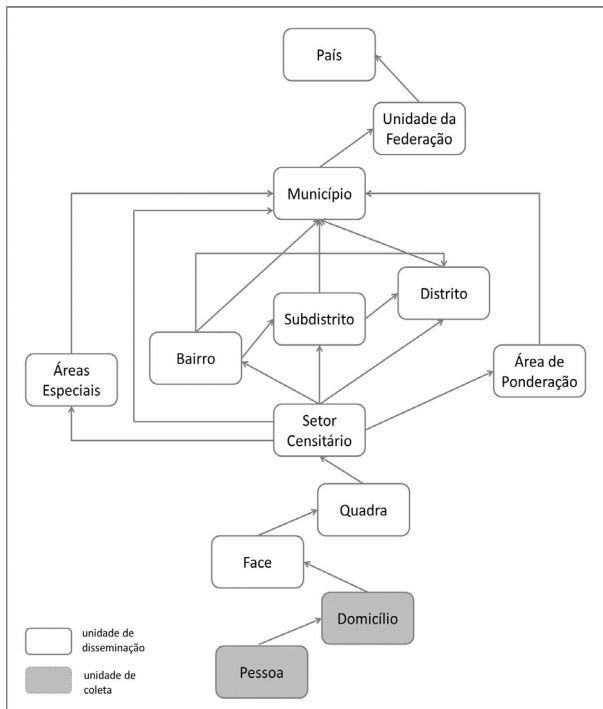


Figura 2 – Unidades de coleta e de disseminação do censo demográfico brasileiro.
Fonte: IBGE, Censo Demográfico 2010. Elaborado pelos autores.

A incorporação de geotecnologias no trabalho de diferentes órgãos do governo trouxe consigo a demanda de disseminação dos dados dos censos em unidades compatíveis com unidades específicas desses órgãos. O IBGE buscou se adaptar a essa realidade e alterar os limites de suas unidades de coleta para atender tais necessidades de disseminação para áreas especiais. Podemos citar como exemplo as áreas protegidas, como Unidades de Conservação Ambiental e Terras Indígenas, e os Aglomerados Subnormais (IBGE, 2008). No censo demográfico de 2010 essas unidades foram compostas por um ou mais setores censitários e, portanto, a totalização dos dados se tornou facilmente computável.

Com relação às divisões político-administrativas, elas são compostas por um número inteiro de setores censitários. Um setor ou um grupo de setores forma a menor divisão político-administrativa existente em determinado município, podendo ser um bairro, um distrito, um subdistrito ou até mesmo o próprio município,

nos casos em que não há divisão intramunicipal. Um conjunto destas unidades, por sua vez, forma a unidade hierarquicamente superior, e assim, até atingir o nível municipal. Grupos de municípios formam as Unidades da Federação, que, por sua vez, formam o nível político-administrativo mais alto, que é o País.

Diante da diversidade de unidades geográficas utilizadas na pesquisa censitária, as aplicações que as utilizam devem considerar as características e limitações de cada uma delas, uma vez que as mesmas podem causar dificuldades operacionais e analíticas, como apresentado no próximo item.

As limitações das unidades de disseminação

As unidades de disseminação dos censos são compostas por unidades operacionais (setores censitários), unidades estatísticas (áreas de ponderação), unidades especiais (aglomerados subnormais e áreas protegidas) e unidades político-administrativas (bairros, subdistritos, distritos, municípios, unidades da federação e país).

A utilização dessas unidades em análises espaciais é marcada por diversas limitações. Algumas dessas limitações surgem devido ao conflito entre o objetivo para o qual essas unidades geográficas foram criadas e a utilização dada pelo usuário; outras limitações surgem da necessidade de divulgar dados agregados; e outras surgem do emprego de técnicas inadequadas de representação gráfica de dados ou de técnicas de análise.

Variação espacial e temporal

Para atender as demandas dos governos por dados que possam direcionar e monitorar as políticas públicas, as informações censitárias são historicamente distribuídas em unidades coincidentes com as divisões político-administrativas (Guzman; Schensul; Zhang, 2013). No caso do Brasil, para melhorar a granularidade das informações, são utilizadas algumas unidades menores, como os setores censitários, mas a sua geografia está alinhada com os limites dessas divisões político-administrativas, conforme já indicado.

Contudo, se o objetivo da utilização dos dados não estiver diretamente relacionado com a administração territorial, essas unidades podem não ser as mais adequadas, sendo preferível utilizar critérios ambientais, físicos, gerenciais ou de acessibilidade para a delimitação das unidades geográficas. Um exemplo desta inadequação são os estudos ambientais, em que a unidade de agregação dos dados deveria possuir um

recorte mais próximo de unidades geográficas relevantes para a compreensão das relações demográficas e ambientais, como, por exemplo, as bacias hidrográficas (Hogan, 1991). Já no caso de a análise estar relacionada com a vulnerabilidade a algum evento físico, como deslizamento de encosta ou inundação, outra unidade geográfica baseada em relevo, por exemplo, seria mais indicada. Infelizmente, raramente os dados demográficos são reportados em unidades relacionadas com o meio físico ou ambiental (Deichmann, 1996). As unidades de disseminação convencionais também podem ser insuficientes naqueles casos em que outras divisões, inclusive de caráter administrativo, não coincidem com as unidades disponibilizadas, como, por exemplo, áreas de gerenciamento de saúde (Muller; Cubas; Bastos, 2010).

Segundo Judson (2007), o grande problema relacionado com dados no século XXI é que, do ponto de vista dos usuários, as agências de estatística deveriam disponibilizar os dados com maior rapidez, agregados em níveis geográficos cada vez menores e devidamente integrados ou com possibilidades de integração com outros tipos de dados. Na verdade, as agências de estatística não têm capacidade para atender essas demandas, considerando-se os recursos humanos e financeiros que hoje elas têm a sua disposição.

Um problema que decorre da utilização de unidades operacionais ou estatísticas como unidades de disseminação de dados é a dificuldade de realizar comparações temporais. Como mencionado anteriormente, os setores censitários têm o objetivo de facilitar o planejamento e o gerenciamento da operação censitária, não sendo criados objetivando a disseminação de dados ao público. Assim, de um censo para outro, essas unidades usualmente são alteradas e, na maioria dos casos, esta alteração se faz pela divisão de um setor em dois ou mais setores. Isso se dá principalmente em áreas de expansão urbana, locais em que a densidade populacional aumenta dia após dia e onde a transformação de áreas rurais em áreas urbanas ocorre frequentemente.

A consequência direta para o usuário dos dados censitários é a dificuldade de comparação temporal, já que as unidades se alteram com o passar do tempo e há a necessidade de se realizar uma compatibilização entre as unidades antigas e as novas. Isso, no entanto, não impede que a análise seja efetuada, desde que as informações de comparabilidade, que permitem que esta compatibilização seja realizada, sejam divulgadas juntamente com os dados. Na prática, mesmo havendo a divulgação das informações que permitam a comparabilidade temporal das unidades geográficas, a realização desta compatibilização é uma tarefa árdua e demorada.

As unidades político-administrativas também são passíveis de alteração ao longo do tempo, embora com

uma frequência menor, e essas alterações ocasionam dificuldades em análises temporais da mesma maneira que as demais unidades já comentadas.

Como as áreas de ponderação são formadas pela junção de setores censitários ou por unidades político-administrativas (municípios), sua alteração ao longo do tempo é consequência direta da alteração das unidades originais. Além disso, como sua delimitação depende da quantidade de questionários da amostra respondidos, à medida que uma região se torna mais densamente povoada, a tendência é que as áreas de ponderação sejam menores, assim como os setores censitários.

Mudança de suporte espacial

Toda informação geográfica está associada a um conjunto de pontos de localização que são modelados utilizando-se objetos. Esses objetos e as métricas utilizadas para medir a interação entre eles são conhecidos como “suporte espacial da informação” (OLEA, 1991). Como exemplo de suporte espacial de pontos, pode ser mencionada a localização geográfica (latitude e longitude) dos domicílios de uma pesquisa domiciliar; para suporte espacial de área, os setores censitários e as divisões municipais são exemplos adequados. A mudança de suporte de uma variável cria uma nova variável que, apesar de estar relacionada com a original, tem propriedades estatísticas e espaciais diferentes (Gotway; Young, 2002).

Todos os problemas relacionados com mudança de escala, agregação, desagregação e inferência entre unidades de suporte diferente fazem parte de um grupo de problemas que é denominado Problemas de Mudança de Suporte ou Change of Support Problem (COSP) (Gotway; Young, 2002, 2007; Plumejeaud et al., 2010). No contexto dos censos, comumente ocorrem dois tipos de mudança de suporte: de ponto (dados domiciliares e individuais) para área (dados agregados em unidades geográficas) e de área (setores censitários, por exemplo) para área (outro recorte espacial qualquer).

Os dois problemas de mudança de suporte mais conhecidos e discutidos estão relacionados com a agregação de dados individualizados em áreas: o problema da unidade de área modificável e a falácia ecológica – ambos considerados como inerentes aos dados agregados em áreas. Apesar de serem de difícil detecção e mensuração e, conseqüentemente, de difícil correção ou eliminação, eles não devem ser ignorados (Openshaw, 1984; Grasland; Madelin, 2006, Flowerdew, 2011).

Problema da unidade de área modificável

Este problema foi amplamente estudado por Openshaw (1984) e por Openshaw e Taylor (1979), sendo que este último criou o nome pelo qual ele é conhecido até hoje – Modifiable Area Unit Problem ou MAUP.

O MAUP envolve dois efeitos que ocorrem simultaneamente: o efeito de escala e o efeito de zoneamento (Wong, 1996). O efeito de escala, como o próprio nome sugere, é devido à mudança de escala, o que na prática significa que a quantidade de unidades é alterada. À medida que a escala diminui, a quantidade de unidades também diminui, já que a extensão de cada unidade aumenta. Dessa maneira, os dados originais são agregados em uma quantidade menor de unidades, levando à diminuição da variância dos dados à medida que a agregação aumenta. Isso causa um efeito de suavização, ocasionada pela perda de heterogeneidade interna e pode levar a uma distorção na interpretação dos dados.

A Figura 3 mostra dois mapas cujo tema é a densidade populacional. O primeiro mapa foi construído para as 63 microrregiões do estado de São Paulo, enquanto o segundo foi feito para as 15 mesorregiões do estado. Percebe-se que houve uma mudança de escala devido à alteração da quantidade de unidades mapeadas (de 63 para 15), o que causou uma suavização nos dados e, como consequência, surge um mapa temático diferente para a mesma região.

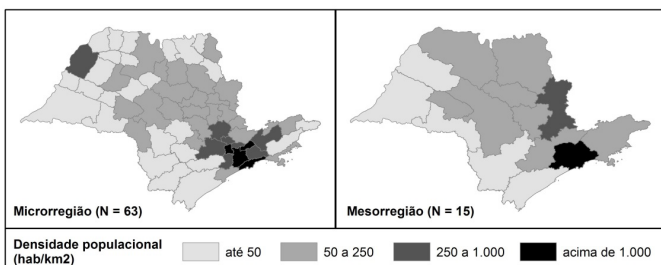


Figura 3 – Influência do efeito de escala na percepção de um fenômeno. Fonte: IBGE, Censo Demográfico 2010. Elaborado pelos autores.

O segundo efeito do MAUP, conhecido como efeito de zoneamento ou de agrupamento, ocorre numa mesma escala e, portanto, a quantidade de unidades não se modifica; a alteração acontece na forma com que as unidades são agrupadas, gerando arranjos espaciais diferentes e variâncias dos dados também diferentes.

A Figura 4 ilustra o efeito de zoneamento, mostrando as mesorregiões originais do estado de São Paulo e as mesorregiões alteradas, onde o agrupamento das microrregiões foi feito de forma diferente da original. A quantidade de unidades não foi alterada, e, portanto, não há influência da escala no fenômeno. A diferença entre os mapas temáticos se deve exclusivamente às alterações de agrupamento das microrregiões.

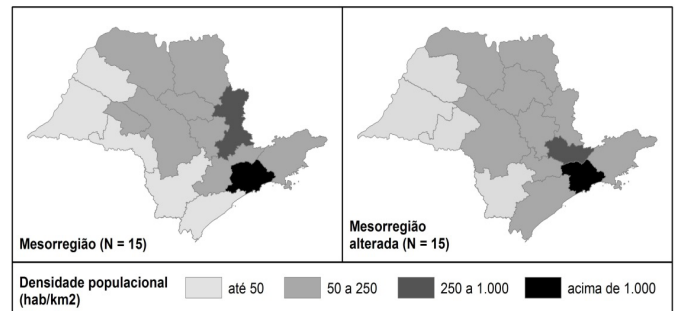


Figura 4 – Influência do efeito de zoneamento na percepção de um fenômeno. Fonte: IBGE, Censo Demográfico 2010. Elaborado pelos autores.

Na prática, os dois aspectos do MAUP interagem e ficam mais severos à medida que a quantidade de unidades diminui, ou seja, com o aumento da agregação.

De acordo com o que foi apresentado, é recomendável que as conclusões de análises que envolvam dados agregados em unidades zonais sejam cuidadosamente analisadas para verificar se os resultados são consistentes em outras escalas e outros arranjos espaciais, de modo a descartar a possibilidade de que possam ser resultantes do problema da unidade de área modificável (Fotheringham, 1998).

Falácia ecológica

A correlação entre duas variáveis é estabelecida de acordo com o nível de agregação dos dados, e por isso uma análise baseada em dados agregados pode levar a conclusões diferentes daquelas obtidas com a análise dos mesmos dados no nível individual ou em um nível diferente de agregação (Martin, 1996). Esse erro inferencial é conhecido como “falácia ecológica” e ocorre porque as análises que utilizam dados agregados em áreas não fazem distinção entre as associações espaciais criadas pelo agrupamento dos dados e as associações reais dos dados individuais existentes antes do agrupamento (Openshaw, 1984).

Por exemplo, sabe-se que o índice de suicídio em países de religião protestante é alto, mas não se pode dizer que é alta a probabilidade de pessoas protestantes se suicidarem (Freedman, 1999). Utilizando um exemplo relacionado com censo demográfico, uma análise utilizando setores censitários identificou a existência de uma correlação positiva entre as variáveis “rendimento” e “cor/raça”, de modo que a quantidade de pessoas com um baixo rendimento é grande para indivíduos que se declararam de cor preta. Essa correlação foi estabelecida no nível de setor censitário, mas não pode, no entanto, ser estendida com um alto grau de certeza para o nível individual, de modo que se possa afirmar que todos os indivíduos de cor preta têm rendimento baixo.

Variação na forma e na extensão

Devido aos critérios utilizados para a delimitação e a classificação adotada, os setores censitários são muito heterogêneos, tanto em forma quanto em extensão. Até mesmo setores que compartilham a mesma classificação variam de acordo com o local em que estão localizados, pois são influenciados diretamente pelos padrões de ocupação do território. Uma diferença marcante está no tamanho dos setores censitários de zona rural da Região Norte do País em comparação com o mesmo tipo de setor nas demais regiões. Enquanto os setores de zona rural da Região Norte têm em média 470km², os da Região Sudeste, por exemplo, têm 66km², e os da Região Sul, 44km². Esses valores podem ser explicados pela diferença na forma de ocupação do território, havendo muito mais espaços não ocupados por população na Região Norte do que nas Regiões Sudeste ou Sul. A maior quantidade de espaços sem população leva à necessidade de se ter um setor mais extenso, de modo que se possa atingir a quantidade de população média que idealmente um setor censitário deve ter.

A heterogeneidade na forma dos setores censitários também é bastante acentuada e tem origem na necessidade de se ter, sempre que possível, elementos físicos para demarcar os seus limites, bem como nos próprios critérios de delimitação. Assim, nas áreas urbanas, o traçado viário é geralmente o principal elemento delimitador dos setores, enquanto nas áreas rurais com frequência encontramos cursos d'água ou limites de propriedades na descrição do perímetro dos setores censitários.

O mesmo raciocínio é válido para as demais unidades de disseminação, como as áreas de ponderação e as unidades político-administrativas. A delimitação dessas unidades considera objetivos diversos, períodos temporais diferentes, a incorporação de elementos naturais e culturais, além de diversos outros fatores que as tornam heterogêneas quanto à forma e à extensão.

Essas diferenças na forma e na extensão das unidades de disseminação podem causar problemas na interpretação de mapas que mostram variáveis demográficas em esquemas coropléticos. Os dados demográficos podem ser expressos como números absolutos ou como taxas ou proporções, e esses valores são considerados homogêneos dentro das unidades geográficas, embora na realidade não o sejam. Os valores absolutos são dependentes da unidade geográfica para a qual são reportados, ou seja, se a unidade tiver sua área alterada, esses números também irão se alterar. Já as taxas e proporções não se alteram com mudanças na área ou perímetro da unidade geográfica, pois não dependem do tamanho da unidade. O primeiro tipo de dado é conhecido como espacialmente extensivo, enquanto o segundo é chamado de espacialmente

intensivo (Buckley, 2013). Dessa maneira, um mapa coroplético executado com os valores absolutos de uma variável censitária qualquer e com base em unidades geográficas com forma e extensão muito heterogêneas pode levar a interpretações equivocadas.

Por exemplo, comparando-se os mapas para as mesorregiões do estado de São Paulo na parte superior e inferior da Figura 5, percebe-se que o primeiro nos leva a crer que a maior parte da população se concentra em uma faixa que se inicia ao norte e vai até a porção sudeste do estado. No entanto, ao se observar o mapa tematizado com a variável densidade populacional percebe-se que a população está realmente concentrada nas mesorregiões de Campinas (9) e Metropolitana (14). Com relação aos mapas confeccionados para as microrregiões, ao observar o mapa feito com a variável população percebe-se, por exemplo, que a microrregião localizada no extremo oeste da faixa central do estado, microrregião de Presidente Prudente, tem um volume populacional maior que as suas áreas vizinhas, no entanto esta superioridade não é comprovada ao se observar o mapa de densidade populacional. Pode-se concluir, portanto, que o mais apropriado é utilizar taxas, proporções ou densidades para a criação de mapas coropléticos, já que assim os valores independem da forma e da extensão da unidade geográfica para a qual eles são reportados, minimizando a chance de mal-entendidos.

Uma dificuldade que também surge da heterogeneidade de forma e tamanho das unidades está na realização de análises espaciais que consideram a vizinhança como relacionamento espacial. A quantidade de vizinhos de uma unidade depende do tamanho e da forma dessa unidade, bem como dessas mesmas características dos seus vizinhos. Por exemplo, uma unidade pode ter muitos vizinhos, se estes forem de porte pequeno, mas pode ter poucos vizinhos, se estes forem maiores do que a unidade considerada. Consequentemente, a quantidade de informação potencialmente considerada na análise pode variar muito de acordo com a extensão e a forma das unidades que estão sendo analisadas e, nesses casos, não é aconselhável utilizar a vizinhança como forma de relacionamento espacial na análise, sendo recomendada a seleção de outra forma de interação espacial (ESRI, 2013).

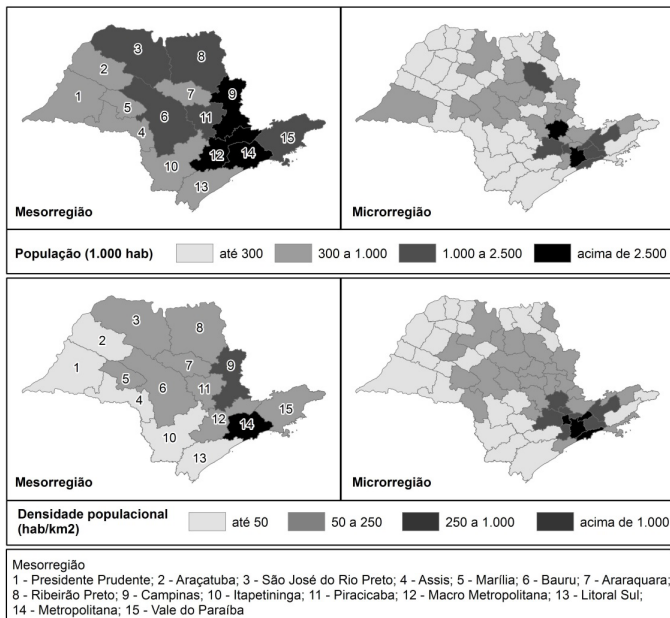


Figura 5 – Mapas coropléticos e variáveis demográficas.
Fonte: IBGE, Censo Demográfico 2010. Elaborado pelos autores.

Enfrentando as limitações

Contornando os obstáculos

Uma primeira possibilidade para lidar com as limitações apontadas é tentar contorná-las, encontrando formas de minimizar as adversidades, embora sem necessariamente suprimi-las. As considerações a seguir têm por base a utilização das unidades geográficas de disseminação de dados tradicionalmente oferecidas pelo IBGE.

Com relação ao não ajuste entre recortes geográficos e a necessidade de utilizar dados secundários, por exemplo, no caso de a área de estudo abranger porções de diversos municípios, uma opção é trabalhar com os dados totais dos municípios envolvidos, mesmo sabendo que esses dados abrangem uma região que extrapola a área de estudo delimitada. No caso de haver necessidade de trabalhar com dados mais detalhados e específicos para a área de estudo, a opção é a realização de pesquisas amostrais, embora isso implique um maior consumo de recursos técnicos e financeiros, bem como de tempo.

Quando se trata de análises temporais, a solução é ajustar os dados utilizando informações que permitam estabelecer a comparabilidade entre as informações para cada período, caso elas existam. Embora teoricamente esta tarefa pareça simples, ela implica o emprego de grande esforço e de tempo, podendo levar a resultados não muito precisos, dependendo do grau de comparabilidade conseguido.

No que diz respeito à heterogeneidade relacionada com a forma e a extensão das unidades, uma solução é evitar as técnicas de análise espacial e de mapeamento temático que possam ser comprometidas devido a essa característica, optando por soluções que não sejam

dependentes e/ou influenciadas pelas características físicas das unidades de agregação de dados.

Quando se trata da falácia ecológica e do MAUP, o fato de reconhecer que existe um problema nos leva a ter consciência de estar trabalhando com números imprecisos. Entre as soluções propostas para a solução desses dois problemas podemos citar a utilização de dados individuais ou não agregados, a definição de um agrupamento ótimo ou a modelagem com variáveis agrupadas (Grasland; Madelin, 2006).

A proposta de utilização de dados individuais é com certeza a melhor solução, mas está longe de poder ser adotada porque, na prática, a disseminação de dados estatísticos oficiais individualizados não é possível devido às questões de confidencialidade.

Uma possível opção é a definição automatizada de agrupamentos, que é feita com o estabelecimento de regras estatísticas e computacionais para gerar soluções ótimas para uma análise específica, conforme proposta de Openshaw (1977). A dificuldade para uma criação efetiva desses agrupamentos está na necessidade de um grande conhecimento dos fenômenos envolvidos, sendo que o resultado final é válido apenas para o caso particularmente analisado ou outro que possa ser considerado similar. De certa forma, esses são fatores limitantes para uma aplicação generalizada desta solução, apesar de não impedir a sua utilização como um meio para minimizar os efeitos do MAUP e da falácia ecológica.

Outra proposta para tratar os efeitos do MAUP e da falácia ecológica é a criação de uma estrutura de modelagem hierárquica com a utilização de grupos de variáveis que são medidas no nível individual e, então, são utilizadas para ajustar as variâncias e covariâncias no nível agrupado (Steel; Holt, 1996). O principal problema desta proposta está na disponibilidade das variáveis individuais, tendo em vista as questões relacionadas com a restrição de disseminação de dados individualizados.

A técnica proposta por Gotway e Young (2007) para solucionar os problemas relacionados com a mudança de suporte espacial de dados utilizando técnicas de geoestatística tem por objetivo tratar os problemas derivados da agregação e da desagregação espacial de dados, bem como realizar a predição de valores para unidades espaciais sobrepostas. Essa técnica é relativamente recente e existem poucos casos publicados para que seja possível avaliar as suas limitações e aplicabilidade.

Outro caminho também adotado em relação ao MAUP vai em direção contrária ao proposto nos parágrafos anteriores: não encarar o MAUP como sendo um problema, mas como sendo um fato que colabora para aumentar o conhecimento sobre o relacionamento entre as variáveis e as unidades que compõem a análise. Jelinski e Wu (1996) argumentam que o MAUP não deve

ser visto como um problema, já que oferece informações importantes para o entendimento dos sistemas reais. Esse ponto de vista também é defendido por Grasland e Madelin (2006), que propõem uma maior exploração dos dados, criando, por exemplo, representações multiescalares do mesmo fenômeno, de modo a expor a sua complementaridade, como proposto por Sui (1999) e Mennis (2002). Sui (1999) ressalta que estudos realizados em uma única escala e utilizando uma unidade zonal específica não podem levar a resultados confiáveis, já que não é possível saber exatamente o grau com que os resultados foram afetados pela agregação de dados. Um exemplo prático desta solução pode ser visto em Bueno e D'Antona (2012).

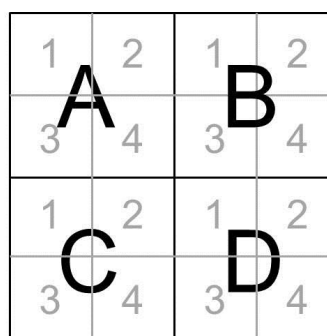
E, finalmente, ainda há outro caminho possível: ignorar o problema. Claramente, esta é a opção mais simples e fácil, e a consequência é a existência de incertezas nos resultados das análises. Infelizmente, este caminho é bastante utilizado, já que a mensuração dos efeitos do MAUP e da falácia ecológica não é uma tarefa simples (Dark; Bram, 2007).

Um novo paradigma

No que diz respeito às limitações relacionadas com análises temporais, o ideal seria trabalhar com unidades de disseminação que não se alterassem ao longo do tempo, e para isso elas teriam de ser independentes das unidades de coleta e também das unidades político-administrativas. No caso dos problemas ocasionados pela heterogeneidade de forma e extensão das unidades, a solução seria utilizar unidades com forma regular e de mesmo tamanho. Já no caso das dificuldades relacionadas com a adequação a recortes espaciais diversos, uma possível solução seria a utilização de unidades de pequenas dimensões, de modo que a agregação destas pudesse se aproximar do recorte desejado. Essa solução também seria a mais adequada para minimizar as questões relacionadas com a agregação de dados (MAUP e falácia ecológica), uma vez que unidades pequenas tendem a ser mais homogêneas internamente do que unidades de maior extensão.

Essas sugestões levam a concluir que para resolver ou minimizar os problemas apresentados anteriormente seria conveniente o uso de unidades geográficas pequenas e regulares, em vez de unidades político-administrativas e de coleta. Para tornar a solução ainda mais vantajosa, poderiam ser adotados vários conjuntos de unidades com dimensões diferentes, dispostas de forma hierárquica, formando uma "família" de unidades espaciais, como pode ser visto na Figura 6. Essa solução já é conhecida e utilizada há algum tempo, sendo denominada Grade Estatística – grade, devido a sua forma regular, e estatística, devido aos dados relacionados a cada célula.

A utilização da Grade Estatística é feita há vários anos por vários países do norte europeu e pelo Japão, mas tem se intensificado cada vez mais devido à disseminação do uso de geotecnologias em todas as etapas de elaboração dos censos de população (Nações Unidas, 2000; 2009), fato que, além de permitir efetivamente a sua construção, possibilita a utilização de técnicas que resultam em dados cada vez mais acurados. No Brasil, a partir do censo demográfico de 2010, a sua utilização passa a ser uma possibilidade real, e o IBGE lançou oficialmente produtos de disseminação com essa nova abordagem no início de 2016⁵. Considerando a trajetória de incorporação de novas técnicas nos censos demográficos brasileiros, o uso das geotecnologias desde a coleta dos dados viabiliza o que se poderia definir como uma nova forma, ou paradigma, de disseminação e análise espacial dos resultados dos censos.



Família 1: células A, B, C e D.
Família 2: células A1, A2, A3, A4, B1, B2, B3, B4, C1, C2, C3, C4, D1, D2, D3 e D4.

Dentre as principais vantagens da grade estatística destacam-se a adequação a recortes espaciais diversos, devido às suas pequenas dimensões, e a sua estabilidade temporal, uma vez que as células da grade não precisam ser alteradas ao longo do tempo por não terem significado administrativo ou territorial, sendo simplesmente um repositório para dados estatísticos. Além disso, o uso da grade como dado de entrada é vantajoso em modelos de simulação que utilizam dados espacializados, já que a maioria desses modelos trabalha com dados no formato matricial, que é semelhante à estrutura de uma grade regular (Bueno, 2014). Tais atributos, somados à facilidade com que a grade permite a integração de dados físicos e ambientais oriundos de classificação de imagens orbitais, propiciam a integração de duas áreas do conhecimento anteriormente distanciadas: a geografia e a estatística. Essa integração favorece, por exemplo, os estudos e análises no campo de População & Ambiente, permitindo compreender melhor as dimensões humanas das mudanças ambientais.

Considerações finais

Este artigo apresentou as unidades geográficas de coleta e de disseminação dos censos demográficos e

⁵Ver <<http://mapas.ibge.gov.br/interativos/grade>>.

explorou as suas limitações com relação à produção de mapas temáticos e análises espaciais. Essas limitações são em grande parte decorrentes das diferenças entre os objetivos para os quais essas unidades foram criadas e os objetivos das análises que os usuários desejam realizar.

Para cada limitação foram apresentadas sugestões para o seu enfrentamento, sendo algumas paliativas, já que alguns desses obstáculos são inerentes ao tipo de dado que está sendo trabalhado, uma vez que os dados coletados individualmente são agrupados para fins de disseminação.

Como parte das sugestões apresentadas para enfrentar a limitação das unidades comumente utilizadas para disseminação de dados censitários está a apresentação de um novo paradigma: a utilização de grades regulares como unidade de agregação. A regularidade da forma das células associada às suas pequenas dimensões, quando comparadas às das unidades político-administrativas, propicia uma melhor resolução espacial, maior adequação a recortes espaciais diversos, facilidade de integração com outras fontes de dados, além de facilitar as análises estatísticas espaciais.

No quadro mais geral dos avanços dos censos demográficos do IBGE, a incorporação das geotecnologias vem aumentando a qualidade dos resultados disseminados e viabilizando a existência de grades estatísticas definidas para a agregação de dados. Espera-se que as unidades convencionais (estatísticas e político-administrativas) e a grade estatística possam conviver harmonicamente, sem que uma seja preterida em função da outra, uma vez que elas atendem a objetivos diferentes e cabe ao usuário a escolha daquela que melhor se adéque ao seu trabalho.

Referências

- BARBUDA, M. M. S. (2004). A atualização cartográfica na Base Territorial Rural visando a Contagem da População 2005 e o Censo Agropecuário 2006. In: *CONGRESSO BRASILEIRO DE CADASTRO TÉCNICO MULTIFINALITÁRIO E GESTÃO TERRITORIAL*, 6, 2004, Florianópolis. Anais. Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina.
- BIANCHINI, Z. M. (2012). Práticas de proteção da confidencialidade de informações adotadas no IBGE. In: *SEMINÁRIO DE METODOLOGIA DO IBGE*, 1, 2012, Rio de Janeiro. Resumos. Disponível em: <<http://www.smi2012.ibge.gov.br/SiteAssets/SitePages/listaConferencias/03Praticas%20de%20prote%C3%A7%C3%A3o%20Confidencialidade%20%20IBGE%20-%20ZeliaBianchini.pdf>>. Acesso em: 25 jul. 2015.
- BUCKLEY, A. (2013). Understanding Statistical Data for Mapping Purposes. *Arc User*, Winter 2013. Disponível em: <<http://www.esri.com/esri-news/arcuser/winter-2013/understanding-statistical-data-for-mapping-purposes>>. Acesso em: 15 jul. 2015.
- BUENO, M. C. D. (2014). Grade estatística: uma abordagem para ampliar o potencial analítico de dados censitários. Tese (Doutorado). Campinas: Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, UNICAMP.
- BUENO, M. C. D.; D'ANTONA, A. O. (2012). Utilização de grades regulares para análises espaciais intramunicipais a partir de dados censitários – Teste para Limeira/SP, 2010. In: *ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS*, XVIII, 2012, Águas de Lindóia. Anais... Disponível em: <www.abep.nepo.unicamp.br/xviii/anais>. Acesso em: 14 mar. 2015.
- DARK, S. J.; BRAM, D. (2007). The modifiable areal unit problem (MAUP) in physical geography. *Progress in Physical*

Geography, vol. 31, n. 5, p. 471-479.

DEICHMANN, Uwe (1996). *A Review of Spatial Population Database Design and Modelling*. Technical Report TR-96-3. National Center for Geographic Information and Analysis (NCGIA), University of California, Santa Barbara, USA. Disponível em: <http://www.ncgia.ucsb.edu/Publications/Tech_Reports/96/96-3.PDF>. Acesso em: 16 ago. 2013.

ESRI (2013). *ArcGIS Desktop Help*.

FLOWERDEW, R. (2011). *How serious is the Modifiable Areal Unit Problem for analysis of English census data?* *Population Trends*, vol. 145, p. 106.

FOTHERINGHAM, S. (1998). *Trends in quantitative methods II: stressing the computational*. *Progress in Human Geography*, vol. 22, n. 2, p. 283-292.

FREEDMAN, D. A. (1999). *Ecological Inference and the Ecological Fallacy*. Department of Statistics, University of California Berkeley, Technical Report n. 549. Disponível em: <<http://www.stat.berkeley.edu/~census/549.pdf>>. Acesso em: 6 set. 2015.

GONÇALVES, J. M. M. (1995). *IBGE: um retrato histórico*. Documentos para Disseminação. Memória Institucional, n. 5. Rio de Janeiro: IBGE.

GOTWAY, C. A.; YOUNG, L. J. (2002). *Combining Incompatible Spatial Data*. *Journal of the American Statistical Association*, vol. 97, n. 458, p. 632-648.

_____. (2007). *A Geostatistical Approach to Linking Geographically Aggregated Data From Different Sources*. *Journal of Computational and Graphical Statistics*, vol. 16, n. 1, p. 115-135.

GRASLAND, C.; MADELIN, M. (2006). *The Modifiable Areas Unit Problem – Final Report*. ESPON – European Spatial Planning Observation Network. Disponível em: <http://www.espon.eu/export/sites/default/Documents/Projects/ESPON2006Projects/StudiesScientificSupportProjects/MAUP/espon343_maup_final_version2_nov_2006.pdf>. Acesso em: 25 mai. 2012.

GUZMÁN, J. M.; SCHENSUL, D.; ZHANG, S. (2013). *Understanding Vulnerability and Adaptation Using Census Data*. In: MARTINE, G.; SCHENSUL, D. (eds.). *The Demography of Adaptation to Climate Change*. New York, London and Mexico City: UNFPA, IIED e El Colegio de México.

HOGAN, D. J. (1991). *Crescimento demográfico e meio ambiente*. *Revista Brasileira de Estudos de População*, vol. 8, n. 1- 2, p. 61-77.

Instituto Nacional de Estatística de Cabo Verde – INE Cabo Verde (s./d.). *IV Recenseamento Geral da População e de Habitação – Censo 2010: Resumo dos Principais Resultados por Meio de Residência e Concelho*. Disponível em: <<http://www.ine.cv/censo/files/Resumo%20indicadores%20RGPH%202010.pdf>>. Acesso em: 16 ago. 2015.

Instituto Nacional de Estatística De Moçambique – INE Moçambique (s./d.). *II Recenseamento Geral da População e de Habitação 1997*. Disponível em: <<http://mozdata.microdatahub.com/index.php/catalog/7/study-description>>. Acesso em: 23 jul. 2015.

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE (1981). *Departamento de Coordenação de Métodos. A base setorial dos censos de 80*. Coleção Ibgeana. Rio de Janeiro: IBGE.

_____. (2003). *Metodologia do Censo Demográfico 2000. Série Relatórios Metodológicos*, vol. 25. Rio de Janeiro: IBGE.

_____. (2010). *Censo 2010 – Síntese das Etapas da Pesquisa*. Rio de Janeiro: IBGE. Disponível em: <http://censo2010.ibge.gov.br/images/pdf/censo2010/sintese/sintese_censo2010_portugues.pdf>. Acesso em: 23 mar. 2011.

_____. (2013). *Metodologia do Censo Demográfico 2010. Série Relatórios Metodológicos*, vol. 41. Rio de Janeiro: IBGE.

JELINSKI, D. E.; WU, J. (1996). *The modifiable areal unit problem and implications for landscape ecology*. *Landscape Ecology*, vol. 11, n. 3, p. 129-140.

JUDSON, D. H. (2007). *Information integration for constructing social statistics: history, theory and ideas towards a research programme*. *Journal of the Royal Statistical Society: Series A (Statistics in Society)*, vol. 170, n. 2, p. 483-501.

MARTIN, D. (1996). *An Assessment of Surface and Zonal Models of Population*. *International Journal of Geographical Information Systems*, v. 10, n. 8, p. 973-989.

MENNIS, J. (2002). *Using Geographic Information Systems to Create and Analyze Statistical Surfaces of Population*

and Risk for Environmental Justice Analysis. *Social Science Quarterly*, vol. 38, n. 1, p. 281-297.

MULLER, E. P. L.; CUBAS, M. R.; BASTOS, L. C. (2010). Georreferenciamento como instrumento de gestão em unidade de saúde da família. *Revista Brasileira de Enfermagem*, vol. 63, n. 6.

NAÇÕES UNIDAS (2000). Handbook on geographic information systems and digital mapping. *Studies in Methods, Series F*, n. 79. New York: Nações Unidas.

_____. Divisão de Estatística (2007). Report of the Expert Group Meeting on Contemporary Practices in Census Mapping and Use of Geographical Information Systems. Disponível em: <http://unstats.un.org/unsd/demographic/meetings/egm/CensusMappingEGM07/docs/Final_Report.pdf>. Acesso em: 14 jun. 2010.

_____. Divisão de Estatística (2008). Principles and Recommendations for Population and Housing Census. *Statistical Papers*, Série M, n. 67/Rev. 2. New York: Nações Unidas.

_____. Divisão de Estatística (2009). Handbook on geospatial infrastructure in support of census activities. *Studies in Methods*, Série F, n. 103. New York: Nações Unidas.

OFFICE FOR NATIONAL STATISTICS – ONS (2012). Changes to Output Areas and Super Output Areas in England and Wales, 2001 to 2011. Disponível em: <<http://www.ons.gov.uk/ons/guide-method/geography/beginner-s-guide/census/output-area-oas-/index.html>>. Acesso em: 23 ago. 2013.

OLEA, R. A. (ed.) (1991). *Geostatistical Glossary and Multilingual Dictionary*. New York: Oxford University Press.

OLIVEIRA, J. S. (2003). Brasil mostra a tua cara: imagens da população brasileira nos censos demográficos de 1872 a 2000. *Textos para discussão*, n. 6. Rio de Janeiro: Escola Nacional de Ciências Estatísticas. 75 p.

OPENSHAW, S. (1977). A geographical solution to scale and aggregation problems in region-building, partitioning and spatial modelling. *Transactions of the Institute of British Geographers*, New Series, vol. 2, n. 4, p. 459-472.

_____. (1984). The modifiable areal unit problem. *Concepts and Techniques in Modern Geography*, n. 38. Norwich: Geo Books.

_____; TAYLOR, P. (1979). A Million or so Correlation Coefficients. In: WRIGLEY, N. (ed.). *Statistical Methods in the Spatial Sciences*. London: Pion.

PLUMEJEAUD, C.; PRUD'HOMME, J.; DAVOINE, P. A.; GENSEL, J. (2010). Transferring Indicators into Different Partitions of Geographic Space. In: TANIAR, D.; GERVASI, O.; MURGANTE, B.; PARDEDE, E.; APDUHAN, B. O. (eds.). *ICCSA'10 Proceedings of the 2010 International Conference on Computational Science and Its Applications – Volume Part I*. Berlin, Heidelberg: Springer-Verlag.

ROSA, R. (2011). Análise Espacial em Geografia. *Revista da ANPEGE*, vol. 7, n. 1, p. 275-289.

STEEL, D. G.; HOLT, D. (1996). Analyzing and adjusting aggregation effects: The ecological fallacy revisited. *International Statistical Review*, vol. 64, n. 1, p. 39-60.

SUI, D. (1999). GIS, Environmental Equity Analysis, and the Modifiable Areal Unit Problem. In: CRAGLIA, M.; ONSRUD, H. (eds.). *Geographic Information Research: Trans-Atlantic Perspectives*. London, UK: Taylor and Francis.

WACHTER, K. W. (2005). Spatial Demography Special Feature: Spatial Demography. *PNAS*, vol. 102, n. 43.

WONG, D. W. S. (1996). Aggregation effects in geo-referenced data. In: GRIFFITHS, D. A. (ed.). *Advanced Spatial Statistics*. Boca Raton, Florida: CRC Press.

VÍNCULOS TERRITORIAIS – DISCUSSÃO TEÓRICO METODOLÓGICA PARA O ESTUDO DAS TERRITORIALIDADES LOCAIS

Álvaro Heidrich*

Universidade Federal do Rio Grande do Sul**

TERRITORIAL ATTACHMENTS – THEORETICAL- METHODOLOGICAL DISCUSSION FOR A STUDY OF LOCAL TERRITORIALITIES

Resumo: Coloca-se em discussão no artigo o conceito de vínculos territoriais, trabalhado com o objetivo de compreender as situações nas quais comunidades e seus atores estabelecem ligações com espaços em processo ou situação de apropriação por eles mesmos. O estudo baseia-se na formulação de Henri Lefebvre (2000) sobre apropriação do espaço, mas também considera o uso dessa expressão-conceito em outros estudos que também a discutem em seu aspecto de tensão com o espaço social. São discutidos aspectos analíticos e resultados dos estudos realizados com o foco em vínculos territoriais, e são feitas considerações sobre o conceito de espaço social em relação à apropriação do espaço e às implicações territoriais. Em seguida são tratados aspectos relacionados à construção de vínculos que revelam tensão ou conflito territorial e, ao final do artigo, com base nas observações alcançadas, reflete-se sobre aspectos metodológicos para o estudo das territorialidades locais a fim de verificar nelas a reprodução do espaço social hegemônico e/ou práticas de apropriação em tensão com ele.

Palavras-chave: Vínculos territoriais. Apropriação do espaço. Territorialidades locais. Tensão territorial. Conflito.

Abstract: This article discusses the concept of territorial attachments, aiming at the understanding of situations in which communities and their actors set up ties with spaces under the process of or with the status of appropriation by themselves. This study is based on Henri Lefebvre's formulation (2000) about the appropriation of space, although it also considers the use of this expression-concept in other studies dedicated to discuss the aspect of tension in the social space. It discusses the analytical aspects and results of studies focusing on territorial attachments; it makes considerations over the social space concept in relation to the appropriation of space and territorial implications. Subsequently, it deals with aspects relating to the building of ties that reveal tension or territorial conflicts. Towards its end, based on recollected observations, the article reasons on methodological aspects for the study of local territorialities, aiming at identifying in them the reproduction of the hegemonic social space and/or the appropriation practices opposing it.

Keywords: Territorial attachments. Appropriation of space. Local territorialities. Territorial tension. Conflict.

*Doutor em Geografia, professor associado da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. E-mail: alvaro.heidrich@ufrgs.br

**Endereço: Av. Paulo Gama, 110 - Farroupilha, Porto Alegre - RS, 90040-060, Brasil. Tel: (51) 3308-6000.

Introdução

Os estudos do território têm trazido à tona, além da compreensão sobre um espaço marcado por múltiplas estratégias do arranjo dos poderes institucionais e hegemônicos, também a visão sobre as práticas socioterritoriais informais das comunidades, do espaço vivido, assim como têm aberto um importante flanco de atenção para o novo e o alternativo. Questões como participação popular, territorialidades alternativas, organização de moradores, luta por moradia popular e intervenções no espaço público são algumas das quais constituem um rico universo de ativismos ou ações socioterritoriais. Nas reflexões desse campo também se agregam as tensões entre os espaços da vida simples e as tendências globalizantes orientadas para a sistematização da vida e o aprofundamento da exploração capitalista, evidenciando-nos que o conflito, a tensão e a luta são aspectos essenciais das geografias que vivemos.

Com esta atenção coloco em discussão neste artigo a noção e o conceito de vínculos territoriais – desenvolvidos com o objetivo de compreender as situações nas quais comunidades e seus atores estabelecem ligações com espaços em processo ou situação de apropriação por eles mesmos. Essa formulação, originalmente elaborada para o estudo de processos de exclusão e inclusão associados a territorialidades locais¹, foi retomada com certa frequência e submetida a outros cenários. Não exatamente a expressão aqui tomada, mas muito mais o seu foco pode ser visto em outros estudos (Di Méo; Pradet, 1996; Vermeersch, 2006; Haesbaert, 2014) nos quais grupos ou comunidades trazem suas referências espaciais como suporte de identidades, constroem estratégias, enfrentam conflitos ou apenas configuram suas singularidades.

Considerou-se na referida formulação vínculos territoriais como

(...) resultantes das ações ou práticas sociais de condução e representação da vida. Dependem, portanto, de uma relação com as externalidades, com os vários âmbitos de integração socioespacial, que nos diz sobre a sujeição a tais, que implique desterritorialização e reterritorialização dominantes, ou construção de territorialidades autocentradas (Heidrich; Carvalho, 2001; Heidrich, 2006, p. 42).

Concebemos que “por meio do estabelecimento de vínculos, por criações ou invenções humanas, através das práticas sociais, é que se produz território, que se constitui uma territorialidade” (Heidrich, 2006, p. 27). Esta – a territorialidade – tem sido vista como expressão do território, por vezes nas ideias e nos sentimentos de

grupos e sujeitos e, por outras, como aspectos do que o próprio território poderia (ou viria) ser. A identidade associada ao território pode ser sua manifestação, assim como também a temos compreendido pelo arranjo em formação territorial. De todo esse campo (ou espectro, vendo as expressões variantes como uma difração), o termo revela o que um fato, uma relação ou uma manifestação possui como qualidade de território. Ter esse aspecto da territorialidade como princípio básico ajuda-nos a pensá-la em dois aspectos importantes da discussão aqui presente: (a) a territorialidade como ação constituída por grupos ou comunidades; e (b) a territorialidade como um constructo derivado dessa ação, como apropriação do espaço.

Muito embora tenhamos tomado inspiração nas ideias de Henri Lefebvre (2000) sobre a produção do espaço para a formulação do conceito de vínculos territoriais, não adoto, como tem sido bastante corrente nos estudos de enfoque territorial no Brasil, a noção de que o território resulte de um equivalente mecanismo de produção do espaço social². Mesmo que o espaço produzido se manifeste no território e territórios possam nele ser identificados, em essência o que se vê são os traços de um no outro.

Desse modo, o aspecto mais contundente para essa distinção é a relação direta entre o ator e o espaço territorializado. As ações que implicam as qualificações territoriais do espaço geográfico envolvem o enlace entre atores, seus poderes e suas práticas. Nas abordagens de Geografia Social o território consiste no “espaço social limitado, ocupado e utilizado por distintos grupos sociais como consequência da colocação em prática de sua *territorialidade* ou do campo de *poder* (...) exercido pelas instituições dominantes” [Grifos no original] (Johnston; Gregory; Smith, 2000, p. 562)³.

Em geral se tem considerado a apropriação do espaço como fator instaurador das múltiplas feições das territorialidades humanas. Este termo, de significado bastante específico na referida obra de Henri Lefebvre (2000) – como face e possibilidade de produção do espaço social –, possui compreensões bem mais amplas em outros trabalhos, por vezes conceituais e outras etimológicas mesmo.

Para Joel Bonnemaïson e Luc Cambrézy (1996) e Paul Claval (1996) o território é concebido como espaço de apropriação coletiva por um grupo, um povo ou até mesmo o Estado. Em Robert Sack (2009), apesar não ser trazido como um termo teórico chave, a apropriação foi

² Assim, por exemplo, a variante analítica proposta por Milton Santos de Território Usado tem a ver muito mais com as contradições e os processos no seu espaço interior, mas não incide sobre o aspecto mais diferencial das ações que implicam as qualificações territoriais do espaço geográfico: o enlace dos atores, seus poderes, suas práticas (Moraes, 2013; Silveira, 2011).

³ Os autores também consideram a variante geográfico-política, que considera o território como espaço de manifestação do poder do Estado e seu ordenamento.

¹ Pesquisa realizada em 2000/2001, com resultados apresentados originalmente no trabalho. “Territorialidades de exclusão e inclusão social: relações da sociedade com o espaço em situações de pobreza e de construção de vida econômica e de consciência” (Heidrich; Carvalho, 2001).

Territorialidades locais e vínculos territoriais

vista também nesse sentido, em referência a área tomada dos indígenas na colonização da América do Norte. Em Guy Di Méo e Pascal Buléon (2007) apropriação é vista como ação transformadora do espaço em território. Com conotação bem mais restrita, há o enfoque utilizado por Pierre Bourdieu (2013), em que a apropriação é vista como meio de manter domínios no espaço físico e engendrar em correspondência a manutenção de posições no espaço social. Refere-se a um espaço praticado, porém sem aporte no enfoque lefebvriano e a noção marxiana de apropriação: o sentido dado por ele está ligado a posses de bens e de espaço físico e em todos os tipos de capital (econômico, social e cultural). O autor, assim como Henri Lefebvre (2000), não trabalha com a denominação de território, mas de um espaço social marcado pela ocupação de posições “como o sítio em que um agente ou uma coisa se situam, ‘têm lugar’” (p. 133). Ganha sentido em sua arquitetura teórica a colagem que se faz dos atributos a certa localização. Isso tem permitido, porém, a tradução desse termo como território, devido aos efeitos carregados ao espaço pelas posições ocupadas, mas não dominadas (Andrade; Silveira, 2013).

Para Henri Lefebvre a apropriação tem a ver com espaço adaptado para o viver, acompanhado pela imaginação sobre o que se vive no lugar apropriado e com seus usos associados. O ato ou a ação culmina como criação. Por isso, entendo que se coaduna em muito com o que vimos estudando atualmente por territorialidades e territórios que se originam da invenção, por mais que no espaço social ainda se mantenham as ações concebidas de ordenamento e controle dominantes. A coerência com o fato territorial está justamente aí, pela possibilidade da tensão entre poderes, pela constatação de que o conquistado ou dominado não se torna conseqüentemente um absoluto.

Para seguir essa discussão, primeiramente retomo um pouco das análises possibilitadas pelo conceito de vínculos territoriais e, em seguida, teço algumas considerações sobre o conceito de espaço social e discuto a ênfase da apropriação e as implicações territoriais. No tópico seguinte discuto aspectos relacionados à construção de vínculos que revelam tensão ou conflito territorial. O tópico final destaca algumas observações alcançadas e reflete sobre conceito de vínculo territorial como apoio metodológico no estudo das territorialidades locais, verificando se é possível ver nelas a reprodução do espaço social hegemônico ou práticas de apropriação em tensão com ele.

Vínculos territoriais foram vistos como prática associada à apropriação do espaço por comunidades e grupos em situações com possibilidades variantes de reprodução social. Lidamos com um quadro de significativas diferenças para dar conta de possíveis comparações: moradores de rua, comunidades envolvidas em reassentamento urbano, grupos articulados em movimento social em busca de assentamento rural de reforma agrária e comunidades de agricultores ecologistas (Heidrich, 2006)⁴.

A situação dos moradores de rua condensa muitos aspectos de degradação de seus vínculos com o espaço social, constituindo grupos sobremaneira segregados, distantes de direitos e com carência de condições para se garantir a vida. Os vínculos que possuem com o espaço em geral se caracterizam pela ocupação de locais públicos do meio urbano, como viadutos, pontes, estações, marquises como teto ou soleiras de edificações como leito. São ocupações que não se fixam em permanência (Heidrich, 2006). O morador de rua age com limitações nas tentativas de reprodução da sua vida. É quase nula a sua participação no âmbito sociopolítico. O uso que fazem do espaço em geral é restringido, contido e condicionado (Escorel, 2003; Robaina, 2013). Ocupam posições acantonadas e, quando se ensaia uma mínima ação criativa, suas chances costumam ser tolhidas pelas normativas de espaço público.

Quando se delinea a articulação de moradores ocupantes de áreas “irregulares” e quando a elas estão associados os movimentos de luta por moradia, ganha evidência a presença de um grupo atuante em busca da conquista do lugar em ocupação (Heidrich, 2006; Heidrich et al., 2016). Mesclam-se ali as relações entre os sujeitos das práticas e o lugar com seus engendramentos. Sabe-se que a coesão social depende de múltiplos fatores, mas pode-se dizer que, quanto mais forem compartilhadas as experiências, mais ganha sentido uma memória remetida ao grupo e sua vinculação ao espaço vivido. Trajetórias comuns permitem identificar uma memória coletiva (Pollak, 1992), trazidas do lugar anterior ao local do reassentamento, suas referências materiais e de práticas, fazendo-se importante o estar junto na reelaboração das referências socioterritoriais.

Nas práticas de ocupação pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) – o acampamento e o assentamento rural –, registram-se sinais de ruptura com as formas hegemônicas da reprodução econômica, notadamente pela organização coletiva do acampamento e de muitos assentamentos

⁴ Moradores de rua e reassentamentos urbanos populares na cidade de Porto Alegre, acampamentos de mobilização social por reforma agrária (municípios de Viamão e Tupanciretã, Rio Grande do Sul), reassentamentos rurais (municípios de Charqueadas e Encruzilhada do Sul, Rio Grande do Sul) e associação e pequenos produtores ecologistas (município de Morrinhos do Sul, Rio Grande do Sul).

(Heidrich, 2006). As relações estabelecidas, como o vínculo de posse e uso, engendram possibilidades de maior interação entre os praticantes e participação social mediada pelo interesse coletivo (Silva; Almeida, 2002). Gera-se um fato territorial – o acampamento – e, como uma criação, um uso diferenciado, busca-se uma forma ativa de condução da vida (Heller, 1992). Além da conquista de terra para viver e trabalhar, o sentimento de pertencimento e uma consciência de apropriação (de conquista de lugar no espaço e na sociedade) passam a fazer parte da interseção entre territorialidade local e as escalas mais abrangentes (Fernandes, 2000).

Nas comunidades de agricultores ecologistas podemos ver mais forte vínculo de consciência territorial, de compreensão de sua existência ligada ao meio ambiente e ao sentido da vida em seus encaixes espaciais, locais, regionais e globais (Marques; Oliveira, 2016). Fazem uso do espaço como alternativa à territorialidade moderna, pela resignificação de sua produção agrícola, de ser orientada por um valor ético-ecológico-comunitário e não essencialmente mercantil. Os pequenos produtores dessas comunidades se organizam em associações com as quais buscam apoio técnico nas organizações de promoção da agricultura ecológica e a sua comercialização. Na organização de feiras, além da comercialização, têm a meta da divulgação do consumo de produtos orgânicos, da prática ecológica e da crítica ao modo de vida prevalente do momento atual. Esta ação implica deslocamento geográfico não apenas da prática do grupo, mas das ideias contidas nela.

As práticas socioterritoriais articuladas à formação de grupos que necessitam da ação coletiva em geral se fortalecem por uma ideologia a elas vinculadas. Esse sentido as diferencia das práticas da ocupação da rua. Os processos de desterritorialização retiram ou afastam as pessoas das possibilidades de participação na integração socioespacial (das relações em mercado, dos mecanismos de garantia de direitos e, até mesmo, dos âmbitos de reconhecimento sociocultural). Os moradores em situação de rua não estão fora do espaço, mas, naquilo que corresponde às normatizações, às rotinas e aos sentidos formuladores de vinculações de permanência e uso, estão bastantes sujeitos às restrições presentes dos espaços públicos. “O sentido de apropriar-se enquanto posse e/ou adequação do espaço, tornando o mesmo apropriado à vida, com pertencimento e consciência espacial, está apenas superficialmente na territorialidade desses moradores” (Costa et al., 2007, p. 21).

Perda ou alteração de vínculos está muito perto do que se entende por desterritorialização, muitas vezes ligada à mudança do meio, a uma inovação ou redefinição de poderes (Haesbaert, 2004; Raffestin, 1987). Práticas de ocupação, uso e a sua compreensão são formadores de um conjunto-contexto socioespacial

pertinente à apropriação. Trazem consigo o sentido de território inventado, vinculado ao grupo praticante por estabelecerem diálogo e tensão com as externalidades.

Como os vínculos são em suma engates de territorialidade, agrego no próximo tópico algumas referências teóricas sobre apropriação, espaço social e território.

Espaço social, apropriação e território

Espaço social é um termo trabalhado como conceito importante nas ciências sociais⁵. Na Geografia tem sido recurso de enfatizar a conotação de espaço geográfico acionado, utilizado e percebido (Johnston; Gregory; Smith, 2000; Di Méo; Buléon, 2007). Apesar de ser amplo o espectro de sua aplicação, discute-se a seguir os sentidos em aproximação com a ideia de apropriação, modo pelo qual se pode visualizar a tensão entre espaço e território: os que são tomados por Pierre Bourdieu (2011, 2013), Henri Lefebvre (2000) e Guy Di Méo e Pascal Buléon (2007).

Se em Pierre Bourdieu (2011, 2013) a apropriação da materialidade advém das posses de capital econômico, o espaço social ocupado pelas classes também é definido pela apropriação de capital cultural e simbólico. Em sua obra atribui-se o seu conhecimento como estudo do campo social. Para esse autor, a posse e a apropriação de capital definem posições e permitem controlar privilégios, assim como também empurram classes sociais a localizações desprovidas deles.

A ausência de capital leva ao seu paroxismo a experiência da finitude: ela acorrenta a um lugar. Inversamente, a posse do capital garante, além da proximidade física (residência) em relação aos bens raros, a quase ubiquidade que torna possível o domínio econômico e simbólico dos meios de transporte e de comunicação (e que é frequentemente redobrado pelo efeito da delegação, poder de existir e de agir a distância por interposta pessoa) (Bourdieu, 2013, p. 137).

O espaço social, então, se constitui por um jogo de relações dependente das posses materiais e simbólicas. O corpo (o indivíduo biológico) e suas posses estabeleceriam no espaço as distinções, o valor diferencial entre suas regiões.

Apropriação para Henri Lefebvre (2000) não se simplifica por posses de bens, sejam eles materiais ou simbólicos, mas pela constituição de um espaço inteiramente apropriado. Vê a cidade antiga como um espaço próprio, no qual a dominação e a apropriação se combinam, mas com sinais de excisão a partir do Império Romano, com o surgimento do Fórum. Com o enfoque regressivo-progressivo identifica mudanças e complexidades que se

⁵ Ver no artigo “O espaço social e suas representações”, de António Fernandes (1992), as diferentes compreensões de espaço social na sociedade e na Sociologia.

interpõem, como pela formulação de um espaço abstrato (um concebido com a intencionalidade de impor ordem, dominação) e as contradições instauradoras de conflitos entre as necessidades da reprodução das relações⁶ e as da produção do espaço no neocapitalismo moderno.

Para ele a combinação perdida mediante a produção do espaço recoloca a apropriação como prática contraposta à dominação. Desse modo:

O resultado, sobre o terreno, é uma extraordinária dualidade de espaços, que dá por sua vez a impressão de uma dualidade de poder político: de um equilíbrio instável, de uma explosão rapidamente inevitável. Impressão enganosa, já que estão precisamente atestadas as capacidades repressivas e integradoras do espaço dominante. A dualidade continuará, e, se não tiver lugar uma inversão da situação, o espaço dominado se degradará. “Dualidade” quer dizer contradição e conflito (Ibid., p. 405).

Temos aqui a sinalização de que a apropriação implica a capacidade criativa de um grupo “de uma fração de classe ativa, de um ‘agente’ ou ‘atuante’ (...) [que produz o espaço] com os meios e recursos a seu alcance (forças produtivas, técnicas, conhecimentos, meios de trabalho etc.)” (Ibid., p. 169).

A atuação⁷ qualifica nossas geografias pelos aspectos práticos e simbólicos presentes: pela conotação social atribuída ao espaço. Para Guy Di Méo e Pascal Buléon (2007) será necessário decifrá-lo a partir dos atores, suas representações e seus comportamentos, os indivíduos, grupos ou instituições capazes ou habilitados a investir no espaço, territorializando-o. Para estes geógrafos “numerosos atores e agentes sociais se espacializam, ou melhor, se territorializam, na medida em que a relação privilegiada (de designação, apropriação, qualificação) que mantém com seu espaço de ação transforma-o em território” (p. 31). Explicitam, contudo, que essa ação se dá desde as formas “mais triviais (delimitação de uma parcela, edificação de uma casa, no caso do agente mais que o ator) até as mais fundamentais: criação de uma cidade, de uma barragem, de uma rede de transportes” (Ibid.).

Com tal entendimento será fundamental discernir entre as ações que reproduzem as relações de produção e as de criação de territorialidades concebidas como ação não apenas sobre a materialidade e o ordenamento territorial, mas também sobre o conjunto das relações estabelecidas em apropriação. Ação como obra, como propôs Henri Lefebvre, é criação que possui “*horizonte de sentido*: uma

multiplicidade definida e indefinida, uma hierarquia que se modifica, de modo que num ou noutro sentido podem passar a um primeiro plano em um momento dado, por e para uma ação” (2000, p. 255) [grifos no original].

A ação orientada pela intencionalidade da apropriação que um grupo-ator – um grupo atuante – elabora deve ser vista por sua capacidade de criação e estabelecimento de tensão com o espaço social. O grupo age a partir de seu coletivo e para um coletivo, ou melhor: um espaço coletivo⁸. Contudo, isso também implica limitações e preponderantemente não se traduz por modificações globais do espaço social.

Como a discussão se refere à situação entrelaçada de território e espaço, é muito oportuno interpor duas importantes referências: a reflexão de Rogério Haesbaert (1997, 2004) e de Robert Sack (2009). Rogério Haesbaert compreende o território tanto pela apropriação como pela relação de dominação, desdobrando-se ao longo de um “continuun que vai da dominação político-econômica mais ‘concreta’ e ‘funcional’ à apropriação mais subjetiva e/ou ‘cultural-simbólica” (2004, p. 95)⁹. A excisão exposta por Henri Lefebvre (2000) – também considerada por Rogério Haesbaert – implica um diferencial notável, pois a dominação necessita da “fabricação” de um referente unificador dos sentidos, que, ao contrário de elaborar uma criação como um conjunto das relações estabelecidas em apropriação, organiza o espaço para a obediência, a disciplinarização. No neocapitalismo moderno, Henri Lefebvre destaca a ausência quase plena da apropriação e a instauração ordenada de um espaço social orientado para a reprodução das relações de produção.

Pode-se ver nas diversas categorias que Robert Sack (2009) enumera, as quais aparecem cada vez mais nas sociedades capitalistas modernas (classificação, manutenção de controle, reificação do poder, estipulação de normas públicas que reforçam a impessoalidade etc.) a atribuição de elementos territoriais orientados para a dominação. Não obstante, ele adverte que “os territórios são formas das relações espaciais socialmente construídas e, seus efeitos, dependem de quem está controlando quem e por qual propósito” (p. 216).

Encontra-se aqui um paradoxo: por um lado da questão há a excisão apropriação-domação e, de outro, uma junção de ações e formas territoriais que produzem um complexo espaço social impregnado de territorializações. Para deslindar isso, é preciso trazer à compreensão três modalidades de abstração do espaço social, que se fecham no mesmo princípio:

⁶ Para Henri Lefebvre (2000), no neocapitalismo moderno três níveis de relações se entrelaçam na estruturação do espaço social: a reprodução biológica; a reprodução da força de trabalho e a reprodução das relações sociais de produção, quer dizer, as relações constitutivas da sociedade como tais. Fazem parte do espaço social, além destas relações, as representações simbólicas que as mantêm em estado de coexistência e coesão.

⁷ Com esse termo, seguindo a sugestão aberta na obra de Henri Lefebvre (2000), entendo que se pode demarcar a ação como ato próprio e vinculado a um campo, como exercício de atividade trazida da ideia para a prática, para manifestar influência e pressão. Para acolher o significado de ação e representação.

⁸ Cf. Claude Dubar (2008, p. 60) a “subjetividade do ator é (...) mobilizada por suas estratégias de poder (não no sentido de dominação, mas de influência, incluindo a cooperação e a aliança), (...) uma subjetividade inteiramente subordinada à ação coletiva” [grifos no original]. Ver também a concepção de ator-sujeito em Alain Touraine (1999).

⁹ Como se pode ver na presente discussão, a prática da apropriação possui aspectos materiais implicados, o que também atesta a inseparabilidade entre as coisas tangíveis e intangíveis.

1. *Primeira abstração*: De um poder regulador legítimo sobre o território pelo Estado e a dominação social (um atributo das relações de produção capitalistas) como coisas separadas. Essa abstração, um argumento central da ideologia burguesa, ergueu-se contra os interesses que faziam vir do poder sobre a terra anterior as possibilidades de extrair excedentes de produção, de acumular riquezas;
2. *Segunda abstração*: Os argumentos solidificados na construção da modernidade, de constituir o indivíduo pessoal, um sujeito abstratamente universal equivalente em direitos (embora não efetivos), portanto, apto à realização do contrato;
3. *Terceira abstração*: De um espaço no qual os objetos e relações, em essência, orientados para a reprodução das relações de produção, aparecem apenas como formas geográficas, antropológicas, econômicas e arquitetônicas.

Esse espaço abstrato, mais que qualquer outro, “à medida que ligado ao intercâmbio (de bens e mercadorias, palavras, escritos etc.), implica consenso” (Lefebvre, 2000, p. 70). Esse consenso se elabora nos âmbitos territoriais da política, no Estado-Nação e nas segmentações dos territórios de sua jurisdição, suas regiões, departamentos ou unidades federadas.

Com efeito, a condição de possibilidade da relação social de produção mercantil é representada pela organização política estatal, que a um só tempo manifesta a garantia de reprodução daquela relação antagonista por essência, sob a forma de capital, e a dissimula sob a forma de interesse geral, destacado dos interesses específicos e concretos dos sujeitos sociais por ela mesmos constituídos. Por esse modo, o Estado aparece como um terceiro sujeito, (...) como forma essencial e inafastável da organização política da sociedade, sem que isso signifique que seja um instrumento utilizado intencionalmente para favorecer esta ou aquela classe social. (Alves, 1987, p. 275-276) [Grifos no original].

Se a noção de cada pessoa se constituir como sujeito político pactuante de um corpo coletivo, do qual lhe seriam garantidas vantagens dessa participação não se efetiva em concretude, é o seu pertencimento ao território no qual são juntados os aspectos vividos, os referentes culturais imbricados com as ideologias e os interesses de setores da atividade econômica, classes sociais e regiões o que produz a legitimidade ao poder político (Heidrich, 2000). Nesse sentido, sendo o Estado um ator territorial, não lhe advém diretamente o vínculo a um grupo atuante, como no caso da apropriação, mas de uma sociedade política imaginada como nacional.

O espaço social da nação – territorializado – compreende dois momentos, duas condições: um mercado, “um conjunto complexo de relações comerciais e de redes de comunicação”; uma violência, “a do Estado Militar (feudal, burguês, imperialista etc.)” (Lefebvre, 2000, p. 133). Nele estão em jogo junto à vida praticada as representações do espaço, pelas quais se elaboram os códigos mantenedores do ordenamento cotidiano, os conhecimentos e signos estruturadores do espaço

abstrato e os espaços de representação, o espaço vivido, (os simbolismos não oficiais da vida social e da arte): “um espaço passivamente experimentado, em que a imaginação deseja modificar e tomar” (Ibid., p. 98). Trata-se de um espaço tenso, que contém tanto a possibilidade da “fabricação” de um referente unificador dos sentidos assim como a de elaborar a alteridade e a apropriação. Para explorar um pouco dessa questão, retomo comentários com enlaces empíricos sobre os vínculos territoriais em situações de tensões e conflitos territoriais.

Apropriação e conflitos territoriais

Nas ocupações irregulares na cidade de Porto Alegre podem-se notar duas estratégias: (1) a busca da cidade, como alternativa ao mercado de terras urbano, não apenas para a moradia, mas para acesso ao conjunto de atributos desse espaço, como o de centralidade que reúne as possibilidades de trabalho, acesso a serviços de saúde, escola para os filhos etc.; (2) por integrarem-se à cidade, as áreas ocupadas ganham as qualidades do espaço urbano, permitindo alçar a negociação da área ocupada como estratégia de reprodução social (auferir renda) e ao mesmo tempo, então, agir na reprodução do mercado de terras (Heidrich et al., 2016).

Junto às ocupações, mesmo com a diversidade de situações existentes, havendo associativismo ou não, os espaços são compartilhados. Ganham feições de comunidade e projetam-se para a cidade como um território identificado. Nesse “diálogo” estabelecem-se tensões com os territórios da cidade, por serem espaços tomados à revelia das relações formais e de mercado e por demandarem medidas de urbanização. Reproduzem a própria cidade, estendendo seu tecido, demandando ampliação de serviços, assimilando e antagonizando-se com suas lógicas. De modo ambivalente, a ocupação se faz como territorialidade criadora – uma apropriação – e como reprodução das relações de dominação. Assim, o conflito não se dá apenas entre a ocupação e a cidade, mas também no interior da própria ocupação.

Rosa Maris Rosado (2009b) observou a prática da apropriação do espaço de um galpão de reciclagem, com o emprego de táticas de preservação de acesso àquele território, mediante a criação de um modo de agir no habitus da reciclagem. A autora compreendeu o galpão como um espaço de resistência de um grupo de pessoas normalmente vistas como excluídas (Rosado, 2009b).

Esse grupo produz territorialidade, mas em um território instável e fragilizado, que envolve, ao mesmo tempo, uma dimensão mais concreta, de caráter político-econômico, como forma de ordenação do espaço urbano, estratégia de disciplinarização da coleta de lixo nas ruas da cidade, até uma dimensão

simbólica e cultural por meio de uma identidade territorial atribuída ao grupo como forma de controle e apropriação do galpão, territorialidade de resistência. Essa territorialização precária se constitui como embrião de reterritorialização reflexiva que acredita na luta por reconhecimento e legitimação do seu fazer no espaço urbano (Rosado; Heidrich, 2016, p. 296-297).

As relações afetivo-simbólicas, elas importantes do agir coletivo, não garantem apenas por si a conquista, na medida em que a prática que constrói a alternativa não está isolada, sem relação com o espaço social. Perdas ocorridas nas redes colaborativas, como a redução do fornecimento de recicláveis pelo serviço de coleta municipal, implicaram a redução dos ganhos e importantes alterações. Elas impactaram os vínculos do grupo com o galpão e o afastamento de pessoas (Rosado, 2009a). O processo conduziu as participantes a voltarem à rua, como catadoras, fazendo-as reconstruírem suas táticas, alterando o campo antes garantido pelo controle do espaço do galpão.

O estabelecimento e a manutenção de um território estão diretamente relacionados aos vínculos territoriais de determinada territorialidade. Participar de um território capitalista, por exemplo, pode ser através de relações de poder – para aqueles que compartilham suas territorialidades – ou de violência – para aqueles que têm suas territorialidades corrompidas (Mitchell, 2012, p. 45).

Vermeersch (2006) aborda os vínculos territoriais e sociais no bairro Plaisance/Pernety, ao sul de Paris. O autor investiga o quanto os laços de pertencimento ao território podem ser forjados na campanha de ativistas para desenvolver uma vida local rica em trocas sociais. Os ativistas são vistos muito mais como “missionários de um projeto de sociedade” do que ativadores de uma política urbana. Portadores de um discurso em conflito com as suas práticas, eles tomam o território por um ideal de sociabilidade e, de forma mais ampla, como uma plataforma para uma sociedade ideal, mas em sentido oposto contribuem para a desconstrução dessas ideias ao praticarem a autosegregação, especialmente no quadro associativo.

O acionamento de vínculos é comum em práticas discursivas, as quais podem estar efetivamente lastreadas por atitudes de envolvimento com os territórios e suas comunidades ou reproduzir atos normativos, funcionais. Fabiano Soares Magdaleno, em análise da relação de deputados com suas regiões de inscrição eleitoral e grupos de representados, considera que

(...) além desses atores estarem vinculados a apropriações simbólicas ou efetivas de porções da superfície, exibindo assim certo grau de territorialidade, o próprio exercício da função de representante político já pressupõe, em si, uma territorialidade, entendida aqui como uma estratégia de poder que visa o controle de pessoas e coisas (Magdaleno, 2009, p. 13).

Têm sido também objeto de tensão ou conflito as relações de moradores com seus lugares de residência, em função de diferenças socioculturais, temporalidades vividas e imaginários mobilizados. Nos casos de segunda residência em balneários, o vínculo com o lugar é concebido por uma mescla de diversas significações, e muitas vezes estão ancoradas pela busca de um “bem-estar familiar” em ambiente de paisagem com beleza cênica (Fonseca et al., 2013). A “busca de um maior contato com a natureza [está] entre os principais valores atribuídos para as localidades de segunda residência, e são, neste sentido, propiciadoras de novas relações identitárias com o lugar” (p. 1.239).

A identificação com o lugar para os que chegam nem sempre incluirá a participação das pessoas mais antigas, já estabelecidas nele. A situação de moradores que migram para lugares que já possuem territorialidades plenamente constituídas faz os que chegam se confrontarem com territorialidades de que não fazem parte. A falta de coesão entre os recém-chegados e os antigos, habitantes de uma mesma localidade (Elias; Scotson, 2000), o senso de apropriação do lugar ou a evidenciada identidade dos novos grupos são fatores de tensões ou, pelo menos, de territorialidades duplas e, até mesmo, multifacetadas.

Tanto moradores novos como antigos possuem laços que os ligam com o lugar, mas, geralmente, suportados por distintas referências. Não se compartilha o mesmo imaginário, como tradições arraigadas e até mesmo as vivências conflitantes. Guy Di Méo e Jackie Pradet (1996) observaram isso junto ao Vale do Aspe, nos Pirineus Ocidentais, no qual se antepuseram dois tipos de moradores em suas compreensões relativas ao território local: os autóctones e os *neos*¹⁰. Ambos manifestam identidade com o lugar, amalgamadas por suas vivências. Se não paira dúvida disso em relação aos autóctones, como os chamados *neos* já ocupavam o lugar por uma boa quinzena de anos¹¹, também são seus habitantes. De um lado, os autóctones guardavam expectativa por modificações regionais, interligação por melhoramentos rodoviários e benefícios de crescimento econômico. Do outro, os *neos* esperavam que o vale se mantivesse tradicional e suas paisagens preservadas.

À medida que a identidade e os imaginários correspondem a práticas que afetam algum sentido da permanência dos outros grupos, vai se vendo a imbricação que elas possuem com a localização, a extensão da presença e os usos associados. Se for possível ver cada um desses aspectos como a ligação de um grupo com o lugar, um vínculo, o conjunto deles expressa uma territorialidade própria. Como estamos vendo, a territorialidade para um não coincide exatamente com a do

¹⁰ Expressões utilizadas no original, que podem ser mais bem entendidas pelos termos difundidos estabelecidos e outsiders, pois possuem significados idênticos em ambas as pesquisas de Guy Di Méo e Jackie Pradet (1996) e de Norbert Elias e John Scotson (2000).

¹¹ Considerando a data de referência da publicação e de realização da pesquisa, o período das mudanças é dos anos 1970.

outro grupo. Duas manifestações podem decorrer, então: (a) coexistirem as territorialidades e (b) manifestarem conflito. Quando uma delas projeta-se afetando a projeção da outra (em mesmo plano), estabelece-se o conflito.

Nas encostas e vales da Serra Geral, no entorno da Reserva Biológica da Serra Geral (RBSG), município de Maquiné, no Rio Grande do Sul, há pequenos estabelecimentos de produtores familiares dentre os quais muitos conservam as práticas agrícolas de subsistência (Heidrich, 2009). A agricultura praticada ali se vê bastante condicionada pelo avanço da mata e pelas medidas restritivas de uso da terra no entorno da área protegida. Em algumas localidades dessa encosta há novos habitantes, proprietários de segunda residência ou moradores ecologistas, além do retorno de população migrante, os quais se encontram agora na condição de trabalhadores aposentados de profissões urbanas, diferentemente dos que permaneceram ali. Tanto os novos moradores como os retornados veem o lugar como um território de cuidado ambiental, qualidade de vida, e de modo geral não almejam transformações como melhorias de estradas ou políticas de fomento para uma economia agrícola, fatores esses que não beneficiam a permanência dos pequenos produtores familiares.

O modo como os grupos têm assento no lugar é equivalente (um estabelecimento rural), porém os imaginários e os usos diferem entre si. Como cada um deles é um grupo singular, o modo com constituem suas relações naquele lugar precisa ser compreendido por seus distintos vínculos. Mesmo que no contexto geral compartilhem o mesmo e único espaço, qualquer um dos grupos tem seu modo particular de pertencer à mesma geografia, além de praticarem e se orientarem por seus próprios usos. Não estando em evidência em nenhum dos casos alguma estratégia de controle, a não ser a que define o território da Unidade de Conservação, o que se expressa, por fim, são também territorialidades distintas. Todos os grupos pertencem à sociedade nacional que estabelece a RBSG como área protegida, mas são apenas os novos proprietários e os retornados os que não têm sua permanência afetada por ela. Há, nesse sentido, a projeção de territorialidades em mesmo plano, isto é, em conflito. Se o que demarca as limitações de uso são normativas nacionais, contudo os pequenos produtores veem não apenas o Estado como seu opositor, mas também os retornados, os ecologistas e os moradores de segunda residência.

O conflito territorial entre atores institucionais e coletividades ganha cada vez mais recorrência nas sociedades racionais (Sack, 2009). De um lado encontram-se as relações de poder sobre o espaço das instituições e, de outro, dos indivíduos, grupos ou comunidades (Foucault, 1997, 2001; Raffestin, 1993). Esse conflito entre poder de regulação e usos tradicionais tem evidenciado o acondicionamento e de certa forma a reclusão (Haesbaert, 2006, 2008a, 2008b e 2014) por que passam os grupos e comunidades indígenas e quilombolas, como também a limitação do fazer de populações tradicionais em áreas protegidas. Essas territorialidades não possuem natureza essencialmente política. Antes de se projetarem com tal objetivação,

são territorialidades sociais nas quais a apropriação dos bens, o uso da materialidade e os imaginários são coletivos (Little, 2003). Por outro lado, a regularização e a proteção de terras são funções de Estado, pelas quais não se aceita outras formas de territorialidade que não seja o estabelecido legalmente (Sahr; Sahr, 2009).

Tem-se por isso a noção de que se trata de assimetrias de poderes, muito desiguais. Ainda assim, esses espaços regulados são justamente aqueles em que as práticas de apropriação são absolutamente necessárias.

A prioridade, ou mesmo as decisões sobre os usos e destino de um território, responde também às distintas visões sociais de mundo e expressam práticas sociais, materializando-se dialeticamente no espaço-tempo, o que pode ser observado no processo de criação [de uma área protegida]¹². O choque entre uso e apropriação traz as [Unidades de Conservação] de proteção integral como simulacros de território [sic], simulados para a preservação/proteção, que negligencia as necessidades locais, em especial aquelas fora do preestabelecido – ao circunscrito enquanto “parque” (Monteiro; Pereira; Del Gaudio, 2012, p. 425).

Na situação de conflito entre os apanhadores de flores sempre-vivas e do Parque Nacional das Sempre-Vivas, uma reapropriação daquele espaço para a prática do extrativismo pelas populações tradicionais foi possível após ampla mobilização e negociação com os órgãos responsáveis. Segundo as autoras, os campos são concebidos como áreas de uso comum pelos moradores e coletar as flores sempre-vivas refunda sentidos para além do econômico. As comunidades “qualificam a serra e os campos quanto a ancestralidade, afetividade, prazer, liberdade, trabalho, renda e tradição” (Ibid., p. 429).

Essa discussão nos aponta para o reconhecimento de territorialidades locais como espaços ocupados, praticados e imaginados de grupos e coletividades. Como são expressões de território, podem se encontrar em tensão com as demais territorialidades, de outras coletividades ou grupos ou das integrações sociopolíticas máximas – os territórios nacionais, notadamente. No entrechoque com a territorialidade hegemônica, entretanto, ganha expressão a força do que é funcional-racional, político-estatal, legitimado pelos referentes cotidianos da identidade nela elaborada. A qui lo que é o âmbito geral das sociedades políticas está apoiado em práticas disciplinares gerais e estratégias de contenção territorial (Haesbaert, 2008a). Emanam de um consentimento legítimo auferido ao Estado (Bobbio, 1987; Castro, 2005). Desse modo, o estudo das territorialidades locais não se separa da compreensão sobre as territorialidades mais amplas e as razões pelas quais nos vinculamos a elas.

¹² Neste caso, o Parque Nacional das Sempre-Vivas.

Para ir adiante

As territorialidades humanas dizem respeito ao fazer de um ator social, que pode ser uma instituição, um grupo ou uma coletividade. Desenrolam-se a partir de distintas instâncias e provocam relações que abarcam desde os indivíduos e seus grupos como as realidades integrais das sociedades, seja o que for material como também imaterial (Di Méo; Buléon, 2007). Devemos compreendê-la como uma manifestação própria do humano: como sua expressão em sociedade e cultura. Com este enfoque nos é permitido “ênfatar que os lugares nos quais estão inscritas as existências humanas foram construídos pelos homens, tanto pela sua ação técnica e como pelo discurso que eles mantêm sobre ela” (Claval, 1996, p. 97)¹³ O território é o espaço, a paisagem e o lugar tomados em ocupação ou atribuição de funções, um meio geográfico apropriado ou dominado e compreendido nessa relação. Estando diretamente associado à ação, um importante aspecto é o seu uso coletivo.

Quando se faz parte de um determinado agrupamento humano, ao mesmo tempo se vivenciam as relações com o espaço ocupado por esse grupo. Permanecer numa determinada área de modo continuado e repetido e compreender uma história da qual se participa constrói a experiência que liga o indivíduo ao grupo e a seu respectivo espaço de con-vivência e uso. Pode-se não conhecer de forma direta a totalidade do território e da sociedade nos quais estamos inseridos, mas, se tomamos conhecimento de-les, se recebemos notícias por meios de comunicação, tende-se a assimilar a ideia de que essa totalidade nos diz respeito (Hall, 2016; Jovchelovitch, 2011).

Nas sociedades em que sua formação não se centraliza na etnicidade de um povo pode-se desenvolver múltiplas identificações (Brandão, 1986), dada a diversidade de experiências e condições socioeconômicas e culturais. Uma delas, em especial, é vivida por todos sem exceção: a que estabelecemos com o território. Todavia, é possível que as vivências territoriais sejam ampliadas, particularmente nas condições atuais de circulação e comunicações. Experiências como as vividas nas territorialidades derivadas de deslocamentos forçados ou das populações tradicionais permitem manter identidades com lugares vividos originais, juntamente à construção das referências socioculturais compartilhadas com a de coletividades mais amplas. Na sobreposição de territorialidades, ao mesmo tempo se pode ter fortes ligações com uma etnia e com uma nação (Vargas, 2008; Lima, 2013). As identidades por si mesmas não são autoexcludentes, mas as territorialidades a elas pertinentes podem expressar tensão ou conflitos.

Parece-me necessário adotar um esquema metodológico, à semelhança dos conceitos de forma, função, processo e estrutura, que propôs para o estudo da organização espacial (Santos, 2008). Como se discutiu aqui, porém, o estudo das territorialidades necessita a compreensão da ação vinculada a seu agente ou ator, uma instituição, coletividade ou grupo. Instituições e sujeitos coletivos encontram-se com a equivalente qualidade de agentes e atores capazes de inventar/construir territorialidades (Tizon, 1996) e, além disso, expressar vínculos com o simbolismo e imaginários a eles vinculados. Com um foco assim projetado, acredito que nos capacitamos a seguir o discernimento proposto por Henri Lefebvre (2000), dos âmbitos da dominação e da apropriação, da formulação dos espaços para a reprodução das relações de produção e dos espaços praticados pelos grupos, estes, em consonância ou antagonismo com aquele.

Três aspectos imbricados envolvem a noção de que as territorialidades humanas implicam inseparabilidade entre materialidade e imaterialidade: (a) constituindo um poder pela ocorrência e presença, pelo domínio ou apropriação, (b) por meio das ações, as práticas espaciais, (c) e imaginários e suas representações.

Como foi possível verificar, as situações de vínculo com o espaço são variantes. Algumas envolvem autêntica prática de apropriação, enquanto outras se veem submetidas ao espaço social produzido no neocapitalismo moderno. Por isso, a simples identificação de uma territorialidade apenas a demonstraria como uma manifestação singular, uma coexistência em multiterritorialidade sem expressar tensão (Heidrich, 2010). Como vimos, algumas expressam tensão em seu próprio interior, na medida em que são construídas com práticas de apropriação e ao mesmo tempo de reprodução do espaço social dominante. Outras ainda se veem em conflito com variantes territorialidades locais ou com o espaço social dominante. As territorialidades podem expressar antagonismo mesmo que as identidades que as suportam sejam de um mesmo grupo. Alguns conflitos envolvem a assimetria de poder entre instituições e grupos, assim como se evidencia o recrudescimento do viver multiterritorial (Haesbaert, 2004, 2014).

Dada essa complexidade, ganha importância o estudo sobre as territorialidades locais e as tensões e os conflitos a elas associados. A prática da apropriação não parece estar isenta do tensionamento com o espaço social dominante, da mesma forma que a obra de arte provoca e cria textura, como se o espaço fosse ali “vergado”, estabelecendo dificuldades para a inércia. A forma como permanência, ocupação, não se fixa se a ela não estiver associada a ação como uso para a criação de um valor intrínseco e o imaginário colado a ela (Heidrich, 2013). Desse modo, o vínculo necessita do grupo atuante – um

¹³ Ver também em Rogério Haesbaert (2014) a proposição de abordar o território por três aspectos: processo, fronteira e identidades múltiplas.

ator socioterritorial –, pois território se efetiva mesmo quando envolve coletivos. Como método, a identificação desses elos isoladamente revelaria ainda o que estaria por fazer ou acontecer para efetivar a tensão apropriada com o espaço. A hipótese de estar a caminho, quem sabe não estaria revelando alguma de suas qualidades, ou seja, territorialidades se expressando em lugares, corações e mentes?

Referências

- ALMEIDA, A. W. B. (2008). *Terra de quilombo, terras indígenas, "babaçuais livre", "castanhais do povo", faxinais e fundos de pasto: terras tradicionalmente ocupadas*. 2. ed. Manaus: PGSCA-UFAM. 184 p.
- ALVES, A. C. (1987). *Estado e ideologia. Aparência e realidade*. São Paulo: Brasiliense. 362 p.
- ANDRADE, L. T.; SILVEIRA, L. S. (2013). Efeito território. Explorações em torno de um conceito sociológico, In: *Civitas*, Porto Alegre: PUCRS, vol. 13, n. 2, p. 133-144.
- BOBBIO, N. (1987). *Estado, governo, sociedade. Para uma teoria geral da política*. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- BRANDÃO, C. R. (1986). *Identidade e etnia: construção da pessoa e resistência cultural*. Petrópolis: Vozes. 173 p.
- BONNEMAISON, J.; CAMBRÉZY, L. (1996). Le lien territorial: entre frontières ET identités. In: *Géographie et Cultures*, n. 20, Paris: L'Harmattan, p. 7-18.
- BOURDIEU, P. (2011). *A distinção. Crítica social do julgamento*. 2. ed. Porto Alegre: Zouk. 556 p.
- _____. (2008). Efeitos de lugar. In: BOURDIEU, Pierre (org.). *A miséria do mundo*. Petrópolis: Vozes, p. 159-166.
- _____. (2013). Espaço físico, espaço social e espaço físico apropriado. In: *Estudos Avançados*, São Paulo: IEA/USP, vol. 27, n. 79, p. 133-144.
- CASTRO, I. E. (2005). *Geografia e política. Território, escalas de ação e instituições*. Rio de Janeiro: Bertrand-Brasil. 304 p.
- CLAVAL, P. (1996). Le territoire dans la transition a la Postmodernite. In: *Géographie et Cultures*, n. 20, Paris: L'Harmattan, p. 93-112.
- COSTA, J. M. et al. (2007). Território e qualidade de vida: complexidades socioespaciais do morador de rua em Porto Alegre, RS, Brasil. *Hologramática*, Buenos Aires: Facultad de Ciencias Sociales – UNLZ, vol. IV, n. 7, p. 23-47.
- DI MÉO, G.; PRADET, J. (1996). Territoire vécu et contradictions sociales: le cas de la vallée d'Aspe (Pyrénées occidentales). In: DI MÉO, G. (org.). *Les territoires du quotidien*. Paris: L'Harmattan, p. 51-86.
- DI MÉO, G.; BULÉON, P. (2007). *L'espace social. Lecture géographique des sociétés*. Paris: Armand Colin. 304 p.
- DUBAR, C. (2008). Agente, ator, sujeito, autor: do semelhante ao mesmo. In: *Desigualdade & Diversidade*, Rio de Janeiro: PUC, n. 3, p. 56-69.
- ELIAS, N.; SCOTSON, J. L. (2000). *Os estabelecidos e os outsiders: sociologia das relações de poder a partir de uma pequena comunidade*. Rio de Janeiro: Zahar Ed. 224 p.
- ESCOREL, S. (2000). Vivendo de teimosos: moradores de rua da cidade do Rio de Janeiro. In: BURSZTIN, Marcel (org.). *Nômades, excluídos e viradores: no meio da rua*. Rio de Janeiro: Garamond, p. 139-171.
- FERNANDES, A. T. (1992). Espaço social e suas representações. In: *Revista da Faculdade de Letras*. Porto: Universidade do Porto, vol. 2, p. 61-99.
- FERNANDES, B. M. (2000). Movimento social como categoria geográfica. In: *Terra Livre*, São Paulo, n. 15, p. 59-85.
- FONSECA, M. A. P. et al. (2016). Segunda residência e a construção dos vínculos identitários territoriais no Polo Costa das Dunas/RN/Brasil. In: *Pasos. Revista de Turismo y Patrimonio Cultural*, v. 14, n. 5, p. 1229-1240.
- FOUCAULT, M. (1997). *Vigiar e punir: nascimento da prisão*. 16. ed. Petrópolis: Vozes. 262 p.
- _____. (2001). *História da sexualidade*. 14. ed. Rio de Janeiro: Graal. 3 v.

- HAESBAERT, R. (2004). *O mito da desterritorialização. Do “fim dos territórios” à multiterritorialidade*. Rio de Janeiro: Bertrand-Brasil. 400 p.
- _____. (2006). Muros, “campos” e reservas: os processos de reclusão e exclusão territorial. In: SILVA, J. B. da; LIMA, L. C.; ELIAS, D. (orgs.). *Panorama da Geografia Brasileira*. Vol. 1. São Paulo: AnnaBlume; Anpege, p. 23-48.
- _____. (2008a). Sociedades biopolíticas de in-segurança e des-controle dos territórios. In: OLIVEIRA, M. P. de; COELHO, M. C. N.; CORRÊA, A. de Mello (orgs.). *O Brasil, a América Latina e o Mundo: espacialidades contemporâneas (II)*. Rio de Janeiro: Lamparina; Faperj; Anpege, p. 30-45.
- _____. (2008b). Dos múltiplos território à multiterritorialidade. In: HEIDRICH, A. L.; COSTA, B. P. da; PIRES, C. L. Z.; UEDA, V. (orgs.). *A emergência da multiterritorialidade: a resignificação da relação do humano com o espaço*. 1. ed. Porto Alegre; Canoas: Editora da UFRGS; Editora da ULBRA, p. 19-36.
- _____. (2014). *Viver no limite*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil. 320 p.
- HALL, S. (2016). *Cultura e representação*. Rio de Janeiro: Ed. PUC-Rio; Apicuri. 260 p.
- HEIDRICH, A. L.; CARVALHO, O. A. (2001). Territorialidades de exclusão e inclusão social: relações da sociedade com o espaço em situações de pobreza e de construção de vida econômica e de consciência. In: *VIII Encuentro de Geógrafos de América Latina*. Santiago de Chile: Universidad de Chile, v. 1, p. 74-80.
- HEIDRICH, A. L. (2000). *Além do latifúndio*. Porto Alegre: Editora da UFRGS. 212 p.
- _____. (2006). Territorialidades de exclusão e inclusão social. In: REGO, N.; MOLL, J.; AIGNER, C. (orgs.). *Saberes e práticas na construção de sujeitos e espaços sociais*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, p. 21-44.
- _____. (2009). Conflitos territoriais na estratégia de preservação da natureza. In: SAQUET, M. A.; SPOSITO, E. S. (orgs.). *Territórios e territorialidades. Teorias, processos e conflitos*. São Paulo: Expressão popular, p. 271-290.
- _____. (2010). Espaço e multiterritorialidade entre territórios: reflexões sobre a abordagem territorial. In: PEREIRA, S. P.; COSTA, B. P.; SOUZA, E. B. C. (orgs.). *Teorias e práticas: análises espaçotemporais*. São Paulo: Expressão Popular, p. 25-35.
- _____. (2013). Estratégias e problemas da ocupação irregular em Porto Alegre. In: *14º Encuentro de Geógrafos de América Latina*. Lima: Unión Geográfica Internacional – Comité Nacional Perú, p. 1-20.
- _____. (2013). Território e cultura: argumento para uma produção de sentido. In: HEIDRICH; Álvaro L.; COSTA, Benhur P.; PIRES, Cláudia L. Z. (orgs.). *Maneiras de ler: geografia e cultura*. 1. ed. Porto Alegre: Imprensa Livre; Compasso Lugar Cultura. p. 52-61.
- HEIDRICH, A. L. et al. (2016). A ocupação irregular como estratégia de conquista da cidade. Enfoque sobre os aspectos territoriais do problema em Porto Alegre. In: HEIDRICH, A. L.; SOARES, P. R. R.; TARTARUGA, I. G. P.; MAMMARELLA, R. (orgs.). *Estruturas e dinâmicas socioespaciais urbanas no Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Letra 1; Observatório das Metrôpoles, p. 229-258.
- HELLER, A. (1992). *O cotidiano e a História*. 4. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra. 121 p.
- JOHNSTON, R. J.; GREGORY, D. ; SMITH, D. (eds.). (2000). *Dicionário Akal de Geografia Humana*. Madri: Akal. 592 p.
- JOVCHELOVITCH, S. (2011). *Os contextos do saber*. 2. ed. Petrópolis: Vozes. 344 p.
- LEFEBVRE, L. (2000). *La production de l'espace*. 4. ed. Paris: Anthropos. 485 p.
- LIMA, L. N. M. (2013). A constituição de um território identitário pela garantia dos direitos fundiários: o Sítio Histórico e o Patrimônio Cultural Kalunga. In: *Sociedade & Natureza*. Uberlândia, vol. 25, n. 3, p. 503-512.
- LITTLE, P. E. (2003). Territórios sociais e povos tradicionais no Brasil: por uma antropologia da territorialidade. In: *Anuário Antropológico*, Rio de Janeiro, p. 251-290.
- MAGDALENO, F. S. (2009). Vínculos territoriais de compromisso dos deputados Federais do Estado do Rio De Janeiro. In: *XII Encuentro de Geógrafos de América Latina*. Caminando em uma América Latina em transformación. Montevideo: Universidad de la República, p. 1-31.
- MARQUES, F. C.; OLIVEIRA, D. (2016). Agricultura ecológica al sur de Brasil: de alternativa a contratendencia. In: *Iconos*, Quito, n. 54, p. 87-106
- MITCHELL, A. S. (2012). Do território aos vínculos: A construção do conceito de vínculos territoriais. In: *Boletim Gaúcho de Geografia*, Porto Alegre, n. 38, p. 35-52.
- MORAES, A. C. R. (2013). *Território na Geografia de Milton Santos*. São Paulo: Annablume. 126 p.
- POLLAK, M. (1992). Memória e identidade social. In: *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro: FGV, vol. 5, n. 10, p. 200-212.
- RAFFESTIN, C. (1987). Repères pour une théorie de la territorialité humaine. In: *Cahier Groupe Reseaux*, n. 7. p. 2-22.
- _____. (1993). *Por uma geografia do poder*. São Paulo: Ática. 269 p.

- ROBAINA, I. (2013). Nas margens do centro: As populações de rua, suas sobrevivências e os espaços das grandes metrópoles. In: *Caderno de Geografia*, v. 23, n. 40, p. 1-14.
- ROSADO, R. M. (2009a). Na esteira do galpão: catando leituras no território cotidiano da reciclagem do lixo de Porto Alegre/RS. (Tese de Doutorado). Porto Alegre: UFRGS. 333 p.
- _____. (2009b). Uma leitura bourdiana do jogo do lixo. *Interacções*, v. 5, p. 230-253.
- ROSADO, R. M.; HEIDRICH, A. L. (2016). Leituras na esteira do galpão: catadores, território e educação ambiental. In: AMARO, Aurélio A.; VERDUM, Roberto (orgs.). *Política Nacional de Resíduos Sólidos e suas interfaces com o espaço geográfico: entre conquistas e desafios*. Porto Alegre: Letra 1, p. 285-308.
- SACK, R. D. (1986). *Human territoriality*. Cambridge: Cambridge University Press. 256 p.
- SAHR, C. L.; SAHR, W. (2009). Território-faxinais-espaços. A problemática "espaço/território" na formação social brasileira. In: SAQUET, M. A.; SPOSITO, E. S. (orgs.). *Territórios e territorialidades. Teorias, processos e conflitos*. São Paulo: Expressão popular, p. 143-174.
- SANTOS, M. (2008). *Espaço e método*. 5. ed. São Paulo: Edusp. 118 p.
- SILVA, T. P. da; ALMEIDA, Rosemeire A. (2002). A experiência do trabalho coletivo e as transformações territoriais no assentamento São Manoel, em Anastácio/MS. In: *Geografia*, Rio de Janeiro, vol. 11, n. 2, p. 185-193.
- SILVEIRA, M. L. (2011). Território usado: dinâmicas de espacialização, dinâmicas de diversidade. In: *Ciência Geográfica*, Bauru, vol. 15, n. 1, p. 4-12.
- TIZON, P. (1996). Qu'est-ce que le territoire? In: DI MÉO, G. *Les territoires du quotidien*. Paris; Montreal: L'Harmattan, p. 17-34.
- TOURAINÉ, A. (1999). *Poderemos viver juntos?: iguais e diferentes*. Petrópolis: Vozes. 387 p.
- VARGAS, I. A. (2008). Territorialidades e representações dos Terena da terra Indígena Buriti (MS). In: SERPA, A. (org.). *Espaços culturais: vivências, imaginações e representações*. Salvador: EdUFBA, p. 91-115.
- VERMEERSCH, S. (2006). Liens territoriaux, liens sociaux: le territoire, support ou prétexte? Paris: *Espaces et sociétés*, n. 126, p. 53-68.

INTERCULTURALIDADE E GEOGRAFIA: UM DEBATE ESPACIAL DAS RELAÇÕES CULTURAIS

Benhur Pinós da Costa*

Universidade Federal de Santa Maria**

Resumo: O texto discute a relação entre culturas, ou interculturalidade, na perspectiva da Geografia humanista, enfocando, principalmente, a fenomenologia e o existencialismo. Insere, também, elementos teóricos e conceituais das Geografias feministas. O objetivo principal é discutir as relações e os distanciamentos cotidianos de sujeitos portadores de cultura e identidade, que reflete no preconceito e na discriminação vivida no dia a dia das relações nos diferentes espaços sociais. Entende, assim, os espaços relacionais cotidianos como lugares de encontro de diversidades de sujeitos portadores de cultura cujos corpos já se definem como interseccionais e, assim, híbridos de cultura. Propõe uma pedagogia geográfica de construção de espaços de reconhecimento das diferentes culturas a partir da evidência existencial da interculturalidade, já contida nos corpos em relação.

Palavras-chave: Geografia. Interculturalidade. Interseccionalidade. Cotidiano.

INTERCULTURALITY AND GEOGRAPHY: A SPATIAL DEBATE ON CULTURAL RELATIONS

Abstract: The text discusses the relationship between cultures, or interculturality, from the perspective of humanistic geography, focusing, mainly, on the phenomenology and existentialism. It inserts, also, theoretical and conceptual elements of feminist geographies. The main objective is to discuss the daily relations and distances of subjects with culture and identity, reflecting the prejudice and discrimination in the day-to-day relations in different social spaces. Therefore, considers the everyday relational spaces as meeting places of subjects with cultural diversities whose bodies already are defined as intersectional and, thus, hybrid culture. It proposes a geographical pedagogy construction recognition spaces of different cultures from the existential evidence of interculturalism, as contained in the bodies in relation.

Keywords: Geography. Interculturality. Intersectionality. Everyday.

Introdução

Este artigo se propõe a debater a importância de se discutir o preconceito cultural na atualidade e a dificuldade de se estabelecer uma ética realmente democrática perante as relações cotidianas, principalmente no aspecto de se colocar “no lugar do outro” e de se pensar a si mesmo como um produto restrito de experiências que impedem a possibilidade de sentir e entender as diversidades contidas no espaço social. Procura, assim, colocar algumas questões em debate para tentar construir uma possibilidade metodológica e prática de entendimento sobre o “outro” e sobre a diferença, tão importante hoje na prática cotidiana e nas possibilidades de educação sobre a diversidade. Para isso, discute a relação entre culturas, ou interculturalidade, na perspectiva da Geografia humanista, enfocando, principalmente, a fenomenologia e o existencialismo. Insere ao debate, também, elementos teóricos e conceituais das Geografias feministas.

O texto propõe uma pedagogia do reconhecimento das diferenças culturais a partir das evidências existenciais da interculturalidade e da interseccionalidade contidas nos sujeitos comuns. Entende, assim, os espaços relacionais cotidianos como lugares de encontro de diversidades de sujeitos portadores de cultura cujos corpos já se definem como interseccionais e, assim, híbridos de cultura. A proposta metodológica e pedagógica, na Geografia, remete ao ideal de desconstrução dos espaços cotidianos como fixos e munidos de determinada identidade fundante, enfatizando as formações espaciais instáveis pelo encontro de diferentes sujeitos, munidos de diferentes culturas, cujos corpos já se apresentam como evidência das interculturalidades.

Uma discussão sobre os processos culturais contemporâneos

Partimos do pressuposto de que a sociedade contemporânea se apresenta e representa uma diversidade de sujeitos e grupos sociais e que essas diversidades fundam e são fundadas por diferentes contextos e atributos culturais. Queremos debater esta “situação” contemporânea urbana que pode ser entendida como construída por um emaranhado de culturas representado por uma diversidade de grupos culturais urbanos (Oliven, 1987), cujos atributos, éticas e estéticas se constroem justamente pelo constante contato e presença próxima do “outro”, que não necessariamente se constitui em uma integração e em uma mútua aceitação.

Podemos entender a cidade contemporânea com um emaranhado de culturas, cujos atributos destas

– de culturas locais e culturas não locais, de culturas hegemônicas e culturas não hegemônicas, marginais e subalternas – sobrevivem em processos de construção e reconstrução muito dinâmicos (Geertz, 1989). O entendimento sobre as culturas remete tanto à perspectiva da tradição, como sendo fechadas e confinadas em um conjunto de valores, mitos e rituais que fixam uma identidade diferencial aos sujeitos; como por um aspecto dinâmico transformador – cujas tais formas de se mostrar (estéticas) e de agir (éticas), articuladas com certas atividades rotineiras e/ou ações grupais, que ligam expressões de corpos e crenças intersubjetivas (rituais contemporâneos), representam algo não exatamente diferente de outro conjunto cultural. Esta ideia sobre o dinamismo dos processos culturais evidencia suas construções e representações mistas e híbridas (Canclini, 1998), que ao mesmo tempo se afastam e se aproximam da alteridade em proximidade.

O entendimento das culturas urbanas, como dinâmicas e constituídas de processos de transformação e reordenamento de seus atributos, é fundamental para entender a sociedade contemporânea atual, principalmente por observar que os efêmeros “fundamentalismos culturais”, que repercutem em ações discriminatórias de certos sujeitos, são, na verdade, contextuais e situacionais. No entanto, esses pequenos e efêmeros “fundamentalismos culturais” existem e ocorrem muito sutilmente perante as relações sociais. Estes emergem em determinadas situações cotidianas e geram danos à formação e à socialização de determinados sujeitos, principalmente quando observamos as rígidas e retrógradas ações e concepções de alguns jovens na atualidade, que, muitas vezes, repercutem em relações discriminantes e repletas de preconceito.

Nesse sentido, ao mesmo tempo em que a sociedade contemporânea é constituída por um processo de constante transformação cultural – de diversificação de pequenas formas de intersubjetividades e de partilhamento de rituais e formas de expressão em processos de agregação de atributos culturais de outras culturas, por contato e proximidade e/ou por intermédio de ações e divulgações midiáticas sobre comportamento e estética, produzindo híbridos culturais como “terceiras culturas” (Featherstone, 1995) –, pequenas e cotidianas formas culturais se apresentam ainda fechadas, separando e negando o outro, mesmo ele estando em proximidade e em contato.

Neste contexto cultural dinâmico e híbrido, a ideia do fechamento cultural se processa tanto pela negação e pelo preconceito disposto em ações banais de não aceitação perante a constância dos contatos com a diversidade cultural – gerando interações regidas pela discriminação de um determinado sujeito, que reforça os padrões culturais do e perante o grupo de pertencimento

– quanto por ações de “estranhamento” e banalização sobre a presença e a ação do outro. Fortuna e Silva (2002) afirmam que a diversidade cultural urbana apresenta um novo sujeito que não é o diferente, mas o “estranho”, ou seja, aquele que representa tudo aquilo que me identifica e, ao mesmo tempo, tudo aquilo que me diferencia. O estranho é um híbrido cujos atributos “eu posso” repudiar, mas que conheço porque é demasiadamente recorrente em virtude da proximidade cotidiana. Em relação ao estranhamento, é comum atitudes de “indiferença quanto à diferença”, ou atitudes *blasés*, ou, então, formas de “tolerância negativa”: aceitar a existência da diferença, mas não manter contato – deixá-la que passe, que se mantenha próxima, mas que isso não gere a relação mútua ou a troca de experiências. Assim, não há exatamente um processo de aprendizado e de se colocar nas situações e “no lugar do outro”, existem processos de “laterização” cultural, de proximidade, mas nunca de troca de experiências. Sendo assim, mesmo elas sendo muito dinâmicas e formadas por processos de hibridização, as culturas se apresentam em um novo contexto de fechamento e de negação do outro.

As possibilidades teóricas para conceber o diálogo entre culturas

São nesses sentidos que na atualidade se apresentam as discussões sobre possibilidades de se produzirem teorias e ações práticas que promovam o diálogo entre culturas. Segundo Groff e Pagel (2008), o multiculturalismo é um termo que designa a existência de várias culturas em um determinado espaço, sem que ocorra a predominância de qualquer uma delas. Nessa ideia, as diferentes culturas devem conviver de forma harmoniosa em um contexto de reconhecimento e aceitação sobre as diferenças. No entanto, Boaventura Santos (2003) nos mostra como é complicada a aceitação sobre as ideias do multiculturalismo, principalmente porque ele é encarado como formas de, justamente, manter o domínio de uma cultura em relação a uma diversidade de outros “minoritários”. Segundo esse autor, o multiculturalismo é criticado por setores conservadores porque geraria a fragmentação da sociedade, sendo uma ofensa e um perigo a ordem social construída historicamente. Por outro lado, por setores progressistas, o multiculturalismo é visto como uma forma de manter a diferença em seu lugar (em guetos) e ele esconde as desigualdades construídas historicamente. O “pretenso diálogo” é estabelecido pela ação e a linguagem dos setores hegemônicos da sociedade, cujos propósitos pacíficos da ação multicultural geram a manutenção dos poderes e a possibilidade de os marginais serem acoplados aos objetivos sociais dos poderosos.

Em sua demonstração sobre diferentes formas de multiculturalismo, MacLaren (1997) observa que existem teorias (intelectuais) e práticas (no debate e ação política e na construção da legislação) que transitam tanto entre ações de assimilação da diferença para manter intactos valores hegemônicos de uma sociedade – como formas de se ver na história das relações sociais processos de manutenção da desigualdade econômica e cultural –, assim como processo de lutas de reconhecimento sobre as necessidades e a busca de direitos para certas “minorias”. Esse autor, ao falar sobre multiculturalismo crítico ou de resistência, aborda a necessidade de se pensar as neutralidades de classe, de etnia, de gênero e de sexualidade que permeiam os discursos sobre multiculturalismo e da necessidade de se pensar os processos que mantêm certas visões de mundo, como hegemônicas, que naturalizam os sentidos de ser e estar em sociedade.

Claros e Viaña (2009) problematizam a ideia da possibilidade de diálogos de culturas, uma vez que, para ocorrerem, necessitam da retomada de consciência sobre aspectos limitadores das culturas: pois todos os conceitos e elementos simbólicos de uma cultura só podem ter significado em relação à cultura em que aparecem. É nesse sentido que os processos referentes à interculturalidade, ou o diálogo de culturas, referem-se à necessidade de se criarem espaços de comunicação entre culturas diferentes, criando possibilidades de ação no sentido de promover o entendimento mútuo de determinadas ideias que partem de diferentes sistemas de sentidos culturais. As ações representam, então, processos de tradução. Mas como produzir tal tradução em lugares e conjuntos de ações que estão separadas do contexto interacional das ações práticas de determinadas culturas? Será que a criação de espaços de diálogos de cultura é eficaz quando apresenta somente representações sobre processos culturais de uma cultura ou outra, sem estarem imersas em sistemas de ações e formas simbólicas que guiam estas ações práticas no dia a dia dos acontecimentos entendidos e representados pela diferença cultural?

Gadamer (apud Taylor, 2000) também nos ensina que o “objetivo da compreensão do outro não deve superar nosso ponto de vista nem fugir dele a fim de ‘entrar’ no outro”. Isso vai de encontro à postura crítica proposta por Taylor (1997), que nega a perspectiva de neutralidade, ou seja, o conhecimento do mundo vivenciado a partir da terceira pessoa ou o sujeito neutro baseado nos padrões da racionalidade e da evidência. Para Taylor (2000) e Mattos (2006), “todos nós dispomos de condições de inteligibilidade de nossa cultura que estão vinculadas a nossa compreensão sobre nossas vidas”, assim estas nossas compreensões moldam nossos juízos. É exatamente nisso que temos que prestar atenção e fundar nossos pensamentos, se quisermos estabelecer

um diálogo ético com o outro e, assim, cunhar uma forma de inteligibilidade que funde o “nós”, como resultado da relação sem perdas e de compreensão entre “eu” e “outro”. Assim, o processo de compreensão do outro envolve uma comparação com minha visão de mundo e de articular os contrastes entre compreensão deles e da minha, refletindo sobre o que me perturba na perspectiva do “deles” e, então, estabelecer o esforço de relativizar os bens que me são caros. O exercício implica a compreensão sobre “eu” pelo contraste do “outro”, e isso deve se encaminhar para a alteração da compreensão sobre “eu” mesmo.

É nesse sentido que Claros e Viaña (2009) entendem que o diálogo de culturas não pode ser estabelecido por uma mediação de qualquer tipo de universalidade que sirva de medida comum entre as culturas. Esta crítica concorda com a ideia da neutralidade da formação histórica de um sistema simbólico constituído pela cristandade e pela branquidade que constitui a moral e o direito ocidental (MacLaren, 1997). O diálogo cultural deve criticar qualquer medida neutra que tenda a criar uma relação entre duas culturas, pois isso implicaria a manutenção das hegemonias do pensamento constituído pela branquidade, pela cristandade, pela heterossexualidade, pela masculinidade e pelas noções de individualismo e liberdade tipicamente burgueses. Uma possibilidade de diálogo entre culturas requer uma atenção aos aspectos comuns dos sistemas simbólicos hegemônicos que oprime culturas subalternas, para, assim, entender que entre as diferenças existe unidade justamente nos sentidos e processos que as tornam subjugadas e marginais determinados sujeitos. O reconhecimento sobre o “outro” recai no reconhecimento sobre como o outro é oprimido assim como sou “eu”.

O diálogo entre culturas não se coloca em relação a mecanismos universais de possibilidade de existência das diferentes culturas, mas do reconhecimento sobre como esses mecanismos são construídos por bases culturais, políticas e econômicas hegemônicas. Essas hegemonias mantiveram historicamente dominadas e caladas determinadas culturas, colocando os “fracos” em conflito, no sentido de que estes conflitos “entre os fracos” são importantes para manter escamoteados e neutros os reais sentidos de suas marginalidades sociais. O reconhecimento sobre a hegemonia das neutralidades culturais, contidas nos parâmetros morais e legais da sociedade, gera um reconhecimento sobre como outros também são atingidos pela supressão de seu direito de existência, de ação e de expressão. Entre alguns aspectos marginais de determinada cultura, outros aspectos de outras culturas também são marginais e, assim, caberia reconhecer sobre que aspectos de marginalização ambas as culturas são atingidas, como um processo de reconhecimento sobre aquilo que marginaliza, cujo resultado pode culminar no reconhecimento mútuo entre marginalizados.

As discriminações e os possíveis diálogos culturais se dão entre sujeitos portadores de cultura

Temos que perceber que quem é atingido por atos discriminatórios são os sujeitos que são portadores de cultura. A cultura marca o sujeito e o sujeito comporta a cultura em suas expressões, em seu corpo e em suas formas de agir e pensar. O sujeito portador de cultura se apresenta como uma alteridade frente a outro sujeito portador de outra cultura. Essa alteridade se apresenta como “diferente” ou como “estranha”. A diferenciação torna-se uma graduação mais ampliada de alteridade (o que separa e diferencia “eu” do outro). O estranhamento é uma graduação confusa, pois está relacionado não somente àquilo que diferencia mas também àquilo que aproxima, típicas dos processos culturais híbridos na contemporaneidade contemporânea. No entanto, podemos pensar em três aspectos de trânsito de relações culturais.

O primeiro trânsito se apresenta na configuração de relações em contextos espaciais marcados por padrões de interações sociais formais, funcionais e mais rigidamente marcados quanto a formas morais universais. Nesses contextos, o sujeito representa papéis sociais e manipula “personas” (máscaras) que camuflam alguns atributos identitários compartilhados de algum grupo cultural a que pertence (salientamos que os sujeitos fragmentam suas relações em múltiplas possibilidades de trânsito entre grupos culturais e apresentam identidades múltiplas que podem ser ativadas e desativadas pela permissividade relativa do social). As relações nesses contextos são representações cínicas que escondem suas identidades privadas (Goffman, 1996).

O segundo trânsito se conduz em processos espaciais de isolamento cultural e formação de guetos que protegem a intimidade cultural e o anonimato dos sujeitos culturais frente a uma universalidade externa de padrões éticos e estéticos regidos pelas instituições sociais. Nesses lugares, o fechamento cultural é maior, mas pode haver trânsito de sujeitos que procuram experimentar certas sensações estéticas e afetivo-sexuais.

O terceiro trânsito refere-se a regiões urbanas nas quais ocorrem relações de proximidade (Fortuna; Silva, 2002) entre diferentes grupos culturais. Tais grupos estão separados, mas, ao mesmo tempo, muito próximos, e os processos de fechamento e marcação de cultura podem ser: mais fortes, pela necessidade de se mostrar aos outros e marcar uma diferença; ou menos forte, pela possibilidade do trânsito e da experimentação da outra cultura, nem que seja pela possibilidade de passar e ver (certo fetichismo ou *voyeurismo* cultural) sem efetivamente participar.

O primeiro trânsito é marcado pela representação e pela necessidade de esconder aspectos da identidade pessoal em espaços típicos das relações formais das instituições sociais universais da sociedade (família, trabalho, escola etc.). Algumas instituições sociais tornam mais rígidas a manutenção de aspectos formais estéticos e éticos, como o trabalho, por exemplo. Outras são mais permissíveis e, inclusive, podem se transformar no terceiro tipo de trânsito cultural, como espaço de proximidade cultural, como a escola, por exemplo.

Neste trânsito as relações se complicam quando o sujeito não pode esconder completamente atributos de uma identidade estigmatizada em contexto (Goffman, 1988). O sujeito portador de atributos estigmatizados é pouco propenso à participação, a não ser que a administração institucional formal desenvolva práticas e políticas relacionadas a ações afirmativas da diferença na contemporaneidade. A visibilidade sobre a identidade pessoal que se apresenta como estigmatizada perante as relações sociais pode apresentar diferentes níveis de aceitação ou negação aos sujeitos, e isso depende das qualidades das interações estabelecidas no contexto institucional. No entanto, mesmo que o sujeito se deixe mostrar a partir de algo diferente e não totalmente aceito, sua presença ao contexto interacional somente poderá ser aceita se ele assumir certas posturas éticas e estéticas ditadas pelas formas de relações do lugar. Nesses contextos, as relações podem se complicar em virtude das intrigas e da concorrência estabelecida. Na escola, por exemplo, grupos de diferentes identidades juvenis podem se formar entre a normalidade e a moral uniforme estabelecida (nas relações entre alunos e professores). Nas relações entre alunos e alunos outras questões subterrâneas às relações formais entre professores e alunos se constroem no sentido de pautar e intensificar as diferenças e as relações discriminatórias e preconceituosas. Nas relações entre professores e alunos as intimidades identitárias dos professores podem gerar confusões sobre os atos de avaliar e julgar o aluno, gerado por preconceitos calados e por atos sutis de discriminação.

O segundo trânsito cultural é marcado por preconceito e discriminação quanto àquele diferente que quer experimentar a cultura do outro, chamado geralmente de “turista” cultural. O trânsito do outro ao gueto produz um sintoma de necessidade de ver no outro algo que possibilite sua imersão às práticas culturais. Inúmeros testes são feitos para avaliar suas performances convenientes às interações. Isso gera um fascínio sobre o diferente que se apresenta a participar, mas também uma série de ações de repúdio quanto a suas formas diferentes de agir e de se mostrar, tornando o sujeito diferente isolado no lugar e muito propenso a “chacota” e a retaliação. São os fatores estéticos do sujeito diferente que ora provocarão fascínio sobre a diferença e intenso assédio ou a discriminação

exacerbada, como contrário extremo.

O terceiro trânsito pode se apresentar como o mais problemático em relação à discriminação, pois a proximidade gera sentimentos de exacerbação da diferença e proteção extrema entre componentes de um grupo cultural. A proximidade se apresenta como um fetichismo sobre a sensação de perceber a diferença, mas também por um fascínio de marcá-la. A possibilidade de proteção individual no grupo assegura alta marcação da diferença cultural frente outros. Isso gera a desqualificação cultural dos outros, cujas ações se produzem pela “falação” maldosa e até o choque violento entre grupos. Entre grupos de proximidade, diferentes sujeitos sozinhos transitam não marcando nenhuma outra estética cultural, como se fossem fetichistas pelo experimento e a sensibilidade quanto às diferenças. Esse tipo é muito comum na cidade contemporânea, caracterizado pelo *flaneur* em Baudelaire (apud Benjamin, 2004), sendo aquele sujeito que se fascina pelas intensidades das cores e das multiplicidades de formas de encontros e expressões de sujeitos e grupos urbanos. O *flaneur* transita e ora agrega-se a um experimento ou outro, mantendo seu intimismo que é condensado por múltiplas sensações.

As questões de interculturalidade apresentam a perspectiva dos sujeitos munidos de culturas. Entendemos esses sujeitos numa perspectiva plural, pois é “um múltiplo” que transita por diferentes contextos, ativando e desativando diferentes atributos identitários. Esse processo está relacionado com sua intimidade e sua capacidade de escolher e de identificar-se (ou não se identificar) com certas sensações culturais. Além disso, temos de pensar também as perspectivas de sujeitos que são mais ou menos impregnados de certas condições culturais, formados menos ou mais rigidamente por certas formas de pensar, de se mostrar e de agir em sociedade. A perspectiva da formação cultural pode tornar mais rígidas ou menos rígidas as perspectivas interacionais dos sujeitos quanto às diferenças. Quanto mais impregnado em relação a uma determinação ação sociocultural, menos permeável à diferença este sujeito será. Somos seres culturais, e, quanto mais impregnados de certas concepções apreendidas na cultura, menos seremos abertos às possibilidades de interação com a diversidade. Antes de sermos, somos nada (Sartre, 1997). Sendo algo, somos abarcados por um “prático-inerte”, ou um conjunto de representações que geram ações, identificações e interações naturalizadas e tidas como normais em que não nos preocupamos em entender suas genealogias e seus porquês. Somos alienados em nossa cultura, formados e socializados nela, e este processo tende a tornar nossas concepções restritas sobre a diversidade de coisas e de outros seres do mundo. “Sendo algo”, somos o protótipo da alienação.

“Sendo nada”, somos abertos a novas possibilidades. Então, quem sabe não seria o momento de aprendermos a “ser nada”? Quem sabe não seria o momento de entender “por que somos”? Como nos formamos? De onde e como surgimos como somos?

Claros e Viaña (2009) nos desafiam em pensar ao mesmo tempo a liberdade do sujeito e a comunicação de sentidos entre estruturas (culturais diferentes). Segundo eles, a liberdade do sujeito é a condição da possibilidade de comunicação entre estruturas culturais diferenciadas. Segundo Fernet-Betancourt (apud Claros; Viaña, 2009, p. 92) “a subjetividade não está totalmente determinada pela estrutura cultural”. Esta possibilidade de liberdade dos sujeitos em relação aos determinantes culturais é vista em Parsons (apud Claros; Viaña, 2009) e Goffman (Tedesco, 2003), no entendimento sobre o interacionismo simbólico, na qual a sociedade é um conjunto de microinterações estruturadas pelas negociações dos sujeitos em relação, cuja estruturação cultural condiciona cenários, papéis a serem exercidos e sistemas de vigilâncias mútuas quanto ao exercício desses papéis. No entanto, esses quadros estruturantes podem ser questionados e não completamente exercidos pelos sujeitos, uma vez que eles tanto não conhecem todos os elementos estruturantes das relações como podem entrar em desacordo, ou se sentirem, ou serem identificados como incapazes de exercerem plenamente o que se espera. Os sentidos dos sujeitos são atacados por essas insuficiências e por muitos dos sentimentos de incompatibilidade. Esses sentimentos são tomados de consciência sobre ações em desacordo e fuga das condições estruturantes.

Velho (1989) observa que, em relação à incompatibilidade das formas de agir e se mostrar de alguns sujeitos em relação a um quadro estrutural cultural (e/ou institucional), projetos de vida em desacordo são capazes de se afastarem daquelas estruturas que os formaram, buscando interações outras em outros quadros culturais. O interessante é que este processo de sair da estrutura não necessariamente se apresenta como radical, mas como um conjunto de momentos e possibilidades que fazem os sujeitos transitarem “para dentro” e “para fora” das estruturas culturais, cujas ações se demonstram como um conjunto de manobras e fugas efêmeras que condicionam representações que servem para manter veladas suas incompatibilidades dentro do quadro cultural primeiro.

Mead (apud Honneth, 2003) também observa certa indeterminação sobre as ações do sujeito e aponta para um conjunto de possibilidades criadas por sua própria subjetividade, que se apresenta incapaz: ou de entender, ou de compartilhar do conjunto de elementos de um quadro estrutural cultural. Esta indeterminação seria aspectos de um “mim” que age no social e de um “eu”

que pensa determinado social pelo quadro estrutural cultural, que é um fragmento do mesmo. O “mim” age em meio às insuficiências e aos descontentamentos sobre si mesmo em um determinado quadro cultural, agindo no sentido de criar linhas de fugas para dar conta objetiva e significativamente de seus desejos e vontades emergentes. Muitas vezes, isso ocorre no encontro com o outro que possibilita a objetivação daquilo que não compreende exatamente, pois “aquilo” não pode ser apreendido no quadro cultural de referência. Nesse processo de ação o “eu” é como outro que fala para si mesmo e que coloca cautela quanto aos novos processos que decorrem das ações do “mim”, que representam um desapego sobre os determinantes culturais primeiros que o formou.

A isso recorre, por exemplo, a formação da identidade estigmatizada vista em Plummer (apud Weeks, 1999), constituída pelos seguintes processos: sensibilização, significação, subculturalização, estabilização. Na constituição da identidade estigmatizada sobre a homossexualidade, por exemplo, os sujeitos primeiro se sensibilizam que algumas de suas formas de agir e de se mostrar estão em desacordo com os preceitos culturais a que vive (sensibilização sobre a sexualidade em desacordo com os padrões de comportamento de gênero regidos pela heterossexualidade).

No primeiro estágio ele não entende o porquê de suas ações serem rechaçadas por outros sujeitos do mesmo quadro cultural. No segundo estágio, os mesmos sujeitos munidos de atributos discriminatórios, constituídos nas relações do quadro cultural, definem significados sobre os comportamentos do sujeito que age em desacordo (que age por força do “mim”). A significação repercute no aprendizado constituído por “eu” que revela ao sujeito, de forma reflexiva (em relação a determinações estabelecidas pelos outros do mesmo quadro cultural), de que aqueles conjuntos de atos (em relação à homossexualidade a transgressão das formas de agir e de se mostrar referentes aos papéis de gênero, por exemplo) exercidos por “mim” são errados e incompatíveis com uma normalidade “natural” sobre condições de papéis a serem exercidos quanto à sexualidade.

É muito provável que exista um desacordo, durante muito tempo, entre determinantes exercidos pela reflexão sobre “eu” e ações de “mim” a determinado sujeito homossexual. A cada ação de “mim”, na possibilidade de gerar vazão ao desejo, ocorre uma reflexão do “eu” sobre os erros e transgressões que isso contém: ou gera um conjunto de sofrimentos; ou um conjunto de táticas que transitam entre quadros culturais diferenciados, ora camuflando ora revelando aspectos da identidade estigmatizada. Assim sendo, os sujeitos são capazes de reconstruir as determinações culturais estruturantes e

dialogar e transitar entre diferentes contextos culturais. Isso é mais evidente quando o pertencimento a um quadro cultural é incapaz de gerar significados ou gera significados danosos quanto à personalidade do sujeito. Essa possibilidade de trânsito pode ser interrompida pela estabilização em outro quadro cultural, como as relações constantes em grupos e lugares frequentados por homossexuais, cujos outros papéis, linguagem, formas de agir e de se mostrar e rituais são rearticulados como formador cultural do sujeito, podendo isso também constituir outras incapacidades de trânsito e diálogo com outros quadros de estruturação cultural.

Nesse sentido, Khun (apud Claros; Viaña, 2009) aponta para aspectos referentes à questão da cultura: elas são incomensuráveis, ou seja, é difícil ocorrer o diálogo de cultura, pois não existe como fazer uma tradução completa sobre elementos de outras culturas. Nem mesmo os sujeitos culturais refletem sobre essa complexidade toda da cultura: eles simplesmente vivem em diferentes situações aspectos determinantes de suas culturas, regidas na relação com outros vigilantes sobre atributos e papéis a serem desempenhados dentro do mesmo quadro cultural. Assim, a tradução cultural se revelaria na possibilidade de o sujeito viver intensamente o quadro cultural de outra cultura, o que significaria que as situações sociais deveriam ser traduzidas pelos parâmetros da nova cultura. Se isso fosse possível a um sujeito, significaria que ele está já imerso numa incomensurabilidade que define atos práticos não reflexivos da segunda cultura que está agindo, tendo perdido a capacidade de agir e produzir performances típicas da sua cultura anterior, que iria definir suas ações em uma determinada situação.

Por outro lado, Wimmer (apud Claros; Viaña, 2009) aponta que a noção de homogeneidade de uma cultura é apenas teórica, pois elas são formadas por transformações paradigmáticas que mudam a definição reflexiva sobre determinadas ações e, por conseguinte, as ações dos sujeitos nessas situações. Assim, todas as culturas são produzidas por conflitos internos, e esses conflitos são gerados pelas ações transformadoras dos sujeitos munidos de experiências e crenças constituídas de contados com outras culturas: são ações de personalidades que agem em desacordo com os determinantes culturais, mas, ao mesmo tempo, não fogem de seu quadro cultural. Isso produz a disseminação de desconfortos e inquietações perante os outros sobre os próprios determinantes do quadro cultural.

Se as culturas se apresentam como um conjunto de elementos complexos, que nem os próprios sujeitos culturais as entendem por completo, mas cujos parâmetros são estruturados de forma situacional pela interação intersubjetiva de sujeitos dentro da mesma cultura, significa que sujeitos podem aprender a se portar

em situações diferenciadas dentro de outra cultura. Para isso, basta seguir os incompletos quadros de referências comportamentais de outros sujeitos nos momentos das interações específicas. Essa capacidade de agir em determinadas situações construindo um quadro de referência situacional intersubjetivo significa que as diferentes personalidades são capazes de aprender outros significados quando estes são necessários para se chegar a um acordo e a uma comunicação mútua. Claro que isso se refere a uma necessidade e predisposição dos sujeitos para o acordo e uma abertura de consciência para o entendimento, não funcionando em relação a uma postura consciente de negação e preconceito quanto aos novos parâmetros daquela situação e conjuntos de ações que observa.

Além disso, se as culturas são produtos de contradições e conflitos internos, significa que elas são entidades abertas a novas influências e, por conseguinte, a novos debates culturais e paradigmáticos. Esses debates são trazidos pelos próprios sujeitos dentro de um quadro cultural específico, que refletem sobre o que aprendem com novas experiências culturais. Cabe, assim, às práticas de interculturalidade zelar e promover essa capacidade individual de encontrar em outros quadros culturais respostas a determinadas situações diárias, exercitando a abertura dos sujeitos em relação a novas práticas culturais em situações inusitadas do cotidiano. Pensamos que essa capacidade de relativização não desconstrói o quadro cultural anterior do sujeito, mas permite a ele levar ao seu quadro cultural primeiro experiências novas que entrem em conflito com uma suposta rigidez cultural de seus semelhantes. Essa geração de conflitos permite a possibilidade da experimentação de outras culturas e, assim, a tão possível interculturalidade.

A fenomenologia como metodologia importante aos diálogos culturais

Pensamos que a fenomenologia pode ser uma metodologia importante nas atividades de pesquisa e extensão que intuem discutir e agir na promoção do encontro e do diálogo entre alteridades, principalmente na sua máxima de “voltar às coisas mesmas” ou na redução fenomenológica. Para Delruelle (2009, p. 300), redução pode ser vista de duas maneiras:

Como operação de reduzir a coisas (uma paisagem, uma mesa, uma forma geométrica etc.) à sua dimensão essencial, fundamental – que a de ser um fenômeno; e também, mais justamente, como operação de a reconduzir ao seu sentido originário. A redução não é, pois, uma restrição ou uma diminuição, mas uma renovação do olhar que lançamos sobre o mundo.

Isso se refere a uma operação intelectual denominada como *epochè* fenomenológica, que implicaria gerar dúvida e colocar em suspensão os juízos sobre as coisas e os seres. Para Morão (s./d.) esse processo se caracteriza como um ego filosofante que coloca em dúvida a existência das coisas, mais ainda, a busca pelas ideias que tornaram essa existência naturalizada. Segundo Husserl (s./d., p. 6-7):

Por conseguinte, esta inibição universal de todas as tomadas de posição frente ao mundo objetivo, à qual damos o nome de *epochè* fenomenológica, torna-se justamente o meio metódico pelo qual me aprendo puramente como aquele eu e aquela vida da consciência na qual e para a qual todo mundo objetivo é para mim, e é tal qual para mim é. Tudo que é mundano, todo ser espaçotemporal é para mim em virtude de o experimentar, perceber, recordar, de algum modo pensar, julgar, valorar, desejar etc. Tudo isso é designado por Descartes, como se sabe, como título de *cogito*. O mundo é em geral para mim apenas o que existe conscientemente e para mim vigora em tais *cogitationes*. Dessas *cogitationes* recebe ele todo o seu sentido e toda a sua vigência de ser. Nelas recorre toda minha vida mundana. Não posso viver, experimentar, pensar, valorar e agir em outro mundo que não tenha o sentido e a validade em mim próprio. Se me elevar acima de toda esta vida e me abster de toda a realização de qualquer crença no ser, a qual supõe justamente o mundo como existente, se dirigir exclusivamente o meu olhar para esta própria vida enquanto consciência do mundo, então ganha-me a mim como ego puro com a corrente pura das minhas *cogitationes*.

Esta é uma operação básica para conseguir se chegar a uma pretensa interculturalidade ou, mais ainda, a uma relação entre sujeitos diferentes, munidos de identidades e culturalidades diferentes. Para entender as práticas culturais de um grupo ou as formas de ser e agir de um “outro” sujeito, uma alteridade, “eu” tenho que me abster “das minhas cogitações”. Nesse sentido, tenho que operar me abstendo “de meus hábitos e de todas as minhas evidências para descobrir a evidência primeira” (Delruelle, 2009, p. 301). Como operação metodológica a isso temos a possibilidade da descrição fenomenológica como “descrição desinteressada” (Delruelle, 2009, p. 302), procurando uma multiplicidade de pontos de vista, buscando entender uma diversidade de variações imaginárias sobre “a coisa” ou o “ser” que se mostra: os múltiplos ângulos e as múltiplas formas que outros, e também outras teorias e formas identitárias, também o entendem. O processo implica chegar à percepção sobre a pureza daquilo que vemos, pois “ser” e “coisa” não são simplesmente definidos por determinados olhares sobre eles, regidos pela simplicidade das cogitações. A perspectiva metodológica da descrição na relação das sucessões imaginárias constrói, destrói e reconstrói cogitações sobre os seres e as coisas, possibilitando o pensar profundo sobre as tomadas de entendimento sobre os outros e tornando evidente que esses entendimentos são meras imaginações simplistas

contidas em um “ego” restrito, que vê somente o que entende e a partir de como se construiu para entender (o fechamento cultural).

Segundo Delruelle (2009), esse esforço metodológico da fenomenologia em multiplicar os pontos de vista implica um esforço em abrir-se ao ponto de vista de outrem, processo tão sonhado nas discussões sobre possibilidade de agir e promover interculturalidades. Sartre (2010b) e Delruelle (2009, p. 311) nos ensinam que toda consciência é consciência de alguma coisa que não é ela mesma: isso constitui o princípio de intencionalidade. Nesse sentido, em seu artigo traduzido em 2010 “A transcendência do ego – esboço de uma descrição fenomenológica”, Sartre nos explica que, comumente, temos consciência da “coisa” que não é ela mesma, assim como temos consciência de um ego que nos é exterior. Assim, a operação necessária é distinguir essa consciência do “eu” para tornar limpa a consciência de um “eu” formado e formador da visão de mundo, na qual restringe a visão e o entendimento do sujeito sobre as coisas, sobre os “outros”, sobre os fenômenos. O ego se apresentando como uma entidade exterior poderá ser questionado nas intimidades do próprio sujeito. O propósito é torná-lo transcendente fora das determinações da *epochè* como sintoma fundante de “minhas” cogitações. O ego deve ser colocado fora da consciência para limpar a consciência. Deve-se então ter-se consciência do ego transcendente (exterior, fora de minha consciência, na busca da formação da consciência pura, não determinada pelo cogito do ego). Isso pode promover o conflito sobre “minhas” próprias concepções e cogitações restritas, numa ação consciente de experimentar as múltiplas facetas da realidade, sem apegar-se a identidades fixas, na busca de uma descrição aberta as múltiplas imaginações.

Esta esfera transcendental é uma esfera de existência absoluta, isto é, uma esfera de espontaneidades puras, que nunca são objetos e que se determinam elas próprias a existir. O “Mim”, sendo objeto, é evidente que nunca poderei dizer: minha consciência, isto é, a consciência de meu “Mim” (salvo em um sentido puramente designativo, como quando se diz, por exemplo, o dia de meu batismo). O Ego não é proprietário da consciência, é objeto dela. Seguramente nós constituímos [instituímos] espontaneamente nossos estados e nossas ações como produções do Ego. Mas nossos estados e ações são igualmente objetos. Nós jamais teremos intuição direta da espontaneidade de uma consciência instantânea como produzida pelo Ego. Isso é impossível. É apenas no plano das significações e das hipóteses psicológicas que nós podemos conceber uma produção semelhante – e esse erro não é possível senão porque neste plano o Ego e a consciência são visados no vazio. Nesse sentido, se se compreende o “Eu penso” de uma maneira a fazer do pensamento uma produção do Eu, já se constituiu o pensamento como passividade e estado, isto é, como objeto; abandonou-se o plano da reflexão pura, no qual o Ego aparece, sem dúvida, mas no horizonte da espontaneidade. A atitude reflexiva é exprimida corretamente pela famosa frase de Rimbaud (na carta do vidente): “Eu é um outro”.

O contexto prova que ele simplesmente quis dizer que a espontaneidade da consciência não saberia emanar do Eu, ela vai em direção ao Eu, ela o encontra, ela deixa-o entrevisto sob sua espessura cristalina, mas ela se dá sobretudo como espontaneidade individuada e impessoal (Sartre, 2010b, p. 223).

Nesse sentido, Delruelle (2009) nos inspira a leitura da obra de Sartre (2010) sobre o existencialismo. Segundo estes autores o homem primeiramente é um “nada” e, sendo assim, a consciência é puro movimento e espontaneidade: mais prática que teórica; ação antes de teoria. Em outra obra, *O ser e o nada*, Sartre (1997) argumenta que os sujeitos criam imagens sobre si mesmos, como condições de um “ser” no futuro, determinadas por conjuntos “de formas de ser” impostas em situações diferenciadas em seu cotidiano (socializadas como boas, belas, eficientes e dignas de admiração). Nesse sentido, “o ser é um ser que procura ele próprio não ser, que nunca é igual a si mesmo, que nunca está presente em si mesmo, pois todo seu ser se define pelo que poderia ter sido, pelo que será etc.” (Sartre apud Delruelle, 2009, p. 314).

Assim, em nossas ações cotidianas, somos algo que não queremos ser, pois o que queremos ser está condicionado por uma consciência do que queremos ser, em um futuro próximo. Nossas vidas estão relacionadas a projetos (Velho, 1989) inacabados, pois agimos nas eventualidades das interações cotidianas, como se não fôssemos, mas cujas eventualidades ativam certos preceitos adquiridos pela socialização e a instituição do social, negando este não ser e instaurando uma imagem de mim (sobre como deveria ser e como teria que ser à frente). Esses sentidos se apresentam como importantes à necessidade de desconstrução dos parâmetros de cultura que regem as avaliações sobre “como eu deveria ser” e “como deveriam ser os outros”. Isso implica a promoção da liberdade porque, quando não estamos sendo, somos jogados a um projeto pessoal de ser alguma outra coisa. Esse jogo para o futuro é condição do aprendizado entre aqueles que convivem, num círculo de formação cultural, assim como projeto de socialização de instituições sociais e, muito hoje, projeto de manipulações culturais informacionais que ditam certas formas de ser para promoção do consumo. Assim, segundo Sartre (apud Delruelle, 2009, p. 316), o meu ser define-se pelo olhar que o outro lança sobre mim e deixa-se objetivar-se por ele. Nesse sentido, o inferno, segundo este autor, é uma condição em que “os homens se espiam constantemente uns aos outros e procuram incessantemente a consideração dos outros”.

É necessário, então, introduzir “o nada” no ser (a aceitação sobre o “não ser” e negação sobre as condições “de ser” – um questionamento sobre as condições “em que se deve” e “como se deve ser”), recusando-se então a se “cristalizar num papel ou numa personalidade

determinada pelos outros” (Delruelle, 2009, p. 317). A consciência deve se manter pura em direção ao mundo, de forma fragmentada e não homogeneizada e fixa a um conjunto de parâmetros sobre como devo ser. Assim o sujeito poderia recusar-se a permanecer no seu lugar e, segundo Sartre, aceitar e achar interessante a ideia de manter-se “fora de si”, de estar sempre em movimento e de se manter sempre em defasagem sobre o que querem que ele seja.

Essa é uma pista interessante aos processos de interculturalidade que representa justamente uma contradição sobre a ideia de fechamento cultural e a prática cotidiana de restrição do olhar sobre os outros e sobre si mesmo. A ideia de negar a necessidade de sermos algo vai de encontro à liberdade de aprendermos, nos engajarmos nas situações inusitadas e nos envolvermos entre outros presentes diferentes. A aceitação de nossa defasagem em relação a que devemos e queremos ser gera uma possibilidade de sermos o que somos no presente e de aceitar como os outros também estão sendo. Negar nossas imaginações sobre como poderíamos ser e aceitar a condição de não ser ou não estar sendo apresenta uma possibilidade de também entender o outro, como também uma unidade inacabada e defasada, como não sendo aquilo que esperávamos dele, aceitando sua liberdade de não estar sendo como queríamos que ele fosse. Essa postura nos torna atentos à liberdade dos outros serem não sendo. A possibilidade de aceitar os outros não sendo torna possível nossa compreensão sobre outras possibilidades de ser e de admirar essas outras possibilidades de ser. Esta se apresenta como uma pedagogia importante nas relações interpessoais.

Considerações sobre o espaço como provedor da interculturalidade entre sujeitos

Isso aponta também para uma visão propriamente incompleta sobre as relações contidas no espaço, numa proposta de ação de libertação das amarras definidoras das ações e comportamentos dos outros no espaço. A ideia é que o espaço é encontro das diferenças, cujos outros e eu mesmo não somos exatamente como querem os parâmetros relacionais que, teoricamente, são impostos por condições espaciais hegemônicas de socialização. Esse debate adentra a necessidade de pedagogia da liberdade das formas de agir e se mostrar no espaço, seja ele público ou a determinados espaços institucionais. como a escola, por exemplo. Ninguém é na verdade e todos apresentam insuficiências quanto às necessidades de ser que regem determinado espaço.

Essa visão sobre as insuficiências de ser possibilita a emergência da autenticidade de ser aquilo que não é

e critica os determinantes contidos nas relações que querem definir certos preceitos de ser. Assim, o encontro das diferenças negam certas exigências de ser no espaço. O espaço é uma condição de encontro de “estórias até agora”, conforme Massey (2009), mas também podemos dizer que o espaço pode ser uma condição de um conjunto de projetos de ser que, na verdade, não são. As condições são paradoxais: o espaço é um conjunto de “estórias até agora”, nesse sentido, defasadas quanto à necessidade de ser em determinado espaço. Essa condição de não ser no espaço gera a incapacidade de se gerar padrões de ser no espaço, sendo ele, assim, encontro da diferença que “não é o que devia ser” que gera “autenticidades novas de ser” ante “aquelas que deveriam ser”.

O conflito se dá em duas frentes: um conflito pessoal íntimo sobre “a consciência de que não está sendo” e uma “necessidade de se projetar sendo”; um conflito interpessoal perante “aqueles que objetivam os sujeitos a ser”, mesmo, esquizofrenicamente, “não estar sendo”. O primeiro conflito solapa a autenticidade e criatividade “do ser que não está sendo” (está sendo algo contextual, espontâneo e criativo). O segundo conflito reprime o diálogo entre as diferenças que ricamente “não estão sendo” e que poderiam crescer juntas em relação a “múltiplas possibilidades criativas de estar sendo” e de “estar aprendendo a ser diferente” e de dialogar com essas possibilidades de diferenças.

Nesse sentido, o propósito é criar uma consciência pura e livre quanto à “autenticidade de estar sendo do ser” e uma “libertação das nossas projeções de como eu e os outros devem ser”. Em primeiro momento, as relações espaciais devem promover a “noção que o ser é o nada” e “que ser nada é positivo” em termos que abrir-se ao novo e as novas experiências. Essa visão de que “sou nada”, em relação ao que se coloca na multiplicidade de autenticidades inacabadas em relação, torna-me menos rígido em julgar outrem e passível de aceitar suas formas de expressão inacabadas em relação ao que “eu” desejo dele. Essa pedagogia da autenticidade é muito necessária hoje em espaços de convivência de uma diversidade de sujeitos e na visão da incapacidade das regras sobre comportamentos, porque mesmo aqueles que ditam determinadas regras sobre “como os outros devem ser” “apresentam-se sempre incapazes efetivamente de ser”. Caso estes se apresentem efetivamente “capazes de ser o que se deseja ser”, isso representa um abafamento sobre as múltiplas possibilidades de ser algo diferente e criativo.

Os estudos sobre Geografias *Queers* e feministas na atualidade, no Brasil sendo muito desenvolvidas por Joseli Maria Silva (vide Silva, 2009), apontam para análises sobre interações sociais que se traduzem em relações espaciais situacionais que diferenciam e rearticulam

diferentes atributos identitários dos sujeitos. Nessa perspectiva, o espaço se dissolve em múltiplas condições relacionais singulares, nas quais certos padrões identitários e de papéis sociais institucionalizados ora se reforçam, ora se desestruturam em diferentes situações sociais. Assim, espacialidades diferenciadas articulam inúmeras formas e configurações de poder localizadas, regidas situacionalmente, que estabelecem posições diferenciadas dos sujeitos entre “centros” e “margens” de “poder-fazer” e “poder-influenciar” outros.

É nesse sentido que o espaço deve ser compreendido de forma “relacional”, e isso implica “reconhecer as relações entre as pessoas marcadas por diferenciações sociais que constituem suas identidades permanentemente confrontadas socialmente, cuja espacialidade é um dos elementos dessa construção” (Silva; Ornat, 2012, p. 54). Para os sujeitos, o espaço social é constituído de inúmeras “possibilidades” e “interdições” relacionais, em diferentes níveis fenomênicos (baseados na perspectiva singular dos sujeitos sociais) de possibilidade de se relacionar com “outros” situacionalmente localizados. Nesse sentido, as realidades interculturais são realidades espaciais situacionais, nas quais diferentes atributos dos sujeitos entram em “jogo” na interação, que são negociadas frente a uma “aura” localizada de poder relacional, que estabelecem sistemas de valorações simbólicas e existenciais coletivamente articuladas no decorrer da prática social.

Essas confrontações existenciais em determinadas espacialidades são relacionadas a condições identitárias “interseccionalizadas” (Crenshaw, 2002) – “atravessadas” por diferentes atributos evidenciados socialmente, como gênero, classe, raça, sexualidade, idade, lugar de residência, expressão estética etc. –, nos quais os sujeitos se tornam singulares em cada realidade socioespacial que convive (ou que apresenta dificuldade de conviver). Na perspectiva da “interseccionalidade” (MacCall, 2005; Williams, 1994), os sujeitos apresentam-se múltiplos, porque suas convivências sociais articulam diferentes características de “si mesmo”, sendo ora valoradas, ora desvalorizadas em diferentes espaços relacionais. Isso gera, assim, mapas existenciais de diferentes “possibilidades” e “interdições relacionais” em múltiplas espacialidades geradas pelas experiências cotidianas dos sujeitos sociais.

Nesse sentido, conforme Silva e Ornat (2012, p. 56), o espaço enquanto identidade “essencializada” e “pré-discursiva” não existe porque ele é conformado por relações interseccionais, sendo dinâmico na perspectiva da posição dos sujeitos confrontados diretamente na relação social localizada espacialmente, cujas suas identidades apresentam-se paradoxalmente valoradas e desvalorizadas. Assim, o espaço constitui e é, ao mesmo tempo, constituído pelas relações

sociais situacionais, definidos por diferentes “estórias até agora” dos sujeitos sociais, cujos valores e “desvalores” sociais institucionalizados apresentam-se ora reforçados ora desconstruídos em diferentes perspectivas de entendimento e articulação simbólicas expressos nas práticas coletivas do “aqui e agora” das interações situacionais. Esses sistemas de valorização e desvalorização organizam “posições” diferenciadas dos sujeitos na interação social, colocando alguns no “centro de comando” perante outros “à margem desse comando”. As diferentes gerações de comando são organizadas pelos jogos e negociações que trazem à tona atributos interseccionais dos sujeitos que interagem na situação.

O espaço interacional situacional, assim, é criador das perspectivas existenciais dos sujeitos, pois tais experiências diferenciam constroem muitas das definições sobre os “outros” e sobre “si mesmos”, causando sérios impactos em suas subjetividades e psiques, assim como capacidades múltiplas de “agir” e de “se mostrar” em outros lugares ou espaços relacionais. As interações geradas em espaços relacionais produzem capacidades diferenciadas de articulação íntima das identificações dos sujeitos sociais, assim como de seus entendimentos sobre os “outros sociais”, e os colocam em diferentes possibilidades de mobilização de seus corpos e geração de relações. É nesse sentido que as espacialidades construídas por “estórias até agora”, em localizações “aqui e agora”, geram os diferentes tempos e os diferentes espaços futuros dos sujeitos sociais, porque o que se revela no futuro é construído pelo espaço relacional presente, na construção das capacidades e incapacidades dos sujeitos regidos pelas relações sociais situacionais. Os espaços, assim, são atributos pessoais e socialmente construídos, em constante produção e transformação (Massey, 2009), pois assim são as relações dos sujeitos sociais em constante processo de transformação em virtude das complexas relações interculturais regidas por suas experiências pessoais em interações coletivamente organizadas de forma situacional.

Considerações finais acerca da Geografia

Como percebermos nas discussões, os processos interculturais, principalmente na perspectiva de Sartre, remetem a condições existenciais singulares dos diferentes sujeitos sociais e suas relações situacionais localizadas. Não estamos trabalhando exatamente com sujeitos portadores de cultura em relação a suas interações com outros sujeitos portadores de “outras” culturas, mas de sujeitos cujas suas alteridades estão/são interseccionalizadas em diferentes contextos socioespaciais de interações sociais. Esses contextos

e situações socioespaciais de interação evidenciam as condições interseccionais dos sujeitos sociais, e isso produz uma “cultura localizada e situacional”, composta por condições simbólicas e práticas “centrais” e “marginais”, posicionando diferenciadamente os sujeitos na interação. É nesse sentido que a Geografia deve se abrir a novas noções de “ser” e “estar” no espaço, no sentido de trabalhar pela evidência e a aceitação sobre a multiplicidade de existências espaciais, não para aprisionar e fixar certas representações espaciais e certas identidades estanques dos sujeitos sociais, mas para entender os processos múltiplos de negociação de existência e de identificação em coletividades socioespaciais diferenciadas.

Assim como Maffesoli (2002) nos fala de uma “sociologia *du dedans*”, podemos pensar em uma Geografia *du dedans* (“de dentro” – das situações socioespaciais cotidianas), pois além dos dados sobre os grupos sociais há uma dinâmica própria só observada pela aproximação e pela vivência das trajetividades e das situações de interação dos sujeitos inseridos em grupos singulares. Isso, nesse sentido, remete a uma crítica à própria verticalização do conhecimento que explica as situações sociais (que geram preconceitos e estereótipos acadêmicos) e gera uma necessidade de trazer à tona os próprios argumentos explicativos daqueles com quem nos interessamos em trabalhar. Nesse processo o sujeito pesquisador deverá se transformar com os sujeitos pesquisados e com a realidade vivenciada, no sentido de colocar em xeque suas definições e estereótipos sobre a realidade pesquisada. O “truque” principal é sempre desconfiar de algumas conclusões e algumas explicações obtidas, procurando aprofundar em número e qualidade o conhecimento sobre o universo pesquisado, como um processo de pesquisa que constantemente desconstrói uma evidência tornada clara.

A Geografia que queremos conceber, assim, aponta para a ocorrência de políticas múltiplas de usos e relações espaciais, nas quais as explicações sobre os sujeitos e seus espaços se apresentam como novos pequenos universos singulares de trocas, negociações e jogos de identificações e de usos de pequenos poderes. Para esta Geografia teremos que nos aprofundar nas práticas de pesquisa participativas e nas ações junto aos sujeitos pesquisados, no sentido de nos tornarmos sujeitos simples isentos de um “saber-fazer” e um conhecimento hegemônico “sobre” aquilo que acontece nas diversidades de intermédios do espaço social.

Referências

- BENJAMIN, W. (2004). *Charles Baudelaire: um lírico no auge do capitalismo*. Obras escolhidas III. 4. ed. São Paulo: Brasiliense.
- CANCLINI, N. (1998). *Culturas híbridas: estratégias para entrar e sair da modernidade*. São Paulo: EDUSP.
- CLAROS, L.; VIAÑA, J. (2009). La interculturalidad como lucha contrahegemónica: Fundamentos no relativistas para una crítica de la superculturalidad. In: MORA, David (org.). *Interculturalidad crítica y descolonización: fundamentos para el debate*. La Paz, Bolívia: Instituto Internacional de Integración del Convenio Andrés Bello (III-CAB).
- CRENSHAW, K. (2002). Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero. *Revista Estudos Feministas*. Ano 10. Florianópolis: primeiro semestre.
- CRENSHAW, K. (1997). Mapping the Margins: Intersectionality, Identity Politics, and Violence Against Women of Color. In: MARSCKE, Karen J. The legal response to violence against women. *Garland Publishing, Inc.* New York & London. Google Books: acesso em junho de 2016.
- DELRUELLE, E. (2009). *Metamorfoses do sujeito: ética filosófica de Sócrates a Foucault*. Lisboa: Instituto Piaget.
- FEATHERSTONE, M. (1995). *O desmanche da cultura: globalização, pós-modernismo e identidade*. São Paulo: SESC; Studio Nobel.
- FORTUNA, C.; SILVA, A. S. (2002). A cidade do lado da cultura: espacialidades sociais e modalidades de intermediação cultural. In: SANTOS, B. de S. (org.). *A globalização e as ciências sociais*. São Paulo: Cortez.
- GEERTZ, C. (1989). *A interpretação das culturas*. Rio de Janeiro: LTC.
- GOFFMAN, E. (1988). *Estigma*. Rio de Janeiro: Ed. Guanabara.
- _____. (1996). *A representação do eu na vida cotidiana*. Petrópolis: Vozes.
- GROFF, P. V.; PAGEL, R. (2008). Multiculturalismo e direitos humanos: direito para as minorias. In: TEDESCHI, L. A.; RAMOS, A. D.; SILVA, A. L. F. da; KNAPP, C.; FERREIRA, B. (orgs.). *Abordagens interculturais*. Porto Alegre: Martins Livreiro Editor.
- HONNETH, A. (2003). *Luta pelo reconhecimento: a gramática moral dos conflitos sociais*. São Paulo: Editora 34.
- HUSSERL, E. (s./d.). Conferência de Paris (1929). Tradução Artur Morão e Antonio Fidalgo. Lisboa: Luso Sofia Press. Disponível em: <http://www.lusosofia.net/textos/husserl_conferencias_de_paris.pdf>. Acesso em: outubro de 2013.
- MACCALL, L. (2005). The Complexity of Intersectionality. In: *Signs: Journal of Women, Culture and Society*, 30 (3): 1771-1800. Chicago. Disponível em: <http://socialdifference.columbia.edu/files/socialdiff/projects/Article_%20The%20Complexity%20of%20Intersectionality%20by%20Leslie%20McCall.pdf>. Acesso em: junho de 2016.
- MACLAREN, P. (1997). *Multiculturalismo crítico*. São Paulo: Cortez.
- MASSEY, D. (2009). *Pelo espaço: uma nova política da espacialidade*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil.
- MATTOS, P. (2006). *A sociologia política do reconhecimento: as contribuições de Charles Taylor, Axel Honneth e Nancy Fraser*. São Paulo: Annablume.
- MORÃO, A. Apresentação. In: HUSSERL, Edmund (s./d.). Conferência de Paris (1929). Tradução Artur Morão e Antonio Fidalgo. Lisboa: Luso Sofia Press. Disponível em: <http://www.lusosofia.net/textos/husserl_conferencias_de_paris.pdf>. Acesso em: outubro de 2013.
- OLIVEN, R. G. (1987). *A antropologia de grupos urbanos*. Petrópolis: Vozes.
- SANTOS, B. S. (2003). *Reconhecer para libertar: caminhos do cosmopolitismo multicultural*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- SARTRE, J. (2010). *O existencialismo é um humanismo*. Petrópolis: Vozes.
- _____. (2010b). A transcendência do ego – esboço de uma descrição fenomenológica. *Cadernos Espinosanos – Estudos sobre o século XVII*. Número XXII. São Paulo: FFLCH-USP.
- _____. (1997). *O ser e o nada: ensaio de ontologia fenomenológica*. Petrópolis: Vozes.

SILVA, J. M. (2009). *Geografias subversivas: discurso sobre espaço, gênero e sexualidades*. Ponta Grossa: Toda Palavra.

SILVA, J.; ORNAT, M. (2012). Interseccionalidade e mobilidade transnacional entre Brasil e Espanha nas redes de prostituição. *Revista Anpege*, Vol. 8, n. 10.

TAYLOR, C. (2000). *Argumentos filosóficos*. São Paulo: Edições Loyola.

TEDESCO, J. C. (2003). *Paradigmas do cotidiano: introdução à constituição de um campo de análise social*. Passo Fundo: Edunisc, UPF.

VELHO, G. (1989). *Subjetividade e sociedade: uma experiência de geração*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar.

WEEKS, J. (1999). O corpo e a sexualidade. In: LOURO, G. L. (org.). *O corpo educado*. Belo Horizonte: Autêntica.

OS MOVIMENTOS CAMPONESES E A SOBERANIA ALIMENTAR NACIONAL

João E. Fabrini*

Unioeste e UFGD **

Resumo: A soberania alimentar defendida pelos movimentos camponeses está relacionada à autossuficiência do País na produção de alimentos, ou seja, soberano será o país capaz de produzir alimentos suficientes para atender à demanda existente no seu território. A soberania alimentar possui conteúdo que vai além da problemática alimentar e nutricional, ou seja, possui um conteúdo que envolve a soberania nacional. A conquista da soberania alimentar está vinculada à realização da reforma agrária, que também se reveste de um sentido nacional, pois se constitui, no entendimento dos movimentos camponeses, como parte de um projeto de desenvolvimento nacional.

Palavras-chave: Movimentos camponeses. Soberania alimentar. Reforma Agrária.

PEASANT MOVEMENTS AND NATIONAL FOOD SOVEREIGNTY

Abstract: The food sovereignty defended by the peasant movements is related to the country's self-sufficiency in food production, that is, sovereign country will be able to produce enough food to meet the demand existing in its territory. Food sovereignty has content that goes beyond food and nutritional problems, that is, it has a content that involves national sovereignty. The conquest of food sovereignty is linked to the realization of agrarian reform, which also has a national meaning, since it constitutes, in the understanding of the peasant movements, as part of a national development project.

Keywords: Peasant movements. Food sovereignty. Land reform.

*Doutor em Geografia. Professor de graduação e pós-graduação em Geografia da Unioeste e UFGD. E-mail: fabrini2@hotmail.com

**Endereço: R. Universitária, 2069 - Jardim Universitário, Cascavel - PR, 85819-110, Brasil. Tel: (45) 3220-3000

Introdução

A soberania alimentar defendida pelos movimentos camponeses está relacionada à autossuficiência do País na produção de alimentos, ou seja, soberano será o país capaz de produzir alimentos suficientes para atender à demanda existente no seu território. A soberania alimentar será possível se a produção de alimentos estiver sob responsabilidade dos camponeses, pois o agronegócio latifundiário não é capaz de garantir a soberania alimentar da nação. A partir de dados do IBGE (2006), é possível reconhecer que os camponeses são mais eficientes na produção de alimentos para a nação do que o agronegócio latifundiário. Aliás, a capacidade de produção de alimentos à nação confere status de existência e lugar social aos camponeses.

A soberania alimentar da nação está vinculada à realização da reforma agrária. Assim, a luta dos movimentos camponeses pela reforma agrária também se reveste de um sentido nacional, uma vez que a sua realização, além de atender à demanda dos camponeses por terra, serve a toda a sociedade nacional produzindo alimentos. A reforma agrária é parte de um projeto mais amplo do que o projeto dos camponeses, ou seja, é parte de um projeto de desenvolvimento nacional.

Acrescenta-se ao processo de construção da soberania alimentar nacional o papel protagonista do Estado-nacional, que se constitui numa instância política capaz de defender os interesses do País e garantir a soberania derivada da produção interna (nacional) de alimentos. Assim, observa-se que a soberania alimentar possui um conteúdo político, ideológico e territorial para além da problemática alimentar e nutricional, pois implica uma abordagem do problema alimentar que envolve a existência autônoma dos camponeses relacionada a um projeto de nação.

Nesse sentido, existe um conteúdo nacional implícito nas concepções e ações dos movimentos camponeses, como é o caso da soberania alimentar. O nacional, inclusive, contraditoriamente, é visualizado pelos movimentos camponeses como virtuoso e parte da emancipação dos sujeitos para construção da soberania popular.

O Estado-nacional como paradigma de soberania

Soberania é uma construção histórico-espacial e está relacionada ao poder, à autoridade e ao domínio sobre um determinado espaço exercido por uma pessoa, família, povo, classe, dentre outros, o que forma o território. Para os romanos, por exemplo, a soberania significava o poder

supremo da majestade imperial. No período monárquico medieval o poder estava assentado no “sistema de suserania” de base carismática e intocável. Já o absolutismo monárquico inaugurou a soberania expressa no poder pessoal do monarca, sob a crença generalizada da origem divina desse poder (Loveira, 2004, p. 2).

A partir do final do século XVIII emergiu a centralidade do Estado moderno no exercício da soberania mediante consentimento nacional. A política dos modernos colocou o Estado no centro do poder sobre o espaço, formando o território nacional. O Estado-nacional se constituiu em pilar central para assegurar a independência, autonomia e liberdade dos povos, e conseqüentemente seu território, em contraponto à estrutura de poder feudal e absolutista.

A nação e seu Estado se revestiram de um sentido revolucionário à ordem feudal-clerical e absolutista. A expressão revolucionária do Estado-nacional teve seu auge na França, no final do século XVIII, com a Revolução Francesa.

A Revolução Francesa destruiu os particularismos locais e derrotou os senhores feudais como também as revoltas contrarrevolucionárias, em especial a Revolta de Vendeia, em 1793, garantindo a centralização do poder e do Estado. Isso permitiu um enorme salto adiante, formando não somente um Estado nacional, como também um mercado nacional, destituindo os embaraços para o florescimento capitalista. Com o povo em armas, a jovem nação francesa combateu os ataques reacionários de seus vizinhos como também foi à ofensiva nas guerras da primeira e segunda coalizações, levando consigo as bandeiras revolucionárias, sendo recebidos nos territórios ocupados como libertadores dos povos da Europa. Com efeito, a questão nacional foi levada à pauta para esses povos, por conseguinte fomentando movimentos nacionais tanto de unificação das nações divididas em diferentes e pequenos Estados, quanto à libertação de nações oprimidas que se emanciparam em novos Estados nacionais (Ferro, 2014, p. 5).

Segundo Lacoste (1997), no contexto posterior a 1789, numa segunda fase revolucionária francesa, na batalha de Valmy, emergiu a ideia de “vida à nação”. O autor considera a nação como um conjunto territorial de características espaciais que indica unidade e formação de um território nacional. Se por um lado representa a opressão, de outro, o autor visualiza na nação um conteúdo democrático, autônomo e “libertário”, inclusive de combate às ideias recentes nacionalistas de extrema direita na França.

Em resumo: a ideia de nação na sua complexidade e na riqueza de sua evolução histórica não deve ser reduzida a slogans nacionalistas, nem aos esquemas contemporâneos. Se no passado essa ideia foi um argumento ou pretexto para a tirania, a opressão e a perseguição política, foi considerada por muitos homens também como independência e liberdade...

Na verdade, desde suas origens, a idéia de nação está associada com a de democracia, incluindo as contradições atuais, que nos parecem inaceitáveis (Lacoste, 1997, p. 91. Tradução nossa).

Embora a Revolução Francesa assumisse posteriormente um conteúdo conservador, atendendo aos interesses da burguesia que demandava da formação de um sistema econômico-social nacional, essa revolução serviu de paradigma, referência e estímulo para diversos movimentos de libertação dos povos a partir da constituição de nação. São exemplares os movimentos de emancipação e libertação da opressão de povos latino-americanos exercida pelos países colonizadores no século XIX. A defesa da nação está presente, por exemplo, no movimento liderado por S. Bolívar e J. Martí para libertação das colônias americanas das nações metropolitanas. O movimento “26 de Julho”, este no século XX, liderado por F. Castro, que dirigiu a Revolução Cubana triunfada em 1959, também está assentado no ideário de libertação nacional. Atualmente, o ideal bolivariano assume expressão importante na Alba (Aliança Bolivariana das Américas), liderada pela Venezuela e acompanhada por nações como Cuba, Bolívia, dentre outras.

No Brasil, destaca-se o movimento da Inconfidência Mineira no século XVIII, dentre outros. Conforme Vianna (2015, p. 3), utilizando como referência o pensamento de Euclides da Cunha em “Da Independência à República”, as origens da nacionalidade e o papel do Estado nesse contexto ocorreram como um projeto de minorias eruditas para aglutinar um “povo disperso” e para implantar a teoria política liberal. Nesse contexto, observa-se ainda que as diversas nações (indígenas, por exemplo) existentes no Brasil foram aglutinadas pelos segmentos políticos dominantes em torno de um Estado-nacional¹.

A dimensão nacional assumiu conteúdo virtuoso porque foi entendida como portadora de resistência à dominação imperialista. Sustentando-se principalmente na ideia de “imperialismo como fase superior do capitalismo”, cunhada por V. Lênin, muitos movimentos e setores organizados da sociedade (partidos, intelectuais, sindicatos, entidades, dentre outros) entenderam o imperialismo como dominação de uma nação sobre outra, o que fez emergir um nacionalismo de esquerda. Portanto, a dimensão nacional permitiu a emergência de um nacionalismo de esquerda em contraponto ao imperialismo.

A tese de “socialismo num só país” e a obra *O marxismo e a questão nacional*, de J. Stálin, consideraram que o nacionalismo pode contribuir para expandir a libertação internacional. A classe trabalhadora não estaria em

contradição com a nação, pois é possível pensá-la sob a hegemonia dessa classe. A nação seria uma instituição opressora quando dominada por um “bloco de classes sob hegemonia da burguesia”, conforme o entendimento de A. Gramsci. Assim, é possível verificar na constituição e no fortalecimento da nação um sentido emancipatório e libertador da opressão de nações dominantes do “sistema” internacional.

No caso brasileiro, autores como Florestan Fernandes, Caio Prado Jr. e Celso Furtado fundamentaram teoricamente sentido emancipatório na constituição da nação. Segundo Sampaio Jr. (1997), ao referir-se ao caminho “entre a nação e a barbárie”, é possível extrair desses autores uma práxis emancipatória na dimensão nacional. A teorização dos três autores permite fundamentar um projeto de nação a partir da formação de um sistema econômico fora do desenvolvimento dependente e subordinado aos interesses do sistema capitalista mundial.

De acordo com Sampaio Jr. (1997), fundamentando-se em F. Fernandes, C. Prado Jr. e C. Furtado, o Brasil emergiu como nação num contexto de dependência e subordinação à lógica de acumulação capitalista internacional, o que foi responsável pela geração de forte desigualdade social. A inserção subordinada e dependente do Brasil no sistema capitalista mundial, desde o período colonial, foi responsável por um bloqueio econômico, social, político e cultural, o que minou as bases para o desenvolvimento nacional.

Nesse sentido, há a necessidade de formação de um sistema econômico nacional autônomo e independente, pois a economia dos países subdesenvolvidos, como o Brasil, não se estruturou em bases próprias, ou seja, nacional. A economia nacional dos países subdesenvolvidos se estruturou em função dos objetivos econômicos dos países dominantes do sistema.

A grande dificuldade consiste em gestar as estruturas de uma economia nacional, isto é, a formação de bases produtivas voltadas para dentro do País e as necessidades próprias da população que o habita; uma organização destinada a mobilizar e coordenar os recursos e o trabalho do País em função precípua da existência dos indivíduos e da comunidade nela enquadrados; e não servir antes a interesses estranhos (Prado Jr., 2000, p. 288).

A partir dessa concepção, no processo de formação de um sistema econômico nacional, deve-se considerar o papel do Estado-nacional, responsável por submeter a economia de mercado aos interesses coletivos. O Estado-nacional seria uma força política capaz de “civilizar” o capitalismo, evitando a barbárie, pois somente o império do poder político pode submeter a racionalidade voraz do lucro individual do mercado capitalista.

¹ Porto-Gonçalves (2006) defende a necessidade de pensar o Brasil como um Estado-territorial e não Estado-nacional, pois houve a agregação de territórios e não de nações em torno do Estado. Para o autor, o mais adequado, no caso brasileiro, é considerar um Estado-plurinacional e não um Estado-nacional, uma vez que houve em torno do Estado a “agregação” de diversas nações.

O estudo do desenvolvimento estrutura-se a partir da constatação de que o Estado-nacional constitui a única força capaz de “civilizar” o capitalismo, pois somente o império do poder político sobre a matriz espacial e temporal da sociedade pode submeter a racionalidade abstrata do lucro individual à racionalidade substantiva da coletividade. Por isso, o Estado-nacional individualiza-se como uma realidade própria dentro do sistema capitalista mundial (Sampaio Jr., 1997, p. 69).

Sampaio Jr. (1997, p. 180) ainda considera que o processo de fortalecimento da nação passa pela realização de uma revolução nacional (revolução democrática burguesa). O Estado-nacional deve ser responsável pela constituição de estruturas econômicas, sociais e culturais compatíveis com valores democráticos da nação. A revolução nacional seria portadora de duas tarefas fundamentais, ou seja, serviria para superar os obstáculos que impedem a penetração do capitalismo em bases nacionais e criaria condições para que as classes sociais se identificassem positivamente com o regime burguês, universalizando uma ordem competitiva em todo o território nacional. Nessa perspectiva, é possível apreender que o capital nacional é mais virtuoso do que o capital internacional, pois a burguesia nacional teria possibilidade de maiores lucros, dedicando-se mais à produção do que à especulação e ao rentismo.

Portanto, cabem à revolução burguesa duas tarefas fundamentais. De um lado, é necessário superar os obstáculos que impedem a penetração e o funcionamento do capitalismo em bases nacionais. De outro, o processo de constituição de estruturas estatais deve criar condições para que as classes sociais se identifiquem positivamente com o regime burguês, condição indispensável para a sua afirmação como sistema econômico e social dominante... O desafio consiste em universalizar a ordem social competitiva em todo o território nacional e consolidar a internalização de forças produtivas tipicamente capitalistas (Sampaio Jr., 1997, p. 180).

A realização da revolução burguesa brasileira deve fortalecer uma economia capitalista nacional para remover características atrasadas e formas econômicas arcaicas da sociedade brasileira, gestada no processo desigual e combinado do desenvolvimento. Segundo Fernandes (1981, p. 65), as forças arcaicas, combinadas ao cálculo capitalista dos processos modernos, não são um resíduo, mas parte do processo de acumulação que a revolução burguesa poderá remover ao instalar regras de mercado menos dependente da política do atraso.

Sob o capitalismo dependente, a persistência de formas econômicas arcaicas não é uma função secundária e suplementar. A exploração dessas formas e sua combinação com outras, mais ou menos modernas e até ultramodernas, fazem parte do “cálculo capitalista” do agente econômico privilegiado (Fernandes, 1981, p. 65).

Segundo Fernandes (1981), ainda, essa revolução burguesa somente será portadora de independência econômica e capaz de levar à construção de uma sociedade autônoma quando existir uma vontade nacional, ou seja, quando surgirem forças sociais organizadas comprometidas com a construção da nação brasileira. Mas a burguesia débil e atrasada do capitalismo dependente brasileiro não é capaz de operacionalizar essa revolução e fazer avançar o processo de desenvolvimento nacional.

A defesa do transplante da modernidade do centro para a periferia pela burguesia débil leva à perpetuação da dependência e do subdesenvolvimento. Somente um amplo movimento político combinado com setores marginalizados e classes trabalhadoras em torno de “querer coletivo” será capaz de fortalecer a nação e romper com a dependência e o subdesenvolvimento. O “querer coletivo”, fundado num consenso democrático será capaz de fazer contraponto aos estamentos, às forças oligárquicas e à burguesia “atrasada” para avançar o desenvolvimento nacional².

A destruição de estamentos e de grupos sociais privilegiados constitui o primeiro requisito estrutural e dinâmico da constituição de uma sociedade nacional. Onde essa condição histórica não chega ou não pode concretizar-se historicamente, também não surge uma ação e, muito menos, uma nação que possa apoiar-se num “querer coletivo” para determinar, por seus próprios meios, sua posição e grau de autonomia entre as demais sociedades nacionais do mesmo círculo civilizatório. Sob esse aspecto, a democratização da renda, do prestígio social e do poder aparece como uma necessidade nacional. É que ela e somente ela pode dar origem e lastro a um “querer coletivo” fundado em um consenso democrático, isto é, capaz de alimentar imagens do “destino nacional” que possam ser aceitas e defendidas por todos, por possuírem o mesmo significado e a mesma importância para todos. (Fernandes, 1981, p. 174-175).

Bresser-Pereira (2014), ao tratar da “construção política do Brasil”, afirma que um amplo movimento político nacional é pré-condição para o desenvolvimento econômico do País. Esse movimento político será realizado a partir de coalizões, sobretudo de classes, ou seja, a revolução nacional no Brasil não será feita por uma classe, mas a partir de coalizões, pactos e alianças. Aliás, na concepção do autor, a própria origem do Estado-nacional e Revolução Industrial ocorreu a partir de pactos e alianças de classes.

Portanto, contrariando a ideia basilar marxista de que “o conflito de classes move a história”, Bresser-Pereira (2014) entende que o desenvolvimento e a revolução nacional serão resultado de uma aliança de classes. O autor acredita que a história da humanidade não é

² Martins (2010, p. 94) entende que no governo de Fernando Henrique Cardoso (FHC) iniciou-se um esvaziamento político das oligarquias com o avanço e o fortalecimento de uma base política democrática. Segundo o autor, tal avanço democrático não recebeu apoio do MST e do PT, que não foram capazes de ouvir o que dizia F. Fernandes.

necessariamente história da luta e do conflito de classes, mas da coalizão e das alianças de classes.

Martins (2010), também, ao tratar da “política do Brasil mística e lúmpen”, dá subsídios para apreender que a reforma agrária no Brasil, por exemplo, virá a partir de um amplo movimento político construído a partir de coalizões, ou seja, a reforma agrária virá de coalizões e não de luta de classes. Conforme Martins (2010) ainda, o governo de FHC seria capaz de galvanizar tais alianças, mas o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), refém de interesses partidários, não foi capaz de compreender esse processo. Além disso, o Movimento entende que a reforma agrária será feita exclusivamente pela luta dos trabalhadores, entendimento esse que se constitui num obstáculo para conquistas.

Verifica-se, dessa forma, que a nação moderna emergiu como paradigma de desenvolvimento a partir da formação de um mercado nacional capitalista. A formação da nação foi entendida como possibilidade de independência, libertação e autonomia dos povos, e, como destacado anteriormente, muitos autores depositaram confiança na centralidade política do Estado-nacional na construção da independência e da emancipação social. Mas observa-se que essa instituição (Estado-nacional) está sujeita às críticas diversas, sobretudo no contexto dos preceitos anarquistas e marxistas.

Marx e Engels (2001), desde um passado distante, fundamentam crítica à dimensão nacional ao afirmar no manifesto comunista que “os operários não têm pátria”. Acrescentam ao questionamento da dimensão nacional a crítica feita pelos anarquistas em torno da luta para a construção de uma ordem libertária internacional como verificada nos versos de A Internacional, de Eugéne Pottier e Pierre Degeyter: “Bem unidos façamos; Nesta luta final; Uma terra sem amos; A Internacional”.

Lênin, em “Notas críticas à questão nacional”, afirma que na democracia da classe trabalhadora há necessidade de combater a ideia de nação. Afirma que a nação é um fenômeno efêmero que deverá desaparecer com a abolição da propriedade privada.

A democracia dos trabalhadores coloca adiante a demanda: absoluta unidade e completa amalgamação dos trabalhadores de todas as nacionalidades em todas as organizações dos trabalhadores, sindicatos, cooperativas, consumidores, educadores e todas as outras, para contrabalançar os nacionalismos burgueses de todos os tipos. Apenas essa unidade pode salvar a democracia, salvar os interesses dos trabalhadores contra o capital – que já se tornou e é cada vez mais internacional – e salvar os interesses do desenvolvimento da humanidade rumo a um novo modo de vida para qual os privilégios e a exploração serão alienígenas (Lênin, 1913, apud Ferro, 2014, p. 9).

A crítica à nação não está limitada ao campo teórico anarquista e marxista. Alphonse Lamartine, no século XIX, afirmava que “o egoísmo e o ódio têm uma só pátria. A fraternidade não”. Os ideais internacionalistas também podem ser verificados na defesa de uma república mundial pautada na hospitalidade, como na concepção de I. Kant (1795) em A paz perpétua, reportada por Boff (2014), ao tratar de recentes migrações internacionais. Nessa república mundial não haveria lugar para nacionalismo, xenofobia, preconceito e fundamentalismo.

A hospitalidade é um dos critérios básicos do humanismo de uma civilização. A ocidental vem marcada lamentavelmente por preconceitos de larga tradição, por nacionalismos, pela xenofobia e pelos vários fundamentalismos. Todos estes fecham as portas aos imigrantes ao invés de abri-las e, compassivos, compartilhar de sua dor (Boff, 2014, p. 1).

Sampaio Jr. (1997), embora visualize sentido virtuoso no Estado-nacional, como destacado anteriormente, o considera como uma instância historicamente determinada que deva ser ultrapassada por formas superiores de organização de alcance supranacional de poder³. O autor entende a “forma nacional” como um meio temporário de determinação dos povos no contexto do imperialismo.

Pensada como um centro de poder que condensa a vontade política da coletividade, a forma nacional é aqui – única e exclusivamente – um meio das sociedades que vivem sobredeterminadas pelo campo de força do imperialismo controlarem o seu tempo histórico. Trata-se, portanto, de um instrumento historicamente determinado que deve ser ultrapassado por formas superiores de organização social e política, de alcance supranacional, assim que o contexto histórico mundial o permitir, isto é, assim que a ordem mundial deixar de estar sob o domínio de concorrência intercapitalista e das rivalidades imperialistas (Sampaio Jr., 1997, p. 154, grifo nosso).

Nesse contexto, Mészáros (2004), ao tratar do “poder da ideologia”, levanta a necessidade de pensar numa alternativa global com a formação de um Estado mundial, semelhante à ideia de E. Kant de formação de uma república mundial. Segundo Martin (2011, p. 19), essa não é uma ideia viável, pois a paz mundial passa pela existência de concorrência e equilíbrio de forças entre potências, o que garante um mundo mais pacífico.

³ Nessa perspectiva emergiram diversos projetos e ações de negação do Estado-nacional como caminho de independência e autonomia dos povos. São ilustrativas as experiências recentes no Curdistão de negação do Estado-nacional como instância nuclear de poder a partir de dois movimentos: “Autonomia Democrática” e “Confederalismo Democrático”. A materialização desse projeto negador do Estado-nação ocorreu nas cidades de Heseke e de Amed, com mais de 1,5 milhão de habitantes, dentre outras, organizadas em conselhos e assembleias em todos os níveis, conselhos de rua, conselhos de bairro e conselhos de distrito com a formação de um “sistema” rede. Assim, a “Autonomia Democrática” e o “Confederalismo Democrático” constituem um impulso ideológico e institucional para livrar-se do Estado e do capitalismo, substituindo estruturas representativas por práticas autônomas e participativas (Kolokotronis, 2015, p. 1).

Mais viável é a ideia de equilíbrio de poder. É pelo receio que uma potência tem da outra que se pode estabelecer uma convivência pacífica no mundo. A dificuldade que domina o projeto unipolar é claro. Os Estados Unidos querem normas internacionais a partir de seus interesses, que o mundo respeite a globalização e o livre mercado, mas eles não se veem obrigados a acatar qualquer norma internacional... Só dá para pensar um mundo um pouco melhor com o equilíbrio de forças (Martin, 2011, p. 19).

Cataia (2011) elabora crítica ao projeto de Estado mundial, pois haveria dificuldade de estabelecimento do “governador” desse projeto. O autor considera ainda que o projeto de Estado mundial é uma proposta do Norte; organizado conforme a Europa se organiza. Além disso, considera que a formação de um Estado mundial implica uma homogeneização do mundo, semelhante a uma bola de bilhar, ou seja, um mundo não demarcado por fronteiras nacionais. Tomando como referência as ideias de J. Gottmann, Cataia (2011) visualiza sentido benfazejo na fronteira porque indica a existência de projetos diferentes. Os diferentes projetos se constituem numa beleza da humanidade.

Nessa perspectiva, a nação possui um sentido de emancipação, liberdade, independência e autonomia do território. A ausência de Estado-nacional pode ser compreendida como estágio de barbárie porque, quem iria governar o mundo se não o Estado? Acrescenta-se que a existência de nações, e inclusive fronteira entre elas, se constitui num aspecto virtuoso, pois baseia-se na existência da diversidade de projetos em contraponto ao pensamento único.

A pergunta dele era: por que existem fronteiras? Existem porque os projetos são distintos. Para o Jean Gottmann, a beleza da humanidade, distinta dos animais, consegue construir projetos diferentes num mesmo ambiente físico, como o deserto do Saara, por exemplo. A ideia fundamental para a construção dessa unidade é pensá-la a partir do Sul (...). Então, é pouco provável que tenhamos um projeto que integre o mundo, pois quem o realizaria? (Cataia, 2011, p. 20).

Se no passado (século XVIII) o capitalismo demandou a ampliação espacial e a formação de um mercado nacional, posteriormente o mercado capitalista não se limitou ao território nacional, ampliando-se mundialmente. Marx e Engels (2001), no manifesto comunista de 1848, já apontavam para a “vocaçãõ” internacional do capital e sua expansão constante por toda a superfície do globo, dando um caráter cosmopolita à produção e ao consumo em todos os países.

A necessidade de um mercado em expansão constante para seus produtos persegue a burguesia por toda a superfície do globo. Precisa instalar-se em todos os lugares, acomodar-se em todos os lugares, estabelecer conexão em todos os lugares. A burguesia, através de sua exploração do mercado mundial, deu um caráter

cosmopolita para produção e consumo em todos os países... As indústrias nacionais antigas foram destruídas ou seguem sendo destruídas dia após dia. Elas são desalojadas por novas indústrias, cuja introdução torna-se questão de vida e morte para todas as nações civilizadas; por indústrias que não mais trabalha com matéria-prima nacional, mas matéria-prima extraída de zonas distantes; cujos produtos são consumidos não só no próprio país, mas em todos os cantos do globo. Em lugar das antigas necessidades, satisfeitas pela produção do país, encontram-se novas necessidades, exigindo para satisfazê-las produtos de terra e clima distantes. No lugar da antiga reclusão e autossuficiência local e nacional, temos conexões em todas as direções, uma interdependência universal das nações (Marx; Engels, 2001, p. 15).

A mundialização do capital no início do século XX levou para aquilo que Luxemburgo (1988) e Lênin (2010), dentre outros autores, denominaram imperialismo, ou seja, quando a fase concorrencial capitalista foi ultrapassada pela fase monopolista, sobretudo com a financeirização do capital. Nesse processo de expansão espacial os grupos econômicos desenvolveram “braços” financeiros que, em muitos casos, se tornaram maiores do que o capital industrial e apresentaram grande poder de mobilização internacional de capitais.

Kautsky (1986), ao estudar o imperialismo, entendeu que poderá haver a implantação de uma paz mundial com a superação da concorrência mundial entre as firmas e nações!

Font e Rufí (2006) afirmam que a expansão global das relações capitalistas de produção está solapando a soberania nacional, ou seja, a nação e seu Estado estão perdendo capacidade de intervenção econômica, política, social etc. A emergência de órgãos multilaterais e supranacionais de poder sobre a economia e territórios, como o FMI, OMC, OCDE, Banco Mundial, dentre outros, sobretudo depois do Encontro de Breton Woods em 1944, foi um marco no processo de solapamento da capacidade de decisão do Estado-nacional. Nesse contexto de mundialização do capital a soberania nacional foi sendo minada porque as corporações privadas transacionais passaram a atuar à margem do controle de autoridades nacionais.

Acrescenta-se também ao contexto de surgimento de entidades supranacionais a emergência de organizações não institucionalizadas que formam um poder paralelo ao Estado sobre os territórios como as organizações criminosas e militares (Al Qaeda, Estado Islâmico, dentre outras). Mas, nesse contexto de emergência de organizações não institucionalizadas, surgiram também movimentos sociais mundializados, como a Via Campesina, por exemplo, mas com propósitos bem diferentes das organizações citadas anteriormente. Avançando na superação da instância nacional de poder, muitos países intensificaram suas relações no sentido de formar blocos de nações. O caso mais expressivo foi a

formação da União Europeia a partir de ações diversas surgidas a partir da década de 1950. A partir da referência do “bloco europeu”, surgiram posteriormente outros blocos de nações como o Mercosul, Nafta, Pacto Andino, dentre outros.

Inclui-se a esse contexto o avanço do projeto neoliberal a partir da década de 1980, sobretudo nos países da América Latina, que intensificou a perda do poder e da importância do Estado-nacional. O avanço do projeto neoliberal permitiu referir-se a um Estado-mínimo. A privatização de empresas estatais, de vias de transporte e portos, por exemplo, iniciado nesse contexto, é um indicativo de materialização do projeto neoliberal, o que fez a nação e seu Estado perderem importância para corporações e organismos econômicos internacionais.

Segundo Sampaio Jr. (1997), na década de 1990 um conjunto de condições derivadas da globalização neoliberal fez o Brasil entrar num ciclo de reversão colonial a partir de medidas que estimularam a exportação de produtos primários. Para o autor, a implantação de medidas neoliberais no Brasil implicou a desnacionalização da economia brasileira.

Na lógica da ordem internacional hoje emergente, o desenvolvimento nacional fica excluído do horizonte de possibilidades dos países periféricos... Expostas à fúria da globalização e ao arbítrio dos países ricos, as nações emergentes ficam sujeitas a processos de reversão neocolonial que desarticulam seus centros internos de decisão e quebram a espinha dorsal do sistema econômico nacional (Sampaio Jr., 1997, p. 20/21).

Mas observa-se que esse processo de solapamento do poder do Estado sobre os territórios nacionais é desigual e contraditório, pois, mesmo no contexto da globalização, não são raros os exemplos de centralização de decisões do Estado-nacional, inclusive como suporte para expansão das corporações transnacionais. O Estado-nacional é importante para a globalização do capital porque são essenciais para o controle de salários, orçamento, força pública, carga tributária etc.

Apesar das transformações nas relações de poder com a globalização neoliberal e a emergência de “atores” institucionais e não institucionais de poder, o Estado-nacional ainda se constitui numa instância nuclear e central de poder. Nessa perspectiva de importância e centralidade do Estado que H. Lefebvre (1978) referiu-se ao “modo de produção estatal” quando aprofundou questões relacionadas ao papel do Estado na produção do espaço.

Contraditoriamente, a defesa do Estado-nacional também acabou se revestindo de um conteúdo conservador, nacionalista e patriótico, sobretudo a partir do início do século XX. Rui Barbosa, por exemplo, expoente da política liberal no Brasil, também visualizou

sentido virtuoso na dimensão nacional ao expressar um patriotismo nacional. Conforme o autor, a pátria pode ser definida como uma família ampliada que tem por elementos orgânicos a honra, a disciplina, a fidelidade, a benquerença e o sacrifício.

A pátria não é ninguém: são todos; e cada qual tem no seio dela o mesmo direito à ideia, à palavra, à associação. A pátria não é um sistema, nem uma seita, nem um monopólio, nem uma forma de governo: é o céu, o solo, o povo, a tradição, a consciência, o lar, o berço dos filhos e o túmulo dos antepassados, a comunhão da lei, da língua e da liberdade (Barbosa, 1903, apud Magalhães, 1997, p. 3).

A partir da defesa da nação surgiram diversos “movimentos” nacionalistas de extrema direita. Esse foi o caso do nacional-socialismo na Alemanha, fascismo na Itália, integralismo no Brasil, dentre outros. Em nome da nação, tanto nos países periféricos e colonizados quanto nos países centrais, foram cometidas barbáries contra a humanidade como o genocídio armênio atentado pelo Império Otomano (1915-1923), o holocausto nazista (1933-1945), a limpeza étnica na guerra de independência da Croácia (1991-1995), a Guerra da Bósnia (1992-1995), dentre outras. Atualmente, é exemplar o nacionalismo de extrema direita da Frente Nacional na França, liderada por J. M. Le Pen, que tem obtido conquistas políticas e eleitorais, sobretudo com as dificuldades econômicas recentes da União Europeia.

A partir dessa abordagem sobre soberania e Estado-nacional, verifica-se que, se de um lado, ele (Estado-nacional) é virtuoso e emancipador, de outro lado, é conservador, antidemocrático e parte da expansão, inclusive mundial, das relações capitalistas de produção. Considerando os diversos autores e concepções, é possível afirmar que a temática da soberania a partir do Estado-nacional possui um conteúdo positivo e negativo; questionador e conservador de estruturas de dominação/opressão.

Ainda que o Estado-nacional possua conteúdo virtuoso, ele está sujeito ao contexto de classes sociais, sendo “apropriado” pela classe dominante do modo capitalista de produção, ou seja, a classe capitalista. Por isso, embora haja algum avanço para os camponeses com o fortalecimento no Estado-nacional, este, na sociedade de classes, possui limites para a soberania e a emancipação.

A abordagem sobre a problemática e o tema da soberania e o Estado-nacional não é necessariamente o objetivo do artigo, mas construir suporte à discussão do conteúdo nacional implícito nas concepções e ações dos movimentos camponeses, como é o caso da soberania alimentar e da reforma agrária. As contradições sobre soberania e Estado-nacional apontadas não são somente contradições de ordem epistemológico-intelectual. São

contradições também dos movimentos camponeses que ora questiona, mas também acredita e legitima a dimensão nacional como potencial emancipador, como será destacado a seguir.

Soberania alimentar e os movimentos camponeses

Os movimentos camponeses, sobretudo aqueles mais organizados, desenvolvem um conjunto de lutas e ações relacionadas ao ideário de soberania nacional. O sentido nacional das ações dos movimentos pode ser verificado na luta pela reforma agrária; contra desnacionalização de terras, pela soberania alimentar, bem como nas palavras de ordem, hinos, documentos, eventos, dentre outros.

A relação dos camponeses com a nação vem desde passado distante, quando eles foram colocados a serviço dos interesses nacionais, como nos projetos de colonização, por exemplo. Nos projetos de colonização, além de produzirem alimentos para a nação, os camponeses eram também soldados que garantiam o domínio territorial nacional, como no caso da fronteira Sul do Brasil. Mas a preocupação dos movimentos camponeses com a nação é relativamente nova.

A preocupação dos movimentos camponeses com a soberania nacional e a pátria pode ser verificada nas suas palavras de ordem, hinos e eventos do MST, por exemplo. O hino do MST elucida essa preocupação, pois indica a necessidade de construção de uma pátria livre edificada pelo punho erguido do poder popular operário e camponês.

Vem, lutemos, punho erguido/Nossa força nos leva a edificar/Nossa Pátria livre e forte/Construída pelo poder popular/Nossa força resgatada pela chama/da esperança no triunfo que virá/forjaremos desta luta com certeza/pátria livre operária camponesa/nossa estrela enfim triunfará! (Bogo; Oliveira, 1996, p. 10).

Além do hino do MST, são ilustrativas também as palavras de ordem do Movimento. A palavra de ordem “pátria livre: venceremos”, bem como “Reforma agrária: por justiça social e soberania popular”, estão definidas no V Congresso do Movimento realizado em junho de 2007 e indicam a preocupação com a pátria e a soberania nacional. Os versos da canção “Ordem e Progresso”, de Zé Pinto, também são ilustrativos: “este é o nosso país, essa é a nossa bandeira, é por amor a esta pátria-Brasil, que a gente segue em fileira”.

O Movimento dos Sem-Terra entende que a ausência de um projeto estratégico de desenvolvimento nacional pode implicar uma ameaça à soberania do País. Embora diferentes na compreensão dos movimentos, a soberania

nacional está em sintonia com a soberania popular, pois uma fortalece a outra. Nesse sentido, é preciso garantir soberania do povo sobre o território, riquezas naturais, biodiversidade, água e sementes, por exemplo.

Precisamos de políticas e práticas dos governantes que garantam a plena soberania de nosso povo, sobre nosso território, nossas riquezas naturais, minerais, nossa biodiversidade, a água e as sementes. O Estado deve ter o controle com a participação da sociedade e dos trabalhadores, e das empresas estratégicas para o desenvolvimento nacional que já existem, e criar as que forem necessárias para gerir as riquezas. E instalar uma auditoria da dívida externa e examinar todos os contratos, para controlar a transferência de riquezas para o exterior, a título de juros e amortização de dívidas e de contratos não transparentes ou ilegais e imorais (MST, 2009, p. 1).

O VI Congresso Nacional do MST, realizado em 2014, enfatizou a necessidade de integração e ações conjuntas entre nações para alcançar soberania. Em contraponto à hegemonia internacional dos Estados Unidos (EUA), deve haver um esforço do Movimento para apoiar iniciativas de nações na construção de um mundo multipolarizado com o fortalecimento de nações como a China, Rússia, bem como a formação de blocos de países como a Alba (Aliança Bolivariana das Américas).

A Alba é considerada pelo MST como um projeto de integração popular de nações latino-americanas para cooperação política, econômica, cultural etc. Essa aliança visa também acumular forças para fazer frente às empresas transnacionais capitalistas das nações imperialistas e aos projetos hegemônicos pelos EUA. Para o MST, “a Alba busca acumular forças para derrotar as grandes empresas transnacionais e transitar para superar o capitalismo. É um projeto anti-imperialista” (Baggio, 2014, p. 1).

De acordo com Santos (2014), os países estão construindo resistências nacionais e formas de solidariedade regional sem “autorização” norte-americana. Segundo o autor, essa resistência nascida de nações latino-americanas pode se desdobrar numa nova “guerra fria” entre o capitalismo neoliberal e o capitalismo com alguma dimensão nacional e popular. Conforme Santos (2014), ainda, a agregação de nações é uma necessidade para que a democracia não seja capturada pelo capital, pois a nação em que o Estado tem maior intervenção na economia possui mais capacidade de controlar e regular o capitalismo. Nos EUA, por exemplo, a democracia se encontra refém e capturada pelo capital.

Entretanto, não são poucas as críticas a esses projetos de aliança entre nações, pois reproduzem contradições existentes entre países do “centro” do capitalismo na relação como sua “periferia”. Este é o caso, por exemplo, da reprodução do modelo do agronegócio brasileiro gestado no Prodecer (Programa de Cooperação Nipo-

brasileira para o Desenvolvimento do Cerrado), levado para a África no contexto do ProSavana (Programa de Cooperação Tripartite para o desenvolvimento Agrícola da Savana Tropical em Moçambique) numa associação entre capital brasileiro, japonês e africano, no caso, moçambicano. São exemplares também as críticas à iniciativa do banco do Brics (Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul), que reproduz em determinadas situações as relações estabelecidas entre nações latino-americanas e o Fundo Monetário Internacional, Banco Mundial etc.

Em resposta à articulação de nações do Sul e a expansão chinesa e russa, as superpotências comandadas pelos Estados Unidos ensaiam integração com países da América Latina como no Tratado Transpacífico (TPP) envolvendo Chile, Peru, Colômbia e México. Nesse contexto, contraditoriamente, estão também as alianças dos países latino-americanos com a China, que insistem em plataformas exportadoras primárias em vista da potência do mercado chinês.

A preocupação com a soberania nacional une também movimentos camponeses aos sindicatos de trabalhadores da indústria, como na formação do Comitê de Defesa do Petróleo Pela Soberania Nacional. O Comitê é formado por mais de 14 entidades, como o Sindicato Unificado dos Petroleiros/SP, Central Única dos Trabalhadores (CUT), Federação Única dos Petroleiros (FUP), Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), dentre outras, e visa garantir a posse das riquezas naturais, no caso o petróleo do pré-sal, sob controle do povo brasileiro. Segundo Antonio C. Spis, membro da executiva nacional da CUT, o Comitê organizou, a partir de 2008, a campanha “o pré-sal é do povo brasileiro” para assegurar o controle estatal e social do petróleo dentro de uma visão patriótica e nacionalista (CUT, 2008, p. 1).

A unidade dos movimentos camponeses e entidades diversas de trabalhadores na defesa de um projeto de nação podem ser verificadas também na formação recente (setembro de 2015) da Frente Brasil Popular. A frente reúne movimentos e entidades que estão preocupadas com questões nacionais como a soberania, defesa da economia nacional, patrimônio e riquezas nacionais, que se encontram ameaçadas de desnacionalização pelo grande capital. Trata-se da defesa do patrimônio nacional como se ele pertencesse a todo o povo brasileiro.

Outra preocupação dos movimentos camponeses relacionada à soberania nacional é a desnacionalização da terra, ou seja, a aquisição de terras por proprietários e empresas estrangeiras, facilitada por medidas recentes de liberalização da economia a partir da década de 1990. Os movimentos também visualizam consequências negativas para os camponeses com a desnacionalização das terras, pois a apropriação de terras nacionais por estrangeiros geralmente é acompanhada pela concentração de capitais. Assim, é possível entender

que a terra apropriada por proprietários nacionais apresentaria menor ameaça à soberania da nação e seria mais benéfica para os camponeses.

Conforme Oyhantçabal (2014, p. 2), três fenômenos estão por trás da apropriação de terras por empresas estrangeiras em países latino-americanos e africanos: apropriação de uma renda internacional da terra; lógica cada vez mais especulativa da circulação internacional do capital; e investimentos em terras com finalidades de reserva de valor em vista da insegurança das moedas internacionais, ouro, títulos, ações de empresas etc.

A preocupação dos movimentos camponeses com a nação pode ser verificada também na defesa e na luta pela reforma agrária e a soberania alimentar, principalmente. Articuladas uma à outra, a soberania alimentar e a reforma agrária estão intrinsecamente vinculadas a um projeto nacional. Os movimentos entendem que os camponeses são imprescindíveis à nação em vista da sua capacidade de produzir alimentos para atendimento da demanda nacional, conferindo status de existência e lugar social para estes sujeitos (classe).

A luta dos movimentos camponeses pela reforma agrária no Brasil, se comparada à luta pela terra, é uma reivindicação relativamente recente, pois emergiu como maior força a partir da década de 1950 com a atuação das Ligas Camponesas. A luta dos camponeses pela reforma agrária é mais ampla do que luta pela terra, pois a sua realização está colocada pelos movimentos como uma necessidade do Brasil e não somente uma necessidade dos despossuídos da terra. O MST, por exemplo, defende a palavra de ordem “reforma agrária: uma luta de todos”, ou seja, todos os brasileiros, e não somente os sem-terra, se beneficiarão com a realização da reforma agrária.

A reforma agrária é parte da construção de uma nação soberana porque o desenvolvimento nacional depende da distribuição de terras aos camponeses capazes de produzir alimentos para atender à demanda nacional e garantir a sua soberania. O projeto nacional implícito na reforma agrária está na capacidade e na eficiência dos camponeses de produzir alimentos e matérias-primas, necessárias para alavancar o desenvolvimento da nação. A realização da reforma agrária se justifica como parte de um projeto de desenvolvimento nacional e não somente como parte de um projeto camponês ou para resolver conflitos agrários. Portanto, a nação precisa da reforma agrária.

A eficiência produtiva dos pequenos agricultores, necessária para o desenvolvimento do Brasil, pode ser verificada nos dados da área cultivada e financiamentos para investimento e custeio de lavouras. Os pequenos agricultores, dispendo de apenas 24,3% da área total de terras do País (IBGE, 2006) e de 28 bilhões de reais em recursos financeiros (Plano Safra da Agricultura Familiar 2015-2016), são responsáveis por 33% do PIB

agropecuário. Eles produzem 100% de verduras, 87% de mandioca, 70% do feijão, 59% de suínos, 58% do leite, 50% de aves, 46% do milho e 38% do café, para ficar em alguns exemplos. Acrescenta-se que as pequenas propriedades empregam 74,4% dos trabalhadores e ocupam 15 pessoas a cada 100 hectares. A agricultura empresarial – agronegócio – tem à sua disposição 159 bilhões de reais (Plano Safra 2015-2016), mas emprega apenas 25,6% dos trabalhadores e ocupa somente 1,7 pessoas a cada 100 hectares.

Nesse contexto, o lugar social e o status de existência da agricultura camponesa estarão garantidos pela eficiência e a capacidade produtiva de alimentos e matérias-primas para atender à demanda nacional. O lugar social dos camponeses se firma, nessa perspectiva, a partir de uma pauta econômica e não somente pela pauta política (luta e resistência). Nesse sentido, a dimensão econômica e a capacidade produtiva da agricultura camponesa, enfim uma pauta “desenvolvimentista”, se fortaleceram no discurso dos movimentos camponeses de luta pela reforma agrária.

Martins (2010) afirma que houve alteração de prioridades na ação do que considera “mediadores” da reforma agrária na “nova república”, quando a figura do posseiro foi substituída pela figura do sem-terra, deslocando o eixo central da questão da terra. Segundo o autor, a luta dos posseiros estava respaldada por um forte conteúdo moral, pois o grileiro era sinônimo de delinquente, criminoso e violento. Já a luta dos sem-terra não se deu com base no mesmo argumento moral, mas no argumento econômico.

Assim, o sentido soberano implícito na reforma agrária está na sua capacidade de alavancar o desenvolvimento nacional, pois as pequenas propriedades são mais produtivas e benéficas à nação. Conforme Grain (2014), uma organização internacional que visa apoiar agricultores de pequena escala e movimentos sociais na luta por sistemas alimentares dominados por comunidades locais, a pequena agricultura produz muito mais do que se poderia esperar de quem possui pequenas glebas. De acordo com Grain (2014, p. 58), ainda, as grandes propriedades, embora consumam mais recursos, controlam as melhores terras, possuem água para irrigação, infraestrutura, crédito financeiro, assistência técnica, utilizam insumos modernos e têm menor eficiência técnica e produtividade total.

Essa capacidade produtiva da pequena agricultura não é verificada somente na pequena agricultura brasileira. O quadro a seguir demonstra a capacidade de produção de alimentos de pequenas propriedades e área de terra ocupada em diversos países (ver Tabela 1).

No caso brasileiro, apesar da eficiência econômica da pequena agricultura, a reforma agrária não avança. Durante o governo de Dilma Rousseff houve forte diminuição do

número de famílias assentadas, se comparado com os governos FHC e Lula, que assentaram em média ao ano 76.761 famílias (governo Lula) e 67.588 famílias (governo FHC). O governo Dilma, no primeiro mandato, assentou 26.838 famílias em média ao ano. O ano de 2015 foi de “decreto zero” para desapropriações de terra. Em 2016, ano do “golpe mídio-parlamentar”, que destituiu a presidente do cargo, foram arrecadados 19,5 mil hectares resultantes de decretos de desapropriação no final do governo Dilma Rousseff, capazes de assentar apenas 784 famílias, conforme o “Painel dos Assentamentos” do Incra. Em 2016 ainda, durante o governo Temer, foi decretada a desapropriação de um único e minúsculo imóvel com área de 58 hectares para quilombolas.

Apesar da capacidade de produção e eficiência produtiva da pequena agricultura, ainda existem muitos segmentos sociais, inclusive intelectuais, que visualizam no agronegócio a garantia de produção de alimentos para o País e, conseqüentemente, soberania alimentar. A suposta produção do agronegócio justificaria, na concepção desses autores, a não realização da reforma agrária com distribuição de terras aos camponeses. Esses segmentos entendem que o fato de o Brasil ter passado de importador de alimentos na década de 1960 para exportador nos anos 2010 atesta a capacidade do agronegócio de produzir alimentos, contribuindo para a pauta de exportação e o equilíbrio das contas externas e da balança comercial (Navarro et al. 2014, p. 419).

Mas, para os movimentos camponeses, o agronegócio não é capaz de garantir a produção de alimentos para a nação e soberania alimentar nacional, pois sua principal preocupação é o lucro, a produção de mercadorias. A maior parte do que o agronegócio produz é para exportação e não necessariamente para o mercado interno, o que deixa a nação vulnerável.

Além da reforma agrária, como destacada anteriormente, o sentido nacional da luta dos movimentos camponeses pode ser verificado na defesa da soberania alimentar. A defesa da soberania alimentar se constitui numa das principais evidências do suporte nacional da luta dos movimentos camponeses, objeto principal da abordagem desse artigo. A ideia de soberania alimentar defendida pelos movimentos se constitui num projeto que apresenta uma conotação nacional, porque a nação soberana será aquela capaz de produzir alimentos para atender às necessidades do seu povo, ou seja, para uma nação ser soberana é necessário autoabastecimento nacional de alimentos, dentre outros requisitos.

A Via Campesina, a partir de conferência realizada em Tlaxcala, no México, em abril de 1996, definiu soberania alimentar como o direito de cada nação manter e desenvolver sua própria capacidade de produzir alimentos em bases camponesas, respeitando a diversidade cultural e os métodos de produção. Além

da Via Campesina, outros movimentos camponeses também compartilham dessa compreensão e defendem a soberania alimentar, como o MPA (Movimento dos Pequenos Agricultores), MCP (Movimento Camponês Popular), ANA (Associação Nacional de Agroecologia), MPP (Movimento de Pescadores e Pescadoras Artesanais do Brasil), MAB (Movimento dos Atingidos por Barragens), MST, quilombolas, dentre outros, bem como sindicatos, partidos políticos, estudiosos, fóruns de entidades etc. Acrescenta-se à preocupação com a soberania alimentar nacional movimentos “internacionalizados”, como a CLOC (Coordenadoria Latino-americana das Organizações do Campo), a Marcha Mundial das Mulheres, entre outros.

País	Produção de alimentos em pequenas propriedades e quantidade de terra que ocupa
Bielorrússia	Com 17% da terra, os pequenos agricultores produzem: 87,5% das frutas e bagas; 82% das batatas; 80% das hortaliças e 32% dos ovos.
Botsuana	As pequenas propriedades são 93% de todos os estabelecimentos agropecuários, têm menos de 8% da terra agrícola e produzem: 100% do amendoim; 99% do milho; 90% do milho miúdo; 73% do feijão e 25% do sorgo.
Brasil	84% dos estabelecimentos rurais são pequenos e correspondem a 24% da área total ocupada por estabelecimentos rurais e produzem: 87% da mandioca; 69% do feijão; 67% do leite de cabra; 59% dos suínos; 58% do leite de vaca; 50% das aves; 46% do milho; 38% do café; 33,8% do arroz e 30% dos bovinos.
América Central	Com 17% da terra agrícola, os pequenos agricultores produzem 50% de toda a produção agrícola.
Chile	Em 1997, os pequenos agricultores eram donos de 6% da terra e produziam: 51% das hortaliças; 40% dos cultivos extensivos; 26% dos cultivos industriais (beterraba açucareira, calêndula, colza); 23% das frutas e uvas; 22% dos cereais e 10% das pastagens.
Cuba	Com 27% da terra, os pequenos agricultores produzem: 98% das frutas; 95% do feijão; 80% do milho; 75% dos suínos; 65% das hortaliças; 55% do leite de vaca; 55% dos bovinos e 35% do arroz.
Ecuador	Quase 56% dos agricultores são pequenos e têm menos de 3% da terra, mas produzem: mais da metade das hortaliças; 46% do milho; mais de um terço dos cereais; mais de um terço dos legumes; 30% das batatas e 8% do arroz.

El Salvador	Com apenas 29% da terra, os pequenos agricultores produzem: 90% do feijão; 84% do milho e 63% do arroz, os três alimentos básicos. A agricultura de quintal, inclusive com superfícies agrícolas menores, provê 51% dos suínos, 20% das aves de quintal e a maior parte das frutas tradicionais.
Hungria	As pequenas propriedades controlam 19% da terra e obtêm 25% da margem bruta padrão total do setor agrícola
Cazaquistão	Um pouco mais de 97% das propriedades são pequenas e operam 46% da terra, produzindo: 98% das frutas e bagas, 97% do leite, 95% das batatas, 94% dos melões, 94% das hortaliças, 90% da carne, 78% da beterraba açucareira, 73% da calêndula, 51% dos cereais e 42% dos ovos.
Quênia	Em 2004, com apenas 37% da terra, as pequenas propriedades produziram 73% da produção agrícola.
Romênia	As propriedades familiares são 99% de todas as propriedades e têm 53% da terra, com uma média de 1,95 hectare/propriedade. Elas têm: 99% das ovelhas; 99% das abelhas; 90% do gado; 70% dos suínos e 61% das aves de quintal.
Rússia	As pequenas propriedades têm 8,8% da terra, mas participam com 56% da produção agrícola, incluindo: 90% das batatas; 83% das hortaliças; 55% do leite; 39% da carne e 22% dos cereais.
Tajiquistão	As pequenas propriedades têm 45% da terra e participam com 58% de toda a produção agrícola.
Ucrânia	Os pequenos agricultores trabalham 16% da terra agrícola, mas produzem 55% da produção agrícola, incluindo: 97% das batatas; 97% do mel; 88% das hortaliças; 83% das frutas e bagas e 80% do leite.

TABELA 1: Produção de alimentos em pequenas propriedades e quantidade de terra que ocupa
Fonte: Grain, 2014.

Embora os movimentos camponeses depositem sentido nacional na soberania alimentar, ela não está limitada à capacidade de produção de alimentos pelos camponeses de um país, mas também ao poder aquisitivo do seu povo. Assim, soberania alimentar implica a existência de condições para aquisição de alimentos produzidos na nação, pois, além da produção, essa soberania depende da capacidade de aquisição da população nacional, ou seja, depende da força do mercado de consumo nacional.

Além de condições necessárias para aquisição de alimentos produzidos nacionalmente, a soberania

alimentar está relacionada às causas físicas, econômicas e sociais da nação. As distâncias de centro de consumo e comércio, capacidade de armazenagem, via de transporte, dentre outras condições infraestruturais, podem implicar dificuldade ou facilidade de acesso da população nacional aos alimentos produzidos pelos camponeses. Portanto, paradoxalmente, soberania alimentar não se constrói à parte do mercado de consumo nacional.

Desse modo, soberania alimentar não está relacionada exclusivamente à produção camponesa, embora ela se constitua seu pilar fundante. As decisões políticas e econômicas tomadas na esfera governamental relativas ao comércio internacional, como os acordos entre nações celebrados na OMC (Organização Mundial do Comércio), por exemplo, podem restringir ou ampliar a entrada de produtos agrícolas internacionais, desdobrando-se na produção camponesa de alimentos. As subvenções e os subsídios nacionais à produção de alimentar, bem como medidas protecionistas e estabelecimento de barreiras alfandegárias, estão diretamente relacionados à soberania alimentar, pois a produção camponesa não é algo à parte do contexto macroeconômico capitalista nacional e internacional. Enfim, soberania nacional alimentar depende também de decisões políticas e econômicas estruturais e não somente dos camponeses.

Mas esse conjunto de elementos, além de terra aos camponeses e reforma agrária, necessário para a soberania alimentar da nação, nem sempre são reconhecidos pelos movimentos camponeses. Os movimentos camponeses, embora tenham enfatizado a dimensão nacional, não fazem vinculação de soberania alimentar à estrutura econômica da nação, como se fosse possível alcançar essa soberania apenas a partir da produção camponesa. Os movimentos, ao mesmo tempo em que consideram a agricultura camponesa no contexto estrutural e macroeconômico, enfatizam que a soberania alimentar será alcançada a partir da produção camponesa.

Existem algumas compreensões de movimentos camponeses, intelectuais e organismos multilaterais que colocam a produção de alimentos em contraposição à produção de agrocombustível, sobretudo quando esta é realizada pelo agronegócio. Na compreensão desses segmentos, a soberania alimentar está em contradição com soberania energética, pois a produção de agrocombustível como o álcool, por exemplo, pode reduzir a área de cultivos e produção de gêneros alimentares, e conseqüentemente na elevação dos preços no mercado interno (nacional). Assim, nessa compreensão, a produção de agrocombustíveis é uma ameaça à produção de alimentos.

Entretanto, alguns movimentos entendem que não há contradição entre a produção de alimentos e de agrocombustíveis. O MPA (Movimento dos Pequenos

Agricultores) e a Via Campesina, dentre outros, possuem uma proposta de construção da soberania energética em harmonia com a soberania alimentar. Esta proposta está assentada numa base produtiva camponesa, em que se concilia produção alimentar e produção energética expressa no conceito de Alimergia, sustentado naquilo que o MPA denomina de Sistema Camponês de Produção (SCP).

A Cooperativa Mista de Produção, Industrialização e Comercialização de Biocombustíveis do Brasil Ltda (Cooperbio), vinculada ao MPA, por exemplo, localizada no Rio Grande do Sul, passou a operacionalizar a implantação da proposta de Alimergia.

Os biocombustíveis podem ser produzidos em modelos alternativos que integrem a produção de alimentos, energias renováveis e serviços ambientais em sistemas descentralizados organizados pela agricultura camponesa. Este modo de produção está focado na autonomia energética em níveis de unidade de produção, comunitária, territorial e interterritorial de forma a articular-se com os sistemas de produção de alimentos, serviços ambientais e com a ocupação popular do território, garantindo suporte econômico-ecológico sustentável à produção e reprodução de sistemas camponeses e sua relação com as cidades, integrando estes dois sistemas em um contínuo de trocas materiais, energéticas e econômicas (Cavalett; Leal; Rydberg, 2010, p. 2).

O MPA elaborou, inclusive, um plano para orientar suas ações, ou seja, um Plano Camponês que contempla a soberania alimentar, energética, genética e hídrica. Segundo o MPA, a soberania alimentar implica a produção e a comercialização de base local, agricultura diversificada para não depender de mercados oligopolizados e o não uso de agrotóxicos para garantir equilíbrio ambiental. A soberania energética diz respeito à produção, controle e autoconsumo de energia, o que implica uma mudança da matriz energética, pois o País possui diversas fontes de energia que ainda são pouco exploradas. A soberania genética está relacionada ao controle das sementes e mudas pelos camponeses, pois estes não podem ficar reféns das sementes transgênicas, controladas pelos grandes laboratórios. Por fim, a soberania hídrica trata de desenvolver pequenos sistemas de irrigação, coleta e armazenamento de água que não gerem dependência externa.

Assim, movimentos, entidades sindicais, cooperativas, dentre outros segmentos, reconhecendo possibilidade de obtenção de benefícios para os pequenos agricultores, defendem participação dos camponeses no projeto de produção de agrocombustível, disputando inclusive o projeto e o território com o agronegócio, como na produção de biodiesel, por exemplo. Esses segmentos entendem que os camponeses poderão protagonizar no desenvolvimento da nação, contrariando a concepção de que eles possuem somente interesses localizados,

imediatos e corporativos porque não têm um projeto de totalidade e universalidade de existência.

Nesse contexto, muitos governos estão incorporando aos seus projetos a preocupação com a alimentação da nação. Mas, na esfera governamental e das políticas públicas, essa preocupação com a produção de alimentos se expressa na concepção de segurança alimentar e nutricional que não possui o conteúdo político e ideológico da soberania alimentar. A preocupação dos governos com a segurança alimentar e nutricional é estimulada principalmente pela FAO (Organização para Alimentação e Agricultura), uma organização da ONU (Organização das Nações Unidas) dedicada à alimentação e à agricultura.

A FAO, que elaborou plano para combater a fome no mundo na Cúpula Mundial da Alimentação em 1996, considera que segurança alimentar e nutricional implica a garantia de alimentos básicos de modo permanente para a existência digna e integral da pessoa humana.

Segurança alimentar e nutricional significa garantir, a todos, condições de acesso a alimentos básicos de qualidade, em quantidade suficiente, de modo permanente e sem comprometer o acesso a outras necessidades essenciais, com base em práticas alimentares saudáveis, contribuindo, assim, para uma existência digna, em um contexto de desenvolvimento integral da pessoa humana (FAO, op. cit., Menezes, 2015).

A partir dessa deliberação, muitos países tomaram medidas governamentais para garantir a segurança alimentar e nutricional do povo. No caso brasileiro, o governo federal tomou uma série de medidas, como a aprovação em 2006 da lei n. 11.346/2006 (Losan – Lei Orgânica de Segurança Alimentar e Nutricional) e instituiu o Sisan (Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional), responsável em planejar, implementar, coordenar, supervisionar e acompanhar programas, projetos e ações de SAN (Segurança Alimentar e Nutricional), de acordo com a Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional.

Segundo a Losan, seguindo plano de combate à fome traçado na Cúpula Mundial da Alimentação organizada pela FAO, a segurança alimentar e nutricional pode ser definida como a garantia do acesso regular e permanente de alimentos de qualidade e quantidade suficiente considerando práticas alimentares capazes de promover a saúde, respeitar a diversidade cultural, ambiental, econômica e ser socialmente sustentáveis (CONSEA, 2006, p. 4).

Inserida também nesse contexto está a criação e a retomada do Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (Consea) e a criação de Conselhos Estaduais e Municipais, bem como o Plano Brasil sem Miséria, visando à erradicação da fome e da miséria no Brasil.

O Brasil tem realizado grandes avanços no campo da segurança alimentar e nutricional desde 2003, quando lançada a Estratégia Fome Zero. Ao eleger como prioridade o combate à fome e à pobreza, o Governo Federal fortaleceu e criou políticas públicas que se mostraram efetivas para a melhoria das condições sociais e de alimentação dos grupos sociais mais vulneráveis. Igualmente importante foi o processo de institucionalização desta política, que se inicia com a promulgação da Lei n. 11.346/2006, a Lei Orgânica de Segurança Alimentar e Nutricional (Losan), que criou o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (Sisan) e estabeleceu as bases para a construção da Política e do Plano Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional. Este processo realiza-se por meio da adoção de mecanismos de participação social, com a retomada do Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (Consea) e a criação dos Conselhos Estaduais e Municipais congêneres, e possui como base e vetor a realização do Direito Humano à Alimentação Adequada (DHAA), que, em 2010, foi literalmente expresso em nossa Constituição Federal. (Brasil, 2011, p. 15).

Apesar de a segurança alimentar passar pelas decisões governamentais de cada nação, a sua concepção não possui uma conotação nacional bem definida e moldada como aquela verificada na ideia de soberania alimentar, pois para a segurança alimentar e nutricional não importa se a alimentação é produzida no País ou fora dele. A segurança alimentar e nutricional está relacionada às políticas governamentais para garantir o abastecimento independente da origem nacional dos alimentos, ou seja, se o alimento é produzido nacionalmente ou importado.

Entretanto, após a Cúpula Mundial da Alimentação da FAO, o conceito de segurança alimentar e nutricional foi assumindo características relacionadas à segurança nacional, pois a fome e a miséria poderão ameaçar a estabilidade e gerar inquietações num determinado país, tornando-o inseguro, motivando inclusive migrações para outros países. Assim, segurança alimentar também possui preocupação nacional, mas numa perspectiva diferente de soberania alimentar; aliás, esta surgiu, inclusive, como contraponto à segurança alimentar.

Apesar dessa preocupação com a estabilidade dos países, o conceito de segurança alimentar não possui um conteúdo nacional explícito se comparado com a soberania alimentar. Acrescenta-se que, enquanto a segurança alimentar possui um sentido menos ideologizado, defendido por governos, setores oficiais, organismos multilaterais diversos, inclusive perpassando interesses de empresas e corporações capitalistas, a soberania alimentar é defendida por movimentos camponeses e possui conteúdo nacional e classista bem definido. Está implícito no conceito de soberania alimentar um conteúdo político e ideológico vinculado aos movimentos e lutas dos camponeses, fazendo com que soberania alimentar se constitua numa concepção maior do que produzir alimentos e combater a fome.

As agências internacionais de desenvolvimento frequentemente alertam os governos para a necessidade de aumento da produção de alimentos nas próximas décadas, recomendando, para alcançar esse objetivo, a liberalização do comércio e investimentos em tecnologias para alcançar a soberania segurança e nutricional. Mas, segundo diferentes organizações populares e movimentos camponeses, como a Via Campesina e Grain, por exemplo, esse objetivo somente será alcançado se se entregar os meios de produção aos camponeses e povos indígenas para que seja garantida a produção de alimentos para a população do País e do mundo.

Assim, se a soberania alimentar está diretamente vinculada à ideia de nação, como destacado anteriormente, ela não se limita a essa dimensão, o que exige um alargamento da compreensão desse conceito, ou seja, há necessidade de reconhecer o sentido de classe, no caso, “classe” camponesa. A soberania alimentar envolve também temas relacionados ao direito de atendimento das necessidades humanas básicas de alimentação e nutrição; produção e comercialização local dos alimentos, afastando-se da produção de alimentos controlados por corporações transnacionais; contraponto às monoculturas ao afirmar-se na diversidade da produção camponesa; preocupação ambiental e uso de venenos prejudiciais à saúde das pessoas; dentre outras. Portanto, a soberania alimentar possui uma perspectiva mais ampla, para além do sentido nacional, que envolve resistências à imposição aos padrões, hábitos, costumes e modelos alimentares controlados por corporações empresariais capitalistas nacionais e transacionais.

De acordo com o MPA, a soberania envolve a preocupação com a preservação dos recursos naturais sem contaminação do solo, água, ar etc. Nesse contexto está contemplada a utilização de insumos orgânicos como adubação verde, sementes crioulas, defensivos naturais, utilização de mecanização leve, preservação de matas ciliares e fontes de água e uso de tecnologias de produção, colheita, secagem e armazenagem simples. Os processos de transformação para agregação de valor aos produtos devem ser feitos em base local e cooperativada, considerando os métodos de higiene e saúde (embora a legislação sanitária dificulte estas atividades). Ainda segundo o MPA, soberania alimentar envolve sistemas locais de produção e circulação de produtos alimentares sem intermediação de esquemas empresariais de grandes grupos corporativos. Por fim, a soberania alimentar implica uma organização produtiva familiar feita sem a exploração, sujeição e subordinação do trabalho ou renda do outro, ou seja, a soberania está assentada em bases camponesas de produção.

Essa base organizativa da produção de alimentos comunica-se com o “empoderamento” dos sujeitos por meio de associações diversas, fortalecendo-as

politicamente para participar de processos decisórios em diversas esferas. Acrescenta-se a esse contexto a capacidade reivindicativa e de alocação de políticas públicas voltadas ao atendimento dos pequenos agricultores, visando forjar um território livre e autônomo. A produção sobre bases camponesas implica a construção de uma autonomia produtiva, o que se desdobra numa soberania sobre os territórios a partir da produção de alimentos.

Observa-se que uma das características fundantes do campesinato é a dedicação à produção de mercadorias e de autoconsumo. Embora soberania alimentar implique uma relação com o mercado local e nacional, a produção para o autoconsumo dos camponeses poderá garantir aquilo que Wolf (1970) denominou de “mínimo calórico” e Cândido (2003) denominou de “mínimo vital”, ou seja, uma produção destinada ao autoconsumo capaz de garantir sobrevivência dos membros da família.

Enquanto a perspectiva de soberania alimentar remete à produção de alimentos numa perspectiva externa, para a nação a produção de autoconsumo remete à produção interna de alimentos. Essa capacidade de produção para a família, embora nenhum camponês sobreviva somente da produção de autoconsumo, garante autonomia, comando e independência produtiva, ou seja, comando do seu território⁴.

Assim, se, de um lado, soberania alimentar pressupõe existência autônoma dos camponeses, ou seja, a conquista de território livre e autônomo a partir da sua capacidade de produzir alimentos, de outro lado pressupõe que a autonomia camponesa será alcançada a partir do atendimento dos interesses da nação e do mercado nacional. Nesse caso, urge a necessidade de pensar numa produção camponesa de alimentos para atender às classes populares e aos próprios camponeses e não necessariamente aos interesses nacionais.

Considerações finais

A partir da abordagem feita neste artigo, é possível chegar a um conjunto de verificações sobre “os movimentos camponeses e a soberania alimentar nacional”.

Verifica-se que existe um sentido nacional na luta dos movimentos camponeses. A dimensão nacional é visualizada pelos movimentos como portadora de virtude, pois se constitui num caminho para alcançar

⁴ Mas observa-se que não é toda a produção camponesa de alimentos que é capaz de formar território autônomo e livre da imposição de esquemas dominantes, pois, em muitos casos, a organização produtiva está subordinada às cadeias produtivas controladas por empresas e cooperativas capitalistas. A esse processo de controle do território camponês por corporações capitalistas Oliveira (2003, p. 477) denominou de “monopólio do território”, ou seja, quando indústrias capitalistas processadoras de alimentos, por exemplo, extraem a renda da terra sem a necessidade de expropriar os camponeses.

autonomia, liberdade, independência, enfim, soberania. O sentido nacional da luta dos movimentos camponeses pode ser observado de diversas formas, dentre as quais se destaca a defesa da soberania alimentar.

A soberania alimentar possui um conteúdo nacional porque considera que a produção de alimentos pelos camponeses poderá levar à soberania da nação, ou seja, uma nação somente será soberana se tiver autossuficiência na produção de alimentos. A autossuficiência alimentar nacional e, conseqüentemente, a soberania serão alcançadas a partir da produção camponesa, pois o agronegócio, guiado pelos lucros e rendas, não será capaz de atender às demandas e garantir a soberania da nação. Nesse contexto emerge a necessidade da realização da reforma agrária, pois a distribuição de terra e garantia de condições de produção para os camponeses é uma necessidade para a autossuficiência nacional de alimentos.

Entretanto, se, de um lado, verifica-se que a produção de alimentos pelos camponeses pode garantir a soberania alimentar nacional, de outro lado, a produção de alimentos poderá se constituir caminho para a conquista de território livre, ou seja, para autonomia, emancipação e garantia do lugar social dos camponeses. Oxalá que o lugar social dos camponeses seja conquistado pela capacidade de produzir bens (alimentos) para atender à demanda da sociedade e não necessariamente aos interesses da soberania nacional. Enfim, que a produção camponesa de alimentos possa servir à soberania deles mesmos e não necessariamente à soberania de outros.

Referências

- BAGGIO, R. (2014). Integração latino-americana é a forma para alcançar soberania. Disponível em: <<http://www.mst.org.br/node/15725>>. Acessado em: 13 de fevereiro de 2014.
- BOGO, A.; OLIVEIRA, W. C. (1996). Hino do Movimento Sem-Terra. In: MST. *As músicas do MST*. Porto Alegre: Unidade Editorial.
- BRASIL/MDS. (2011). *Plano Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional: 2012/2015*. Brasília: Caisan.
- BOFF, L. (2014). A hospitalidade para com os haitianos: quão humana é a nossa sociedade? Disponível em: <<http://www.ihu.unisinos.br/noticias/530965>>. Acessado em: 17 de setembro de 2015.
- BRESSER-PEREIRA, L. C. (2014). *A construção política do Brasil*. São Paulo: Editora 34.
- CÂNDIDO, A. (2003). *Os parceiros do rio Bonito*. São Paulo: Duas Cidades.
- CATAIA, M. A. (2011). Fronteiras: territórios em conflitos. *Geografia em Questão*. V. 4, n. 2, p. 11-25.
- CAVALETT, O.; LEAL, M.; RYDBERG, T. (2010). Avaliação Emergética de Sistema Camponês de Produção de Alcool, Alimentos e Serviços Ambientais. In: LEAL, M. *Agricultura e mudanças climáticas. A contribuição dos sistemas camponeses de produção para uma agricultura sustentável*. Palmeira das Missões: MPA.
- CONSEA. (2006). Lei de segurança alimentar e nutricional - conceitos. Brasília: Consea.
- CUT (2015). Comitê de Defesa do Petróleo pela Soberania Nacional em campanha por controle estatal e social: CUT, FUP, MST e mais 14 entidades unidas em SP. Disponível em: <<http://www.cut.org.br>. 2008>. Acessado em: 21 de setembro de 2015.
- FERNANDES, F. (1981). *Sociedade de classes e subdesenvolvimento*. Rio de Janeiro: Zahar.

- FERREIRA, L. (2013). MPA realiza Jornada Nacional de Lutas por Soberania Alimentar em todo o País. Brasil de Fato. Disponível em: <<http://www.brasildefato.com.br/node/26332>>. Acessado em: 22 de setembro de 2015.
- FERRO, A. M. F. (2014). Nação, nacionalismo e os trabalhadores frente à questão nacional. Disponível em: <<http://www.marxismo.org.br/content>>. Acessado em: 17 setembro 2015.
- FONT, J. N.; RUFÍ, J. V. (2006). *Geopolítica, identidade e globalização*. São Paulo: Anablume.
- FURTADO, C. (1959). *Formação econômica do Brasil*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- GRAIN (2014). Famintos de terra: os povos indígenas e camponeses alimentam o mundo com menos de um quarto da terra agrícola mundial. Disponível em: <<http://www.humanitas.org.br>>. Acessado em: 12 de agosto de 2015.
- KAUTSKY, K. (1986). *A questão agrária*. São Paulo. Nova Cultural.
- KOLOKOTRONIS, A. (2015). A solução sem Estado. Institucionalização do Socialismo Libertário no Curdistão. Comitê de Solidaridad con Rojava e el Pueblo Kurdo. Tradução de André Langer. Disponível em: <<http://www.humanitas.org.br>>. Acessado em: 26 de março de 2015.
- LACOSTE, Y. (1997). *Vive La Nation*. Paris: Librairie Arthème Fayard.
- LEFEBVRE, H. (1978). *De L'État – Les Contradictions de l'État Moderne*. Paris: Union Générale d'Édition.
- LÊNIN, V. I. (2010). *El imperialismo: fase superior del capitalismo*. La Habana: Editorial de Ciencias Sociales.
- LOVEIRA, (2004). Teoria Geral do Estado: Soberania. Disponível em: <<http://www.loveira.adv.br/material/tge7.htm>>. Acessado em: 22 de setembro de 2015.
- LUXEMBURGO, R. (1988). *A acumulação do capital*. São Paulo: Nova Cultural.
- MAGALHÃES, R. M. M. A. (1997). Atualidade de Rui. Fundação Casa de Rui Barbosa. Disponível em: <<http://www.casa-ruibarbosa.gov.br>>. Acessado em: 22 setembro de 2015.
- MARTIN, A. R. (2011). (Des) controle dos territórios (e de suas fronteiras) num mundo globalizado. *Geografia em Questão*. V. 4, n. 2, p. 13-21.
- MARTINS, J. S. (2010). *A formação política do Brasil*. São Paulo: Contraponto.
- MARX, K.; ENGELS, F. (2001). *O manifesto comunista*. São Paulo: Paz e Terra.
- MENEZES, F. (2015). O conceito de segurança alimentar. *Actionaid*. Disponível em: <http://www.actionaid.org.br/img/publics/faces_cap3.pdf>. Acessado em: 15 de maio de 2015.
- MÉSZÁROS, I. (2004). O poder da ideologia. São Paulo: Boitempo.
- MPA. (2013). Soberania Alimentar. Disponível em: <<http://www.mpabrasil.org.br/soberania>>. Acessado em: 15 de outubro de 2014.
- MST. (2009). Nossas bandeiras: soberania nacional e popular. Disponível em: <<http://www.mst.org.br/node/7709>>. Acessado em: 21 de setembro de 2015.
- NAVARRO, Z. et. al. (2014). *O mundo rural no Brasil do século 21*. Brasília; Embrapa.
- OLIVEIRA, A. U. (2003). Agricultura brasileira: transformações recentes. In: ROSS, J. *Geografia do Brasil*. São Paulo: Edusp.
- OYHANTÇABAL, G. (2014). A “revolução” da agropecuária e a transnacionalização da terra. Disponível em: <<http://www.humanitas.org.br>>. Tradução de André Langer. Acessado em: 23 de maio de 2015.
- PORTO-GONÇALVES, C. W. (2006). *A nova des-ordem mundial*. São Paulo: Edunesp.
- PRADO JR., C. (1996). *Formação do Brasil contemporâneo*. São Paulo: Brasiliense.
- _____. (2000). *A revolução brasileira*. São Paulo: Brasiliense.
- SAMPAIO JR., P. A. (1997). Entre a nação e a barbárie: uma leitura das contribuições de Caio Prado Jr., Florestan Fernandes e Celso Furtado à crítica do capitalismo dependente. Doutorado em Economia - Universidade Estadual de Campinas. Instituto de Economia. Campinas.
- SANTOS, B. S. (2014). Brasil: a grande divisão. Disponível em: <<http://www.humanitas.org.br>>. Acessado em: 13 de novembro de 2014.
- VELOSO, T. (2012). Subcomissão derruba restrições mais rígidas a venda de terras a estrangeiros. Valor Econômico. Disponível em: <<http://www.ihu.unisinos.br>>. Acessado em: 21 de setembro de 2015.
- VIANA, L. W. (2015). As marcas de origem e a crise atual. Disponível em: <<http://www.ihu.unisinos.br>>. Acessado em: 22 de setembro de 2015.
- WOLF, E. (1970). *Sociedades camponesas*. Rio de Janeiro: Zahar.

IDENTIDADE ÉTNICA, MOVIMENTO SOCIAL E LUTAS PELO TERRITÓRIO EM COMUNIDADES QUILOMBOLAS: O CASO DE ACAUÃ (RN)

Alberto Gutiérrez Arguedas*

Universidade da Costa Rica**

Resumo: Desde finais da década de 1980 emergem na cena política brasileira as comunidades quilombolas, constituindo-se como novos sujeitos coletivos e grupos étnicos, como parte de um processo mais amplo de mobilização de grupos auto-denominados 'comunidades tradicionais'. Uma das características distintivas da emergência etno-política quilombola é o caráter territorial das lutas, daí que o presente trabalho se proponha a compreender os processos de territorialização protagonizados pelas comunidades quilombolas no Brasil, relacionando três categorias profundamente imbricadas: identidade étnica, movimento social e lutas por afirmação territorial. As reflexões teórico-conceituais são complementadas com um estudo de caso, onde se expõe o processo vivenciado nos últimos quinze anos pela comunidade quilombola de Acauã, no Rio Grande do Norte (RN).

Palavras-chave: Comunidade quilombola; Acauã-RN; Território-territorialidade; Emergência étnica.

ETHNIC IDENTITY, SOCIAL MOVEMENT AND STRUGGLES FOR TERRITORY IN QUILOMBOLAS COMMUNITIES: THE CASE OF ACAUÃ (RN).

Abstract: In the late 1980s, the quilombola (or maroon) communities emerged on the Brazilian public scene, establishing themselves as new collective subjects and ethnic groups, inscribed in a broader process of mobilization of the self-denominated 'traditional communities'. One of the distinguishing characteristics of this quilombola ethno-political emergence is the territorial nature of the struggles, that's why this work aims to understand the territorialization processes lead by these communities, relating three imbricated categories: ethnic identity, social movement and struggle for territorial affirmation. The theoretic and conceptual reflections are complemented with a case study, exposing the process experienced in the last fifteen years by the maroon community of Acauã in Rio Grande do Norte (RN).

Keywords: Quilombola community; Acauã-RN; Territory-territoriality; Ethnic emergence.

*Mestre em Geografia. Professor da Universidad de Costa Rica. E-mail: alguar48@gmail.com

**Endereço: Universidad de Costa Rica, Sede Regional de Occidente, cidade de San Ramón. Telefone: +506 2511-7166.

Introdução

A visibilidade e protagonismo que as comunidades quilombolas têm na atualidade dentro do espaço público na sociedade brasileira são uma conquista relativamente recente. Inclusive, a própria (auto)denominação de “comunidades quilombolas” se trata de uma construção identitária emergente, associada a um processo de luta por direitos e reconhecimento por parte destes grupos frente à sociedade e ao Estado brasileiro, movimento que tomou força e consistência desde finais da década de 1980 e inícios da década de 1990. Quilombola nos remete a uma configuração étnica e territorial com forte conteúdo político ou, em palavras de Leite (2000) uma forma de organização, a dimensão política de uma formação social diversa.

Nesse processo de emergência étnica e política, território é uma palavra chave pois a luta pelo reconhecimento dos territórios ocupados pelas comunidades quilombolas se constitui como o eixo estruturante das pautas reivindicatórias destes grupos, os quais articularam um movimento social de abrangência nacional nas últimas duas décadas. Além dos quilombolas, nesse período emergiram outros grupos e coletividades englobados dentro de uma denominação genérica de ‘comunidades tradicionais’, com uma dimensão territorial determinante. De acordo com Cruz (2014), há uma forte valorização material e simbólica do espaço, uma territorialização das lutas sociais.

Através do presente artigo buscamos contribuir para uma melhor compreensão dos processos de territorialização e emergência étnica protagonizados pelas comunidades quilombolas no Brasil contemporâneo, à luz do que vem acontecendo na comunidade de Acauã, no Rio Grande do Norte (RN), nos últimos quinze anos.

A primeira parte do texto reflete sobre a emergência das comunidades quilombolas na cena política brasileira e a construção de direitos territoriais por parte deles, processo no qual se constituíram como novos sujeitos coletivos e grupos étnicos, trazendo à tona especificidades e demandas que durante muito tempo permaneceram invisibilizadas. Na sequência, analisamos o processo de luta por afirmação territorial levado à frente pela comunidade quilombola de Acauã nos últimos quinze anos, período no qual se auto-identificaram como um grupo etnicamente diferenciado e formalizaram a organização política da comunidade, reivindicando direitos perante o Estado, sobretudo o direito à posse definitiva sobre o território historicamente ocupado.

Em termos metodológicos, a estratégia utilizada se baseou na combinação de diferentes tipos de fontes e técnicas de pesquisa. De um lado, realizou-se uma

ampla pesquisa bibliográfica em livros, artigos e teses, em relação com o surgimento dos chamados ‘novos’ movimentos sociais no Brasil e na América Latina, dos quais as comunidades quilombolas no Brasil e suas lutas pelo direito ao território vêm sendo um exemplo vivo. Por outro lado, consultaram-se relatórios, textos e outros materiais divulgados por instituições governamentais, movimentos sociais e ONGs, sendo necessária a revisão do marco jurídico-normativo relativo à política de regularização dos territórios quilombolas.

Finalmente, houve um componente importante de trabalho de campo na comunidade de Acauã, RN, entre junho 2013 e setembro 2014, onde se teve a oportunidade de vivenciar de perto uma dentro dos milhares de lutas quilombolas por direitos e território, conversando com os protagonistas e participando de diversos momentos do dia a dia da comunidade (reuniões da Associação de Moradores, trabalho na roça, trilhas, oficinas com as crianças, dentre outras atividades). Além da observação participante desse cotidiano em Acauã, foram realizadas um total de 09 entrevistas semiestruturadas, tanto com alguns moradores quanto com expertos e informantes-chaves na matéria, algumas das quais aparecem citadas neste artigo.

Lutas sociais, lutas territoriais

A emergência das comunidades quilombolas como novos atores sociais e políticos ocorre num período de fortes transformações nas relações de poder, não só no Brasil, mas em escalas continental e até mesmo mundial. O fim de uma ordem geopolítica (conhecida como guerra fria desde o olhar dos centros de poder global) marca o surgimento de novos tipos de conflitos e lutas sociais. Percebe-se o advento de formas alternativas de ação política, tanto no meio urbano quanto no rural, assim como um intenso debate teórico-político que busca compreender tais movimentos e transformações. Da mesma forma que mudaram os modos de dominação, também mudaram as manifestações da dissidência e da resistência. Estas transformações distinguem os “novos” movimentos sociais do “velho” movimento sindical e de partido (Zibechi, 2007).

A afirmação de identidades e diferenças étnicas é uma das características mais marcantes destes ‘novos’ movimentos. Por isso, mais do que um surgimento, seria mais apropriado falar de visibilização de novos tipos de conflitividade social. Segundo Bartolomé (2002) a dimensão étnica de muitos conflitos sociais na América Latina esteve “invisível” - mas não por isso inexistente - durante muito tempo, descaracterizados sob

denominações como ‘revoltas camponesas’, ‘demandas agrárias’ ou enfrentamentos com grupos tribais “não civilizados”.

A princípio, esses “novos” protagonistas não estavam previstos para entrar em cena. Os processos de desnacionalização (neoliberalismo) e reorganização societária na América Latina ensejaram a emergência na cena política exatamente daqueles que, desde sempre, ficaram à margem da formação dos Estados (Porto-Gonçalves, 2006c). As lutas indígenas, quilombolas e dos povos tradicionais em diversos países do continente obrigaram a levar em consideração outras dimensões constitutivas da exclusão e da dominação social, para além das desigualdades de classe que, sabemos, são determinantes, mas não são as únicas. De acordo com Cruz (2014, p. 39) estes movimentos criaram um “complexo emaranhado de ideias e práticas emancipatórias que desafiam as antigas formas de entender a emancipação social”, expressas através da afirmação de múltiplas identidades.

Vemos em diversos lugares do continente a afirmação daqueles que historicamente foram negados e invisibilizados no espaço público e que, para muitos, eram simplesmente um resquício do passado. Os camponeses, indígenas e afrodescendentes, longe de serem personagens anacrônicos, tornam-se protagonistas da invenção e da construção de outros futuros possíveis. Ressignificam suas memórias, tradições comunitárias e ancestralidade na construção de projetos alternativos de produção e organização comunitárias (Cruz, 2014), num processo que podemos interpretar como uma politização do tradicional.

O tradicional, hoje, é acionado como uma forma de fortalecer os laços comunitários e manter um modo de vida num determinado território. A afirmação de territorialidades e identidades territoriais ‘tradicionais’ se coloca como contraposição consciente a um projeto cultural e discursivo colonizador (Cruz, 2007). De acordo com Almeida (2008), a comunidade tradicional, assim como a concebemos hoje, se constitui na passagem de unidade afetiva a unidade política de mobilização.

O novo mapa de conflitividade social nos mostra um agressivo processo de expansão da fronteira agrícola, mineira, energética e sobre territórios com importantes reservas de recursos naturais (modernização conservadora), impulsada por um novo marco regulatório imposto na década de 1990 (Svampa, 2008). As leis e marcos normativos são cada vez mais permissivas com a instalação de grandes empresas transnacionais (que desfrutaram de uma série de privilégios como exonerações fiscais), com graves impactos ambientais, sanitários e produtivos, e grandes prejuízos para a vida das comunidades.

As novas formas de participação cidadã e comunitária que vem sendo construídas nesse período, sobretudo nos países e regiões periféricas, têm como característica distintiva a defesa dos territórios e dos recursos naturais frente a tais ameaças e intervenções. As comunidades tradicionais, muitas delas localizadas nas “fronteiras” da territorialidade capitalista, sofrem estes impactos de forma mais severa, como pode ser constatado no caso brasileiro e latino-americano, onde os conflitos territoriais cada vez mais envolvem a esses grupos (Porto-Gonçalves, 2006a).

O conceito de território oferece muitas possibilidades teóricas e políticas para compreender esses complexos processos de reorganização social que estão em curso no mundo todo. De acordo com Porto-Gonçalves (2011), tal conceito convencionalmente está associado ao Estado-nação, isto é, a uma determinada configuração espacial do poder (territorialidade) que se assume como natural e única, mas que no fundo representa a afirmação de alguns grupos/setores sobre a negação/invisibilização de outros. Por esse motivo, normalmente se pensa em território como um “objeto”, fixo e estável, dado e definitivo, pois as relações de poder que o configuraram são naturalizadas.

Contrário a esta visão “clássica”, os territórios são sempre criações de sujeitos sociais e históricos que através deles buscam se afirmar e instituir, portanto, são dinâmicos e mutáveis, e neles se materializam as contradições e conflitos da sociedade. Não podemos compreender o território se não consideramos as diferentes territorialidades e os processos de territorialização que os constituíram (Porto-Gonçalves, 2006b).

Nesse sentido, as lutas e conflitos sociais se apresentam como espaços extremamente ricos e férteis de criação, tanto política quanto epistêmica. Ao lutar para transformar uma ordem social determinada, os atores em movimento (movimentos sociais) estão lutando por instituir outras configurações territoriais possíveis. Os conflitos territoriais se dão naqueles “pontos” do espaço geográfico onde uma ordem social dominante não é aceita passivamente, é questionada e confrontada, portanto, são os espaços de conflito onde “outros mundos possíveis” lutam por se afirmar. Estamos num mundo “em busca de novas territorialidades”, usando a expressão de Porto-Gonçalves (2002), sendo as lutas das comunidades quilombolas um exemplo dessas novas territorialidades que se configuram em meio dos conflitos e lutas sociais.

De acordo com Cruz (2014), estamos frente a uma territorialização das lutas sociais, tanto no Brasil quanto na América Latina como um todo. As ‘novas’ lutas sociais são, sobretudo, lutas territoriais. Há uma forte valorização material e simbólica do espaço, na

qual o território e as territorialidades são fundamento das estratégias de afirmação de direitos e autonomia por parte dos movimentos sociais (Cruz, 2014). Nesse sentido, as lutas que são travadas em diversos lugares do Brasil e da América Latina são mais do que lutas pelo reconhecimento e titularidade formal sobre um determinado espaço, mas têm a ver também com reconhecimento de um determinado modo de viver nesse espaço, pelo respeito que merecem suas histórias, seus costumes e suas criações (Gutiérrez, 2015). Tais movimentos ultrapassam o sentido estrito das organizações camponesas clássicas, estruturadas ao redor da classe social, e incorporam uma politização da cultura e dos diversos modos de vida construídos por cada grupo ao longo de sua trajetória específica (campesinatos, em plural), dando muita importância ao reconhecimento das diferenças.

Por esse motivo, na perspectiva de Porto-Gonçalves (2006a), mais que lutas pela terra são lutas pelo território. Não é só a luta pela terra num sentido estritamente produtivo, como uma base para assegurar as condições de reprodução material, mas pelo território, que além de ser o abrigo, fonte de recursos que permitem a vida, é definido culturalmente como um princípio de identificação e pertencimento, carregado de valores e memórias. O deslocamento conceitual e discursivo assinala uma abordagem mais complexa da questão fundiária que, assim, vai além da redistribuição de terras e torna-se um problema centrado nos processos de ocupação e afirmação territorial (Cruz, 2014).

Para Porto-Gonçalves (2006a) pensar a terra a partir do território significa pensar politicamente a cultura, e territorializar significa ter poder e autonomia para estabelecer determinado modo de vida num espaço. Em entrevista com a Comissão Pastoral da Terra (CPT) em 2009¹ o geógrafo não poderia ser mais claro: “Quando falamos que queremos ser reconhecidos pela nossa territorialidade, não queremos só a terra, queremos um sentido determinado de estar na terra, queremos o respeito ao nosso modo específico de estar na terra”.

No Brasil, a emergência de novos movimentos sociais está intimamente ligada aos processos de reconhecimento de suas territorialidades específicas, como vem sendo destacado por Almeida (2008). Primeiro foram os indígenas, agrupados em torno da UNI (União das Nações Indígenas), o Movimento dos Sem Terra e o Conselho Nacional dos Seringueiros, na década de 1980. Mais tarde, no início da década de 1990, surgem como novos protagonistas as quebradeiras de coco babaçu, os quilombolas e outros agrupamentos auto-denominados tradicionais como os castanheiros e os ribeirinhos e, mais recentemente, as comunidades de fundo de pasto (sertão nordestino) e dos faxinais (Paraná).

Esses grupos se colocaram na cena política constituída, consolidaram seus movimentos e articularam estratégias de defesa de seus territórios. E além de defendê-los, reivindicam o reconhecimento jurídico-formal de suas formas tradicionais de ocupação e uso dos recursos naturais, geralmente caracterizadas como de uso comum (Almeida, 2008). O reconhecimento legal das territorialidades específicas desses grupos encontra grandes dificuldades, sobretudo porque rompe com a invisibilidade social que historicamente caracterizou essas formas de apropriação dos recursos, baseadas no uso comum e em fatores culturais intrínsecos. As distintas modalidades de apropriação comunitária muitas vezes não encontram correspondência formal no ordenamento jurídico e na ação do Estado, estruturado ao redor do conceito de propriedade privada. Esse autor destaca a relação íntima entre a perspectiva identitária e a noção de territorialidade:

[...] Foi exatamente este fator identitário e todos os outros fatores a ele subjacentes, que levam as pessoas a se agruparem sob uma mesma expressão coletiva, a declararem seu pertencimento a um povo ou grupo, a afirmarem uma territorialidade específica e a encaminharem organizadamente demandas face ao Estado, exigindo o reconhecimento de suas formas intrínsecas de acesso à terra [...] (Almeida, 2008, p. 30).

Esses ‘novos’ protagonistas que entram na cena política conseguem se posicionar e se fazer visíveis, articulando diversas estratégias discursivas e de ação, que atribuem um conteúdo emancipatório para as culturas tradicionais, normalmente vistas como sinônimo de conservadorismo ou “entrave ao desenvolvimento” (Cruz, 2014). Nesse antagonismo e choque de visões de mundo e projetos políticos, a conflitividade se revela rica de possibilidades teóricas e políticas, pois é nela que as bifurcações possíveis se tornam reais ou não (Porto-Gonçalves, 2006c). Daí que os processos de territorialização protagonizados por comunidades tradicionais tenham um valor estratégico pois, apesar de que seu domínio territorial não seja necessariamente extenso, aportam elementos que obrigam a avaliar a pertinência de outros tipos de territorialidade no mundo contemporâneo, outros valores e horizontes de significado.

Quilombolas: afirmação territorial e emergência étnica

Os quilombos, desde suas origens, foram exemplo de organização social, muitas vezes em situações no limite da sobrevivência. Isto é, não são algo novo na história do Brasil, nem do continente americano (conhecido com

¹Entrevista disponível no site: <http://cptalagoas.blogspot.com.br/2009/09/entrevista-prof-carlos-walter-porto.html>.

outros nomes em outros países)². Constitui uma questão relevante desde os primeiros focos de resistência ao escravismo colonial, reaparece com a Frente Negra Brasileira, nas décadas de 1930 e 1940, e retorna à cena política nas lutas pela democratização do país, sobretudo a partir das décadas de 1970 e 1980 (Leite, 2000).

Em cada momento histórico buscaram estratégias possíveis para se afirmar frente aos seus antagonistas. No entanto, o momento político atual apresenta algumas especificidades, que marcam o recorte que nos propomos estudar neste trabalho. O movimento quilombola, hoje, dialoga com antagonismos distintos, o que pressupõe novas estratégias de luta, linguagens, representações e práticas (Souza, 2008).

Um dos marcos desse novo momento é a Constituição de 1988, onde podemos perceber que o quilombo como categoria jurídica experimenta uma inversão de valores. Ou seja, depois de ter sido criminalizado e penalizado durante os períodos colonial e imperial e de ter desaparecido da base legal brasileira durante cem anos (entre 1888 e 1988), o quilombo reaparece nesta Constituição, agora como uma categoria de acesso a direitos, e operando com o princípio da auto-definição. Reverte-se uma história de não reconhecimento da cidadania da população negra e, assim, a carta magna se mostra como um divisor de águas, que inaugura um novo momento em que se reconhece o caráter pluriétnico da sociedade brasileira, pelo menos formalmente.

Através de intensas mobilizações e esforços organizativos, as comunidades negras rurais, o movimento negro urbano e outros grupos apresentaram à Assembleia Nacional Constituinte uma proposta para incluir o direito das comunidades 'remanescentes' de antigos quilombos à posse dos territórios que ocupam. Tal proposta foi formalizada por parlamentares envolvidos em tais movimentos e na luta antirracista³. Como resultado disso foi instituído esse direito no Artigo 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (ADCT)⁴.

Segundo Souza (2008) o debate sobre a titulação de terras quilombolas não ocupou no fórum constitucional um espaço de grande destaque e não representou um assunto muito polêmico. Suspeita-se que tenha sido aceitado pelas elites ali presentes por acreditarem que se tratava de casos raros e pontuais.

A inclusão das comunidades quilombolas como sujeitos de direito assinala a pluralização da arena pública nacional, onde atores até então invisibilizados trazem

à tona suas especificidades (Cardoso e Gomes, 2011). Apesar da grande diversidade de origens e contextos em que estas comunidades estão inseridas, há elementos estruturais que as distinguem de outros segmentos sociais no Brasil e que os unem num projeto comum. Tanto dentro das comunidades quanto entre elas o sentimento de irmandade e a construção de uma identidade quilombola têm na dimensão político-organizativa uma força central (Souza, 2008). Como veremos no terceiro tópico do texto, esse caráter político das identidades pôde ser constatado no caso de Acauã, na qual a construção de uma identidade étnica quilombola nos últimos quinze anos tem sido uma ferramenta através do qual os moradores lutam por seus direitos, historicamente negados.

De acordo com Souza (2008) a questão quilombola começa a ganhar peso no cenário nacional em meados da década de 1990, a partir de uma série de *encontros*⁵ que reuniram aos representantes de comunidades quilombolas de vários estados, com destaque do Maranhão, do Pará e da Bahia, que já contavam com estruturas organizativas bastante atuantes. Em 1996 em Bom Jesus da Lapa (Bahia), é conformada a Coordenação Nacional de Articulação das Comunidades Negras Rurais Quilombolas (CONAQ).

A CONAQ é a integração das organizações estaduais e locais de quilombos, constituindo-se como movimento social e diferenciando-se de outras formas organizativas como ONGs, sindicatos ou partidos políticos. De sua composição destacam-se associações, federações, coordenações e comissões, organizadas de modo "apartidário e autônomo", cuja característica principal é a luta pelos direitos das comunidades quilombolas. Segundo a própria CONAQ, atualmente a principal luta dos quilombolas se volta para a implementação de seus direitos territoriais, com uma pressão crescente para que o Estado implemente o disposto no Artigo 68 do ADCT, assim como em outros instrumentos e dispositivos formais associados a esse⁶.

A reivindicação do direito ao território, assim como o estabelecimento e organização do movimento quilombola, se dão em relação íntima com a construção de uma identidade étnica diferenciada. Segundo Oliveira (1999) as categorias étnicas são veículos para a organização social das diferenças, e ocorrem num contexto de interação social. É nas fronteiras da interação que cada grupo se define, enfatizando a auto-atribuição da identidade como uma característica fundamental

⁵De acordo com Alfredo Wagner, o termo "encontro" ganhou força a partir de 1985, quando se manifestam os primeiros indícios de uma crise na mediação exercida pelo movimento sindical. "Encontro", no léxico dos movimentos sociais, "corresponde a um mecanismo de decisão, equivalente a uma assembleia, a uma reunião deliberativa ou a uma consulta realizada pela coordenação junto àqueles que são por ela representados" (ALMEIDA, 2008, p. 23). Segundo Cruz (2014, p. 49), baseado no próprio Alfredo Wagner, trata-se de uma "forma superior de luta ou o evento maior de universalização do localizado".

⁶Decreto Presidencial 4.887/2003; Instrução Normativa No. 57 (2009) do INCRA; Convenção 169 da OIT (assinada pelo Brasil em 2002); Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais, através do Decreto 6.040/2007.

²[...] palenques na Colômbia e em Cuba; cumbes na Venezuela; marrons no Haiti e nas demais ilhas do Caribe francês; grupos ou comunidades de cimarrones em diversas partes da América Espanhola; marrons na Jamaica, no Suriname e no sul dos Estados Unidos" (CARVALHO, 1995 apud FIABANI, 2012, p. 280).

³Destaca a participação de Carlos Alberto Caó (PDT/RJ) e Benedita da Silva (PT/RJ).

⁴Artigo 68 do ADCT: "Aos remanescentes das comunidades dos quilombos que estejam ocupando suas terras é reconhecida a propriedade definitiva, devendo o Estado emitir-lhes os respectivos títulos".

(Freire, 2012). Em palavras da CONAQ (2010, p. 278):

A perspectiva da auto-definição dialoga com os critérios postos pelos próprios grupos, a partir de suas dinâmicas e de seus processos atuais. Portanto, é uma dimensão que foca no existir atual e se relaciona com a perspectiva de grupo etnicamente diferenciado, tais como são concebidas as comunidades quilombolas. O direito à diferença é o correspondente implícito do direito à igualdade, princípio constitucional relevante para o Estado Democrático e de Direito. Afirmar as diferenças significa perseguir a igualdade entre os grupos. Nesse princípio se fundam as ações afirmativas.

Como vem sendo destacado, a identidade étnica não é uma essência, algo dado, mas construída em função das necessidades e oportunidades do momento presente, uma construção estratégica e posicional (Cruz, 2006). Há uma inseparabilidade, uma relação íntima entre identidade e relações de poder, cultura e política. Trata-se de um conglomerado de mecanismos de diferenciação e identificação, que podem ser acionados (ou não) de acordo com os interesses dos indivíduos e grupos em questão, assim como pelo momento histórico no qual estão inseridos (Souza, 2005). Não nos deveria surpreender o fato de que as identidades étnicas usualmente são invocadas em situações de conflito, onde um grupo toma consciência de suas especificidades e as expressam exigindo seu reconhecimento. O conflito, assim, parece favorecer o surgimento de 'novos' atores sociais, assim como também de novas territorialidades.

Segundo Schmitt, Turatti e Carvalho (2002) a identidade quilombola foi constituída ao longo dos últimos 25 anos a partir da necessidade de lutar pela permanência nas suas terras de origem. Afirmam: "A identidade quilombola, até então um corpo estranho para estas comunidades negras rurais, passa a significar uma complexa arma nesta batalha desigual pela sobrevivência material e simbólica" (Schmitt, Turatti e Carvalho, 2002, p. 5). Como observou o sociólogo Boaventura S. Santos, citado por Schmitt, Turatti e Carvalho (2002), ao se relacionar identidade e questões de poder, aqueles que se veem obrigados a reivindicar uma identidade encontram-se usualmente numa posição de carência e subordinação.

Assim, ao falarmos de emergência étnica falamos do "surgimento" de novas identidades e sujeitos coletivos, antes inexistentes ou irreconhecíveis. Mas, para além disso, estamos frente a processos de emergência social e política de grupos tradicionalmente submetidos a relações de dominação. O antropólogo Bartolomé (2006) traz o sugestivo conceito de etnogêneses, ou seja, o surgimento recente de grupos considerados originários, velhos atores assumindo novos papéis no cenário cultural e político.

Esses novos tipos de sujeitos políticos se orientam a enfatizar sua alteridade para serem reconhecidos como

tais, e assumem a identidade como um novo tipo de cidadania, isto é, como sujeitos com direitos a serem respeitados. A diferenciação é estratégica e se apresenta como uma oportunidade para transformar a situação dos atores sociais de forma dinâmica, sendo que o "ser quilombola" marca o salto de uma condição subalterna e indesejável a ser uma fonte de orgulho e identificação construtiva (Raimbert, 2012). Em Acauã, a construção de uma identidade quilombola contribuiu para reverter e combater o racismo predominante no município de Poço Branco onde, por exemplo, algumas pessoas da comunidade apresentaram denúncias na delegacia da polícia local por discriminação racial, sofridas na rua e na escola, sabendo que a própria Constituição Brasileira tipifica esse tipo de ato como crime (Gutiérrez, 2015).

A emergência sociopolítica quilombola associa-se a processos de desestigmatização e novas legislações, nos quais ao assumir uma identidade podem esperar-se potenciais benefícios coletivos, aspirando aos direitos assegurados às coletividades étnicas. No entanto, assumir uma nova identidade por parte destes grupos é muito mais do que buscar potenciais benefícios assegurados em leis e dispositivos formais. A construção de uma autoimagem positiva, a recuperação da coletividade étnica de pertencimento e o fortalecimento dos vínculos comunitários são algumas das motivações dessa autodeterminação. De acordo com Bartolomé (2006, p. 57): "Recupera-se um passado próprio, ou assumido como próprio, a fim de construir um pertencimento comunitário que permita um acesso mais digno ao presente".

Nessa dialética entre o antigo e o novo, a longa duração das ocupações dos territórios quilombolas fornece peso histórico às suas reivindicações e afirmações identitárias, pois trata-se de territórios fundamentados em décadas ou inclusive séculos de ocupação efetiva (Cruz, 2014). Na maioria dos casos é um território mantido de geração em geração, sem titularidade formal nem posse individualizada, mas coletiva, daí que as lutas quilombolas busquem o reconhecimento formal de outras modalidades de apropriação do espaço, para além da propriedade privada, demandando ao Estado a instituição de novas categorias territoriais (Almeida, 2008; Cruz, 2014). A instituição dos Territórios Quilombolas na base legal brasileira assinala a construção de direitos de novo tipo, sobretudo direitos coletivos, largamente excluídos da base jurídica liberal-burguesa.

Do ponto de vista geográfico, um dos trabalhos que mais esclarece essa dimensão espacial da etnicidade e da emergência étnica é o de Ratts (2006), que utiliza o conceito de territórios etnicamente diferenciados. Manifesta-se "o novo sob a forma do diferente", isto é, como reconhecimento de uma diferença que requalifica os lugares, atribuindo-lhes novos significados e

mobilizando novos poderes. Segundo ele, mais do que reconhecer o que já existe, devemos estar atentos às novas fronteiras étnicas que são traçadas e, junto com elas, novas territorialidades.

Devemos considerar também que essas territorialidades não se limitam necessariamente às áreas atualmente ocupadas e reivindicadas, mas que incorporam, através de relações comunitárias e de parentesco, lugares de mobilidade e extensão para além do perímetro dos grupos (Ratts, 2006). As relações de parentesco, muito resistentes no espaço e no tempo, mantêm vínculos duradouros entre as pessoas, as quais ultrapassam uma base territorial fixa. Vemo-nos obrigados a reelaborar a noção de território, pois estamos frente à configuração de territórios étnicos ao mesmo tempo “antigos e novos, permanentes e transitórios” (RATTS, 2006, p. 45). O mapa dos territórios etnicamente diferenciados é um mapa em movimento.

Como afirma Leite (2000, p. 333): “falar dos quilombos e dos quilombolas no cenário político atual é [...] falar de uma luta política e, também, uma reflexão científica em processo de construção”. Intenso tem sido o debate desde a década de 1990 ao redor da questão quilombola, sobretudo nos movimentos sociais e no meio acadêmico. Vem-se enfatizando o fato de que o termo quilombo assumiu novos significados na literatura especializada e também para os grupos, indivíduos e organizações. Deixou de ser vista como “algo do passado” para tornar-se parte integrante da sociedade contemporânea, uma realidade viva e pulsante, definida em função das dinâmicas do presente.

De acordo com Almeida (2002) qualquer invocação ao passado deve corresponder com uma forma atual de existência. Insiste na necessidade de nos libertarmos da “definição arqueológica” do quilombo, aquela definição “frigorificada”, segundo a qual para existir deve ter evidências de sua existência no passado. “Se deveria trabalhar com o conceito de quilombo considerando o que ele é no presente. Não é discutir o que foi, e sim o que é e como essa autonomia foi sendo construída historicamente” (Almeida, 2002, p. 53).

Segundo o antropólogo, dentre os quilombolas são reproduzidos elencos de práticas cotidianas que asseguram vínculos solidários mais fortes e duradouros do que a alusão a uma determinada ancestralidade, construindo assim um repertório de ações coletivas e de representações frente a outros grupos. Os quilombolas expressam outras maneiras de se colocar frente aos aparatos de poder e estão vivendo um momento de profunda reorganização de sua representatividade no âmbito da sociedade civil e perante seus antagonistas históricos (Almeida, 2002). Isso é o que define os “quilombos do presente”. No próximo tópico vamos ver mais de perto o que vem acontecendo numa comunidade

quilombola em específico: Acauã, no município de Poço Branco, Rio Grande do Norte, que nos últimos quinze anos vem protagonizando uma luta organizada pelo reconhecimento de seu território.

A luta pelo território no quilombo de Acauã, Rio Grande do Norte

A comunidade de Acauã, também conhecida localmente como a Cunhã, está localizada no município de Poço Branco, no agreste do Rio Grande do Norte, uma região de transição entre o litoral e o semiárido, 65 km em direção noroeste da capital do estado, Natal, tal como mostra o Mapa 01. Esta comunidade é composta por pouco mais de 300 pessoas (entorno 60 unidades familiares), onde uma das características mais importantes e marcantes é o fato de seus membros compartilharem estreitos vínculos de parentesco e aliança.

Segundo a memória oral, a comunidade teria sido nomeada em função da pessoa que descobriu a área e fundou o local: José Acauã, também conhecido como ‘Zé Cunhã’, uma pessoa escravizada que fugiu do cativoiro nos canaviais de Ceará Mirim, perto do litoral potiguar, subindo pelo vale do rio que leva o mesmo nome e assentando-se nas margens desse corpo d’água, possivelmente acompanhado por outras pessoas na mesma situação. Apesar de que não existe precisão temporal desse momento de fundação, trata-se, segundo os testemunhos dos moradores atuais, de uma ocupação antiga, pois seus antepassados, inclusive os dos mais velhos, já eram nascidos e criados ali, sendo que no momento de sua chegada aparentemente não tinha ninguém na área (Valle, 2006; Valle, 2010).

De acordo com Brandão (2010, p. 352), essa longa duração de ocupação territorial é justamente o que define uma comunidade tradicional: “[...] Por oposição a todas as outras, são comunidades tradicionais aquelas que ‘ali estavam’ quando outros grupos humanos, populares ou não, ‘ali chegaram’ e ali se estabeleceram”. Por esse motivo, na atual luta pelo território quilombola, os moradores de Acauã, descendentes das primeiras pessoas que povoaram o local, afirmam que “não estão tirando nada de ninguém”, simplesmente recuperando o que é deles e que foi compulsoriamente arrancado (Gutiérrez, 2015).

até então ausente na sua configuração territorial e, assim, os moradores se veem na obrigação de trabalhar nas fazendas vizinhas, vítimas de exploração e preconceito racial. A comunidade teve que enfrentar a falta de terra e d'água durante todo esse tempo.

Esse é o contexto no qual emerge a luta atual dos moradores pela recuperação do território tradicionalmente ocupado. A luta por afirmação territorial em Acauã começou a ganhar densidade e consistência nos últimos quinze anos, período no qual se observam transformações muito significativas na vida da comunidade, bem como nas relações que estabeleceram com outros atores sociais e institucionais.

Como afirmávamos linhas atrás, as situações de conflito parecem favorecer o surgimento de novos atores sociais e novas territorialidades, tal como aconteceu em Acauã. O próprio termo “quilombola” era praticamente desconhecido a quinze anos nesta comunidade. A necessidade de lutar pela posse e pelo reconhecimento do território levou à comunidade a formalizar sua organização política (representada na figura da Associação de Moradores), ao mesmo tempo em que redefiniram e reconfiguraram sua própria identidade étnica, isto é, a forma como se representam a si mesmos e se posicionam frente a outros grupos, processo que Almeida (2002) descreve com muita clareza na sua reflexão sobre “os quilombos e as novas etnias”.

A identidade como quilombolas não “caiu do céu”, mas foi e é uma *construção*, intimamente ligada à constituição de um movimento social e político. Nesse processo de construção *etnopolítica*, a comunidade de Acauã se articulou com outras comunidades quilombolas do Rio Grande do Norte, unidos por reivindicações e lutas em comum, conformando um movimento quilombola em escala estadual, que se fortaleceu significativamente na última década.

Assim, a territorialidade quilombola em Acauã, além de configurar-se através das atividades cotidianas de trabalho e reprodução material da vida (agricultura, pecuária, pesca, atividades domésticas, trabalhos remunerados fora da comunidade), está atravessada por essa luta em busca do *reconhecimento*, com um forte conteúdo político-identitário. Na sequência vamos ver um pouco mais de perto alguns acontecimentos significativos nesse período.

A comunidade inaugurou uma nova etapa político-organizativa a partir da articulação com uma ONG chamada Amigos de Poço Branco, em 1997, que nesse mesmo ano seria transformada no Núcleo de Estudos Brasileiros (NEB), com a qual mantiveram parceria durante mais de uma década. Em 1998, graças à assessoria facilitada pelo NEB, conformaram a primeira associação de moradores na comunidade, a AMA (Associação de Moradores de Acauã), com o objetivo

de lutar por seus direitos e representar os moradores em suas reivindicações frente ao poder público e à sociedade.

A necessidade de estarem organizados não era algo novo na história da comunidade. O que mudou foi a forma como essa organização se materializou. A vida política foi formalizada e institucionalizada, introduzindo no seu cotidiano novos mecanismos de ação, muitos deles estranhos e alheios às referências culturais dos moradores (predominância da linguagem escrita, instituições, documentos, ofícios, cartórios, CNPJ). De acordo com Souza (2008), na atual conjuntura as comunidades e suas organizações praticamente se veem na obrigação de formalizar-se e institucionalizar-se, pois a ação desses sujeitos políticos emergentes perpassa reivindicações formais perante o Estado, que lhes coloca uma série de exigências para atender suas demandas.

Na política de regularização fundiária, por exemplo, um requisito solicitado às comunidades interessadas para abrir um processo é que estejam organizadas através de uma associação (legalizada e inscrita em cartório), já que no final, quando o título de terra quilombola for emitido, este será feito em nome dessa associação, que representa formalmente a comunidade.

Isso implica a conformação de um novo tipo de liderança, que atua como intermediária com os agentes, autoridades e agências governamentais, ONGs e instituições de ensino superior (Valle, 2006). Em Acauã, muitas das ‘novas lideranças’ são pessoas jovens, e trabalham como “representantes” do grupo frente ao poder público. Eles e elas contrastam com as lideranças mais ‘tradicionais’, definidas pela idade e as relações de parentesco, pessoas respeitadas pelo conhecimento que possuem sobre o passado ou por sua posição social na estruturação genealógica e histórica do grupo.

A formação de ‘novas’ lideranças em Acauã coincide com as observações de Bartolomé (2002), segundo o qual usualmente as lideranças das mobilizações etnopolíticas contemporâneas não acostumam ser as figuras “tradicionais” das culturas, mas membros de uma intelectualidade indígena (ou, neste caso, quilombola) que desempenham um papel de agentes interculturais (*cultural brokers*). Diga-se de passagem, a sobreposição destas diferentes formas de organizar as relações de poder e autoridade não está livre de contradições e dilemas, pois a própria figura de uma “liderança representativa” é uma construção típica da democracia representativa ocidental, alheia às referências culturais das comunidades tradicionais e etnicamente diferenciadas.

Foi a partir da década de 2000 que a expressão *quilombola* começou a fazer parte do cotidiano dos moradores de Acauã. Isso se deu como resultado de uma sinergia entre a comunidade e algumas organizações

governamentais e ONGs, com destaque do NEB. De um lado, os moradores receberam valiosas informações sobre o que estava acontecendo em escala nacional em relação com as lutas quilombolas e a construção de direitos territoriais. Do outro lado, isso desencadeou uma reflexão na comunidade sobre a sua própria história, originada a partir da resistência ao processo de escravização sofrido.

A auto-identificação como comunidade quilombola se articulou com uma luta abrangente por direitos e cidadania, uma forma de dizer “aqui estamos, existimos e nossa história merece respeito!”. No trabalho de campo podemos observar que a identidade como quilombolas, apesar de ser recente, não é uma construção puramente imaginária. É confirmada a partir das experiências cotidianas e concretas vivenciadas pelas pessoas, contribuindo para dar continuidade às relações de solidariedade e ajuda mútua que historicamente sustentaram a vida em coletivo. A passagem de “negros da Cunhã” (como eram chamados pejorativamente num contexto local racista) a “comunidade quilombola de Acauã” é muito mais do que uma mudança semântica: é o reflexo de um processo de emergência étnica vivido nesta comunidade, com sua correspondente luta pelo território. As palavras de dona Bernadete Catarino da Silva, moradora de Acauã, expressam este desejo profundo por justiça e respeito, conquistados através da luta:

Para mim hoje [ser quilombola] é uma gratificação muito grande, uma realização muito grande. Há um tempo atrás, quando falavam em quilombola, logo no início, 10 anos, 11 anos atrás, para a gente era uma vergonha na época, que a gente não tinha um conhecimento, devido ao preconceito: “os negros” como a gente era tratado, os “negros de Acauã”. Então a gente foi criado assim, como esse preconceito, até humilhações, hoje é chamado de “bullying”, mas antigamente a gente sofria uma humilhação terrível na escola.

Então, mais ou menos de 10 anos para cá, a gente foi se conscientizando e pra a gente foi se tornando um orgulho. A cada dia a gente foi se adaptando, buscando conhecer melhor nossa própria história, porque até então a gente não tinha tanto conhecimento assim, e hoje eu posso dizer, para mim é um orgulho. Por todas as batalhas, todas as lutas que a gente teve para mim é um orgulho ser quilombola. (Entrevista com Bernadete Catarino da Silva, 22/02/2014, em Acauã).

Depois de muito tempo de sofrer uma grande invisibilidade social⁹. Acauã se fez visível no mapa do Rio Grande do Norte. E não foi só Acauã: um estado como o Rio Grande do Norte que, segundo a “história oficial” ensinada nos livros didáticos escolares, não tinha negros nem tampouco indígenas, viu como em três anos (entre 2004 e 2006) um total de dez comunidades se auto-

identificaram como quilombolas¹⁰ demandando seus direitos como coletividades etnicamente diferenciadas. Acauã foi a segunda no Rio Grande do Norte que formalizou essa condição perante o Estado, em 2004. A Fundação Cultural Palmares é o órgão responsável por “certificar” às comunidades quilombolas sendo esse, aliás, um requisito colocado pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) para abrir um processo de regularização fundiária.

É interessante observar que o processo de emergência étnica vivido em Acauã se configura nas novas relações e articulações sócio-políticas que a comunidade estabeleceu com outros atores sociais nesse período, sobretudo o NEB. Como bem aponta Lifschitz (2011) há uma crescente atuação de agências públicas e privadas na construção de patrimônios culturais quilombolas. O significativo papel daqueles que vieram “de fora” é abertamente reconhecido e valorizado pelos moradores do quilombo de Acauã. Nesse processo de reconstrução cultural, se acionam e ressignificam uma série de elementos e símbolos identitários-chaves, anteriormente ausentes ou pouco visíveis, que remetem a um passado comum. A imagem do herói Zumbi dos Palmares pintada na sede da Associação, quebrando as correntes que simbolizam a escravidão, é um bom exemplo disso.

De acordo com a “nova” identidade atribuída pelo grupo, em 2004 a AMA se transformou em AMQA¹¹, Associação dos Moradores do Quilombo de Acauã, ao redor da qual vem se consolidando a formalização política da comunidade na última década, buscando legitimar sua situação como comunidade quilombola frente ao poder público e a sociedade. As demandas territoriais se constituem como as mais importantes dentro do novo projeto político dos moradores de Acauã, dentre outras como melhor acesso a serviços básicos e infraestrutura¹².

O ano de 2004 também marcou em Acauã a abertura do processo formal de regularização e titulação do território quilombola, um procedimento que desde 2003 passou a estar dentro das atribuições do INCRA, como foi instituído no Decreto Presidencial 4.887/2003. O referido Decreto incorporou o princípio da *auto-determinação* para definir às comunidades quilombolas; isto é, são os próprios sujeitos os que definem se são ou não parte de um grupo etnicamente diferenciado, consoante com legislação internacional assinada pelo Brasil (Convenção 169 da OIT)¹³.

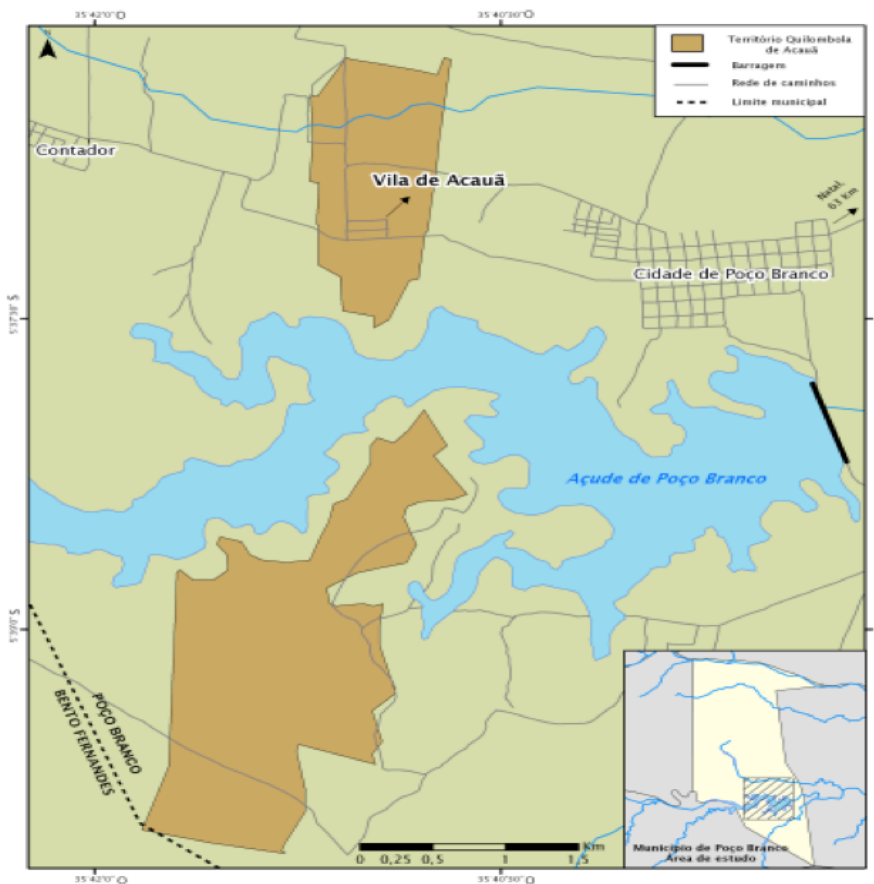
⁹Trata-se das comunidades de Boa Vista dos Negros, Acauã, Sibaúma, Macambira, Sítio Moita Verde, Negros do Riacho, Jatobá, Aroeira, Sítio Pavilhão e Sítio Grossos (FCP, 2014). Hoje já são 22 as comunidades reconhecidas como quilombolas perante o Estado brasileiro.

¹¹A AMQA foi formalmente instituída e regularizada em 20 de março de 2005.

¹²Inclusive, não devemos esquecer que esse novo projeto não se esgota nas demandas que a comunidade faz ao Estado, mas que se expressa em múltiplas ações e projetos que buscam valorizar e fortalecer a própria cultura e os vínculos comunitários. Podemos mencionar, por exemplo, uma rádio comunitária (‘Rádio Melancia’) que esteve no ar durante cinco anos; um grupo de teatro do oprimido chamado ‘Os Filhos da Terra’; atividades de costura, e a criação de uma ateliê de roupas (‘Nega Tula’); capoeira angola; mutirões; trabalho em hortas; reformas no espaço físico, dentre outros (informação cedida por Maria Lidiane Apolinário, comunicação pessoal, 06/10/2013, em Acauã).

¹³O princípio da auto-determinação ou auto-definição coloca em obsolescência

⁹Segundo Leite (2013) a invisibilidade social é uma marca característica das comunidades negras rurais no Brasil. O antropólogo do INCRA-RN afirma que na pesquisa cartorial feita por essa instituição no processo de regularização do quilombo de Acauã, não há qualquer menção a uma comunidade negra ou rural no local onde os quilombolas moravam, às margens do rio Ceará Mirim.



MAPA 2 - Território Quilombola de Acauã
Elaborado por Andrés Jiménez Corrales, Luiz Eduardo Virgolino Perônio e Alberto Gutiérrez Arguedas, 2014.
Fonte: IDEMA.

Até então a Superintendência Regional do INCRA no Rio Grande do Norte não havia realizado nenhuma ação voltada especificamente para comunidades quilombolas, tendo em vista aquela visão historicamente instituída que as via como comunidades camponesas, sem levar em conta o fator étnico (Santos e Cavignac, 2006). As comunidades, com a assistência do movimento negro local, iniciaram esta discussão e pressionaram o INCRA para atender suas reivindicações específicas em matéria territorial.

Como parte dos procedimentos formais para a regularização fundiária dos quilombos, deve ser realizado um relatório antropológico, que dilucide a trajetória histórica da(s) comunidade(s), as suas relações territoriais específicas e os atributos que lhe conferem um caráter de comunidade etnicamente diferenciada. No caso de Acauã, tal relatório foi elaborado pelo antropólogo Carlos Guilherme do Valle, professor da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN), e publicado em agosto de 2006 (Valle, 2006).

Nele se incluiu a proposta de delimitação da área a ser regularizada como Território Quilombola de Acauã, recomendando a desintrusão dos não-quilombolas que

estiverem ocupando esse espaço, “a fim de garantir plenamente a continuidade histórica e a reprodução social de Acauã como uma comunidade negra rural formada por descendentes de escravos” (Valle, 2006, p. 204). Buscasse o reconhecimento formal não só das áreas atualmente ocupadas pelas comunidades quilombolas, mas também daquelas que historicamente lhes pertenceram e que em algum momento lhes foram expropriadas. Por isso, com base nas próprias concepções de territorialidade histórica definidas em conjunto com a comunidade de Acauã, delimitou-se uma área de 540,51 hectares, a ambos os lados do açude de Poço Branco, como pode se observar no Mapa 02. Lembremos que no “outro lado”, na margem sul do açude, é onde estava localizada a antiga vila de Acauã, também conhecida como a Cunhã Velha.

A delimitação do território quilombola e sua posterior demarcação representam uma significativa reconfiguração das fronteiras espaciais e identitárias em Acauã, assim como no município de Poço Branco como um todo. Dentro da área delimitada havia seis propriedades privadas e uma em situação de posse, sendo que a expropriação de cada um dos imóveis implica um procedimento administrativo e judicial por separado. Isso significa que uma extensão importante de terras que eram fazendas, propriedades privadas individuais dedicadas à pecuária extensiva, passaram a ser propriedade coletiva da comunidade quilombola.

outros critérios anteriormente utilizados para a definição de comunidades quilombolas. Para fins da normativa anterior (Decreto 3.912/2001) uma comunidade quilombola só seria reconhecida como tal se conseguisse “atestar” através da presença de reminiscências arqueológicas ou provas documentais, sua existência anterior a 1888 (ano de Abolição do regime escravocrata), um requisito quase impossível de ser cumprido.

Importantes mudanças territoriais estão em curso em Acauã: algumas das “terras novas” já estão sendo ocupadas e trabalhadas pelas famílias, principalmente para a agricultura de subsistência (milho, feijão, mandioca, macaxeira) e a criação de animais (boi, além de porcos e galinhas, nos quintais das casas). Aliás, numa das antigas fazendas, recentemente recuperada pela comunidade, está sendo implementado um projeto de moradia popular dentro do programa do governo federal Minha Casa Minha Vida, com um total de 50 casas, que se somam às 57 que já existem na ‘Vila’. Isso contribui para aliviar uma difícil situação de falta d’ espaço, onde muitas pessoas se veem na necessidade de morar na mesma unidade doméstica.

Os moradores recuperaram o acesso às águas do açude, fonte de alimento (peixe), água e espaço de recreação, assim como ganharam o direito de posse sobre as terras do “outro lado” do açude, as quais inclusive são mais extensas que as da margem norte, onde estão localizados os 4 hectares da ‘Vila’ de Acauã. O senhor Sebastião Catarino da Silva, “Tota”, morador de Acauã, se refere a algumas dessas reconfigurações territoriais vividas na comunidade nos últimos anos:

Aconteceu muita mudança aqui. [Antes] não tinha onde trabalhar, praticamente era só esse quadrado aqui onde a gente mora. Teve um tempo que a gente não podia nem ir no açude, que não podia passar pela terra dos homens ali, e para lá era dos outros também. Ele tomou conta dessa terra ali todinha, do açude até o final acolá, a gente não podia passar por nenhum flanco porque era tudo fechado, tem uma estrada ali mas pra onde a gente queria passar não podia. A gente ficou praticamente *ilhada*, só podia passar pra lá [comunidade de Contador] ou para Poço Branco, não tinha como ir pra outro canto.

Agora melhorou muito, ois desses 10, 12 anos, 15 anos pra cá tem melhorado muito. A gente ganhou essas terras, a lagoa ali, tem uma terra que a lagoa quando chove junta água, pessoal planta horta, planta batata, tudo o que plantar ali colhe [...] Sei que melhorou muito, cada vez mais está melhorando mais. Tem ali o açude, quem quiser plantar nas margens ali pode plantar, não é como antigamente que ninguém podia nem chegar perto, *onde quiser agora tem acesso*. (Entrevista com Sebastião Catarino da Silva, 10/11/2013, em Acauã; grifos meus).

As palavras de “Tota” expressam um sentimento de otimismo bastante generalizado na comunidade, segundo o qual na última década as coisas melhoraram bastante. E não há conquista mais significativa do que ter recuperado o território dos antepassados. Porém, tais transformações não acontecem de um dia para outro, e apesar de que em termos formais as terras passaram a estar em mãos das famílias de Acauã, na realidade o que se vive é uma disputa e uma tensão, tanto territorial quanto simbólico-identitária, entre os quilombolas e os fazendeiros “brancos”. A proximidade geográfica entre a ‘Vila’ de Acauã e a cidade de Poço

Branco, separados por apenas 2 km (Mapa 02), por um lado facilita o acesso a bens e serviços, mas por outro contribui para acirrar o cenário de tensão territorial. O mapa do território quilombola deve ser lido como um processo em movimento mais do que uma realidade estável, o que corresponde com as reflexões de Porto-Gonçalves (2006a), segundo o qual a construção de novas territorialidades não acontece de forma harmônica, mas sim em situações de conflito como essa.

O procedimento legal de regularização de territórios quilombolas, como qualquer outro que busque uma ação de reforma agrária, caracteriza-se por sua morosidade e falta de celeridade, enfrentando constantemente travas e retrocessos. O direito territorial quilombola coloca-se como um “obstáculo” para os interesses das elites agrárias assim como de grandes empreendimentos agropecuários, extrativos ou de infraestrutura, públicos ou privados. A experiência mostra que dificilmente um processo desta natureza é resolvido em menos de dez anos, como informam os próprios funcionários do INCRA (Gutiérrez, 2015)¹⁴.

Segundo a historiadora Lilian Gomes (2010), essas dificuldades fazem parte da relação ambivalente que as comunidades quilombolas estabelecem com o Estado-nação: de um lado, negociam com ele a garantia e efetivação dos seus direitos e, por outro lado, implica denunciar esse mesmo Estado que lhes concedeu um lugar subalterno.

Em Acauã, foi depois de quase uma década que se materializaram os primeiros resultados, na qual os moradores conseguiram recuperar formalmente suas terras ou, pelo menos, uma parte delas. Entre 2013 e 2014 a comunidade ganhou o direito de posse sobre cinco das antigas fazendas, regularizando uma área de 310,8 hectares, nas quais as famílias já têm plenos direitos para ocupar e trabalhar nelas. Apesar de que ainda não foi emitido o título definitivo, o INCRA está facultado para dar às famílias quilombolas o *direito de posse* (uma espécie de título provisório) naqueles imóveis que já foram desapropriados.

Em 2007, depois de ter sido publicado o Relatório Técnico de Identificação e Delimitação (RTID), recomendando a desocupação dos não-quilombolas, veio aumentar consideravelmente a tensão social local. Naquele momento algumas famílias em Acauã ainda

¹⁴No caso de Acauã, o que realmente está travando o processo foi uma ação judicial interposta em 2008 por um dos proprietários, na qual solicitou que a regularização do quilombo fosse declarada nula ou inválida. A ação de nulidade foi deferida na Justiça Federal do Rio Grande do Norte, o que implicou que o imóvel registrado no seu nome ficasse por fora das ações desapropriatórias. Segundo o agropecuarista Elias Azevedo da Cunha Filho, as terras em questão jamais foram ocupadas pelos moradores de Acauã. O demandante alega que não existem provas documentais da existência de um quilombo na região, e inclusive defende a inconstitucionalidade do Decreto 4.887/2003, pois segundo ele viola o direito à propriedade. De acordo com o antropólogo Thiago Leite (2013) o fazendeiro conseguiu se utilizar do desconhecimento de algumas instâncias da Justiça do RN sobre a questão quilombola para anular a desapropriação de sua fazenda, onde justamente se encontram as ruínas da Cunha Velha, na margem direita do açude. Para mais informação: http://www.cedefes.org.br/index.php?p=afro_detalle&id_afro=4458.

trabalhavam “nas terras dos outros”, sob o sistema de meeiro, e depois da ordem de desapropriação, alguns dos proprietários vizinhos passaram a impedir que os moradores continuassem arrendando as áreas de terras em que vinham mantendo seus cultivos (Valle, 2010). Como podemos imaginar, a situação foi bastante dramática, chegando, inclusive, a situações de violência física explícita¹⁵.

Nos últimos anos, inclusive naquelas áreas que já foram formalmente incorporadas ao Território Quilombola, os moradores têm sofrido invasões e intimidações por parte dos ex-proprietários. Uma estratégia recorrente é de colocar gado dentro das terras em disputa, destruindo as lavouras das famílias. Essas e outras situações de conflito territorial foram registradas durante o trabalho de campo (Gutiérrez, 2015).

Por último, mas não menos importante, é o fato de que para poder compreender as dinâmicas sociais e territoriais da comunidade de Acauã, é necessário olhar para fora do perímetro ocupado e reivindicado pelo grupo, para além do local, consoante com os territórios étnicos descontínuos e em rede descritos por Ratts (2006). Muitas pessoas em Acauã, principalmente homens adultos, trabalham fora da comunidade, na cidade de Natal e sua região metropolitana, dedicados na sua maioria à construção civil. Sua rotina é um movimento cíclico entre a semana de trabalho na capital e o fim de semana na comunidade, momento em que se reencontram com seus familiares. Aqui também vemos novas territorialidades sendo construídas.

Como apontávamos linhas atrás, são as relações comunitárias, de parentesco e memória, muito resistentes no espaço e no tempo, as que em última instância definem uma identidade étnica própria e mantêm os vínculos que os definem enquanto comunidade, isto é, enquanto um grupo de pessoas com uma história e um projeto em *comum*, unidos por laços de afetividade e solidariedade. Cabe a nós decifrar como os territórios são construídos e reconstruídos em meio dessas dinâmicas.

Considerações finais

Ao longo deste trabalho buscamos apresentar alguns elementos que possam ajudar na compreensão dos processos de territorialização protagonizados pelas comunidades quilombolas no Brasil, através do estudo específico do que vem acontecendo em Acauã-RN nos últimos quinze anos. Podemos interpretar as

lutas por território tanto num sentido jurídico-formal quanto simbólico, isto é, tanto pela demarcação e titulação territoriais quanto pelo direito e o respeito à *territorialidade*, a um modo específico de ser e estar na terra (Porto-Gonçalves, 2006a).

A emergência das comunidades quilombolas como novos sujeitos coletivos e grupos étnicos nas últimas décadas está intimamente relacionada com os processos de luta pelo acesso à terra e ao território. Nesse período se conformou um movimento social quilombola de abrangência nacional, articulado e representado na figura da CONAQ. Tal luta implicou a criação de uma nova categoria jurídica e espacial reconhecida pelo Estado brasileiro: os Territórios Quilombolas, os quais apontam para uma pluralização da questão agrária, pois é colocado em questão o modelo de sociedade baseado na propriedade privada como única forma de acesso à terra. No universo das comunidades quilombolas no Brasil, identidade étnica, movimento social e lutas pelo território são dimensões inseparáveis, profundamente imbricadas.

O caso específico de Acauã-RN ajuda a confirmar algumas dessas observações. A adesão de uma ‘nova’ identidade (quilombola) foi uma forma através da qual se constituiu um movimento político na comunidade, um processo que ainda está em aberto. A construção do “ser quilombola” coincide com uma nova etapa na vida da comunidade, na qual a negritude deixa de ser motivo de vergonha e se transforma em orgulho e identificação construtiva. A história da comunidade, marcada pela resistência dos seus antepassados frente ao processo de escravização é fonte de inspiração para a construção de um presente e um futuro melhores.

Depois de quinze anos, os frutos da construção de um projeto político quilombola são hoje visíveis. A grande maioria das terras ocupadas pelos seus antepassados já foram recuperadas, tanto na prática quanto no aspecto jurídico. O território de 540,51 hectares delimitado pelo INCRA está numa fase avançada do processo de regularização. Em vez de trabalhar nas terras dos outros, hoje têm seus próprios roçados; já se acabou a época de carregar água em baldes desde lugares distantes, pois hoje cada casa conta com cisterna e encanamento; a nova geração pode desfrutar das águas do açude, sem as proibições por parte dos fazendeiros, como acontecia anos atrás. Enfim, apesar das grandes limitações e dificuldades ainda presentes em Acauã, as pessoas recuperaram sua autoestima e não hesitam em afirmar que a vida tem melhorado de forma significativa, graças à sua luta e à de seus antepassados.

¹⁵Em dezembro de 2007, dois homens incendiaram áreas de cultivo e várias cabanas de palha que as famílias quilombolas usavam para trabalhar, numa das áreas em disputa. Alguns moradores, inclusive crianças, receberam ameaças contra sua integridade física e moral; os agressores jogaram gasolina neles e disseram que iriam “trazer um trator para passar por cima de tudo” (VALLE, 2010, p. 136). O crime foi denunciado na Polícia de Poço Branco e visibilizado em jornais e na internet.

Referências

- ALMEIDA, A.W.B. (2002). Os quilombos e as novas etnias. In: O'DWYER, E.C. (Org.). *Quilombos: identidade étnica e territorialidade*. Rio de Janeiro: Editora FGV, pp. 43-81.
- _____. (2008) *Terras de quilombo, terras indígenas, "babaçuais livres", "castanhais do povo", faxinais e fundos de pastos: Terras tradicionalmente ocupadas*. 2ª edição. Manaus: PGSCA-UFAM.
- BARTOLOMÉ, M. (2002). *Movimientos indios em América Latina. Los nuevos procesos de construcción nacionalitaria*. *Desacatos*. No. 10, pp. 148-166.
- _____. (2006) As etnogêneses: velhos atores e novos papéis no cenário cultural e político. *Mana*. Vol. 12, No.1, Rio de Janeiro, abril 2006, pp. 39-68.
- CARDOSO, L. e GOMES, L. (2011). Movimento Social Negro e Movimento Quilombola: por uma teoria da tradução. Disponível em: <<http://www.observatoriodonegro.org.br/pdf/movimento-social-negro-e-movimento-quilombola-para-teoria-da-traducao-por-lourenco-cardoso-e-lilian-gomes.pdf>>. Acessado em: 10 de novembro, 2014.
- CONAQ – Coordenação Nacional de Articulação das Comunidades Negras Rurais Quilombolas- (2010). Manifesto pelos Direitos Quilombolas. In: ALMEIDA, A.W.B., et al. (Orgs). *Territórios Quilombolas e Conflitos. Caderno de Debates Nova Cartografia Social*. Vol 1, No. 2. Manaus: UEA Edições, pp. 268-290.
- CRUZ, V.C. (2006). *Pela outra margem da fronteira: Território, identidade e lutas sociais na Amazônia*. Dissertação de Mestrado em Geografia, Universidade Federal Fluminense. Niterói, 201 p.
- _____. (2007). *Territórios, identidades e lutas sociais na Amazônia. XII Encontro da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Planejamento Urbano e Regional*. Belém, 21 a 24 maio 2007.
- _____. (2014). *Movimentos sociais, identidades coletivas e lutas pelo direito ao território na Amazônia*. In: SILVA, O.A.; SANTOS, E.M.C e COELHO NETO, A.S. (Orgs.). *Identidade, Território e Resistência*. Rio de Janeiro: Consequência, pp. 37-72.
- FREIRE, M.S.L. (2012) "É a luta da gente!": Juventude e etnicidade na Comunidade Quilombola de Capoeiras (RN). Dissertação de Mestrado em Antropologia Social, Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Natal, 171 p.
- GOMES, L. (2010). O direito quilombola ao território: uma questão de justiça. In: ALMEIDA, A.W.B., et al. (Orgs). *Territórios Quilombolas e Conflitos. Caderno de Debates Nova Cartografia Social*. Vol 1, No. 2. Manaus: UEA Edições, pp. 187-196.
- GUTIÉRREZ, A. (2015) *Território para viver. Dinâmicas territoriais da comunidade quilombola de Acauã, Poço Branco, Rio Grande do Norte*. Dissertação de Mestrado, Programa de Pós-Graduação e Pesquisa em Geografia (PPGe), Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Natal, 200 p.
- LEITE, I.B. (2000) Os quilombos no Brasil: Questões conceituais e normativas. *Etnográfica*. Vol. 4, No. 2, pp. 333-354.
- LIFSCHITZ, J.A. (2011) *Comunidades tradicionais e neocomunidades*. Rio de Janeiro: Contra Capa.
- OLIVEIRA, J.P. (1999) *Ensaios em Antropologia Histórica*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ.
- PORTO-GONÇALVES, C.W. (2002) Da geografia às geografias: um mundo em busca de novas territorialidades. In: SADER, Emir; CECEÑA, Ana Esther (Orgs), *A Guerra Infinita: Hegemonia e Terror Mundial*. Petrópolis: Vozes, pp.217-256.
- _____. (2006a) A Reinvenção dos Territórios: a experiência latino-americana e caribenha. In: CECEÑA, Ana Esther et al (Orgs). *Los desafíos de las emancipaciones en un contexto militarizado*. Buenos Aires: CLACSO, pp. 151-197.
- _____. (2006b) De saberes e de territórios: Diversidade e emancipação a partir da experiência latino-americana. *GEOgraphia*, Vol. 8, No. 16, pp. 41-55.
- _____. (2006c) A geograficidade do social. Uma contribuição para o debate metodológico para os estudos de conflitos e movimentos sociais na América Latina. *Revista Eletrônica da Associação dos Geógrafos Brasileiros-Seção Três Lagoas*, MS. Vol. 1, No. 3, pp. 5-26.
- _____. (2011) *A Globalização da Natureza e a Natureza da Globalização*. 2ª edição- Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 461 p.
- RAIMBERT, C. (2012) La ruralidad quilombola o los nuevos desafíos de la agricultura familiar en Brasil. *Revista Pueblos y Fronteras Digital*. Vol. 7, No. 14, pp. 48-80.
- RATTS, A.P. (2006) A geografia entre as aldeias e os quilombos: Territórios etnicamente diferenciados. Em: ALMEIDA, M.G. e RATTS, A.P. (Orgs), *Geografia, Leituras Culturais*. Niterói: Editora Alternativa, pp. 29-48.

- SANTOS, F. L.A; CAVIGNAC, J. (2006) O processo de regularização fundiária dos territórios quilombolas no Rio Grande do Norte: uma experiência compartilhada. In: Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural. *O Incra e os Desafios para a Regularização dos Territórios Quilombolas*. Brasília: MDA-INCRA, pp 159-171.
- SCHMITT, A., TURATTI, M. C. e CARVALHO, M. C. (2002) A atualização do conceito de quilombo: Identidade e território nas definições teóricas. *Ambiente & Sociedade*. Ano V, No. 10, pp. 1-8.
- SOUZA, A.A. (2005) O levante dos “invisíveis” da história: o Movimento Indígena no Equador na década de 1990. Dissertação de Mestrado em História Social das Relações Políticas, Universidade Federal do Espírito Santo. Vitória, 191 p.
- SOUZA, B.O. (2008) Movimento Quilombola: reflexões sobre seus aspectos político-organizativos e identitários. Disponível em: <http://www.abant.org.br/conteudo/ANAIS/CD_Virtual_26_RBA/grupos_de_trabalho/trabalhos/GT%2002/barbara%20oliveira%20souza.pdf>. Acessado em: 20 de outubro, 2014.
- SOUZA, J.F. (1999) Associação de Moradores da Acauã: a história de uma luta contra a exclusão social. Monografia de Graduação do Curso de História, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 50 p.
- SVAMPA, M (2008) Los nuevos conflictos territoriales: el escamoteo de la cuestión. Disponível em: <<http://www.cetri.be/spip.php?article562>>. Acessado em: 20 de setembro, 2013.
- VALLE, C.G. (2006) A comunidade quilombola de Acauã (Cunhã, Cunhã Velha): Relatório antropológico. Convênio UFRN-FUNPEC-INCRA/RN. Projeto: Identificação e delimitação dos territórios das comunidades quilombolas do estado do Rio Grande do Norte, 238 p.
- _____. (2010) Quilombolas de Acauã-Terra, história e conflito social no Rio Grande do Norte. In: ALMEIDA, A.W.B, et al. (Orgs). Territórios Quilombolas e Conflitos. *Caderno de Debates Nova Cartografia Social*. Vol1, No. 2. Manaus: UEA Edições, pp.131.138.
- ZIBECHI, R. (2007). *Autonomías y Emancipaciones. América Latina en movimiento*. Lima: Universidad Nacional Mayor de San Marcos.

Entrevistas

- Entrevista com Maria Lidiane Apolinário, 06 de outubro 2013, em Acauã.
- Entrevista com Sebastião Catarino da Silva (“Tota”), 10 de novembro 2013, em Acauã.
- Entrevista com Bernadete Catarino da Silva, 22 de fevereiro 2014, em Acauã.

CARACTERIZAÇÃO DAS PLANÍCIES DE MARÉS DO LITORAL CENTRO-SUL DE SERGIPE A PARTIR DAS SÉRIES AMBIENTAIS GEOMORFOLÓGICAS

Geisedrielly Castro dos Santos*

Universidade Federal de Sergipe

Rosemeri Melo e Souza**

Universidade Federal de Sergipe***

CHARACTERIZATION OF TIDAL FLATS IN THE CENTRAL-SOUTH COAST OF SERGIPE FROM GEOMORPHOLOGICAL ENVIRONMENTAL SERIES

Resumo: Cada planície de maré possui assinatura energética própria e semelhanças quanto aos seus aspectos geomorfológicos, de acordo com os agentes hidrodinâmicos que predominam sobre esses ambientes. O presente trabalho teve como objetivo caracterizar as planícies de marés do litoral centro-sul sergipano dentro das séries ambientais geomorfológicas, a partir dos agentes ambientais predominantes. Os procedimentos metodológicos da pesquisa foram: coleta de dados relativos à assinatura energética; processamento das imagens de satélite e fotografias aéreas; análise, integração e interpretação dos dados. Os resultados mostraram que, apesar de possuírem assinaturas energéticas semelhantes, ou seja, padrões semelhantes de: temperatura; precipitação; regime de marés; ondas; tensores antrópicos e ambientais, a existência de padrões diferentes de vazões fluviais foi determinante para alterações nos processos de configuração das desembocaduras fluviais analisadas e, conseqüentemente, para formação das planícies de marés. A referida análise é corroborada por estudos já efetuados sobre a morfodinâmica das desembocaduras analisadas. A partir das séries ambientais costeiras, a área de estudo foi classificada em: Ambiente dominado por ondas (desembocadura dos rios Sergipe e Piauí/Real) e Ambiente dominado por ondas e rio (desembocadura do rio Vaza Barris). A partir dessa classificação foi possível mensurar o grau de resistência e resiliência dos manguezais associados, respectivamente, sendo de baixo e médio/baixo grau para os ambientes dominados por ondas, e de médio e médio/alto grau para os ambientes dominados por ondas e rios. Esta pesquisa fornece subsídios para o monitoramento de sistemas ambientais costeiros associados a áreas com tendências a crescimento urbano.

Abstract: Each tidal flat has its own energy signature and has similarities regarding its geomorphological aspects, according to the hydrodynamic agents that predominate in these environments. This study aims to characterize the tidal flats in the central-south coast of Sergipe within the geomorphological environmental series from the prevailing environmental agents. The methodological procedures of the research study were: data collection regarding the energy signature; satellite images and aerial photographs processing; analysis and integration, data interpretation. The results showed that – despite having similar energy signature, that is, similar patterns of temperature, precipitation, tidal regime, waves, anthropic and environmental tensors – the existence of different river flow patterns were instrumental in changing the configuration processes of the analyzed river mouths and consequently the formation of tidal flats. This analysis is supported by previous studies on the morphodynamics of the analyzed river mouths. From the coastal environmental series, the study area can be classified into: environment dominated by waves (mouths of Sergipe and Piauí/Real Rivers) and environment dominated by waves and river (mouth of Vaza Barris River). Based on this classification, it was possible to measure the degree of resistance and resilience of the associated mangroves, respectively: low and medium/low level for environments dominated by waves, and medium to medium/high level for environments dominated by waves and rivers. This research study provides instruments for monitoring of coastal environmental systems associated with areas which tend towards urban growth.

Palavras-chave: Manguezal. Dinâmica estuarina. Assinatura energética.

Keywords: Mangrove. Estuarine dynamics. Energy signature.

* Doutora em Geografia. Contato: geisecastrosantos@hotmail.com

** Doutora em Desenvolvimento Sustentável/Gestão Ambiental. Professora Associada do Departamento de Engenharia Ambiental da UFS. Contato: rome@ufs.br

*** Endereço: Av. Marechal Rondon, s / n - Jd. Rosa Elze, São Cristóvão - SE, 49100-000. Tel: (79) 3194-6796

Introdução

Um Estuário é definido por Pritchard (1967) como sendo um corpo semifechado de água costeira que tem uma ligação livre com o mar aberto e na qual a água do mar é mensuravelmente diluída com a água doce, sendo esta originária de uma drenagem fluvial. A ocorrência de ambientes de planícies de marés em zonas estuarinas e posterior colonização pela vegetação acontecem quando existem áreas abrigadas da ação mecânica das ondas e que sofrem a influência do regime de marés (Zenkovich, 1967; Angulo, 1990).

Thom (1982) propôs a modelagem de cinco séries ambientais costeiras, nas quais as planícies de marés estão inseridas, sendo estas determinadas pelos componentes geofísicos, geomórficos e biológicos. O componente geofísico remete aos parâmetros oceanográficos em associação com os movimentos terrestres e influência do regime climático. O componente geomórfico corresponde ao produto da interação dos fatores geofísicos que modelaram a superfície da Terra e na qual atuam os processos geomórficos atuais, sendo estes últimos os determinantes das condições do habitat dos mangues. O componente biológico refere-se a reserva de espécies e a competição entre elas. Este último componente se mostra fundamental diante do potencial de recuperação do manguezal em situações de estresse ambiental, podendo suprir a necessidade de novos indivíduos em caso de morte por competição com outras espécies. As séries ambientais idealizadas por Thom (1982) levam em consideração a predominância dos agentes fluviomarinhos em conformidade com todos os componentes principais citados: Série I – Ambiente dominado por rios; Série II – Ambiente dominado por marés; Série III – Ambiente dominado por ondas; Série IV – Ambiente dominado por ondas e rios; Série V – Vales afogados.

A planície costeira do estado de Sergipe (assim como em todo o País) teve seu processo de formação associado às flutuações do nível relativo do mar durante o Quaternário (Suguio; Martin, 1978). Para o estado de Sergipe, um modelo esquemático foi produzido por Bittencourt et al. (1983) para refletir esse processo de formação a partir das transgressões e regressões marinhas. Os principais eventos associados à evolução paleogeográfica quaternária foram responsáveis por: Retrabalhamento da Formação Barreiras; Afogamento dos vales fluviais; Deposição dos sedimentos no sopé das falésias formadas, conjuntamente com materiais de origem orgânica; Deposição de sedimentos de origem eólica e Formação dos terraços marinhos pleistocênicos e holocênicos.

Cortando toda a planície costeira do estado de Sergipe existem seis desembocaduras fluviais,

modeladas a partir dos processos de transgressões e regressões marinhas e dentro das quais se originaram ambientes de planícies de marés colonizados pela vegetação de mangue, dando origem aos manguezais. Contudo, esses ambientes se diferenciam de acordo com a predominância dos agentes fluviomarinhos, sejam eles ligados ao fluxo fluvial, energia das ondas e regime de marés, conforme descrito em Thom (1982).

A partir da investigação dos fatores mencionados é possível identificar qual o agente predominante na dinâmica estuarina e assim caracterizar a série ambiental geomorfológica. Essa análise serve como aporte para compreender a resistência e a resiliência dos manguezais que se desenvolvem nesses estuários, permitindo uma análise comparativa em nível regional e global.

Área de estudo

A pesquisa desenvolvida no presente trabalho possui como recorte espaço-temporal as planícies de marés do litoral centro-sul de Sergipe, localizadas entre as latitudes 10°50'S e 11°30'S e entre as longitudes 37°W e 37°30'W. As referidas planícies de marés situam-se nas zonas estuarinas das desembocaduras dos rios: Sergipe (município de Aracaju/SE); Vaza Barris (municípios de Aracaju e Itaporanga D'Ajuda) e Piauí/Real (municípios de Estância, Santa Luzia do Itanhy e Indiaroba) (Figura 1).

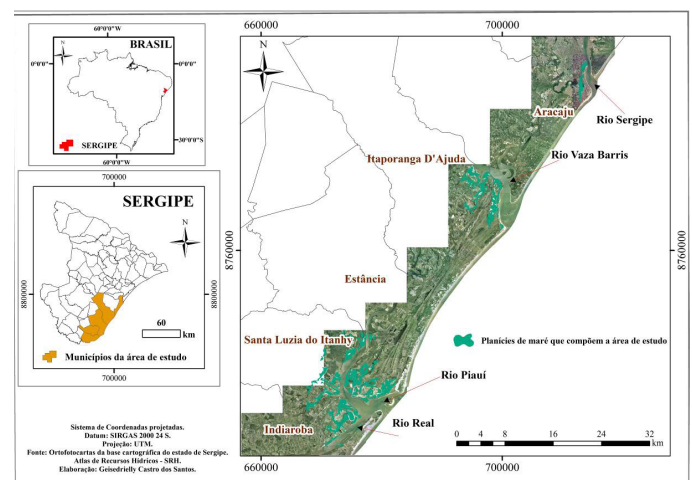


Figura 1 – Localização da área de estudo. Sergipe/Brasil.
Fonte: organização dos autores.

As desembocaduras fluviais que compõem a área de estudo possuem seus processos de formação explicados pelos mecanismos de transporte de sedimentos em desembocaduras fluviais proposto por FitzGerald (1982) e revisto por FitzGerald, Kraus e Hands (2000). Dentre os nove modelos propostos, as desembocaduras estudadas enquadram-se em três modelos: Rompimento do Delta de Maré Vazante (Ebb-Tidal delta breaching); Quebra da

plataforma do Pontal arenoso (Spit Plataforma breaching) e Migração de canal e quebra do Pontal arenoso (Inlet migration and Spit breaching).

A desembocadura do rio Sergipe pode ser enquadrada no modelo 3: Rompimento do Delta de Maré Vazante (Ebb-Tidal delta breaching). Esse modelo ocorre em desembocaduras que possuem posições de canais estáveis, mas cujos canais de marés vazantes principais migram ciclicamente a sotamar. A direção dominante do transporte longitudinal nesses locais produz um acúmulo preferencial de sedimentos do lado a *updrift* (barlamar do sentido da deriva litorânea) do delta de maré vazante. A acumulação de sedimentos provoca uma deflexão a *downdrift* (sotamar do sentido da deriva) do principal canal de vazante, que em algumas entradas pode vir a colidir contra a linha de costa a sotamar. Esse padrão de migração de canal geralmente induz a erosão ao longo da praia adjacente, conforme Santos (2012) mostrou a partir da análise evolutiva do Bairro Coroa do Meio/Aracaju/SE. Uma deformação grave do canal principal produz escoamento na entrada que é hidráulicamente ineficiente. Eventualmente, essa condição resulta na descarga vazante, sendo desviado para um caminho em direção ao mar mais fácil através do delta de maré vazante (Figura 2).

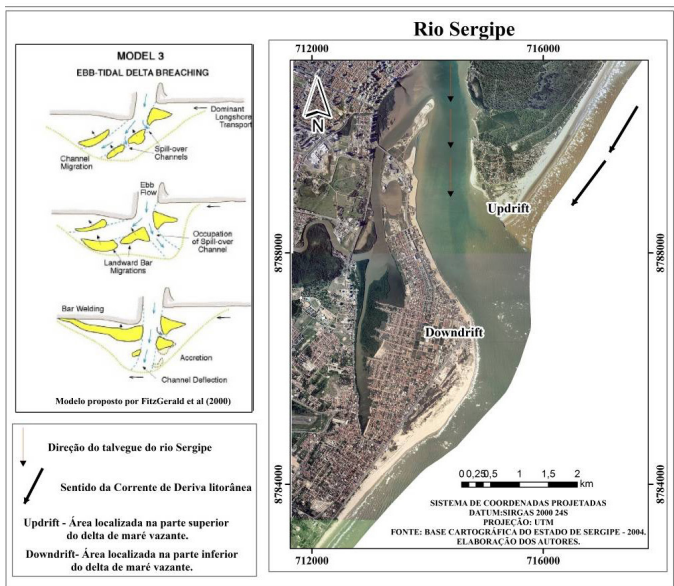


Figura 2 – Morfodinâmica da desembocadura do rio Sergipe. Fonte: organização dos autores.

A desembocadura do rio Vaza Barris segue o modelo 5: Quebra da Plataforma do Pontal Arenoso (Spit Plataforma breaching), conforme foi identificado por Oliveira e Melo e Souza (2015). Esse modelo ocorre em canais migratórios, onde a formação de um canal secundário na desembocadura promove o rompimento na plataforma do pontal arenoso, sendo que este novamente sofre acreção a partir do fornecimento de sedimentos existentes nos deltas de maré vazante e promove a contínua migração do canal. Com a erosão do pontal arenoso a updrift os sedimentos acumularam-se, dando origem ao pontal

arenoso a *downdrift*, conforme é possível visualizar na Figura 3.

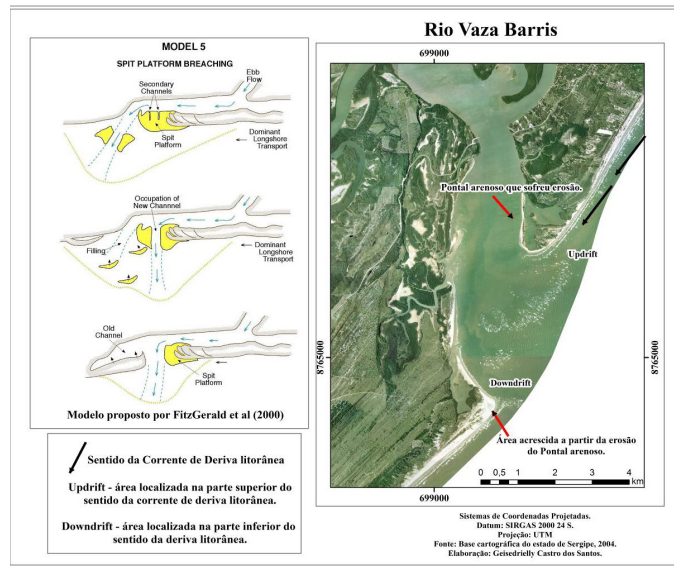


Figura 3 – Morfodinâmica da desembocadura do rio Vaza Barris. Fonte: organização dos autores.

A desembocadura dos rios Piauí/Real é representada pelo modelo 1 de transpasse de sedimentos: Migração de Canal e Quebra do Pontal Arenoso (Inlet migration and Spit breaching). O modelo proposto ocorre quando a vazão do canal fluvial é menos expressiva que a corrente de deriva litorânea. Esta promove o transporte dos sedimentos erodidos a barlamar, sendo depositados a sotamar e dando origem à formação de um pontal arenoso que acaba por obstruir parcialmente a desembocadura fluvial e provocando a alteração na orientação do fluxo (Figura 4). Quando o fluxo do canal se torna ineficiente, é possível que este rompa o pontal arenoso, contudo, se a formação do canal estiver associada à alternância entre ciclos de vazão normal e estiagem, o pontal arenoso pode estar soldado de tal forma que não mais será possível erodi-lo. A dinâmica existente nessa desembocadura é auxiliada pelo encontro de sedimentos de derivas litorâneas efetivas diferenciadas, o que altera continuamente a migração do canal fluvial.

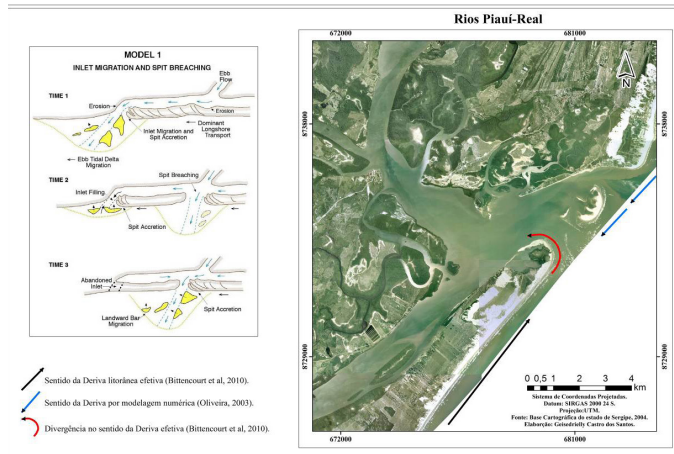


Figura 4 – Morfodinâmica da desembocadura dos rios Piauí/Real. Fonte: organização dos autores.

A partir dos processos morfodinâmicos que resultaram na configuração mais recente das zonas estuarinas localizadas nas desembocaduras que compõem a área de estudo, o presente trabalho visa compreender os principais processos responsáveis pelo surgimento das planícies de marés nesses locais, a partir da definição das séries ambientais geomorfológicas idealizadas por Thom (1982) e por alguns elementos que compõem a assinatura energética dos sistemas ambientais de acordo com Odum (1967). A partir do enquadramento da área de estudo, de acordo com as séries ambientais, é possível mensurar o grau de resistência e resiliência das planícies de marés em face de possíveis mudanças costeiras relativas às oscilações do nível do mar.

Materiais e métodos

Para a realização desta pesquisa foram utilizadas três etapas metodológicas: Coleta de dados relativos à assinatura energética dos ambientes estuarinos analisados; Processamento das imagens de satélite e fotografias aéreas; Integração e interpretação dos dados coletados.

Coleta dos dados relativos à assinatura energética

O conceito de assinatura energética para os sistemas ambientais costeiros foi idealizado por Odum (1967) e corresponde aos fatores que operam sobre um sistema ambiental e influenciam suas funções. O modelo clássico da assinatura energética para os ambientes de manguezais é constituído pelos seguintes fatores externos, ou, como chamado por Odum (1983 apud Twilley, 1995), "Forcing Functions": Energia solar; Temperatura do ar; Precipitação; Fornecimento de água fluvial; Regime de marés; e Nutrientes. Esses fatores correspondem ao input de energia sobre os sistemas ambientais e sua periodicidade influencia substancialmente no desenvolvimento dos manguezais. Contudo, existem os atenuantes que promovem a dissipação energética e assim comprometem o desenvolvimento estrutural dos manguezais, e estes são chamados de tensores, que podem ser de origem natural ou antropogênica.

Baseando-se nesse conceito, foram coletados para a área de estudo dados relativos às vazões históricas nas estações mais próximas das desembocaduras estudadas; e dados relativos à altura das ondas, regime de marés, direção do sentido da deriva litorânea efetiva, temperaturas e taxas de precipitação (para o período de 30 anos). A análise da vazão (m^3/s) foi realizada a partir dos dados disponibilizados no site hidroweb da Agência Nacional de Águas (www.ana.gov.br), e posteriormente foram calculadas as médias das vazões históricas a

cada 10 anos. Para o rio Piauí não foram encontradas todas as séries históricas de vazões conforme foram apresentadas para os demais rios da área de estudo. Os parâmetros oceanográficos foram extraídos de Pianca, Mazzini e Siegle (2010) a partir da reanálise efetuada dos dados de ondas para a costa brasileira. As médias de temperaturas e taxas de precipitação foram extraídas do site do Instituto Nacional de Meteorologia (www.inmet.gov.br). O sentido da deriva litorânea efetiva foi extraído das análises realizadas por Bittencourt et al. (2005) e Bittencourt et al. (2010).

A análise dos tensores ambientais foi realizada a partir da análise das fotografias aéreas do ano de 2004 e das imagens de satélite *Rapideye* dos anos de 2011 e 2014. As informações relativas às imagens utilizadas estão descritas na Tabela 1 a seguir:

ANO	TIPO DE IMAGEM	ESCALA/RESOLUÇÃO
2004	Fotografias aéreas	1:10.000
2011	Imagens <i>Rapideye</i>	5m (multiespectral compatível com a escala de 1: 25.000)
2014	Imagens <i>Rapideye</i>	5m (multiespectral compatível com a escala de 1: 25.000)

Tabela 1 – Informações sobre as imagens de satélite e fotografias aéreas utilizadas na pesquisa.
Fonte: Felix; Santiago & Cintra Consultoria (2009).

Processamento das imagens de satélite e fotografias aéreas

O processamento das imagens de satélite e das fotografias aéreas foi dividido em duas etapas: retificação do datum horizontal e do georreferenciamento.

No SIG ArcGis v.12.2.1 foram feitas as importações das imagens de satélite dos anos de 2011 e 2014 e das fotografias aéreas do ano de 2004. Posteriormente foi feita a correção do datum horizontal de SAD 1969 para SIRGAS 2000.

Após a retificação do datum foi feita a retificação do georreferenciamento das imagens de satélite utilizando como referência as fotografias aéreas do ano de 2004, executadas pela SEPLAG/SE e que compõem a base cartográfica do estado de Sergipe. O georreferenciamento foi efetuado com auxílio do SIG QuantumGis v.2.0.1. Essa etapa permitiu a análise das imagens de satélite com a finalidade de identificação dos tensores ambientais e a utilização das fotografias aéreas para confecção dos modelos de morfodinâmica das desembocaduras e do mapa de indicadores geomórficos. A escolha das

fotografias aéreas para serem apresentadas no presente artigo deveu-se à escala do material, o que permitiu maiores detalhes.

Integração e interpretação dos dados

A partir dos dados obtidos conforme descrito nas etapas metodológicas anteriores foi possível encaixá-las de acordo com as séries ambientais geomorfológicas propostas por Thom (1982) e posteriormente compreender, a partir das suas características, o potencial de resistência e resiliência às mudanças ambientais costeiras, conforme proposto por Shaeffer-Novelli; Citrón-Molero; Soares (2002).

Resultados e discussão

Assinatura energética das planícies de marés no litoral centro-sul sergipano

Os fatores externos que compõem a assinatura energética das planícies de marés e responsáveis pela configuração desses ambientes (conforme descreve Thom, 1982), foram estruturados nesta pesquisa para compreender a dinâmica a partir das séries ambientais na área de estudo, e são aqui apresentados a partir da dinâmica climática e fluviomarinha.

A dinâmica climática da área de estudo está representada pelas temperaturas médias, taxas de precipitação e de evapotranspiração potencial – ETP (Tabela 2).

Estações	Normais climatológicas 1961-1990	Shaeffer-Novelli et al., 1990	
	Precipitação acumulada (mm)	Temperatura anual (°C)	ETP
Aracaju	1.600	26	1.200
Itabaianinha	1.200	28	1.500

Tabela 2 – Dados climáticos da área de estudo
Fonte: www.inmet.gov.br

A evapotranspiração potencial corresponde à quantidade de precipitação necessária para suprir as necessidades de água da vegetação (Fernandes; Foster, 2006). Conforme análise dos dados constantes na Tabela 2, foi possível verificar que as normais climatológicas médias de precipitação (para o período de 1960 a 1990) para o trecho analisado variaram entre 1.600 a 1.200mm, e a temperatura média variou entre 26°C e 28°C. Shaeffer-

Novelli et al. (1990) calcularam para o trecho analisado uma taxa de evapotranspiração potencial entre 1.100 e 1.500mm. Em comparação com os dados obtidos de precipitação acumulada e a necessidade real dos ambientes de planícies de marés, concluiu-se que parte da área de estudo, em especial o litoral sul (desembocaduras dos rios Vaza Barris e Piauí-Real), possui um déficit de chuvas necessárias ao desenvolvimento estrutural dos bosques de mangue. Em contrapartida, Aracaju possui chuvas acima do necessário, conforme o comparativo efetuado. Essa análise da dinâmica climática influencia diretamente nos fluxos hídricos e posteriormente na atuação dos componentes oceanográficos sobre os sistemas estuarinos.

A dinâmica fluviomarinha da área de estudo está representada pela vazão nas desembocaduras fluviais e pelos componentes oceanográficos: altura das ondas, regime de marés e direção do sentido da deriva litorânea efetiva.

A partir dos dados coletados sobre as vazões dos cursos fluviais verificou-se que as médias históricas dos rios que compõem a área de estudo foram muito baixas, com exceção do rio Vaza Barris (Tabela 3). As médias das vazões históricas foram de: 4,35m³/s para o rio Sergipe; 10,28m³/s para o rio Vaza Barris; 0,59m³/s para o rio Piauí e 2,5m³/s para o rio Real.

VAZÕES MÉDIAS NA DÉCADA (m ³ /s)		
Rio Sergipe	1970	8,09
	1980	6,32
	1990	2,36
	2000	2,52
	2010-2015	2,44
Rio Vaza Barris	1970	14,45
	1980	12,95
	1990	8,8
	2000	7,79
	2010-2015	7,43
Rio Piauí	1950	1,32
	1960	0,86
	2012	0,10
	2013	0,10
Rio Real	1970	2,3
	1980	4,1
	1990	2,3
	2000	2,0
	2010-2015	1,6

Tabela 3 – Vazão média dos rios da área de estudo nas proximidades das desembocaduras.
Fonte: www.ana.gov.br

Quando se compara o histórico das vazões com os dados de altura das ondas e regime de marés, é possível identificar a predominância dos agentes modeladores oceanográficos sobre a dinâmica nas desembocaduras e por consequência nas zonas estuarinas. O regime de marés para a área de estudo é do tipo mesomarés com característica semidiurna (dois ciclos de marés enchentes e de vazantes ao dia). As marés de sizígia apresentam amplitudes máximas em torno de 2,0m e mínimas de 0,0m. Com relação às ondas, Pianca, Mazzini e Siegle (2010) fizeram uma reanálise dos dados da NASA para a costa brasileira, apresentando um modelo de clima de ondas para um período de 11 anos (jan 1997 a dez 2007). Segundo esses autores, o setor no qual está inserido o estado de Sergipe apresentou ondas provenientes, principalmente de E/SE, geradas pelos ventos alísios durante o outono e o inverno. As ondas do quadrante S também atuam no litoral sergipano, mostrando que as frentes frias podem afetar o clima de ondas desse setor. A altura das ondas varia entre 1 e 3m, chegando a 4m no outono e a 4,3m no inverno, sendo que essas ondas maiores são provenientes do quadrante SE. Durante a primavera e o verão, as ondas provenientes de E/NE apresentam alturas de 1 a 2m. No entanto, no verão as maiores ondas provêm do quadrante N com 2,6m, e na primavera provêm do quadrante SE com 3,8m.

O sentido da deriva litorânea efetiva no litoral sergipano contribui para a morfodinâmica das desembocaduras e na intensificação dos processos oceanográficos. De acordo com Bittencourt et al. (2010), o sentido da deriva efetiva no litoral sergipano é de NE/SW, com mudança no sentido na desembocadura dos rios Piauí/Real, que é de SW/NE, corroborado pela presença de um indicador geomórfico: o pontal arenoso na desembocadura do rio Real (Figura 4).

A análise das imagens do satélite Rapideye permitiu identificar os principais tensores antropogênicos existentes na área de estudo. Para o município de Aracaju os principais tensores antrópicos, ou seja, os fatores externos que podem colaborar para alterações nos ambientes de planícies de marés foram relacionados ao crescimento urbano no município, com maior expressividade na região da desembocadura do rio Sergipe (margem direita). A análise é corroborada por Santos (2012) quando esta autora associa o crescimento urbano à redução em 50% do ambiente de planície de maré existente no bairro Coroa do Meio. Nas proximidades da desembocadura do rio Vaza Barris (margem esquerda), a ocupação encontra-se em processo de expansão, contudo ainda ocorre de forma pontual, conforme verificado por Oliveira (2012). Para os municípios de Itaporanga D'Ajuda e Estância (margem direita do rio Vaza Barris e esquerda do rio Piauí, respectivamente) os principais tensores antrópicos são a expansão imobiliária e empreendimentos de aquicultura, e este último também

constitui uma realidade para os municípios de Indiaroba e Santa Luzia do Itanhý (onde se localiza o estuário médio e superior do rio Piauí).

Além dos tensores antrópicos, a área de estudo também é afetada por tensores de origem natural. Bittencourt, Oliveira e Dominguez (2006) classificaram as desembocaduras da área de estudo como sendo de elevada variabilidade, ou seja, possuem sucessivos episódios de recuo e progradação de linha de costa. Esse estudo foi ratificado pelas análises em curto e médio prazos realizadas por Rodrigues (2008), Santos (2012) e Oliveira (2012).

O Quadro 1 faz uma síntese dos fatores ambientais e antrópicos externos que compõem parte da assinatura energética da área de estudo, fundamental para a classificação da mesma de acordo com as séries ambientais de Thom (1982).

Fatores externos	Desembocadura do rio Sergipe	Desembocadura do rio Vaza Barris	Desembocadura dos rios Piauí/Real
Temperatura média (°C)	26	26-28	26-28
Precipitação (mm)	1.600	1.600-1.200	1.200
ETP	1200	1.200-1.500	1.500
Vazão média (m³/s)	4,35	10,28	0,59-2,5
Deriva litorânea	NE/SW	NE/SW	NE/SW e SW/NE
Regime de maré	Mesomarés	Mesomarés	Mesomarés
Altura das ondas	1-4m	1-4m	1-4m
Tensores antrópicos e ambientais	Crescimento urbano e mudanças na dinâmica da linha de costa.	Expansão urbana, aquicultura e mudanças na dinâmica da linha de costa.	Expansão urbana, aquicultura e mudanças na dinâmica da linha de costa.

Quadro 1 – Síntese dos fatores externos componentes da assinatura energética da área de estudo.

Fonte: www.ana.gov.br
Orgaização das autoras.

Classificação das desembocaduras de acordo com as séries ambientais de Thom (1982)

A partir dos dados expostos é possível classificar a área de estudo da seguinte forma:

Desembocadura do rio Sergipe: O comparativo da dinâmica climática e fluviomarinha associado ao processo morfodinâmico de formação da área em estudo permitiu classificar os ambientes de planícies de marés que se desenvolveram nessa zona estuarina como do tipo: Ambiente dominado por ondas (Figura 5).

De acordo com Thom (1982), nos ambientes dominados por ondas ocorrem elevada energia das ondas e pouca descarga fluvial. Ilhas barreiras e/ou baías barreiras são características desses ambientes.

Existe um variável grau de modificações das formas de relevo pelo regime de marés. A vegetação halófito (mangue) ocorre nas margens das lagunas formadas nessas costas, conforme é possível verificar na Figura 6.

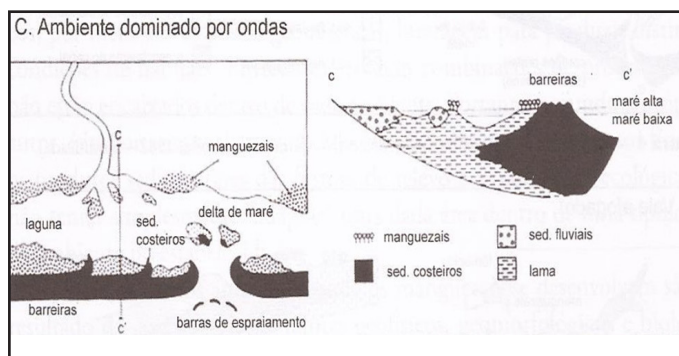


Figura 5 – Série ambiental III – Ambiente dominado por ondas. Fonte: Woodroffe (1982 apud VALE, 2004).

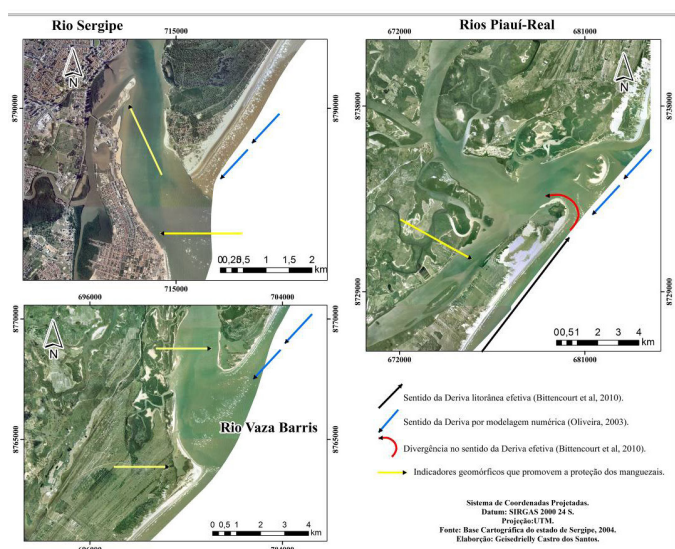


Figura 6 – Indicadores geomórficos que protegem as planícies de marés da ação direta das ondas. Fonte: organização dos autores.

Desembocadura do rio Vaza Barris: a dinâmica da vazão fluvial diferenciada em relação às demais analisadas e em comparação aos processos morfodinâmicos da área de estudo (conforme descrito em Oliveira e Melo e Souza, 2015) permite classificar a área em questão como do tipo: Ambiente dominado por ondas e rio (Figura 7).

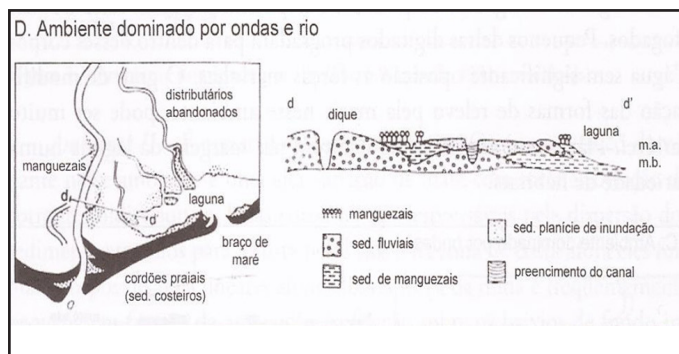


Figura 7 – Série ambiental IV – Ambiente dominado por ondas e rio. Fonte: Woodroffe (1982 apud VALE, 2004).

Na proposta de Thom (1982), esses ambientes são caracterizados por elevada energia das ondas e descarga fluvial. Os sedimentos transportados pelos rios são rapidamente redistribuídos ao longo da planície costeira. A colonização por mangue ocorre ao longo dos canais distributários abandonados em áreas próximas à foz e nas lagunas adjacentes, conforme é possível visualizar na Figura 7.

Desembocadura dos rios Piauí/Real: a análise da dinâmica climática e fluviomarina mostrou a inexpressividade das vazões médias dos rios que configuram a desembocadura em análise e mostraram a importância da deriva litorânea efetiva que atua sobre esse ambiente assim como da energia das ondas no local. Dentro da classificação de Thom (1982), a área de estudo enquadra-se no **Ambiente dominado por ondas** (Figura 5). Fato corroborado pela análise da Figura 6.

A partir da classificação da área de estudo de acordo com a proposta de Thom (1982) é possível mensurar o grau de resistência e resiliência dos ambientes de planícies de marés. Shaeffer-Novelli, Citrón-Molero e Soares (2002) associaram as séries ambientais descritas em Thom (1982) e a resistência e a resiliência dos manguezais a mudanças do nível do mar e mudanças em nível de paisagem local. A resistência corresponde ao tempo que o ambiente leva para mudar em resposta a um dado distúrbio na paisagem, já a resiliência corresponde ao tempo que o componente ambiental leva para se recuperar de uma mudança na paisagem (Quadro 2).

Configurações ambientais (Thom, 1982)	Resistência a mudanças	Resiliência em nível de paisagem
Alta sedimentação e marés baixas (Série I)	Alta	Alta
Alta sedimentação e marés altas (Série II)	Alta	Alta
Alta sedimentação e alta energia das ondas (Série III)	Baixa	Baixa – Média
Alto fluxo de água doce e alta energia das ondas (Série IV)	Média	Média – Alta
Vales afogados	Alta	Alta

Quadro 2 – Resistência e resiliência das séries ambientais a mudanças. Fonte: Fonte: Modificado de Shaeffer-Novelli; Citrón-Molero; Soares (2002).

De acordo com as análises efetuadas, os ambientes dominados por ondas tendem a ter baixa resistência a perturbações na paisagem de quaisquer naturezas, mas em especial as mudanças relativas ao nível do mar. A sua resiliência varia de baixo a médio grau, ou seja, a recuperação dos ambientes, quando cessadas as perturbações, tendem a ser lentas e/ou moderadas, enquadrando-se nessas circunstâncias as desembocaduras dos rios Sergipe e Piauí/Real.

Com relação aos ambientes dominados por ondas e rios (no qual se enquadra a desembocadura do rio Vaza Barris), estes tendem a possuir média resistência a mudanças na paisagem e resiliência moderada a alta. O que demonstra que a atuação de fatores em sentidos opostos promove maior estabilidade dos ambientes de planícies de marés.

Destacam-se como principais agentes modificadores das paisagens os tensores antrópicos e ambientais (dentro dos sistemas ambientais estes correspondem aos fatores dissipadores de energia), representados nessa pesquisa pelo crescimento urbano, atividades econômicas e dinâmicas de elevada variabilidade das linhas de costas associadas às desembocaduras analisadas.

Considerações finais

A partir da pesquisa realizada verificou-se que os fatores externos que compõem a assinatura energética, responsável pela estruturação das planícies de marés, são semelhantes nas três desembocaduras analisadas. Contudo, diferenças nas vazões fluviais foram determinantes para alterações nos processos morfodinâmicos que atuam sobre a área de estudo. A média histórica da vazão do rio Vaza Barris é mais expressiva que as demais, e, sendo assim, a modelagem dessa desembocadura sofre a influência contínua da energia das ondas e da descarga fluvial. As desembocaduras dos rios Sergipe e Piauí/Real possuem pequenas médias de vazões anuais, sendo estas dominadas pela energia das ondas e pela influência do sentido da deriva litorânea efetiva, como a desembocadura dos rios Piauí/Real, que possui sentidos opostos de deriva efetiva nas margens direita e esquerda, sendo estas comprovadas pelos indicadores geomórficos.

Conforme as características apresentadas pelas assinaturas energéticas, a área de estudo foi classificada nas séries ambientais de Thom (1982): Ambientes dominados por ondas (desembocadura dos rios Sergipe e Piauí/Real) e Ambientes dominados por ondas e rio (desembocadura do rio Vaza Barris). Essa classificação acompanha a análise a partir dos modelos de transpasse de sedimentos (Fitzgerald, D. M.; Kraus, N.; C. Hands, 2000) para as referidas desembocaduras. Para o rio Vaza Barris a configuração da desembocadura aponta influência principal da migração do canal fluvial, formando um canal secundário; para o rio Sergipe ocorre a influência dos deltas de maré vazante e para a desembocadura dos rios Piauí/Real a influência predominante é da deriva litorânea efetiva aliada à energia das ondas que promove mudanças no escoamento do fluxo fluvial.

A classificação a partir das séries ambientais permitiu avaliar o grau de resistência e resiliência das planícies

de marés estudadas às mudanças que podem ocorrer nas paisagens. Segundo análise de Shaeffer-Novelli, Citrón-Molero e Soares (2002), os ambientes dominados por ondas e rio tendem a possuir maior resistência e resiliência do que os ambientes dominados por ondas. A partir dessa constatação é possível associar os tensores antrópicos e ambientais como principais fatores que podem ser responsáveis por perturbações nas planícies de marés estudadas. O crescimento urbano constitui um fator de risco real para alterações nas planícies de marés da desembocadura do rio Sergipe, processo que pode constituir um risco também para as demais desembocaduras. A extrema variabilidade das linhas de costas associadas às desembocaduras estudadas também constitui um dos tensores que podem promover perturbações nos ambientes de planícies de marés, podendo ser intensificado pela expansão urbana.

A realização desta pesquisa fornece subsídios para o planejamento ambiental de regiões costeiras com presença de ambientes de planícies de marés, e para o monitoramento desses sistemas ambientais tendo em vista sua importância para a manutenção da biodiversidade e da proteção das áreas costeiras.

Referências

- ANGULO, R. J. (1990). O manguezal como unidade dos mapas geológicos. In: *Simpósio de ecossistemas da costa sul e sudeste brasileira*, v. 2, Águas de Lindóia. Resumos expandidos. São Paulo: ACIESP, p. 54-62.
- BITTENCOURT, A. C. S. P.; DOMINGUEZ, J. M. L.; OLIVEIRA, M. B. (2006). Sergipe. In: MUEHE, D. (org.). *Erosão e Progradação do Litoral Brasileiro*. Brasília/DF: Ministério do Meio Ambiente, p. 214-218.
- BITTENCOURT, A. C. S. P.; DOMINGUEZ, J. M. L.; MARTIN, L.; SILVA, I. R. (2005). Longshore transport on the northeastern Brazilian coast and implications to the location of large scale accumulative and erosive zones: An overview. *Marine Geology*, n. 219, p. 219-234.
- BITTENCOURT, A. C. S. P.; LIVRAMENTO, F. C.; DOMINGUEZ, J. M. L.; SILVA, I. R. (2010). Tendência de longo prazo à erosão costeira num cenário perspectivo de ocupação humana: litoral norte do estado da Bahia. *Revista Brasileira de Geociências*. v. 40, n. 1, mar. p. 125-137.
- FELIX, I. M.; SANTIAGO & CINTRA CONSULTORIA (2009). RapidEye: a nova geração de satélites de observação da Terra. In: *Anais XIV Simpósio Brasileiro de Sensoriamento Remoto*, Natal, Brasil, 25-30 abril 2009, INPE, p. 7.619-7.622.
- FERNANDES, D. S.; FOSTER, P. R. P. (2006). Cálculo da evapotranspiração potencial através do método de Thornthwaite e comparação com dados de reanálise de evaporação potencial do NCEP para a cidade de Pelotas/RS. *XIV Congresso Brasileiro de Meteorologia*, Florianópolis/SC.
- FITZGERALD, D. M. (1982). Sediment bypassing at mixed energy tidal inlets. *Proceedings 18th Coastal Engineering Conference*, ASCE, p. 1.094-1.118.
- FITZGERALD, D. M.; KRAUS, N. C.; HANDS, E. B. (2000). Natural Mechanisms of Sediment Bypassing at Tidal Inlets. *US Army Corps of Engineers*. ERDC/CHL CHETN-IV-30 December, p. 1-10.
- ODUM, H. T. (1967). Work circuits and systems stress. In: YOUNG, H. (ed.). *Mineral Cycling and Productivity of Forest*. Orono: Univ. of Maine, p. 81-146.
- OLIVEIRA, L. S. (2012). Evolução da paisagem costeira da Zona de Expansão de Aracaju/SE. 2012. 157 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão/SE.
- OLIVEIRA, L. S.; MELO e SOUZA, R. (2015). Morfodinâmica estuarina e variações do delta de maré-vazante no rio Vaza-barris/SE, Brasil. *Revista Brasileira de Geomorfologia*, São Paulo, v. 16, n. 4 (Out/Nov), p. 641-656.
- PIANCA, C.; MAZZINI, P. L. F.; SIEGLE, E. (2010). Brazilian offshore wave climate based on nww3 reanalysis. *Brazilian Journal of Oceanography*, v. 58 n. 1. p. 53-70.
- PRITCHARD, D. W. (1967). What is an estuary, physical viewpoint. In: LAUF, G. H. *Estuaries*, n. 83. Washington, D.C.: AAAS, p. 1-5.
- RODRIGUES, T. K. (2008). Análise das mudanças da linha de costa das principais desembocaduras do estado de Sergipe, com ênfase no rio Sergipe. 2008. 78 f. Dissertação (Mestrado em Geologia) – Universidade Federal da Bahia, Salvador/BA.
- SANTOS, G. C. (2014). Derivações antropogênicas e evolução do manguezal nos bairros 13 de Julho e Jardins em Aracaju/SE. *Revista Brasileira de Geografia Física*, v. 7 n. 2, p. 278-290.
- SANTOS, G. C. (2012). Dinâmica da paisagem costeira da Coroa do Meio e Atalaia – Aracaju/SE. 2012. 152 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão/SE.
- SCHAEFFER-NOVELLI, Y.; CINTRON, G.; ADAIME, R. R.; CAMARGO, T. M. (1990). Variability of mangrove ecosystem along the Brazilian coast. *Estuaries*, n. 13, p. 204-219.
- SCHAEFFER-NOVELLI, Y.; CITRÓN-MOLERO, G.; SOARES, M. L. G. (2002). Chapter 9: Mangroves as indicators of sea level. In: HEALY, T.; WANG, Y.; HEALY, J. A. (eds.). *Muddy Coasts of the World: Processes, Deposits and Function*, Elsevier Science, p. 245-262.
- SUGUIO, K.; MARTIN, L. (1978). Quaternary marine formations of the State of São Paulo and Southern Rio de Janeiro. Special Publicación n. 1. In: SUGUIO et al. (eds.). *International Symposium on Coastal Evolution in the Quaternary*. 55 p.
- THOM, B. G. (1967). Mangrove ecology and deltaic geomorphology: Tabasco, México. *Journal of Ecology*, n. 55, p. 301-343.
- TWILLEY, R. R. (1995). Properties of mangrove ecosystems related to the energy signature of coastal environments. In: HALL, C. *Maximum power*. Boulder, Colorado: University of Colorado Press, p. 3-18.

- VALE, C. C. (2004). Por uma metodologia para o estudo das áreas de manguezais: uma visão sistêmica. In: NUNES, J. O. R.; ROCHA, P. C. (orgs.). *Geomorfologia: aplicação e metodologias*. São Paulo: Expressão Popular – UNESP, p. 117-132.
- ZENKOVICH, V. P. (1967). *Processes of coastal development*. London, 738 f.

NOSSOS CLÁSSICOS

UM MODELO DE RESENHA POR CAMILLE VALLAUX

Willian Antunes*

“Toda ciência deve começar por ser uma língua bem feita.”

Camille Vallaux

1

Escrever na GEOgraphia é um prazer. O canto reservado para os trabalhos de História da Geografia nesta revista é sinal de uma sensibilidade e disposição para o exercício de combinar passado e presente e de oferecer novas combinações possíveis entre geografias idas e geografias outras que estão por vir. Ao menos é assim que entendemos a História da Geografia. Outro prazer é poder escrever sobre Camille Vallaux (1870-1945), geógrafo que dedicou seu tempo a pensar sobre seu tempo.

Esta é a segunda vez que a GEOgraphia edita um texto de Vallaux, tradução seguida de comentário, marcando assim a primeira vez que seus textos são traduzidos em língua portuguesa. Isso implica mobilizar documentos inéditos, como a resenha, hoje traduzida, e as cartas que servem de base para este comentário. Hoje, optou-se pela tradução de uma resenha publicada na revista *Mercure de France* (nº589, 34º ano, vol. LXI, 1 de janeiro de 1923), em que Vallaux teve como objetivo apresentar os livros *Princípios de Geografia humana* de Paul Vidal de la Blache, organizado pelo genro deste Emmanuel de

Martonne, *A Terra e a evolução humana*, de Lucien Febvre e *A vida pastoral nos Alpes franceses* de Philippe Arbos.

Este comentário está dividido em quatro eixos: a) pistas sobre a vida de Vallaux em 1923; b) a organização da revista *Mercure de France*; c) o conteúdo da resenha e o porquê de tê-la escrita; d) os motivos que levaram à escolha da tradução deste pequeno texto de Vallaux.

O título dado ao comentário, Um modelo de resenha por Camille Vallaux é, sem dúvida fruto do sentimento que temos ao estudar Vallaux desde nosso tempo. Acreditamos que a resenha tenha, além de um valor exegético, um valor pedagógico que poderá ajudar aqueles que queiram dar um tom íntimo à Geografia em contraponto ao teor público dos que dela fazem uso.

2

Algumas pistas sobre a vida de Vallaux já foram dadas em outro texto, que serviu de comentário ao artigo *As aspirações regionalistas e a Geografia*, também publicado na GEOgraphia¹.

*Doutorando em Geografia na École des Hautes Études en Sciences Sociales. O autor agradece a Gustavo Mota pela contribuição a este texto.
E-mail: willian.antunes@ehess.fr

¹VALLAUX, Camille. *As aspirações regionalistas e a Geografia*. Tradução de Willian

No ano de 1923, Vallaux se encontrava em Paris, morando no 1 rue du Capitaine XVe. Ele já tinha deixado o posto de professor na Escola Naval, em 1913, guardando, no entanto, o cargo de examinador de admissão na mesma escola, cargo que ocuparia até os últimos anos de sua carreira. Dois anos antes, Vallaux tinha acabado de terminar um projeto que lhe custaria quatro anos de trabalho, o livro *A Geografia da História* (1921)², em colaboração com Jean Brunhes.

Conforme suas cartas, a cada ano ele solicitava um mês de afastamento dos liceus Buffon (onde trabalhou de 1913 a 1918) e Janson-de-Sailly (onde trabalhou de 1918 a 1930) para participar e realizar o concurso de entrada e saída na Escola Naval. Esses exames eram longos e, geralmente, o prazo extrapolava as datas solicitadas. Outras solicitações foram feitas, como para sua viagem às ilhas inglesas do Canal da Mancha, à Noruega, ao Marrocos e ao Principado de Mônaco. Em uma das cartas, Vallaux relata que teve problema com suas abstenções: “Tendo em conta as observações que me foram feitas no ano passado pela autoridade acadêmica, respondi ao Ministério da Marinha que eu apenas podia aceitar essa missão se minha ausência fosse reduzida a poucos dias.”³. Além das aulas de Geografia e Filosofia que dava nos liceus citados acima, ele era encarregado também da cadeira de Geografia Econômica na École des Hautes Études Commerciales (HEC), uma carga horária bastante puxada que, provavelmente, seria a causa de algumas reclamações da parte do próprio Vallaux em seus relatórios anuais para o Ministério da Instrução Pública.

Nessa mesma época, ele foi convidado pelo comitê da revista *La vie urbaine*, revista do Instituto de Urbanismo de Paris, organizada por jovens urbanistas. Segundo Boya Wei, historiadora chinesa, Vallaux foi um dos poucos geógrafos a colaborar com Henri Sellier e Marcel Poëte, principalmente escrevendo artigos sobre a reconstrução das cidades devastadas durante a Primeira Grande Guerra bem como na formação dos primeiros doutores em urbanismo do mesmo instituto⁴.

Em manuscrito datado de 1933, Vallaux fez uma lista de publicação de artigos, de livros, das funções e das distinções que serviriam para um concurso. Este manuscrito foi entregue a seu neto François Vallaux que, anos depois, o cederia ao Professor François Carré da Universidade Paris IV que, por sua vez, permitiu que nós o consultássemos. Este documento cai como uma luva em

nosso comentário, vejamos um extrato:

- “ [...] - Cavaleiro da legião de honra, 25 de julho de 1919;
 - Colaborador adjunto da secção de estudos no Conselho de Trabalhos Públicos, 20 de dezembro de 1919;
 - Membro do Comitê francês da União Internacional de Geodésia e de Geofísica, 29 de abril de 1920;
 - Professor de Geografia na Escola dos Altos Estudos Comerciais, 4 de julho de 1920;
 - Membro do conselho diretor da L.M.C, 24 de fevereiro de 1920;
 - Presidente da Comissão de Geografia Humana, do Comitê Nacional de Geografia, 1 março de 1920;
 - Membro do Conselho de Administração da Sociedade de Oceanografia, 1 de abril de 1922;
 - Encarregado de Crônica Geográfica, no *Mercure de France*, 1922;
 - Medalha de ouro Courard Malte-Brun, Sociedade de Geografia de Paris, 18 de maio de 1922;
 Vice-presidente da Sociedade de Oceanografia da França, 1 de abril de 1923;
 - Suplente na Escola Livre de Ciências Políticas, 7 de fevereiro de 1924; [...]”⁵

Constata-se, assim, sua participação ativa em comissões, comitês e sociedades científicas, sua entrada para a equipe de colaboradores da revista *Mercure de France* e, notadamente, seu trabalho junto aos oceanógrafos. Pode-se ver também um pouco dos lugares frequentados, saídas e entradas de instituições. Vale sublinhar que Vallaux era o único a colaborar com os oceanógrafos que reclamavam, por sua vez, que a Oceanografia era um ramo da Geografia, talvez por isso o Instituto de Oceanografia tenha sido construído ao lado do Instituto de Geografia de Paris. Mas isso é outra história.

3

Há três importantes características na *Mercure de France*: a interdisciplinaridade, a curiosidade científica e o engajamento político. Se compararmos as publicações de Vallaux, por exemplo, com suas contribuições aos *Annales de Géographie*, não se encontrará crítica de método à Geografia praticada no circuito oficial da geografia⁶. A título de exemplo, basta observar que enquanto a revista *Mercure de France* circulava seu artigo *Os projetos de ferrovia de ferro no Saara*, em 1924, um debate que o acompanharia por mais de dez anos, sendo ele e Brunhes os únicos geógrafos convidados para debater o tema, a revista *Annales de Géographie* publicava *O Oceano Austral*, em 1926, um artigo eminentemente rígido e sem brecha para crítica de método.

Essas duas revistas configuram dois caminhos tomados pela Geografia no início do século na França: um

Antunes, Rogério Haesbaert e Juliana Nunes Rodrigues. Seguindo do comentário Camille Vallaux: uma figura da Geografia francesa por William Antunes. *GEOgraphia*. Seção Nossos Clássicos. Ano. 17 - nº35, Dossiê. Niterói, 2015.

²BRUNHES, Jean e VALLAUX, Camille. *La Géographie de l'Histoire*. Paris: Félix Alcan, 1921.

³Arquivos Nacionais (AN) cota: AJ/16/1559. Carta de Vallaux endereçada ao diretor da Escola Naval, Paris, 14 de maio de 1923.

⁴WEI, Boya. *Dicursive representations of cité-Jardin through hygienism and socialism (1919-1950)*. Dissertação. Paris: EHESS e Praga: Charles University, 2014. p. 52.

⁵Manuscrito de Camille Vallaux. Arquivo privado.

⁶Antunes, W. op cit. (nota 2). p. 198.

inseria a Geografia na cultura da época, enquanto o outro a discutia em termos científicos e universitários. Como já dissemos em outra ocasião, na *Mercure de France* nossa ciência era um saber para todos. Prova disso é seu caderno, *Revue de la Quinzaine*, onde eram publicadas resenhas do que estava sendo editado pelas ciências do homem e da natureza, na filosofia e nas artes. As seções eram tão fluídas que os temas mudavam de número para número. Vejamos alguns desses temas e áreas trabalhados: Literatura, Romances, História, Filosofia, Higiene, Ciência Social, Questões econômicas, Ciência Financeira, Questões Jurídicas, Geografia, Erotismos e Ciências físicas, etc. Vallaux trabalhou escrevendo resenhas (inúmeras) e artigos (sete) de 1922 a 1935. Vale lembrar que as resenhas não podiam ultrapassar cinco páginas.

4

Nesta resenha, hoje editada em português pela GEOgraphia, Vallaux visava apresentar e alinhar três livros *Princípios de Geografia humana* de Vidal de la Blache, *A Terra e a evolução humana* de Lucien Febvre e *A vida pastoral nos Alpes franceses* de Philippe Arbos, respectivamente.

Ele começou pelos mais difíceis, os manuscritos de seu professor, Vidal de la Blache, organizados por Emmanuel de Martonne. Vallaux sublinhou que o título escolhido por Emmanuel de Martonne era infeliz porque “um pouco ambicioso” para com os objetivos do mestre. Certamente, “princípios” teria uma carga muito cristã e dogmática para um conjunto de textos científicos. Outro aspecto destacado foi a divisão da Geografia Humana e Geografia Física que o livro suscitava, o que, segundo Vallaux, o próprio Vidal de la Blache não teria consentido. A imprecisão da ordem e classificação dos manuscritos, também chama atenção, colocando mesmo em questão a unidade do livro. O uso abusivo de expressões “vagas e inconsistentes” como “centro” e “ossificação” e “ventilação de massas” é prova de que Vidal de la Blache não teve tempo de defini-las, tornando difícil a leitura da forma, de sua sequência e do conteúdo.

Algumas advertências foram feitas pelo organizador do livro, Emmanuel de Martonne, que procurou eliminar páginas repetidas, colocar em ordem e “combinar frequentemente redações diferentes sobre o mesmo assunto retrabalhadas em anos diferentes [...]”⁷. Porém, Vallaux pensou que, sem dúvida, era preciso dar pistas de leitura, citações diretas e tecer comentário sobre as incertezas suscitadas por um texto inacabado. Desse

modo, ele escreveu a resenha, preocupado também, provavelmente, com o uso público do nome de seu mestre, Vidal de la Blache.

Ao se ler Vallaux, tem-se a impressão de que o texto que mais representaria seu estilo e o cuidado com a linguagem seria o *Tableau géographique de la France*. No mais, aconselhamos a leitura de sua resenha. Confiam nele, afinal, quem melhor conhece o mestre senão seu próprio aluno?

A passagem ao livro de Febvre se dá por um tema bastante especial aos geógrafos da época e aos pesquisadores de sempre: o poder do homem sobre os agentes naturais e vice-versa.

Segundo Vallaux, o autor de *A Terra e a evolução humana* estava bem intencionado ao escrever esse livro em que exporia os métodos da jovem ciência em questão, a Geografia Humana. Vallaux destaca as palavras possibilidades e necessidades o que, segundo ele, seria sinal de uma velha teoria que os geógrafos também viriam a introduzir em seus trabalhos: a Teoria dos meios. Parece que o historiador entendia ‘necessidade’ como sinônimo de dependência e submissão do homem às forças da natureza, daí se daria ênfase aos dois palavras que viriam marcar gerações de geógrafos, “determinismo” e “possibilismo”. Já Vallaux via as necessidades inseridas como uma relação sujeita a variar: “ela dorme, depois acorda, mas nunca se pode considerar como radicalmente extirpada”.

Na obra de Vallaux esse problema aparece, antes de tudo, como uma questão de lógica. Anos antes, em 1908, Vallaux escreveu: “Se é certo que o homem conquistou o mar, é certo também dizer que o mar conquistou o homem [...]”⁸. Essa unidade entre homem e meio, se alarga à medida que o conhecimento sobre o Homem, a Terra e o Universo também se desenvolve, por isso ele vai propor estudos a que chamou “conexões cósmicas”. Diríamos mesmo, que homem, olho e meio formam uma unidade e se transformam, se tocam e se desvanecem. Portanto, nessa questão, não havia impasse para Vallaux, ao menos é assim que sentimos seu espírito e suas letras.

Partindo de seus estudos sobre as dimensões dos mares e resgatando muito do que intuía Vidal de la Blache, Vallaux preferiu estudar outro desafio, os oceanos, pois ele percebia que os geógrafos de sua geração eram bastante continentais e ele queria ser um geógrafo oceânico. Segundo ele, a Geografia avança também em contato com os mistérios⁹, por isso a escolha das dimensões dos mares que, em sua época, eram ainda mais desconhecidas. Daí ele ter a tranquilidade de afirmar que, apesar de todos os avanços tecnológicos, o poder do intelecto humano ainda é menor frente, por exemplo, aos

⁷MARTONNE, Emmanuel de. Avertissement. Em: *Principes de Géographie humaine*. Publiés d'après les manuscrits de l'Auteur par E. de Martonne. 4^ª Ed. Paris: Armand Colin, 1948.

⁸VALLAUX, Camille. *La Mer*. Paris: Octave Doin, Editeur, 1908, p. 4.

⁹VALLAUX, Camille. *Géographie*. *Mercure de France*. n^o836. 44^ª Année. vol. CCXLIII, 15 de abril de 1933. p. 432.

oceanos. Os oceanos representavam também e ainda os limites do imaginário humano na Terra. Enquanto isso, Febvre partia da História, precisamente de Paris, para analisar a potência do homem. Se pegarmos os capítulos XII e XIII da Geografia da História,¹⁰ logo perceberemos que Brunhes e Vallaux discutiam questões territoriais suscitadas pelos tratados de Paz de 1919, enquanto que Febvre não tocava, até mesmo evitava os problemas da época, como aquele que os alemães chamavam “a liberdade dos mares”. Para os primeiros, os tratados de Paz declaravam, já, uma Segunda Guerra. Nessa mesma direção, vai o trabalho do Prof. Guilherme Ribeiro, que mostra a “presença indisfarçável do pensamento político”¹¹ nos textos de Febvre.

Mas o tempo mudou e essa questão também ganharia outros limites. Hoje, o limite do imaginário é outro, é o avesso dos ditos buracos negros, tema este que instigaria com certeza nosso geógrafo. Por isso mesmo, Vallaux se distancia dessa questão de homem e meio para fins de manutenção de uma Ciência, que donos a tinham.

No que concerne ao livro de Philippe Arbos, não entendemos ainda por que Vallaux o colocou aqui, lado a lado com Vidal de la Blache e Febvre.

5

Desse modo, Vallaux já entendia que o problema não era se havia ou não uma Geografia Humana, pois ele mesmo percebia que todo esforço em definir essa ciência servia mais e mais a nutrir um circuito oficial do saber. Ainda em 1923, ele disse: “uma ciência não é simplesmente um saber; uma coleção de fatos. Mesmo se colocados em ordem e cuidadosamente classificados, não têm interesse em si. Nós queremos saber para compreender e para agir”¹². Em outro artigo, dez anos mais tarde, ele se admirou com a dedicação juvenil de Pierre Deffontaines ao apresentar “conquistas” da Geografia Humana: “Pode-se se admirar que, ainda hoje, se dedique vinte e três páginas para definir a ‘Geografia Humana’. A significação desta palavra é tão difícil de entender?”¹³. E, anos mais tarde, ele retornaria aos fundamentos da concepção de ação do homem sobre o meio, no artigo *Dois precursores da Geografia Humana, Volney e Charles Darwin (1938)*¹⁴, onde discutiu e defendeu que esses dois cientistas e viajantes seriam os precursores de tal vertente de observação, identificando assim o núcleo do debate. Esse

¹⁰BRUNHES e VALLAUX, op cit. (nota 3).

¹¹RIBEIRO, Guilherme. Para ler Geografia ou a Geografia segundo Febvre. Terra Livre. São Paulo, Ano 25, vol. 1, Nº32, jan-jun/ 2009. p. 131.

¹²VALLAUX, Camille. La Géographie Humaine est-elle légitime et possible? La Géographie. vol. XXXIX, nº2, fevereiro 1923.

¹³VALLAUX, Camille. Géographie. Mercure de France. nº849, 44° Année, vol. CCXLVII, 1 de novembro de 1933. p. 686.

¹⁴Revue de Synthèse, Junho de 1938.

mesmo artigo serviria de pista e de argumento para Olivier Soubeyran, em seu livro *Imaginaire, Science et Discipline*, que deveria ter suas conclusões mais bem desdobradas e analisadas nos trabalhos de História da Geografia.

Então, fiel a sua intuição e a seu engajamento político, Vallaux se esforçou a definir o meio de acordo com seu tempo. Ao longo dos anos 1920, ele elaborou uma teoria que, na falta de um nome melhor, chamamos Teoria dos quatro meios: o “mar como meio cósmico”, o “mar como meio físico-químico”, o “mar como meio vivo” e o “mar como meio humano”.

Portanto, a resenha em questão é um passo ou tomada de distância daquela discussão que não abria mais a Geografia às áreas afins, mas, ao contrário, a fechava mais nos departamentos e nos laboratórios universitários. Uma vez um método achado, uma vez um método vencido. No outro lado da fronteira, na Itália, o geógrafo Lucio Gambi questionava os erros de lógica dos geógrafos franceses e italianos, e assim se manifestou:

“A realidade não é repartida ou fracionada em disciplina – que são uma construção fundada sobre conceitos convencionais, com fins instrumentais e assim úteis somente em ambientes e condições definidas de tempo em tempo pelos dinâmicos processos da história: e exigem, por consequência, um redimensionamento de sua configuração –; a realidade é construída por fatos, e os fatos se tornam objeto de ciência quando criam problemas.”¹⁵

Era assim que Vallaux entendia a Geografia como ciência.

A Geografia Humana cumpriu, acreditamos, com seu papel: o de criar identidade e dar legitimidade aos geógrafos. Mas, o tempo mudou e para além de um valor exegético, a resenha agora reeditada tem um valor pedagógico e é com esse último aspecto que concluímos este comentário.

6

A Geografia feita por Vallaux é fundada em verdades íntimas. Entendemos por verdades íntimas a frase, o pensamento, a definição e, até mesmo, o erro, todos isentos de censura. Censurar-se é ter medo de dizer aquilo que se quer, ou se acredita, porque pode ou vai colocar em questão o objeto de pesquisa, o método e o posicionamento político de alguém.

A Geografia Íntima é fundada na trajetória dos lugares percorridos por aquele que a escreve. Ela pode partir do berço à Universidade, passando pelos becos das cidades, por nossas favelas também bem como pelos

¹⁵GAMBI, Lucio. Una Geografia per la Storia. Torino: Giulio Einaudi, 1973. p. 75.

banheiros visitados por Maxi Cohen¹⁶. A Geografia Íntima pode combater, por exemplo, a censura porque a força de seu método é a própria vida do autor e de seus lugares.

A resenha de Vallaux serve, portanto, como exemplo de um geógrafo que trilhou um caminho independente, não solitário, percorrendo instituições, não grupos, assumindo seus erros e acertos, nunca silenciando, e sendo sempre colaborador, nunca indiferente. Sua obra e seu engajamento político revelam as conquistas científicas da Geografia e os problemas éticos do seu uso público.

Acreditamos que seu espírito e letra podem ser recombinados com os trabalhos contemporâneos feitos no Brasil. Mas, isso já tem a ver com o que entendemos por esse ramo que se chama História da Geografia. Compreendemos por História da Geografia um saber que procura recombinar passado e presente, ou seja, um saber que sirva para oferecer novas combinações entre as obras de geógrafos mortos e vivos, entre teorias findas e teorias outras que estão por vir. A História da Geografia pode servir para melhor se entender os caminhos percorridos pela Geografia¹⁷. Nossa intuição diz que os pesquisadores em História da Geografia estão aí para mostrar possibilidades, como a Teoria dos quatro meios enunciada acima, servindo quase como conselhos aos geógrafos que trabalham à luz do *savoir-faire*.

Dito isso, apostamos que os trabalhos nessa área possam também ajudar, caso se encontrem problemas de pesquisa que realcem o engajamento político de um geógrafo, a uma formação intelectual dos estudantes de Geografia, dando lugar a trabalhos atentos ao sistema teocrático que está por vir? Portanto, a História da Geografia deve ser entendida como fonte de inspiração, uma sorte de laboratório de recombinação de ideias e trajetórias, isto é, novas possibilidades onde as gerações de geógrafos possam se encontrar.

7

Com os estudos de Vallaux podemos abrir uma brecha dentro da história oficial da Geografia na França e, com isso, colaborar para estudar o avesso da história que nos foi contada. Aí está o valor de Vallaux. Sua resenha, hoje, traduzida na GEOgraphia, é o reflexo de sua personalidade e de sua maneira íntima de fazer ciência. Esta resenha de Vallaux é apenas uma muda de flecha das águas¹⁸, mas que pode ganhar vida muito longe de Paris, pode crescer lá, no entorno de todos, no entorno da Baía de Guanabara.

¹⁶COHEN, Maxi. Photos Maxi Cohen. Marie Claire, nº777, maio 2017. pp. 130 -134.

¹⁷ANTUNES, W. No caminho, Juventude encontra Geografia. Em: Outras fronteiras, novas geografias. JACINTO, Rui e CABERO, Valentín. Iberografias, nº32, Lisboa: Ancora, 2017.

¹⁸Flèche des eaux, flor aquática conhecida pelas suas folhas que lembram flechas.

Gostaríamos de terminar este comentário com um pensamento de Teresa Roseno, filósofa portuguesa, a quem temos muito apreço, não só por nos ter ajudado neste comentário mas, também, pelo carinho que tem para com nossa ciência. Certo dia, depois de uma discussão quase sem fim, ela nos disse algo de que os geógrafos podem gostar: “Meu amigo, descobri o meu melhor heterônimo, Geografia”.

Uma boa leitura!

RESENHA DE CAMILLE VALLAUX (1923)

SOBRE “PRINCÍPIOS DE GEOGRAFIA HUMANA” DE PAUL VIDAL DE LA BLACHE, “A TERRA E A EVOLUÇÃO HUMANA” DE LUCIEN FEBVRE E “A VIDA PASTORIL NOS ALPES FRANCESES”, DE PHILIPPE ARBOS¹⁹

P. Vidal de La Blache: *Principes de géographie humaine*, publicado por E. de Martonne. 327 p. Paris, Colin. – Lucien Febvre: *La Terre et l'évolution humaine, introductio géographique à l'histoire*. Paris, La Renaissance du Livre. – Ph. Arbos: *La Vie pastorale dans les Alpes françaises, étude de géographie humaine*, vol. In-8° de 720 p. Paris, Colin.

Vidal de la Blache, falecido subitamente no dia 5 de abril de 1918, deixou inacabada uma Geografia Humana cujas partes escritas ou quase concluídas¹⁹ foram cuidadosamente reunidas pelo seu genro E. de Martonne sob o título, sem dúvida um pouco ambicioso, de Princípios de Geografia Humana. Esse epíteto deixa supor que Vidal admitia, no fim de sua vida, uma divisão da Geografia em compartimentos separados: coisa nova em sua obra, pois ele sempre a havia considerado, até aí, como uma ciência una e homogênea. “Abusa-se realmente dos adjetivos, escreveu-me ele em 1909. Por que não fazer simplesmente Geografia [géographie tout court]? Retomaremos esta questão”. Deve-se acreditar que há na Geografia moderna uma tendência irresistível à bifurcação, visto que essa tendência havia acabado por triunfar sobre as preferências de Vidal.

Seja como for, temos nos Princípios o testamento do pensamento de Vidal. Mas, esse é um testamento escrito pela metade e bruscamente interrompido por sua morte. Os cuidados do Sr. De Martonne para reconstituí-lo conseguiram apenas um resultado incompleto e provavelmente nem sempre fiel ao último pensamento do mestre, pois o Sr. De Martonne tem sua maneira pessoal de conceber a Geografia, e nada nos prova que ele a concebia como um simples desenvolvimento daquela de Vidal. Igualmente, seria injusto medir o peso real do pensamento de Vidal pelo conteúdo desse último volume. Princípios não estava terminado, estava mesmo longe disso, Vidal ele próprio o julgava assim.

Esse livro é feito como produto de monografias. Entre elas há apenas uma ligação formal e artificial, aquela do índice inicial. Três partes: Repartição dos homens sobre o globo; as Formas de civilização; a Circulação. Mas qual é a conexão entre essas três ordens de fatos? Surgem umas das outras? Relacionam-se a um tronco comum?

Sobre isso, nada se sabe. Na verdade, tal apresentação é dissimuladora. De duas uma: ou Vidal concebia o seu futuro livro de maneira completamente distinta, ou se conformava em estabelecer, entre suas monografias, uma trama de síntese que ignoramos e que ignoraremos para sempre.

Nas partes finalizadas do livro, mesmo sendo disjuntas, encontra-se sempre as qualidades da análise fina e precisa das quais Vidal de la Blache nos legou em outras obras modelos acabados. Ele triunfa particularmente nas descrições, nuançadas e contingentes, que consagra aos gêneros de vida - expressão feliz, feliz por sua indeterminação mesmo, e com a qual ele ficou famoso. E se me fosse necessário assinalar uma preferência, eu indicaria as páginas em que Vidal estuda as regiões e os gêneros de vida do Mediterrâneo. Essas páginas são fundamentais. Elas só poderiam ter sido escritas por um mediterrânico como ele. Ele permaneceu profundamente “enraizado”. Poderia mesmo dizer que, no meu ponto de vista, certas concepções geográficas mestras de Vidal se explicariam por sua origem mediterrânica? Na história do pensamento geográfico, ele permanece sendo o homem do método regional e dos gêneros de vida. Para tais procedimentos – fossem eles de descrição ou de explicação – os pays do Mediterrâneo, com seu mosaico e seus compartimentos de separações frequentemente distintas, davam-lhe exemplos e modelos maravilhosos, fáceis de apreender, fáceis de definir e fáceis de exprimir.

De passagem, pode-se notar várias deficiências: a confusão da unidade terrestre, algo bem real, com uma espécie de organismo terrestre de superfície que é uma concepção puramente mística; o abuso de expressões vagas, inconsistentes, como núcleos, relações, pontos de ossificação e ventilação de massas; o limite de aglomeração dado na Rússia como limite da civilização europeia, algo muito surpreendente; as relações de causa e efeito estabelecidas entre o escoamento das chuvas e os tetos muito elevados... Mas seria de mau gosto insistir nessas deficiências crepusculares de um grande espírito.

Em síntese, esse último livro não diminui em nada a glória de Vidal. Mas também não acrescenta nada. Aqueles que querem conhecer o verdadeiro Vidal irão

¹⁹Vallaux escreve “à peu près complète”, ou seja, quase terminadas ou concluídas, para sublinhar sua dúvida em relação ao acabamento dado aos textos.

sempre retomar com prazer o admirável Tableau de la Geografia de la France.

No entanto, no livro póstumo de Vidal, eu me ative à última página, realmente a última, essa página singularmente vigorosa em que o autor, que havia protestado ao longo do livro, em termos discretos, contra a ideia hoje bastante difundida da onipotência do homem sobre os agentes naturais, retorna a essa ideia, precisamente no que tange ao esforço do homem no domínio do Oceano: "Ficamos ainda perplexos, diz Vidal, do pouco que representa na realidade esse esforço humano, tão notáveis que sejam nessa matéria os resultados geográficos." Eis aí uma assertiva que não agradou muito ao Sr. Lucien Febvre, autor de *A Terra e a Evolução Humana*, apesar dos justificáveis elogios que ele concede a Vidal. Pois uma das ideias de base do Sr. Lucien Febvre é precisamente aquela de uma espécie de onipotência dos homens, frente aos quais os meios e os agentes naturais apenas formam uma série de contingências e de possibilidades eminentemente flexíveis e variáveis, ao mesmo tempo no espaço e no tempo.

Tomemos esta palavra possibilidades que é fundamental no livro de Febvre.

O objeto desse livro não é construtivo. Ele é crítico, e unicamente crítico. O autor diz desde o início, e repete no final. Não se pode censurá-lo, nem de não ter sabido o que queria, nem de não ter feito o que queria. O que o autor quer é examinar os títulos desta nova disciplina, jovem e ambiciosa, que se chama Geografia Humana, e ele o faz, ao longo de 470 páginas, com a severidade de um juiz de instrução²⁰, - ou antes com a severidade de um procurador com dificuldades de acusação.

Lucien Febvre assegura várias vezes que é, afinal, simpático à nova ciência. Essa simpatia é bem real, estou convencido. Mas ela se exprime de uma maneira um pouco particular. De tal maneira que o leitor não advertido será levado a crer que o autor quis destruir a carreira da Geografia Humana. Realmente, falando assim, acredito colocar-me acima de meus preconceitos de especialista. Pelo menos, eu tento...

Sem dúvida, no início do livro, Febvre assume a defesa dos geógrafos contra os sociólogos. E o faz em muito bons termos. Mas, em seguida, são os geógrafos que, como se diz, recebem as pancadas. E isso abundantemente, até o fim, em torno de 350 páginas. E que páginas! Nutridas por uma documentação sólida e feitas de uma armadura lógica e crítica de tal forma blindada que é difícil encontrar uma brecha. Afirmo aos geógrafos que, mesmo suportando o custo de toda essa dialética, terão proveito e prazer ao ler esse livro de um historiador. Terão tanto mais prazer à medida que verão,

preconizados e justificados, numerosos pontos de vista que lhes são caros.

Febvre ataca velhas teorias que não são geográficas e que os geógrafos nunca defenderam, ao menos que se concorde com Bodin, Montesquieu e Dubos e sua confraria. Assim, a ação do clima sobre o caráter dos povos é uma velha lengalenga, bem o sabemos.

Os quadros naturais são climático-botânicos, afirma Febvre. Sem dúvida. Mas quem disse isso? Os geógrafos.

As divisões em montanhas, planícies e planaltos são grosseiras e imprecisas. Elas não podem servir para caracterizar uniformemente tipos humanos. Nada de mais verdadeiro. Mas quem imaginou esses tipos humanos uniformes? Não foram os geógrafos, é claro, fiéis registradores, em todas as coisas, do acidente.

Lucien Febvre critica a noção de insularidade em Geografia humana que, segundo ele, é contraditória. Quem, então, foi o primeiro a afirmar e provar? Um geógrafo, o autor do livro *O Mar* (1908)²¹, nas páginas 114-116.

O nomadismo não é o resultado das condições geográficas, mas da insegurança. Totalmente exato: os autores da *Geografia da História* (1921) o disseram antes de Lucien Febvre (ver p. 248-250)²².

Poderíamos multiplicar os exemplos. O trabalho de explicação codificado por Lucien Febvre é antes de tudo trabalho de geógrafos. Surpreende um pouco que o autor de *A Terra e a Evolução humana* pareça querer tirar partido, contra aqueles, de uma série de aquisições científicas que se devem aos próprios geógrafos, e apenas a eles.

Toda questão de forma colocada à parte, os geógrafos poderão se felicitar da adesão dada por um crítico tão vigoroso como L. Febvre a seus trabalhos e aos métodos de seus trabalhos.

Eles discordarão dele apenas em dois pontos, mas dois pontos importantes.

Para Febvre, não há necessidades em Geografia humana, mas apenas possibilidades. Febvre concebe as necessidades como alguma coisa de mecânico e de rígido: essas palavras reaparecem sem cessar em sua escrita. Mas não é assim que concebemos. Acreditamos nas necessidades geográficas numa espécie de eclipse: sua ação está sujeita a variações; elas adormecem, depois despertam, mas nunca poderemos considerá-las como radicalmente extirpadas. O próprio Febvre adere a essa concepção: "As possibilidades são permanentes, sem dúvida, continua ele, mas elas não atuam em permanência e todas ao mesmo tempo" (p. 216). Para nós, possibilidades permanentes, são necessidades. E isso é válido, sobretudo, para as necessidades de limitação dadas pelos grandes quadros naturais de que o próprio

²¹Vallaux, C. *La Mer*. Paris: Octave Doin, Editeur, 1908.

²²Brunhes, J. e Vallaux, C. *La Géographie de l'Histoire*. Paris: Félix Alcan, 1921. Versão em espanhol: Brunhes, Juan y Vallaux, Camilo. *Geografía de la Historia*. Madrid: Daniel Jorro, Editor, 1928.

²⁰"Juge d'instruction", isto é, juiz que se ocupa de inquéritos judiciais. Lembra também a imagem dos funcionários do Ministério de Instrução Pública que eram enviados às escolas e liceus para inspecionar os professores.

Lucien Febvre reconhece a existência.

Outro ponto. Febvre desconfia das ideias gerais. Ele aconselha aos geógrafos de se aterem estritamente às monografias e aos estudos de detalhe. Não podemos adotar essa maneira de ver. Primeiro, estamos persuadidos que a ciência avança tanto pelas visões gerais, mesmo apressadamente concebidas, quanto pelos estudos moleculares: tal era formalmente a opinião de Edmond Perrier, autor do primeiro volume da coleção onde apareceu o livro de Febvre. Em seguida, se nos contentarmos de acumular as monografias sem ligação, elas formarão em breve uma tal massa, que ninguém poderá fazer delas uma síntese. Afinal, para que serve esse esforço? Não somente as sínteses provisórias são úteis, como são indispensáveis. Elas não são produtos de uma espécie de preguiça de espírito, elas supõem, ao contrário, o emprego intensivo de dons mais elevados do espírito.

O volumoso livro de Ph. Arbos, *A vida pastoral nos Alpes franceses*, entra seguramente, pela sua construção e por seu plano geral, na fórmula de Lucien Febvre. Trata-se de uma monografia muito completa, mesmo que o autor pretenda modestamente o contrário. Mas é também um livro onde não faltam as ideias gerais, e algumas são interessantes e novas.

Ph. Arbos é um geógrafo muito prudente, como quase todos os geógrafos que receberam as lições de contingência de Vidal antes de receber aquelas de Febvre. Ele não pretende que os Alpes sejam predestinados infalivelmente a uma preponderância exclusiva da vida pastoril. Ele constata simplesmente que essa vida, com suas formas históricas sucessivas, variáveis, e sem dúvida sujeitas também a variar, é aquela à qual se adaptaram melhor os grupos humanos dos Alpes; há forte probabilidade de que ocorra o mesmo no futuro, apesar das ferrovias, do turismo e da indústria hidrelétrica.

Arbos é otimista. A evolução da pecuária no século XIX substituiu em muitos pontos os bois pelos carneiros e enriqueceu desse modo o pays. O recuo dos cultivos e o despovoamento humano da montanha reconstituem as encostas com relvas, matagais e florestas, antes ameaçadas pelo pastoreio e a lavra muito intensos. Sem dúvida o despovoamento excessivo, proveniente seja da emigração, seja da extinção in loco do povo das montanhas, seria um grande mal. Mas, em 1914, o despovoamento parecia diminuir. Então ocorreu um fato novo, imprevisto e terrível, a guerra, que dizimou os montanhesees alpinos talvez mais do que qualquer outra categoria de rurais...

É visível que somente a guerra impede Arbos de adotar as conclusões que teriam sido aquelas do doutor Pangloss²³. Quanto a mim, confesso, por ter visto de perto

²³Dr. Pangloss é um personagem do conto filosófico « *Candide ou l'Optimisme* », de Voltaire (1759). Pangloss é o preceptor de Cândido e, inspirado em Leibniz, ensina-lhe que « vivemos no melhor dos mundos ».

uma das regiões pastoris alpestres, o Dévoluy, tendo mais para o estado de espírito do filósofo Martin.

Camille Vallaux

Livros & Autores

HISTÓRIA DO PENSAMENTO GEOGRÁFICO

MATEO RODRÍGUEZ, José Manuel & Alexander DRUZHININ. (Organizadores). **Geografía socio económica en la Russia Contemporánea: teoría, metodología, prioridades de desarrollo**. Rostov na Donu (Editoria da Universidade Federal do Sul da Rússia), 2015, 262 pgs.

Trata-se de um livro editado pela Associação de Geógrafos Sociais da Rússia e a Sociedade Cubana de Geografia, com a colaboração da Universidade Federal do Sul da Rússia e a Universidade de Havana, Cuba. Aborda principalmente o desenvolvimento da geografia socio-econômica na antiga União Soviética e na Rússia atual. É organizado pelo professor da Universidade de Havana José Mateo Rodríguez (quem defendeu seu doutorado na Universidade Estatal de Moscou em 1979) e atual presidente da Sociedade Cubana de Geografia, e pelo professor da Universidade Federal do Sul da Rússia e presidente da Associação Russa de Geografia Econômica e Social, Aleksander Druzhini.

A geografia russa contemporânea e sua antecessora, a geografia soviética, são pouco conhecidas nos países de língua hispana. Por esse motivo, o livro, publicado em espanhol na íntegra, brinda um panorama da produção científica da geografia socio-econômica russa. Aqui radica a relevância do livro, uma vez que quando comparada com o conhecimento geográfico produzido no resto do mundo, dita produção se afasta consideravelmente das abordagens teórico-metodológicas que prevalecem em Ocidente.

Desde suas primeiras experiências no século XIX, a Geografia Russa tentou por todos os meios de obter resultados concretos sobre espaços e territórios, afastando-se das concepções deterministas, positivistas e possibilistas prevalentes em Ocidente. O materialismo naturalista espontâneo serviu de base filosófica nos

primeiros estudos da Geografia Russa. A partir de 1917 reformula-se a Geografia na União Soviética, com dois aspectos fundamentais: o suporte ideológico do marxismo-leninismo e o seu caráter pragmático, voltada para apoiar os planos de desenvolvimento econômico e a construção da incipiente sociedade socialista.

A partir de 1991, com a dissolução da URSS, a Geografia Russa vem tentando adaptar o seu legado, mantendo a sua essência, porém adaptando-o para um uso criativo nas novas condições que impõe a sociedade de mercado e a reconfiguração geopolítica que vive o país. O livro reúne 15 artigos, a maioria dos quais tem sido publicados em russo e que são agora apresentados aos leitores de língua hispana.

SUMÁRIO:

Introducción: (A. Druzhinin y J.M. Mateo Rodríguez).

1 La Geografía socio económica en Rusia: tradiciones y la actualidad

1.1 La Geografía soviética y la geografía rusa (J.M. Mateo Rodríguez)

1.2 El desarrollo de la geografía socio económica en la Rusia moderna: tendencias, logros, problemas (A. Druzhinin)

1.3 La Geografía social en Rusia: transformaciones estructurales y direcciones de su humanización (M. Shariguin)

2 Posiciones científicas y direcciones principales de los geógrafos socio económicos rusos contemporaneos.

2.1 Estructuración de los sistemas socio-económicos

territoriales (P. Baklanov).

2.2 Las ideas regionales en la “prisión” de la fenomenología.(Yu. Gladky).

2.3 La visión racionalista del mundo en las condiciones de su crisis: el punto de vista del geógrafo. (V. Shuper).

2.4 Las investigaciones geográficas en las fronteras: enfoques principales (V. Kolosov).

2.5 Potencialidades de la cooperación transfronteriza entre Rusia y la UE en el Mar Báltico (G. Fedorov).

2.6 La periferia rusa como el fenómeno socio-económico (T. Nefedova).

2.7 El movimiento y la quietud de los universos: institución de la segunda vivienda, entre la movilidad y la vida sedentaria (A. Treyvsh).

2.8 La urbanización de la zona ártica de Rusia: interrelación de los factores naturales y sociales (V. Baburin).

2.9 La concepción de la dicotomía continental\ oceánica y el problema de la efectividad de la economía siberiana(L. Bezrukov).

2.10 “El componente cultural” de la Geografía de la sociedad en la Rusia contemporánea: génesis, peculiaridades y direcciones principales del desarrollo (A. Druzhinin V. Streletskiy).

2.11 La planificación espacial en Rusia: estado, problemas, tareas de los geógrafos. (A. Chistobaev).

2.12 La regionalización económico geográfica en Rusia: historia, estado actual y direcciones de desarrollo . (V. Shubalov).

MORAES, A.C. **Geografía. Pequena História Crítica.** Hucitec, 6ª edição, São Paulo, 1987, 138 pgs.

Este livro, publicado pela primeira vez em 1983, é praticamente um dos primeiros textos sobre História do Pensamento Geográfico na América Latina. Seu autor foi professor do Departamento de Geografia da USP onde coordenou o Laboratório de Geografia Política. Um dos seus últimos aportes é um ajuizado texto de caráter teórico-conceitual: “Território na Geografia de Milton Santos”.

A originalidade do livro aqui apresentado, curto, conciso e de caráter fundamentalmente didático, está no tratamento dado à história do pensamento geográfico desde uma análise do surgimento, consolidação e características das diferentes escolas e correntes do pensamento científico na Geografia. O texto remete-se aos precursores da Geografia Moderna (Humboldt e Ritter), ao Possibilismo e suas diversas orientações, a

Geografia Racionalista, a Nova Geografia (que o autor chama de Geografia Pragmática) e a Geografia Crítica. Falta-le análise da Geografia Soviética e da Geografia Humanística, e talvez tivesse podido aprofundar no racionalismo, porém, em geral a apresentação é revolucionária e coerente do ponto de vista didático.

Passaram-se mais de 40 anos desde a primeira edição deste texto e novas obras têm aparecido da mesma linha temática trazendo à tona as novidades acontecidas no pensamento geográfico. No entanto, pela facilidade de comunicação, espírito crítico-analítico e capacidade de síntese, é necessário considera-lo um livro clássico, pioneiro no estudo do pensamento geográfico latino-americano.

SUMÁRIO:

Apresentação.

1 O objeto da Geografia.

2 O positivismo como fundamento da Geografia Tradicional.

3 Origens e pressupostos da Geografia

4 A sistematização da Geografia: Humboldt e Ritter

5 Ratzel e a Antropogeografia

6 Vidal de La Blache e a Geografia Humana

7 Os desdobramentos da proposta lablachiana

8 Além do Determinismo e do Posibilismo: a proposta de Harsthorne

9 O movimento de renovação da Geografia

10 A Geografia Pragmática

Palavras Finais

Bibliografia comentada

ORTEGA VALCÁRCEL, José. **Los horizontes de la Geografía.** Editorial ARIEL S.A., Barcelona, 2000, 604 pgs.

Jose Ortega Valcárcel (1940) é catedrático de Análise Geográfico Regional da Universidade de Valladolid, Espanha, tendo sido também da Universidade de Cantabria. Seu trabalho está orientado preferencialmente aos estudos sobre problemática rural y regional.

Esta obra é uma obra monumental de caráter enciclopédico, que recolhe não apenas as origens e o desenvolvimento do pensamento geográfico caracterizando suas diversas correntes e escolas a partir de uma análise de seus fundamentos filosóficos, mas que também faz um balanço do papel da Geografia no contexto da ciência contemporânea. O autor, na sua análise, segue a tradição generalista dos grandes geógrafos espanhóis como Horacio Capel e Vila Valentí.

A primeira parte do livro está dedicada à análise do processo histórico de construção da cultura geográfica ocidental, chegando à formulação da geografia acadêmica a partir de Humboldt e Ritter. Na segunda parte, o autor analisa as condições de formação e consolidação da geografia moderna, abordando as geografias positivistas, o possibilismo, o racionalismo, o humanismo, a Geografia Crítica e, ainda, a Geografia Soviética. A terceira parte aborda a formação das diferentes correntes da Geografia, caracterizado as geografias física, humana, feminista e regional. No final de esta parte, o autor tenta oferecer uma imagem e perfil da geografia atual e das suas perspectivas como área de conhecimento e como disciplina científica.

O autor deixa claro que a obra constitui uma percepção pessoal da Geografia, a partir da sua própria reflexão não apenas da sua evolução como disciplina científica, mas também da sua essência e perspectivas. Por este motivo, é necessário destacar que existem no livro duas visões apresentadas pelo autor que podem ser discutíveis. Primeiro, a crítica superficial e desmedida que ele faz da Geografia Soviética, considerada por ele como uma “fraseologia ideológica com aporte teórico nulo ao pensamento geográfico”.

A segunda questão discutível é a concepção dada ao espaço geográfico como formação social onde o autor atribui um papel apenas utilitário à geografia física na sua compreensão, a qual considera um aglomerado de disciplinas desconexas do ponto de vista teórico, epistemológico e prático. Por tanto, o autor assume a concepção da Geografia como o disciplina ou ciência social que adota a natureza social do espaço como objeto geográfico. Isto porque, para o autor, o espaço geográfico somente tem sentido como produto histórico das relações sociais. Neste sentido, a visão do autor reduz e subestima os conceitos de natureza, paisagem e geossistema, fundamentais na visão transdisciplinar da Geografia, desenvolvidos desde sua fundação nas idéias de Kant e Humboldt.

Apesar destas posições contraditórias e discutíveis, o caráter enciclopédico da obra a qual oferece uma visão detalhada das diversas correntes acadêmicas da Geografia, conferem-lhe, sem dúvidas, um valor inestimável. Cabe ressaltar ainda a posição otimista do autor sobre a Geografia e o seu papel como disciplina científica no século XXI, atribuindo-lhe uma posição no centro dos problemas mais relevantes e urgentes no mundo atual.

SUMÁRIO

Prologo

Agradecimientos

Primera Parte: Las culturas del espacio. Las culturas geográficas.

- 1 De las prácticas espaciales al saber sobre el espacio.
- 2 La invención del saber geográfico
- 3 La tradición cosmográfica: del Islam a la Europa Cristiana
- 4 Europa: de navegantes a cartógrafos.
- 5 La búsqueda de los orígenes: el hallazgo de la Geografía Clásica.
- 6 Las condiciones de la Geografía Moderna.

Segunda Parte: La fundación de la Geografía

- 7 Un proyecto para la Geografía
- 8 La geografía moderna: una ciencia de las relaciones Hombre – Medio,
- 9 La geografía moderna: regiones y paisajes
- 10 Filosofía y ciencia: racionalismo e irracionalismo.
- 11 Las filosofías racionalistas: la estirpe positivista
- 12 Las filosofías racionalistas: materialismo y dialéctica.
- 13 Filosofías de la subjetividad: la crítica al racionalismo
- 14 La época post: postestructuralismo y postmodernismo
- 15 Las geografías “científicas”: positivismo y geografía.
- 16 Las geografías del sujeto: Regiones, paisajes, lugares.
- 17 La geografía del compromiso político. Geografías radicales.

Tercera parte: Objeto y prácticas de la geografía

- 18 El objeto de la geografía: las representaciones del espacio.
- 19 Las prácticas geográficas: las geografías físicas.
- 20 De la geografía humana a las geografías humanas
- 21 Nuevas perspectivas en la geografía humana
- 22 Las geografías feministas
- 23 Ascenso y caída de la geografía regional.
- 24 Los horizontes de la geografía.

Epilogo

Bibliografía.

HIGUERAS ARNAL, Antonio M. **Teorías y Método de la Geografía. Introducción al análisis geográfico regional.** Prensas Universitarias de Zaragoza, España, Colección Textos docentes. Zaragoza, 2003, 447 pgs.

O autor deste livro foi, durante mais de 20 anos, catedrático de análise geográfico regional na Universidade de Zaragoza em Espanha. A obra aqui apresentada tem o propósito de explicar a base teórica e os métodos de análise regional. O autor parte o princípio que a finalidade da análise geográfica é encontrar os princípios de organização que brindam coesão aos sistemas geográficos.

Esta proposta possui um embasamento teórico metodológico específico dentro do pensamento geográfico que se sustenta na concepção sistêmica. Na sua abordagem, autor considera a superfície terrestre como um conjunto de sistemas concatenados. A maior parte do livro está dedicada a expor os métodos, técnicas e procedimentos que a Geografia tem desenvolvido para estudar as estruturas e sistemas geográficos.

Para explicar como a Geografia alcançou suas concepções atuais, o autor dedica o primeiro capítulo do livro a uma análise da evolução do pensamento geográfico. Nele são tratadas as várias tentativas de definição da disciplina, o seu propósito como ciência e aquilo que o autor denomina “visão geográfica”. Posteriormente e de forma sucinta o autor descreve a formação do pensamento geográfico moderno, no qual identifica e caracteriza as seguintes correntes: o período clássico, o possibilismo, e as “Novas Geografias” que denomina de Geografia Radical, Geografia de Gênero, Geografia Humanística, Geografia da Percepção e do Comportamento, Geografia Acadêmica e as Geografias Pósmodernas.

Esse percurso adotado no livro leva o autor a considerar a abordagem sistêmica como um caminho natural na hora de entender e caracterizar a superfície terrestre, entendida como a capa exterior que envolve o planeta e na qual convergem elementos abióticos, bióticos e humanos, que interatuam entre eles.

Embora seja de um livro dedicado a expor e analisar os métodos de estudo, a temática da evolução do pensamento geográfico serve como um prisma para decompor a diversidade de abordagens da qual a Geografia dispõe para entender seu objeto de estudo. Este é o grande mérito que o coloca como um livro exemplar e paradigmático.

SUMÁRIO:

Agradecimientos

Introducción

1 La Geografía.

2 Los hechos geográficos.

3 Los hechos geográficos como sistemas.

4 Las grandes divisiones de la geografía.

5 La región.

6 El paisaje.

7 El espacio geográfico.

8 El análisis geográfico.

9 Condicionantes del análisis geográfico.

10 Desarrollo del análisis geográfico.

11 La descripción.

12 La explicación.

13 Las estructuras geográficas.

14 Las estructuras territoriales.

15 La interacción territorial.

Referencias bibliográficas.

Índice de autores citados en el texto.

José Manuel M. Rodríguez (Universidad de Havana)

Raul Sánchez Vincens (Universidad Federal Fluminense)

Resenhas

VESENTINI, José William (2013). *Novas Geopolíticas*. 5ª edição. São Paulo: Editora Contexto.

Gabriel Saldanha Lula de Medeiros*

José William Vesentini é professor do departamento de Geografia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da USP. É considerado um dos pioneiros da geografia crítica no Brasil. Seus livros são, geralmente, voltados para o ensino da geografia e para a geopolítica. Entre suas obras mais importantes destaca-se “Geografia, Natureza e Sociedade”.

Neste livro, “Novas Geopolíticas”, Vesentini traz à luz uma discussão acerca dos conflitos geopolíticos que poderão ser palco das disputas pela hegemonia e poder no século XXI. Para isso, ele faz um recorte histórico sobre o desenvolvimento dos estudos geopolíticos desde a geopolítica clássica, teorizada pelos militares e geógrafos, com foco nos Estados, até os dias atuais, onde há uma profunda interdisciplinaridade nos estudos da área, com contribuições de intelectuais de vários segmentos como a Sociologia, Antropologia, Economia, História. Isto se faz necessário pois, segundo o autor, os conflitos na contemporaneidade, principalmente no século XXI, tendem a não ser mais exclusivamente entre Estados em busca de poderes econômicos e territoriais, podendo ser até mesmo de ordem cultural.

De acordo com Vesentini, a geopolítica surgiu com o status de ciência no início do século XX, a partir de publicações feitas pelo professor sueco Rudolf Kjellén. Este era professor de História e Ciência Política das universidades de Göteborg e Uppsala e, em 1916,

escreveu um livro chamado “O Estado Como Forma de Vida”. Ele definia a geopolítica como sendo “a ciência que estuda o Estado como organismo geográfico”.

Após a queda do modelo hegemônico unipolar que tinha a Inglaterra no centro do poder até o século XVIII, a tendência da hegemonia era tornar-se multipolar, com o poder centrado nas mãos das principais potências europeias. Com isso, até o século XX, estas potências protagonizavam disputas de ordem econômica e territorial. A partir destas disputas a geopolítica passou a ser um campo de estudo dominado pelos militares e geógrafos, servindo principalmente aos interesses dos Estados. Além do mais, na época, não era comum a ideia de interdisciplinaridade, engessando os estudos geopolíticos nas mãos destes.

Os estudos geopolíticos ganharam certa popularidade na Europa, porém, esta popularidade aumentou consideravelmente a partir da criação da Revista de Geopolítica (Zeitschrift für Geopolitik) que circulou na Alemanha entre 1924 e 1944. De acordo com Vesentini, esta revista foi responsável por tornar a geopolítica mundialmente conhecida e que, sem a popularidade da revista não só em território alemão mas também em vários outros países europeus, a geopolítica possivelmente não teria logrado o status de ciência.

Esta revista foi fundada e chefiada por Karl Haushofer, que acreditava em ideias, na época comuns à sociedade alemã, sobre a superioridade da raça ariana e a necessidade do “espaço vital” (conceito desenvolvido

*Acadêmico do curso de Geografia da Universidade Federal do Rio Grande do Norte.
E-mail: gabriellula96@hotmail.com

por Ratzel) para o desenvolvimento da Alemanha. As ideias propagadas por Haushofer na revista eram, muitas vezes, repetidas em salas de aula de escolas básicas ou universidades, uma vez que o periódico contava com a contribuição de intelectuais da geografia e demais ciências, professores universitários, que repetiam seus conceitos e concepções para os alunos.

De certa forma, Haushofer contribuiu para a disseminação dos ideais nazistas que, em determinada medida, estavam em consonância com aquilo que se publicava em sua revista. Não se sabe se a publicação recebia algum incentivo do governo alemão para isso, porém, Vesentini diz que Haushofer, apesar de ser casado com uma judia, foi apresentado a Hitler por um amigo em comum que contribuía com a revista, o senhor Rudolf Hess.

Na década de 1940, com o fim da Segunda Guerra e o fim dos Estados nazista e fascista, a geopolítica clássica entrou em declínio, sendo altamente criticada pelos intelectuais durante os anos que se seguiram. Devido o seu caráter militarizado, era vista como uma fomentadora de estratégias de guerra e de legitimação de ações repressoras e desastrosas. Até os anos de 1970, a geopolítica foi criticada e, nos mais importantes ciclos intelectuais e acadêmicos, não se produziam trabalhos na área.

Entre os anos de 1970 e 1980, no contexto da Guerra Fria, houve a preocupação no meio intelectual com o advento de uma terceira guerra mundial provocada pelas rusgas ideológicas entre capitalismo e socialismo, EUA e URSS, e gastos em armamento que as vezes chegavam a oitocentos bilhões de dólares por ano. Então, viu-se a necessidade de produzir estudos geopolíticos para entender a configuração de poder da época, que pouco tinha a ver com disputas entre Estados e sim entre ideologias, além de tentar evitar uma possível guerra mundial.

Com o fim da Guerra Fria, o esfacelamento da União Soviética e a reconfiguração territorial do mundo, a geopolítica tem se dedicado a tentar compreender as novas relações de poder que tendem a surgir a partir destes acontecimentos. Tentar compreender a chamada nova ordem mundial é a preocupação da geopolítica atual.

Vesentini elenca alguns intelectuais que, para ele, melhor elaboraram teorias referentes às dinâmicas da nova ordem mundial. Edward Luttwak (professor do Centro de Estudos Estratégicos e Internacionais de Washington) foi o primeiro a desenvolver a ideia de que a nova ordem mundial não estará mais relacionada a ordens militares ou ideológicas, e sim econômicas. Em 1990, num artigo publicado na revista americana *The National Interest*, Luttwak diz que a geoeconomia está substituindo a geopolítica, e isto se dá por uma série de

motivos. O primeiro deles é que a redução drástica de Estados socialistas após a Guerra Fria abriria espaço para a disputa capitalista de mercado. Com a revolução tecnológica (ou terceira revolução industrial), avanço do liberalismo e a globalização, os Estados passariam a ter menos influencia no mercado, separando as disputas econômicas independentes de questões nacionais, militares ou ideológicas como em outras épocas.

Por esse motivo, a disputa atual não mais consistiria em produzir maior quantidade de armamentos ou anexar novos territórios (seja militar ou ideologicamente, como na época da guerra fria), e sim em produzir maiores e melhores bens de serviços, ampliando a produtividade, o nível tecnológico e educacional, o padrão de consumo da população enfim. (VESENTINI, 2013, p. 33).

Vesentini ressalta a importância dos blocos econômicos nestes conflitos. Para ele, antes mesmo do fim da URSS, já se debatia na imprensa e nos meios acadêmicos quais seriam os blocos de poder a “dominar” uma suposta nova ordem mundial com o fim do regime socialista soviético e, conseqüentemente, a queda da bipolaridade capitalismo versus socialismo. Por isso, esta ideia dos blocos e megablocos não tem uma autoria definida.

De acordo com o autor, naquele período, os EUA, o oeste europeu e o Japão apresentavam grande progresso econômico sendo considerados a tríade do sistema capitalista. Esta é a razão pela qual se acreditava que estes três constituiriam megablocos que dominariam a ordem de poder pós Guerra Fria. Os EUA lideraria um megabloco constituído pelas américas; o oeste europeu outro (com a Alemanha no comando) constituído pela Europa e África; e o Japão lideraria o último, abrangendo Ásia e Oceania. É importante dizer porém, que a estagnação da economia japonesa no final do século XX e o alto crescimento dos índices econômicos chineses fizeram alguns estudiosos pensarem que a China pode liderar este último megabloco.

Uma ideia de muitos adeptos é a do “sistema-mundo”, onde alguns Estados com maior poder econômico, como os Estados Unidos, seriam considerados “potencias hegemônicas”, porém, não eram os projetos geopolíticos destas potencias que comandariam as dinâmicas econômicas e de poder na nova ordem mundial, e sim um sistema-mundo, global, de economias interdependentes. Um sistema pautado numa economia liberal, globalizada, de cooperação. Sendo assim, os Estados passariam ainda a ter alguma importância, porém, as dinâmicas não seriam definidas por eles, e sim pelo que alguns autores chamam de geoeconomia global.

Vários autores consideram que alguns Estados ainda têm um papel hegemônico no decorrer do século XXI.

José Luís Fiori, em seu texto “A nova geopolítica das nações e o lugar da Rússia, China, Índia, Brasil e África do Sul”, publicado na Revista Economia Heterodoxa, em 2007, acredita que o sistema político mundial da atualidade nasceu na Europa há séculos. As grandes potências europeias tinham a necessidade de conquistar territórios, estabelecer grandes impérios, para o acúmulo de riquezas. Antes, a expansão econômica se dava a partir da expansão territorial efetiva, com conquistas de novos territórios, guerras. Hoje, a expansão é, de fato, econômica e não mais necessariamente feita a partir de conquistas territoriais.

Fiori acredita que os Estados Unidos continuam sendo a maior potência hegemônica, não só por seu poder econômico, mas pelo poder militar. Com a sua força militar, os EUA investiu em invasões no Oriente Médio a fim de dismantelar sistemas políticos locais mais fechados, como o de Saddam Hussein, e estabelecer democracias aos moldes liberais e ocidentais. Com isto, ganhar-se-ia mais um parceiro comercial, aumentando as possibilidades de lucros americanos.

Há, porém, alguns fatores que colocam em xeque o projeto expansionista americano: o primeiro deles é o crescimento da economia chinesa, com práticas comerciais em todos os continentes. O segundo obstáculo é o surgimento de movimentos em busca de autonomia e supremacia no Oriente Médio fomentado pelas constantes invasões americanas e, outrora, soviéticas. Estes movimentos de supremacia regional tem ganhado força também através do radicalismo islâmico. Radicalismo esse que através de ações terroristas, tem investido em atentados contra o ocidente e suas principais potências liberais.

Samuel Huntington (1997) acredita que, com o esfacelamento da União Soviética, o ocidente passou a exercer maior poder com relação a outros grupos civilizacionais. As potências ocidentais dominam os órgãos internacionais de política e segurança, bem como as instituições econômicas. Por meio disto, o ocidente impõe aos outros países, políticas que julgam apropriadas além de promovê-las. As diferenças de poder e as disputas por eles (econômicos, políticos e militares) são as bases para as rugas entre o ocidente e demais grupos. Segundo ele, no futuro, parte dos conflitos tende a ser de resistência ao “imperialismo” econômico, liberal, do ocidente, capitaneado pelos EUA. E, por isso, os grandes obstáculos para o expansionismo econômico americano são, sob sua visão, a China e os países islâmicos do Oriente Médio.

Porém, Samuel Huntington, em “O Choque das Civilizações” (1997), diz que os conflitos, no futuro, não serão essencialmente econômicos ou ideológicos, e sim culturais. Os Estados-nações continuarão sendo os agentes de maior relevância, porém os conflitos se darão

entre nações e grupos de diferentes civilizações. “As linhas de cisão entre as civilizações serão as linhas de batalha do futuro” (HUNTINGTON, 1997, p. 120).

Para Huntington, as diferenças civilizacionais podem ser profundas, mas, com a globalização, o mundo vem “diminuindo”, tornando maior o contato entre as pessoas, inclusive as que pertencem a diferentes civilizações. Isto acaba por acentuar as diferenças civilizacionais e aumentar as rugas entre determinados grupos. Além disso, as características culturais são menos mutáveis, mais difíceis de conciliar. Por fim, o autor diz que o fortalecimento do regionalismo econômico, com os blocos econômicos, tem enrijecido ainda mais a chamada consciência civilizacional, só podendo ser bem sucedido este regionalismo econômico se pautado em uma civilização comum.

A partir da discussão trazida por José William Vesentini, em confronto com leitura de outros autores, podemos concluir que a nova ordem mundial ainda não está estabelecida por completo, mas o poder que as dinâmicas econômicas a nível globalizado exercem sobre ela já está posto. Alguns autores descartam a hegemonia de alguns Estados, teorizando a nova ordem não como geopolítica e sim como geoeconômica.

Os Estados Unidos é ainda a maior potência militar do mundo e durante o século passado mostrou ser um poderoso expoente econômico. Como oposição ao projeto americano de expansão econômica, vários autores destacam a China com o seu acentuado crescimento e práticas comerciais intensas ao redor do mundo, os países islâmicos e o radicalismo religioso, além de alguns países socialistas, em específico na América Latina.

“Novas Geopolíticas”, de José William Vesentini é, portanto, indicado não só a estudantes de Geografia, mas a pessoas de várias áreas de interesse uma vez que os conflitos na nova ordem mundial tenderão a ser, segundo os autores apresentados, de inúmeras vertentes: econômicas, culturais, ideológicas, políticas, religiosas. É um livro que abrange o interesse de estudiosos das Ciências Humanas em geral. É, antes de qualquer coisa, um livro de caráter filosófico, onde são apresentadas teorias a respeito do desenrolar das relações de poder no mundo durante o século XXI.